



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

LEON CARDOSO ESQUIERRO

**Sobre Mosquitos e Leis: o debate sobre as causas fundamentais do  
desenvolvimento econômico (2000-2012)**

Florianópolis

2020

**Leon Cardoso Esquierro**

**Sobre Mosquitos e Leis: o debate sobre as causas fundamentais do  
desenvolvimento econômico (2000-2012)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eva Yamila da Silva Catela

**Florianópolis**

**2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Esquierro, Leon

Sobre Mosquitos e Leis : o debate sobre as causas  
fundamentais do desenvolvimento econômico (2000-2012) /  
Leon Esquierro ; orientadora, Eva Yamila da Silva Catela,  
2020.

186 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em  
Economia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Economia. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Hipótese  
Institucional. 4. Hipótese Geográfica. I. da Silva Catela,  
Eva Yamila. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

Leon Cardoso Esquierro

Sobre Mosquitos e Leis: o debate sobre as causas fundamentais do  
desenvolvimento econômico (2000-2012)

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca  
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof<sup>ª</sup>. Ana Paula Menezes Pereira, Dr<sup>ª</sup>.

Instituição UDESC

Prof. Silvio Ferraz Cário, Dr.

Instituição UFSC

Prof<sup>ª</sup>. Solange Regina Marin, Dr<sup>ª</sup>.

Instituição UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que  
foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Economia

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof<sup>ª</sup>. Eva Yamila da Silva Catela, Dr<sup>ª</sup>.

Orientadora

Florianópolis, 2020.

**Resumo:** Uma das grandes perguntas da Economia é “qual é a causa da riqueza das nações?”. Várias hipóteses foram formuladas para explicar a causa fundamental do desenvolvimento econômico. Esta dissertação tem o objetivo de explorar o debate ocorrido entre adeptos das hipóteses institucional e geográfica no período 2000-2012. Para isso, apresentamos os antecedentes teóricos e a argumentação de cada hipótese. No capítulo final faremos uma breve análise dos instrumentos retóricos do debate e uma breve síntese da posição de cada uma das hipóteses.

**Abstract:** One of the great questions of the Economy is "what is the cause of the wealth of the nations?" Several hypotheses have been formulated to explain the fundamental cause of economic development. This dissertation aims to explore the debate that occurred between supporters of the institutional and geographic hypotheses in the period 2000-2012. For this, we present the theoretical background and the arguments of each hypothesis. In the final chapter, we will make a brief analysis of the rhetorical instruments of the debate and a brief synthesis of the position of each hypothesis..

## **Agradecimentos**

A meus pais Lilia e José Carlos, meu avô Alcimiro Esquierro, minhas avós, Isolina Esquierro e Nair Peixoto, e minhas “companheiras de estudo” Luna e Loren.

Aos professores e funcionários do PPGeco, em especial à professora Eva Yamila da Silva Catela por ter me orientado nesta dissertação.

Aos muitos amigos e colegas que fiz durante o mestrado.

Ao CNPq e ao pagador de impostos brasileiro pelo apoio financeiro concedido.

## **Lista de Siglas**

**AJ = Acemoglu e Johnson**

**AJR = Acemoglu, Johnson e Robinson**

**AJRY = Acemoglu, Johnson, Robinson e Yared**

**AR = Acemoglu e Robinson**

**CFR = Council of Foreign Relations**

**CI = “Contracting Institutions”**

**CW = Consenso de Washington**

**FMI = Fundo Monetário Internacional**

**GE = Geografia Econômica**

**HC = Hipótese Cultural**

**HG = Hipótese Geográfica**

**HI = Hipótese Institucional**

**HPR = Hausmann, Prichett e Rodrik**

**NEI = Nova Economia Institucional**

**NGE = Nova Geografia Econômica**

**NWW = North, Wallis e Weingast**

**MDG = Millenium Development Goals**

**MVP= Millenium Village Project**

**OSAL = Ordem Social de Acesso Limitado**

**OSA = Ordem Social Aberta**

**PRI = “Private Property Institutions”**

**RST = Rodrik, Subramanian e Trebbi**

**VEI = Velha Economia Institucional**

**WNF = Why Nations Fail = AR (2012a) = Por que as Nações Fracassam.**

**TDM = Teoria da Modernização**

**TEI = Transição Epidemiológica Internacional**

## **Lista de Figuras:**

Figura 1 – O esquema interpretativo de Jared Diamond.....	51
Figura 2 – Esquema Nova Geografia Econômica.....	59
Figura 3 – Esquema de Olsson e Hansson (2011).....	83
Figura 4 – Marco Teórico de Douglass North.....	88
Figura 5 – Os conceitos “acima”.....	89
Figura 6 – Os conceitos “Meso”.....	94
Figura 7 – Os conceitos “abaixo”.....	98
Figura 8 - O esquema de 2005.....	106
Figura 9 - Esquema de 2012.....	110
Figura 10 – Lógica da Divergência.....	113
Figura 11: Esquema de 2016.....	117
Figura 12 – Normas Sociais e Leviatãs.....	118
Figura 13 – O corredor estreito.....	120
Figura 14 – Esquema da Teoria da Modernização.....	128
Figura 15 – “Lógica cruzada” da HG e da TDM da correlação entre alta renda e democracia .....	134
Figura 16 – Argumento de AJR (2001) .....	137
Figura 17 – Primeiro mecanismo.....	139
Figura 18 – Segundo Mecanismo.....	139
Figura 19 – Esquema Rodrik.....	156
Figura 20 – Generalidade da HI.....	168
Figura 21- Generalidade da HG.....	169

## **Lista de Quadros:**

Quadro 1 - Quadro Sinóptico da HG.....	62
Quadro 2 - Quadro Sinóptico Debate.....	175

## SUMÁRIO:

<b>1. Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 Por que existem debates em Economia?.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Discussão sobre a existência do debate HI e HG.....</b>	<b>16</b>
<b>1.3. Periodização e cronologia do debate.....</b>	<b>18</b>
<b>1.4 As Outras Hipóteses.....</b>	<b>22</b>
<b>1.5 Hipótese Cultural.....</b>	<b>26</b>
<b>2. Hipótese Geográfica.....</b>	<b>32</b>
<b>2.1 Antecedentes – Os Eixos da Hipótese Geográfica.....</b>	<b>33</b>
<b>2.1.1 Montesquieu.....</b>	<b>34</b>
<b>2.1.2 Douglas Lee e “Council of Foreign Relations” (CFR).....</b>	<b>39</b>
<b>2.1.3 Gunnar Myrdal.....</b>	<b>41</b>
<b>2.1.4 Andrew Karmarck.....</b>	<b>47</b>
<b>2.1.5 Jared Diamond.....</b>	<b>50</b>
<b>2.1.6 Krugman e a Nova Geografia Econômica.....</b>	<b>58</b>
<b>2.1.7 Quadro Sinóptico.....</b>	<b>61</b>
<b>2.2 Jeffrey Sachs.....</b>	<b>62</b>
<b>2.2.1 Produtividade do Solo e do Trabalho.....</b>	<b>62</b>
<b>2.2.2 Comércio .....</b>	<b>67</b>
<b>2.2.3 Sachs e a “Armadilha da Pobreza”.....</b>	<b>69</b>
<b>2.2.4 “Big Push”.....</b>	<b>71</b>
<b>2.2.5 A crítica de William Easterly.....</b>	<b>75</b>
<b>2.3 Outros Autores.....</b>	<b>78</b>
<b>3. Hipótese Institucional.....</b>	<b>84</b>
<b>3.1 Antecedentes.....</b>	<b>84</b>
<b>3.2 Douglass North.....</b>	<b>86</b>
<b>3.2.1 Os conceitos “acima” .....</b>	<b>88</b>
<b>3.2.2 Os conceitos “meso”.....</b>	<b>93</b>
<b>3.2.3 Os conceitos “abaixo” de Instituições.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2.4 North, o debate e a “função autor”.....</b>	<b>101</b>
<b>3.3 Acemoglu e Robinson (AR).....</b>	<b>105</b>
<b>3.3.1 O esquema de 2005.....</b>	<b>105</b>

3.3.2 O esquema de 2012.....	109
3.3.3 O esquema de 2016.....	115
3.3.4 North e AR: parecidos, mas nem tanto.....	121
3.3.5 A Crítica de Fukuyama.....	124
3.4 Embate com a Teoria da Modernização.....	126
3.5 O debate em relação a AJR (2001) e AJR (2002).....	136
3.6 O debate em relação a WNF (2012).....	146
3.7 Dani Rodrik.....	155
4. Considerações Finais.....	161
4.1 Discussão sobre a retórica no debate.....	161
4.1.1 “In God we trust. All other must bring data”.....	161
4.1.2 “Em nome do pai”: o uso de Adam Smith como ferramenta de retórica.....	165
4.1.3 “(Something) Matters”: o uso da ironia no debate.....	169
4.2 A questão da complexidade no debate.....	172
4.3 “Eu não vim aqui para explicar, eu vim aqui para confundir”.....	174
5. Referências Bibliográficas.....	177

## 1. Introdução

Se quisermos ser pedantes e parafrasear um autor famoso, poderíamos escrever: “um espectro ronda a Economia – o espectro de uma *pergunta*. A história de todas as teorias do desenvolvimento econômico que existiram até os nossos dias tem sido a história das respostas a esta *pergunta*”. Se concordarmos com Stigler (1983) que a Ciência Econômica começa com Adam Smith, então esta *pergunta* também foi a primeira e recebeu a forma: “qual a natureza e a causa da riqueza das nações?”.

Por uma impiedosa falta de criatividade, esta *pergunta* habita nas suas várias encarnações a introdução de quase todo o livro de teoria do desenvolvimento<sup>1</sup> e, como o leitor já percebeu, desta dissertação. Talvez esta recorrência seja um sintoma da falta de assunto que flagela a Economia ou, espero (ardorosamente) que sim, sinal da sua importância e complexidade.

Quase com a mesma a frequência que com que foi proferida, a *pergunta* foi respondida. Easterly (2001) compara as tentativas de respondê-la com a busca pelo Santo Graal, com o Tosão de Ouro ou o Elixir da Vida<sup>2</sup>. Segundo o autor, as “panaceias” encontradas envolvem a acumulação de capital físico, capital humano e o aumento na produtividade dos fatores de produção.

Porém, para North e Thomas (1973) estas respostas são insuficientes. De acordo com os autores:

“la clave del crecimiento reside en una organización económica eficaz (...) Una organización eficaz implica el establecimiento de un marco institucional y de una estructura de la propiedad capaces de canalizar los esfuerzos económicos individuales hacia actividades que supongan una aproximación de la tasa privada de beneficios respecto la tasa social de beneficios (...) Los factores que hemos enumerado (innovación, economías de escala, educación, acumulación de capital, etc.) no son las causas del crecimiento; son el crecimiento” (North e Thomas, 1973, p. 5-8).

Para AJR (2005), com tal afirmação, North e Thomas dividem as causas do desenvolvimento em dois níveis. Ao nível da superfície estão as causas “próximas” do desenvolvimento, tais como capital físico, humano e inovação. Em um nível mais

---

<sup>1</sup> Ver Ros (2013) e Jones (2000), por exemplo. Nesta dissertação e na mesma de Ros (2013), por uma questão de simplicidade, não faremos distinção entre “crescimento” e “desenvolvimento” econômico.

<sup>2</sup> Nós preferimos (não nego minhas origens) a analogia com a “pedra filosofal”, que tudo pode transformar em ouro e tornar a todos ricos.

profundo estão as causas “fundamentais”<sup>3</sup> da riqueza das nações. Na visão de AJR (2005), as causas próximas são consequência das causas fundamentais, de modo que, se realmente queremos saber por qual motivo alguns países são ricos e outros não, devemos procurar compreender os determinantes profundos do desenvolvimento econômico. A questão se torna: por que alguns países acumulam capital físico, humano e aumentam sua produtividade e outros não?

A busca pelas causas fundamentais do desenvolvimento assume a forma de uma metafísica<sup>4</sup> da Economia. Incessantemente, os praticantes da ciência lúgubre propuseram hipóteses para as “causas primeiras” do desenvolvimento econômico, só para na mesma medida serem acusados de “petição de princípio”. “Seria as instituições a causa fundamental?” diriam uns, ao que outros responderiam que não, as instituições são consequência e não causa. Seria a cultura a razão de ser do crescimento econômico? O que, para Solow (*apud* Mokyr (2017, p. 5)), sempre “end up in a blaze of amateur sociology”. Seria a exógena geografia o real motivo? Não, diriam muitos, a geografia não é nem exógena, nem importante. “E o comércio?”, tão importante para Smith, ao qual outros responderiam: “morte às vacas sagradas”.

A ausência de consenso sobre as causas fundamentais do desenvolvimento gerou controvérsia. E a controvérsia é mãe do debate<sup>5</sup>. Esta dissertação discorre sobre um dos episódios mais intensos sobre a questão das causas fundamentais do desenvolvimento econômico. Entre 2000 e 2012, adeptos das hipóteses institucional (HI) e geográfica (HG), que até então demonstravam “olímpica indiferença” uma à outra, produziram um “quente” debate sobre qual a causa era a mais profunda e decisiva. O objetivo desta dissertação é mostrar como transcorreu a “conversa disciplinada”<sup>6</sup> dos economistas neste evento em particular. Os problemas que norteia esta pesquisa são: o que podemos concluir do debate? Qual a retórica utilizada pelos autores participantes.

Na próxima seção debateremos as peculiaridades dos debates em Economia. Nas seções seguintes do capítulo 1, definiremos a HI e a HG, apresentaremos as outras hipóteses e faremos uma breve discussão sobre o debate entre os adeptos da HI e da HG com os adeptos da hipótese cultural (HC). Nos capítulos 2 e 3, exporemos em mais

---

<sup>3</sup> As causas “fundamentais” receberam vários nomes ao longo do tempo. Acemoglu (2003) e Spalaore e Wacziarg (2013) as chamam de “root causes”, Rodrik (2001) e Ros (2013) de “deep determinants”. Nesta dissertação utilizaremos causas fundamentais ou profundas de forma indiscriminada.

<sup>4</sup> O tempo todo questiona-se: o que é o “demiurgo” do desenvolvimento econômico?

<sup>5</sup> Entedemos Debate como “Exposição e troca de ideias em defesa ou contra um assunto, argumento, decisão, projeto de lei etc., geralmente para se chegar a uma conclusão” (Debate, 2020)

<sup>6</sup> Como McCloskey (1983) costuma se referir.

detalhes a HI e HG, respectivamente. Nas considerações finais (capítulo 4) discutiremos alguns elementos do debate como a retórica utilizada e o posicionamento dos adeptos da HI e HG em alguns temas mais controversos do debate.

### **1.1 Por que existem debates em Economia?**

De acordo com Blaug (1975, p. 399), apesar de criticado, “A Metodologia da Economia Positiva” Friedman (1953) é um dos poucos artigos sobre filosofia da ciência que praticamente todos os economistas já leram além de, implicitamente, ser um importante propagador das ideias de Karl Popper na Economia. Ao advogar o uso do falseacionismo popperiano, Friedman afirma que o objetivo da sua argumentação naquela obra é discutir problemas decorrentes da construção de uma ciência positiva na Economia, bem como analisar quais parâmetros são relevantes à aceitação, ainda que provisória, de uma teoria ao corpo de conhecimentos dessa ciência.

Para Friedman (1953), o objetivo principal de uma ciência positiva é a criação de uma teoria ou hipótese capaz de gerar previsões sobre eventos ainda não observados. Esta teoria ou hipótese é composta de duas partes: uma linguagem (em vista de um todo coerente de conceitos) e um corpo de hipóteses substantivas (com a finalidade de captar elementos fundamentais de uma realidade complexa).

A linguagem que dá base a uma teoria deve ser avaliada dentro dos parâmetros da lógica formal a fim de que consista em uma articulação racional dos conceitos e que permita uma completa classificação dos eventos. Por sua vez, o conjunto de hipóteses substantivas é testado empiricamente e julgado pelo seu poder preditivo, ou seja, seu critério de avaliação é centrado em considerações factuais, de modo que, para Friedman (1953), o único teste relevante para uma hipótese é a adequação das previsões com os eventos efetivamente observados no mundo real. Tal experiência jamais prova uma hipótese, apenas tem o poder de refutar uma teoria que não está adequada aos fatos. A experimentação tem a capacidade somente de refutar uma teoria, nunca de verificá-la.

A limitação dada pela impossibilidade de verificação de uma hipótese, somada ao número finito de fatos e à quantidade sem fim de teorias, fazem com que, desde que haja pelo menos uma hipótese que explique um fenômeno, exista um número infinito de hipóteses que explique qualquer evento. Portanto, dado que existe um número infinito de respostas válidas para uma mesma pergunta, a escolha de qual hipótese o pesquisador deve considerar em seu modelo mental é subjetiva e, até certo ponto, arbitrária.

Na Economia esse caráter subjetivo de adoção de hipóteses é ainda mais forte, pois nela é impossível realizar experimentos controlados. Para Friedman (1953), tal incapacidade não é condição suficiente para que retiremos o estatuto de ciência da Economia, nem para que abandonemos qualquer pretensão a uma ciência econômica positiva. Isso acontece porque a própria pretensão a experimentos controlados é, em certa medida, fantasiosa, pois, no limite, as circunstâncias de um teste nunca podem ser totalmente reproduzidas, bem como diversas outras ciências também não podem possuir tal expediente (ex. astronomia). Por outro lado, a Economia dispõe de experimentos naturais tais que muitas vezes proporcionam maior quantidade de informação do que um experimento controlado<sup>7</sup>. De qualquer modo, a ausência na Economia de um experimento “crucial” faz com que o descarte de hipóteses seja mais lento.

As dificuldades em refutar uma teoria levam, segundo Friedman (1953), muitas vezes os economistas a analisar o realismo dos pressupostos de uma teoria como critério de sua validade. Porém, para Friedman, isso é absurdo, uma hipótese é mais importante quanto mais simples forem seus elementos cruciais em função de seu poder preditivo, ou seja, existe um “trade off” entre o realismo e simplicidade, de modo que deve-se comparar os benefícios de uma maior acuidade em face de seu mais elevado custo de obtenção. Levando em consideração de que também existe um número infinito de pressupostos que geram a mesma hipótese, deve-se escolher os pressupostos mais simplificados (em função das necessidades de precisão de resultado) e, conseqüentemente, irrealis. Deve-se rejeitar a possibilidade de avaliar uma teoria pelo realismo de seus pressupostos.

Para Friedman (1953), os sucessivos testes aos quais podemos submeter as diversas teorias, depuradas por seu poder preditivo, podem dirimir dúvidas e, a longo prazo, acabar com qualquer debate que possa haver em Economia. Tal visão, como podemos depreender da argumentação de Arida (1983) e Blaug (1975), deu origem ao que se chamou de instrumentalismo (“operationalism”) e ficou arraigada como o cânone da Economia.

Neste sentido, McCloskey (1983) afirma que a metodologia oficial da Economia é o Modernismo. O Modernismo seria caracterizado pela abordagem matemática da

---

<sup>7</sup> Barro (2012) critica a argumentação baseada em experimentos naturais. Segundo o autor, a tendência é que simplesmente peguemos os experimentos que validem nossa opinião. Durante o debate, Acemoglu e Robinson usam e abusam de experimentos naturais para validar sua teoria institucional.

realidade com o objetivo último de realizar previsões corretas, caso as observações difiram do previsto pela teoria, então a hipótese é tida como falseada e descartada. A intuição e considerações metafísicas têm somente papel na formação de hipóteses, mas nunca devem influir na formação de conclusões, além de descartar a retórica como discurso vazio. O Modernismo teria sua origem no século XVII, com Descartes como seu principal expoente, até desembocar, já no século XX, em autores, como o jovem Karl Popper, que, para McCloskey, acabaram se tornando os porta-vozes oficiais da Economia.

No entanto, para McCloskey (1983), o Modernismo tem muitos problemas. A começar pelo fato de já ter sido refutado no âmbito da Filosofia, já que ao descartar a possibilidade de fundamentos metafísicos para o conhecimento, acaba entrando em contradição com seus próprios pressupostos metafísicos<sup>8</sup>, uma falha lógica imperdoável. Além disso, a aplicação rígida do método é impossível, haja vista que falsear hipóteses de forma isolada é impossível e testar as teorias em sua totalidade também o é, até mesmo porque as predições são escoradas em condições *ceteribus paribus* que inexistem no mundo real.

A autora ressalta que, se o Modernismo fosse seguido à risca, então a maior parte dos principais *insights* científicos, que depois se provaram sólidos, teria que ser descartada, tanto na Economia, quanto nas Ciências Naturais e na Matemática. Mesmo a Teoria da Evolução, exemplo paradigmático de hipótese, não poderia ser aceita, uma vez que não possui caráter preditivo e, portanto, não pode ser testada por experimentos e, conseqüentemente, falseada. Abandonar oficialmente o Modernismo não implicaria à Economia se afastar de muito do que já foi feito de melhor no campo científico.

Mas se a Economia deve renegar o Modernismo, então a que metodologia devemos aderir? Para McCloskey (1983) a própria ideia de que tenhamos um método é arrogante e pretensiosa, pois implica em alguém se atribuir o poder de dizer o que é e o que não é ciência, o que por definição é arbitrário e limitador. Para a autora, a Economia é uma literatura e por este motivo é necessário que analisemos qual é a retórica que a caracteriza.

De acordo com McCloskey (1983), a retórica é explorar o pensamento através da conversação, ela é uma conversa disciplinada. Os economistas já a usam através de seus modelos, de suas análises econométricas e, fundamentalmente, como instrumento de

---

<sup>8</sup> Isto é, que toda afirmação deve ser submetida ao teste empírico ou, em outras palavras, deve ser falseável.

pensamento através das suas metáforas, uma vez que a maior parte do jargão da Ciência Econômica, tais como curvas de oferta e demanda, mão invisível e espíritos animais são elementos de argumentação. Portanto, uma vez que a superação positiva nos moldes friedmanianos é impossível, os elementos de convencimento ganham relevo dentro da Economia e a existência de debates inconclusos se torna frequente, tal como a história nos mostra.

No entanto, a negação da dimensão retórica no discurso econômico e o apego à ideia de falseabilidade pelos economistas tem consequências maléficas. Segundo McCloskey (1983, p. 514):

“A fifth and final burden is that scientific debates in economics are long-lasting and ill-tempered. (...) Economists do not have an official rhetoric that persuasively describes what economists find persuasive. The mathematical and statistical tools that gave promise in the bright dawn of the 1930s and 1940s of ending economic dispute have not succeeded, because too much has been asked of them. Believing mistakenly that operationalism is enough to end all dispute, the economist assumes his opponent is dishonest when he does not concede the point, that he is motivated by some ideological passion or by self-interest, or that he is simply stupid. It fits the naive fact-value split of modernism to attribute all disagreements to political differences, since facts are alleged to be, unlike values, impossible to dispute. The extent of disagreement among economists, as was mentioned, is in fact exaggerated. The amount of their agreement, however, makes all the more puzzling the venom they bring to relatively minor disputes.”

Concordando com McCloskey, para Lima (1992, p. 17-8), o progresso da ciência econômica está associado ao retorno às ideias passadas como ferramenta de auto-reflexão ao qual a ciência deve se submeter recorrentemente. Tal processo libertaria a Economia do reducionismo imobilista decorrente da epistemologia positivista. Para Lima (1992), “a história das ideias econômicas é um campo de conhecimento científico onde as polêmicas e controvérsias inegavelmente se constituem na própria atividade normal pelos teóricos que a elas se dedicam”. De acordo com Lima (1992, p. 17-8), tal fenômeno seria um sinal de “robustez, vigor e dinamismo, e não de fraqueza, debilidade ou impotência dessa ciência, contribuindo, de forma inequívoca, para o progresso da e na própria teoria econômica”.

Segundo Lima (2003), como a Economia é uma ciência social, a verdade absoluta é um ideal onírico, uma vez que as interpretações que os agentes fazem são socialmente determinadas, pois, como mostrou Manheim (1968), sujeito e objeto constituem uma totalidade orgânica. As ideias adquirem aceitação não necessariamente por causa de seu valor científico intrínseco, mas porque são vendidas como ferramentas que permitem seus usuários a mais facilmente alcançar suas metas e refletem as relações de poder

entre os praticantes da Economia. O embate no campo da ciência responderia, também, a incentivos “exógenos” como dinheiro, reputação, dominação simbólica e interesses políticos que destoariam da objetividade e seriedade que a “hagiografia científica” nos faria supor.

Portanto, se fosse possível o estabelecimento de um critério externo e objetivo aliado a experimentos “cruciais”, então seria concebível a existência da superação positiva em Economia, o que por sua vez anularia a existência de debates. Uma vez que não existem tais experimentos e que a ciência econômica é socialmente determinada, a retórica e outras formas de imposição ganham realce na arena acadêmica, na qual o debate se torna algo central no ambiente acadêmico.

Esta dissertação trata justamente de um desses debates que caracterizam a produção científica em Economia: quais a causa fundamental do desenvolvimento econômico: seria a geografia ou as instituições?

## **1.2 Discussão sobre a existência do debate HI e HG.**

Muitos autores já falaram sobre a existência de um debate entre adeptos da HI e HG. Lorenz *et al.* (2005) relata como o surgimento do debate está associado com o avanços da informática e da econometria, mas que na realidade não traz nada de novo. Schaffranka e Erkal Ersoy (sem data) fazem um breve apanhado do debate, principalmente de seu começo. Saha (2013)<sup>9</sup> afirma que o debate tende a continuar por algum tempo.

Ros (2013, p. 394-5) enfatiza como o debate sobre os papéis da geografia e instituições no desenvolvimento econômico gerou uma grande literatura e assinala que:

Another related debate is whether geography affects economic development primarily through its effects on institutions or whether it does so through other channels. The geography hypothesis, associated with Sachs and coauthors, holds that environment directly influences the quality and productivity of land, as well as the endowment of human capital and production technologies. The institutionalist view holds that the environment's main impact on economic development runs through long-lasting institutions.

Segundo o autor (2013, p. 398) no decorrer do debate houve alguma convergência nas opiniões dos autores:

---

<sup>9</sup> Saha (2013, p. 71) cita o enigmático “Darren” Acemoglu como um dos principais representantes da hipótese institucional.

Defenders of the geography hypothesis, such as Sachs, have moderated their position recognizing that institutional differences have an important role in the explanation of income per capita gaps among countries. For institutionalists, in turn, it is clear that geography matters through its indirect effects, i.e. as a determinant of institutions.

Przeworski (2004, p.2), na mesma linha de Ros (2013), afirma que “institutionalists take as their rival the view that patterns of development are shaped by exogenously given natural environment, geography”, enquanto que Sachs e seus coautores afirmam que boas instituições e boa geografia costumam andar juntos, de modo que o cerne de sua argumentação é que a geografia importa mesmo quando consideramos os efeitos das instituições e política econômica.

Spalaore e Warzciarg (2013) mostram como as hipóteses já são bastante antigas e remontam pelo menos até o século XVIII. Elas evoluíram de forma autônoma durante quase todo o período, no entanto no final dos anos 90 e começo do século XXI, adeptos da hipótese institucional e adeptos da hipótese geográfica travaram intenso debate.

Nesta dissertação assumiremos que as hipóteses podem ser definidas da seguinte maneira<sup>10</sup>:

**Hipótese Institucional (HI)** = As instituições<sup>11</sup> de um país são a principal causa do crescimento econômico de longo prazo e, por isso, explicam os padrões de divergência de renda entre os países. Variáveis associadas à geografia têm impacto direto muito pequeno ou nulo sobre o crescimento econômico, no entanto, a geografia pode impactar indireto via instituições para o crescimento econômico.

**Hipótese Geográfica (HG)** = a geografia tem consequências diretas e duradouras sobre o crescimento econômico. Outras variáveis, como as instituições, a cultura e a política macroeconômica, podem ter impacto significativo sobre o crescimento econômico, porém são, em última instância, endógenas, enquanto a geografia é exógena.

As definições dão maior amplitude à HG do que à HI para incorporar o fato de que os adeptos da HG costumam enfatizar que as instituições parecem ter papel

---

<sup>10</sup> Diversos autores definiram, com maior ou menor formalidade, a HI e HG, por exemplo, Lorenz et. al (2005), AJR (2002, 2005) e AR (2012), Sachs (2003).

<sup>11</sup> Como veremos adiante (seção 3.1) existem vários entendimentos para o que são “Instituições”. Para os autores que consideramos “players” importantes no debate as instituições são, majoritariamente, as restrições formais que reduzem o “risco de expropriação” da propriedade privada ou, em termos de North, que aproximam o ganho privado do ganho social.

importante no crescimento econômico, como comentado por Przeworki (2004) e Ros (2013). A HI é mais “totalitária” ao praticamente descartar o papel de outras variáveis para o desenvolvimento.

Inclusive, este é um dos tópicos de debate em 2012 e reflete diferentes interpretações quanto à “complexidade”<sup>12</sup>. AR (2012b) acusam Sachs (2012a) de argumentar que “tudo importa” para o desenvolvimento econômico, para os autores um modelo teórico que proponha “43” variáveis de interesse na realidade não explica nada. Seguindo a argumentação de Friedman (1953), AR afirmam que modelos devem ser simples, o que justifica a ênfase “single minded” (acusação de Sachs (2012a)) nas instituições como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico.

### 1.3 Periodização e cronologia do debate

Se aceitarmos, como exposto acima, que existiu intenso debate entre os adeptos da HI e HG em algum ponto do passado próximo, precisamos estabelecer quando precisamente este debate aconteceu como forma de delimitar o escopo desta dissertação.

Ainda que ambas as hipóteses tenham a tendência de buscar a origem de suas ideias em autores tão antigos quanto Adam Smith<sup>13</sup>, será definido que o debate entre HI e HG começa em 2000 com a publicação do *working paper* de AJR (2001) e a resposta de McArthur e Sachs (2001). Também estabelecemos que o debate termina em 2012 com a repercussão de WNF.

Estabelecemos o início do debate em 2000 por três motivos. O primeiro é que AJR (2001) estabelece a linguagem do debate como “econométrica”. Como Lorenz et al. (2005) comentam, o avanço da econometria e da computação das últimas décadas do século 20 foi necessário para que as hipóteses fossem testadas empiricamente.

O segundo motivo é que 2000, pela primeira vez, existe um “fluxo” de tentativas recíprocas de refutação dos argumentos utilizados<sup>14</sup>. Até 2000, como veremos quando discutirmos os antecedentes do debate, o foco dos autores estava em desenvolver suas próprias hipóteses sem, no entanto, procurar contestar outras hipóteses.

O terceiro motivo é que AJR (2001) marca a entrada de alguns dos principais atores do debate. AJR só entram no debate em 2000, Rodrik em 2000, Sachs direciona

---

<sup>12</sup> Ver seção 4.2.

<sup>13</sup> Ver seção 4.1.2.

<sup>14</sup> Tal argumento é análogo ao utilizado por Stigler (1983) para estabelecer o começo da Ciência Econômica em Smith (1776).

suas atenções para os efeitos da geografia para o crescimento logo antes em 1998<sup>15</sup>, Olsson começa a participar em 2004. Inclusive as hipóteses de autores antecedentes são testadas no período como AJ (2005), Comin, Easterly e Gong (2006), Olsson e Hanson (2011), Olsson e Hibbs (2005). Também é neste período que os autores da Teoria da Modernização (TDM) se tornam mais atuantes.

A razão para que avaliemos que o debate acaba em 2012 é que, após a publicação *Why Nations Fail* (WNY) e da grande repercussão gerada, os principais autores, exceto AR<sup>16</sup>, parecem ter mudado de interesses de pesquisa. Sachs já tinha direcionado sua atenção para o auxílio aos países mais pobres desde Sachs (2005), os autores da TDM não buscaram refutar as críticas de Acemoglu, Johnson, Robinson e Yared (2009). Depois de 2012, a única ocasião de debate entre adeptos da HI e da HG foi o comentário de Bloom et al. (2014) a AJ (2007) respondido em AJ (2014).

Ainda que delimitemos a existência do debate no período 2000-2012, em diversos momentos faremos referência a trabalhos posteriores ao período. A justificativa para isso é que acreditamos que, para alguns autores<sup>17</sup>, a produção acadêmica subsequente ao debate reage aos questionamentos feitos durante o período do debate ou simplesmente complementa lacunas de trabalhos anteriores. A hipótese assumida é que existe um “path-dependence” na produção acadêmica, de modo que a produção posterior pode nos ajudar a entender a anterior.

Uma vez definido o intervalo de tempo de interesse, podemos elaborar uma cronologia<sup>18</sup> do debate HI-HG:

**2000:** Início do debate – publicação do *working paper* de AJR (2001) no NBER<sup>19</sup>.

**2001:** Resposta de McArthur e Sachs (2001) ao *working paper* de AJR (2001).  
Publicação de AJR (2001) rebatendo as críticas de McArthur e Sachs (2001).  
Publicação de Sachs (2001) reafirmando a geografia como causa do subdesenvolvimento dos trópicos.

---

<sup>15</sup> Com a publicação de Gallup, Sachs e Mellinger (1998). Até então as atenções do autor estavam voltadas aos efeitos da globalização e comércio para o desenvolvimento econômico, como discutiremos brevemente nas seções 1.4 e 2.2.2.

<sup>16</sup> Mesmo AR não responderam as críticas que receberam dos adeptos da Hipótese Cultural (HC), presentes em McCloskey (2010), por exemplo.

<sup>17</sup> Como AR. Acreditamos que o esquema de 2016 (ver seção 3.3.3) é, por exemplo, uma resposta às limitações do esquema de 2012 e que foram apontadas durante o debate (ver seção 3.6).

<sup>18</sup> Acreditamos que a cronologia é útil porque a dissertação está organizada por hipóteses e não por sequência temporal.

<sup>19</sup> National Bureau of Economic Research (NBER).

**2002:** Publicação de AJR (2002) com a hipótese da “reversão da fortuna”, o argumento mortal<sup>20</sup> para a HG. Publicação dos *working papers* de “Institutions Rule” de RST (2004) e de Easterly e Levine (2003).

**2003:** Publicação de Sachs (2003), o “Institutions don’t rule”, rebatendo AJR (2001), e os *working papers* RST (2004) e Easterly e Levine (2003).

**2004:** Publicação de RST (2004) com respostas a Sachs (2003). Publicação de Glaeser *et al.* (2004) atacando a hipótese de AJR (2001). Publicação de algumas versões de *working papers* de Albouy (2012). Publicação de Olsson e Hibbs (2004) reforçando a HG, artigo muito citado, mas pouco comentado.

**2005:** Diversas respostas de AJR aos *working papers* de Albouy (2012). Publicação de Sachs (2005) marcando a mudança de foco do autor para a questão do auxílio aos países pobres a partir da perspectiva da HG. Publicação de AJRY (2005) rebatendo Glaeser *et al.* (2004).

**2006:** Publicação de Easterly (2006) atacando Sachs (2005).

**2007:** Publicação de AJ (2007) mostrando que o aumento da expectativa de vida reduz a renda per capita. Publicação de Glaeser *et al.* (2007) contra argumentando AJRY (2005). Debate de Acemoglu e Glaeser no Wall Street Journal (WSJ(2007)).

**2008:** Publicação de Sachs (2008) com breve resposta a Easterly (2006). AJRY (2008) sobre a TDM.

**2009:** Novo artigo de AJRY (2009) “reavaliando” a TDM.

**2010:** Publicação de McCloskey (2010) defendendo a Hipótese Cultural (HC) e atacando a HI e HG.

**2012:** Publicação de WNF de AR com grande repercussão, na qual se destaca a resenha de Sachs (2012a), a réplica de AR (2012b) e a tréplica de Sachs (2012b). Final da troca de artigos entre AJR (2012) e Albouy (2012). Publicação de Barro (2012) tentando conciliar a TDM com a HI. Final do Debate.

A tentativa de “vencer” o debate teve grande impacto na trajetória seguida pela produção intelectual dos autores envolvidos. Sachs<sup>21</sup>, o principal nome associado à hipótese geográfica, se voltou para aspectos cada vez mais “técnicos” do

---

<sup>20</sup> Segundo Przeworski (2004)

<sup>21</sup> Como é possível observar em Sachs (sem data).

desenvolvimento econômico<sup>22</sup>, tais como produtividade agrícola, saúde (o impacto das doenças tropicais, principalmente), desigualdade de gênero e das consequências das políticas de auxílio do FMI e Banco Mundial, instituições com as quais o autor colaborou por vários anos. Assim como houve uma mudança na ênfase dos aspectos que levam um país a se desenvolver, Sachs passou a se interessar cada vez mais pelos países que, por suas condições ambientais e geográficas, não conseguem se inserir no mercado internacional e na divisão internacional do trabalho, o que, na visão do autor, seria a causa de sua pobreza extrema. Sachs e seus coautores, bem como alguns autores que passaram pelo debate ainda que de forma menos incisiva, como Ola Olsson, serão o foco da análise da argumentação relacionada à hipótese geográfica nesta dissertação.

No extremo oposto, os autores adeptos da hipótese institucional são, como AJR (2005) enfatiza, os herdeiros intelectuais da narrativa do desenvolvimento elaborada por Douglass North. Nela o desenvolvimento econômico é consequência de um arranjo institucional composto por regras formais e informais que aproximam a taxa de retorno privada da taxa de retorno social (instituições inclusivas), promovam a eficiência adaptativa, reduzam a incerteza e os custos de transação na interação entre os agentes. Ainda que tenha havido alguma reelaboração teórica por parte de Acemoglu e seus coautores, o argumento de North está no âmago da produção intelectual dos autores que pretendemos estudar nesta dissertação. Além de Acemoglu e seus coautores, também pretendemos discutir as ideias de Dani Rodrik.

Os dois lados do debate possuem nível “hierárquico” similar dentro da comunidade acadêmica, apesar de a hipótese institucional ter obtido mais influência nos últimos anos. Quanto ao lugar dos autores dentro da academia, pode-se ressaltar que os principais atores deste debate pertencem à grandes universidades americanas (Harvard, MIT, Columbia, NYU, por exemplo), são muito influentes em termos de citações e publicações, têm grande espaço na mídia e na formulação de políticas por organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI, ONU...).

Ambos os lados também utilizam o “framework” neoclássico de argumentação visando sempre a delimitação dos aspectos micro do comportamento agregado, muitas vezes se apoiando na teoria dos jogos, bem como ferramentas econométricas e até base de dados iguais. Outro recurso comum no debate é a referência a eventos históricos que caracterizariam experimentos naturais.

---

<sup>22</sup> Essa é uma acusação que Easterly (2006) faz a Sachs. A observação das publicações em Sachs (sem data) também evidencia isto.

O debate geografia e instituições é um exemplo sobre como mesmo indivíduos com “background” parecido podem ter profundas divergências e, como sugere McCloskey (1983), ter uma “conversa disciplinada”, que seria a força motriz da ciência econômica.

#### **1.4 As Outras Hipóteses.**

Além das hipóteses geográficas e institucional, diversas outras hipóteses para quais seriam as causas fundamentais do crescimento econômico foram elaboradas ao longo do tempo. Nesta seção analisaremos as hipóteses da Sorte, Ignorância, Política Econômica, Comércio e Genética, de menor “fôlego”, e na próxima seção discutiremos<sup>23</sup> a Hipótese Cultural, mais sofisticada e com mais adeptos.

A sorte poderia atuar de várias formas para ser decisiva para o desenvolvimento de longo prazo de um país. Em modelos de crescimento endógeno (ver Ros (2013, capítulo 2) para exemplos), um choque aleatório e positivo de renda pode colocar um país em uma trajetória de crescimento divergente em relação aos outros países. Tal ideia não seria incompatível com AJR (2005), que apresenta o surgimento do comércio atlântico como evento crítico no desenvolvimento da Europa, em especial dos países que tinham acesso ao oceano Atlântico.

Outra possibilidade seria um choque no preço de commodities ou descoberta de recursos naturais que servisse como um “big push”. Sachs e Warner (1999) analisam tal possibilidade e mostram que não há evidência de que isto tenha ocorrido. Por outro lado, Sachs (2012a e 2012b) atribui grande importância à descoberta de diamantes em Botswana para justificar as expressivas taxas de crescimento obtidas pelo país entre 1960 e 2000.

No campo institucional a sorte também é um fator considerado. AR atribuem grande importância à sorte<sup>24</sup> para a trajetória institucional dos países, o que por sua vez impactaria seu desempenho econômico de longo prazo. Lipset (1960), dentre os adeptos da TDM, sugere que a democracia possa surgir de forma aleatória nos países<sup>25</sup>, mas ter maior chance de se sustentar em países inicialmente mais ricos.

---

<sup>23</sup> Por não serem o cerne do nosso objeto de estudo (isto é, o debate).

<sup>24</sup> Ver seção 3.3.4 (sobre as diferenças entre AR e North)

<sup>25</sup> Repare que aqui estamos nos referindo à segunda versão da TDM, como Przeworki e Limongi comentam (ver seção 3.4, sobre a TDM, para mais detalhes).

Apesar das diversas sugestões de que a “sorte também joga”, há grande rejeição, dentre os participante do debate, de que a Hipótese da Sorte esteja correta. AJR (2005, p. 397) afirmam que “we do not believe that differences in luck by themselves constitute a sufficient fundamental causes of cross-country income differences”. HPR (2005) mostram que, apesar de acelerações de crescimento serem corriqueiras e acontecerem quase que aleatoriamente, elas tendem a se sustentar em países que realizaram reformas institucionais. A sorte pode fazer um país ter um “voo de galinha”, mas ter o crescimento econômico de longo prazo, que explicaria a grande dispersão nos níveis de renda, parece ser causado por boas instituições.

Easterly (2014) argumenta que as taxas de crescimento são muito voláteis. Segundo o autor, como existe alta tendência de retorno à média para o crescimento econômico, quando olhamos o curto prazo tendemos a premiar a sorte e não a competência dos Estados em gerar direitos políticos e econômicos nos quais muitos atores políticos e econômicos encontrarão as ações para promover seu próprio crescimento, esta sim a causa da “riqueza das nações”. A solução, para retirarmos os efeitos da sorte da análise econômica, é analisarmos o desempenho dos países no prazo mais longo possível.

As Hipóteses da Ignorância, Política Econômica e Comércio estão articuladas entre si. Segundo AR (2012, p. 50), a Hipótese da Ignorância indica que “a desigualdade existe no mundo porque nós ou nossos governantes não sabemos o que fazer para tornar ricos os países pobres”. A solução para a pobreza seria, então, “educar” ou escolher governantes “esclarecidos” que teriam a missão de implementar as “políticas e instituições corretas” que trarão a prosperidade.

Easterly (2006 e 2014) critica fortemente tal abordagem. Segundo o autor, a ideia de que cabe aos países ricos conduzir os países pobres (o “White man’s burden) está, na raiz, ancorada em concepção de superioridade racial dos povos ocidentais e favorece o surgimento de políticas autocráticas (baseadas em uma lógica de “cima para baixo”) que retiram os direitos básicos e a liberdade dos indivíduos de buscar solução para os próprios problemas. Como Esterly (2014) costuma afirmar, o duplo padrão das agências internacionais faz com que países ricos tenham os mercados e os direitos individuais, enquanto os países pobres tenham burocratas.

Rodrik (2000) critica a tentativa de copiar instituições estrangeiras<sup>26</sup>. Segundo o autor, dadas as peculiaridades locais e o conhecimento tácito dos agentes, estratégias de reforma institucionais via experimentação parecem ser mais bem sucedidas, principalmente em países culturalmente distintos daqueles que já são ricos.

A Hipótese da Ignorância implica que existe um conjunto de “boas práticas” universais que, por serem características dos países desenvolvidos hoje, trariam prosperidade aos países pobres, caso implementadas. A ideia de que o sucesso de um país depende da qualidade de sua política econômica é que o costuma-se chamar de Hipótese da Política Econômica. Segundo Lorenz et al. (2005, p. 12),

the policy-hypothesis sees the reason for different growth experiences solely in terms of different approaches to economic policy (...) Central to the policy-hypothesis are the positive effects of a liberal trade regime. International trade facilitates the realisation of economies of scale, intensifies competition in domestic markets and supports the creation, diffusion and absorption of foreign Technologies.

A hipótese da Política Econômica geralmente é subsumida como parte da Hipótese Institucional. RST (2004) afirmam que a primazia das instituições não implica na irrelevância da política econômica. Segundo os autores, a distinção entre ambas é tênue, as instituições são variável estoque, enquanto política macroeconômica é uma variável fluxo. Lorenz et al. (2005) afirmam que tanto instituições quanto a política econômica são decisivas para o crescimento de longo prazo dos países.

Easterly e Levine (2003) são mais críticos quanto à importância das políticas econômicas. A ênfase na “policy view”<sup>27</sup>, bastante popular dentro das agências multilaterais, tem o efeito deletério de desconsiderar a história e o elementos particulares dos países. A evidência empírica coletada pelos autores indica que a política macroeconômica não parece importar para a renda uma vez que controlamos para a qualidade institucional. Segundo os autores, parece que a política econômica é uma consequência das instituições, esta sim a responsável pelo crescimento econômico de longo. RST (2004), após fazerem algumas alterações no modelo de Easterly e Levine (2003), questionam os resultados econométricos encontrados.

A ênfase dada na abertura comercial como “boa política econômica”, e que está embutida na Hipótese da Política, também é o que caracteriza a Hipótese do Comércio.

---

<sup>26</sup> Que ele chama de modelo “blueprint”.

<sup>27</sup> Da qual Easterly e Levine (2003) destacam três componentes: i) política macroeconômica sólida; ii) abertura ao comércio; e iii) ausência de controle de capitais.

Para RST (2004), a Hipótese do Comércio<sup>28</sup> enfatiza o comércio internacional como promotor do aumento da produtividade. Segundo os autores, a versão extrema desta Hipótese, e que teve maior destaque nos meios acadêmicos, prega que a integração econômica é o principal determinante do crescimento econômico dos países. Sachs e Warner (1995) seriam dos principais representantes dessa hipótese, principalmente por concluírem que a maior abertura comercial seria responsável, sozinha, por um aumento de 2% a.a. na taxa de crescimento do produto per capita e pela convergência incondicional de renda entre os países.

As Hipóteses estão entrelaçadas naquilo que se costuma chamar de Consenso de Washington (CW). O CW preconiza que certo conjunto de políticas (Hipótese da Política) e instituições consideradas as “corretas”<sup>29</sup>, em especial aquelas que favorecem a integração econômica (Hipótese do Comércio), deve ser implantando nos países pobres com a supervisão com as agências multilaterais internacionais. Está implícita no CW a ideia de que os governos locais não sabem ou não conseguem implantar estas boas políticas (Hipótese da Ignorância).

O CW é amplamente criticado pelos adeptos da HI. Rodrik (2006) critica o aspecto “blueprint” do CW e como ele é fruto de uma lógica de imitação. Segundo Rodrik (2008), os resultados obtidos com esta iniciativa foram decepcionantes, enquanto países que apostaram em modelo institucional mais “híbrido”, como China e Índia, tiveram mais sucesso recente. Para o autor, as instituições que prevaleceram nos países ricos, e que estão no cerne do CW, talvez não sejam as ideais para os países em desenvolvimento, porém as agências internacionais continuam imputando tais “best-practices”, mesmo que existam indícios de que as “boas instituições” variem de país para país e que não seja possível “transplantá-las” com sucesso para os países subdesenvolvidos. Crítica similar é feita por Easterly (2014), ainda que não refira especificamente ao CW.

Chang (2004)<sup>30</sup> acredita que o CW é uma tentativa de “chutar a escada” dos países em desenvolvimento. Segundo o autor, as políticas e instituições defendidas pelas

---

<sup>28</sup> Que RST (2004) chama de Hipótese da Integração.

<sup>29</sup> Segundo Chang (2004, p.11) as “boas políticas” do CW consistem em: política macroeconômica restritiva, liberalização do comércio e investimento internacionais, privatização e desregulamentação. As boas instituições seriam a democracia, a boa burocracia, judiciário independente, proteção aos direitos de propriedade, governança corporativa orientada ao mercado e instituições financeira, como o Banco Central independente.

<sup>30</sup> Ainda que Chang possa ser considerado um economista institucionalista, ele certamente não está alinhado intelectualmente com ou autores da NEI, e principais participantes do debate, que discutimos com mais detalhes nesta dissertação.

agências internacionais são diferentes das que permitiram que os países atualmente ricos se desenvolvessem no passado. Ainda hoje, as políticas de promoção ao desenvolvimento tecnológico de tais nações não são orientadas pela lógica “liberal” do CW. Para Chang, as ditas “boas políticas e instituições” são mais consequência do que causa do enriquecimento dos países, ideia que o aproxima da Teoria da Modernização<sup>31</sup>.

Curiosamente, dentre os adeptos da HG o CW também é criticado. Sachs (1994) é um ardoroso defensor das virtudes da “terapia de choque”, que consistiria na aplicação do CW em curto período de tempo nos países em desenvolvimento. No entanto, Sachs (2005) relata como o fracasso da aplicação do receituário padrão das agências internacionais o levou a se atentar aos impactos da geografia para o crescimento econômico. Posteriormente, o autor se torna crítico de intervenções que levam em consideração só a política econômica, sem dar atenção às condições ambientais que aprisionam países inteiros na pobreza e impedem que as reformas de mercado funcionem.

Uma hipótese menos comentada é a genética. Spalaore e Warciarzg (2013) argumentam que a difusão da tecnologia pode acontecer com maior facilidade entre regiões cujas populações são mais próximas geneticamente. Isso explicaria porque as novas tecnologias associadas à revolução industrial se transmitiram mais rapidamente entre os países ocidentais, o que, por sua vez, está na origem do seu maior nível de renda atual. Por essa hipótese, uma vez que o tempo passa após um impulso original, que pode ter origens aleatórias, a tendência seria observar a convergência tecnológica e de renda entre os povos, afirmação que para os últimos duzentos anos tem embasamento estatístico. Segundo os autores, essa é um novo direcionamento que a discussão sobre as causas fundamentais do desenvolvimento deve seguir no futuro.

## **1.5 Hipótese Cultural**

Além da HI e HG, a outra hipótese que recebeu mais atenção durante o período do debate é a Hipótese Cultural (HC). Segundo AJR (2005, p. 401), na HC “culture is viewed as a key determinant of the values, preferences and beliefs of individuals and societies and, the argument goes, these differences play a key role in shaping economic performance”. Segundo AJR, a HC geralmente é associada ao sociólogo alemão Max Weber, pioneiro na associação entre aspectos culturais e Economia.

---

<sup>31</sup> Apresentada com mais detalhes na seção 3.4.

Segundo Weber (1905) o capitalismo está assentado em um “éthos” particular, que em muito se assemelha ao que o autor chama de “ética protestante”<sup>32</sup>, baseada na valorização da frugalidade, do trabalho e da acumulação como um fins em si e do sucesso material, mas não a ostentação, como sinal de “predestinação” . Segundo o autor, existe correlação entre o protestantismo e o capitalismo, mas não existe uma relação de necessidade entre ambos, de modo que seria equivocado afirmar que o “capitalismo seria produto da reforma”. Outro aspecto salientado por Weber é que a ascensão do capitalismo parece estar associada com o paulatino abandono do contato com a Igreja e, em contrapartida, com a ascensão de um “iluminismo liberal”. De acordo com McCloskey (2010), posteriormente o próprio Weber abandonou a hipótese de que a “ética protestante” estivesse especialmente correlacionada com o capitalismo.

Mokyr (2017), outro adepto da HC, também enfatiza o papel das ideias iluministas para o “grande enriquecimento” do Ocidente nos últimos 250 anos. Para o autor, o excepcional crescimento econômico do período decorreu de mudanças culturais entre 1500 e 1700 e não apenas nos contratos e pluralismo político enfatizados pela HI. Mokyr (2017, p. 8) define Cultura como: “a set of beliefs, values and preferences, capable of affecting behavior, that are socially (not genetically) transmitted and that are shared by some subset of society”.

Segundo o autor, a contínua expansão tecnológica, principal causa do “grande enriquecimento”, é decorrente de um novo tipo de relação do ser humano com a natureza, ela é uma atitude (desejo e a energia) e uma aptidão, que surgiu em algumas regiões da Europa, entre 1500 e 1700. A principal revolução foi a mudança no entendimento sobre o mundo físico, ele deixou de ser algo indecifrável e misterioso e se tornou uma “matéria-prima” suscetível de manipulação para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Para Mokyr (2017), as mudanças culturais afetaram a tecnologia de duas maneiras no período: i) ao mudar a atitude perante o mundo físico; e ii) ao fortalecer instituições (como as patentes) que estimularam e deram suporte a acumulação de capital e difusão de “useful knowledge”. Esse novo ambiente cultural e novas ideias que iriam “amadurecer” no final do século XVII e começo do século XVIII que receberam o nome de Iluminismo.

---

<sup>32</sup> Associada principalmente com Calvinistas e Pietistas.

McCloskey (2010), também defensora da HC, vê outras causas para o “grande enriquecimento” e o surgimento do “capitalismo” (inovação)<sup>33</sup>. Segundo a autora, o capitalismo é decorrente da atribuição de dignidade às atividades e valores burgueses, processo denominado por ela de “reavaliação burguesa”, que ocorreu majoritariamente na Inglaterra e Holanda. A resignificação da vida burguesa, segundo a autora, está entrelaçada com iluminismo identificado por Mokyr (2017).

Segundo McCloskey (2010), por causa da “reavaliação burguesa”, as atividades comerciais deixaram de ser vistas como algo “mesquinho” e foram reinterpretadas como positivas para a nação. O inventor passou a ser considerado um “benfeitor da humanidade”, termos como “honestidade” mudaram de conotação<sup>34</sup>. Esperança, trabalho árduo e criatividade começaram a ser entendidos como virtudes. A valorização o “jeito de ser” burguês, por sua vez, foi alcançada por meios retóricos, isto é, a causa da mudança não teve, para McCloskey, fundamentos econômicos, ela foi fruto da mudança nos “hábitos da mente e dos lábios”, ou seja, de um amplo processo de convencimento.

Segundo McCloskey (2010), explicações para o enriquecimento do Ocidente baseadas em “acumulação” de capital, que está implícita na HG, ou “alocação”, orientada pelas instituições como sugere a HI, não podem explicar a imensa dimensão do enriquecimento observado no ocidente do século XVIII até os dias atuais. Por exclusão, teorias que favorecem o papel da cultura como fomentadora da inovação, como a HC, parecem ter mais sentido.

Ainda que os argumentos da HC sejam atraentes, eles foram duramente criticados por adeptos da HG e da HI. Dentre os adeptos da HG, Sachs (2015, p. 133) considera que é geralmente “insultuosa” a ideia de que fatores culturais sejam decisivos para o crescimento econômico. Ele indica que a cultura pode ter alguma importância ao influenciar a taxa de natalidade, o grau de escolaridade e do papel das mulheres na sociedade. Audaciosamente, em um livro chamado “Culture Matters”, Sachs (2000, p. 41) afirma que “if culture is in fact an important determinant of cross-country experience, it seems to play a subsidiary role to these broader geographical and political/economic dimensions”.

---

<sup>33</sup> A autora prefere o termo “inovação” a “capitalismo”. Segundo ela, o que caracteriza o capitalismo é a inovação contínua, argumento similar ao de Mokyr (2017). O “capitalismo”, como é frequentemente entendido, já faria parte da natureza humana “desde as cavernas” e uso equivocado deste termo se dá por um erro de interpretação dos economistas alemães do século XIX.

<sup>34</sup> Deixou de significar “honra militar” ou castidade (para mulheres) e passou a identificar a pessoa comum digna ou que fala a verdade.

Sachs (2005) afirma que os argumentos culturais apresentam dois problemas principais. Primeiro, a cultura é bastante mutável e influenciada pelas condições econômicas. Os valores, como enfatizado pela HC, historicamente se mostraram maleáveis às transformações econômicas. Sachs (2005, p. 360) dá como exemplo o Japão no século XIX que, para os autores da época, seria incapaz de se desenvolver por causa “[d]o amor à indolência e ao prazer do próprio povo”.

O segundo problema é que as análises culturais costumam ser feitas a partir de preconceitos e não de fatos mensuráveis. Segundo Sachs (2005), quase todos os povos foram taxados de “preguiçosos” até que enriquecessem aí passassem a ser considerados “industriosos”. O exemplo dado é a China, que por muito tempo foi considerada inadequada ao crescimento econômico por causa de sua cultura “confucionista” e, conforme passou a crescer a taxas espantosas, teve seu sucesso econômico explicado por seus “valores asiáticos”. Segundo o autor, as provisões inspiradas em Weber foram bastante ineficazes em prever o crescimento, mesmo na Europa, ao longo do século XX.

McCloskey (2010) contra-ataca e argumenta que a HG também não é capaz de explicar a ascensão da Europa. Os recursos naturais e a localização privilegiada, cerne da argumentação de Sachs e Diamond<sup>35</sup>, também estavam disponíveis em outras regiões do mundo. Além disso, as condições geográficas “vantajosas” sempre estiveram lá, a questão relevante é por que tais condições ambientais só se tornaram relevantes para o crescimento europeu nos séculos XVI e XVII. A resposta de McCloskey é que, graças à vitória burguesa na “batalha das ideias”, tais recursos puderam ser utilizados com liberdade e criatividade.

Pelos lados da HI, AR (2012a, p.45) afirmam que “os aspectos culturais que se costuma enfatizar - religião, ética nacional, valores africanos ou latinos – não têm importância para entendermos como chegamos até aqui e por que as desigualdades do mundo persistem”. Para os autores, a cultura pode ter alguma importância como suporte às instituições<sup>36</sup>.

Diferentemente de Sachs (2005), que enfatiza a mutabilidade da cultura e valores, AR (2012a) afirmam que a cultura, de lenta mudança, não poderia explicar os grandes milagres econômicos, como os tigres asiáticos, ou “experimentos naturais”,

---

<sup>35</sup> McCloskey (2010) argumenta que Diamond confunde as perguntas: “por que a Europa é tão próspera?” com “Por que a Europa foi tão hábil na conquista violenta pós 1492?”. Diamond responde a segunda questão achando que está respondendo a primeira.

<sup>36</sup> Para a discussão sobre “normas sociais” em AR ver seção 3.3.3.

como a Alemanha no pós - 2ª Guerra Mundial e as Coreias atualmente. AR frequentemente “testam” a HC nos seus trabalhos empíricos.

Em AJR (2005), os autores concluem que a ascensão da Europa Ocidental pós-1500, mesmo período avaliado por Mokyr (2017) e McCloskey (2010), esteve associada ao comércio atlântico e não a alguma tendência cultural prévia como cultura, religião ou herança romana. Apesar de o comércio atlântico ter pequena magnitude em relação ao tamanho das economias dos países europeus, ele precipitou mudanças institucionais decisivas para o grande crescimento posterior. Em AJR (2001), não é encontrada significância estatística para variáveis como origem legal e identidade do colonizador, quando controladas por instituições.

McCloskey (2010, p. 33) é incisiva ao rebater o que ela chama de “new institutionalism” favored by late samuelsonian<sup>37</sup> economists”, nos quais ela inclui North e AR. Segundo ela, entender as instituições como mecanismos de restrição ou incentivo, tal como NEI faz, resulta em uma interpretação pobre do papel das restrições informais como “framing references”. As restrições informais são, para McCloskey, continuamente negociadas, mutáveis, construídas e reconstruídas em cada circunstância ou contexto. Já o marco teórico de North (1990), de indivíduos maximizadores e inspirado no direito neo-romano, vê o sujeito como uma espécie de escravo das leis. Outros fatores, como as noções de Identidade e Sentido, também seriam negligenciados pela NEI.

Para McCloskey (2010) o argumento de North, consequentemente da NEI, é que a história econômica é a história dos povos que não conseguiram gerar instituições que induzem em crescimento econômico sustentável. No entanto, tal ideia seria circular, já que assume em suas conclusões de que as instituições causaram o enriquecimento do Ocidente. Além disso, McCloskey (2010) aponta erros na interpretação histórica dos autores. A exaltação da Revolução Gloriosa inglesa, presente em North e Thomas (1973) e AR (2012), como ponto de mudança nas instituições inglesas é errônea, uma vez que, apesar de ser verdade que trouxe maior poder político/centralização para o Estado inglês, ela não gerou uma real expansão dos direitos de propriedade e nem de

---

<sup>37</sup> A autora (2010, p. 456) utiliza o adjetivo “samuelsoniano” para descrever a teoria econômica “american-style” que trata todo problema como uma maximização sob restrições realizada por indivíduos. Para McCloskey, autores “samuelsonianos” veem teorias baseadas na importância das “ideias” como “não científicas”, esses autores estariam impregnados de uma visão “materialista” de ciência, que vê variáveis não-mensuráveis como “não masculinas”.

liberdade individual, elementos fundamentais na narrativa da NEI. No entanto, segundo autora, a narrativa northniana se tornou “conhecimento convencional”.

Sobre AR, McCloskey (2010, p. 322) afirma que:

Acemoglu in short has gotten the history embarrassingly wrong in every important detail, and his larger the is wholly mistaken. It is not his default, however. The few economic historians he has consulted, especially North, have not consulted the work of historians using primary sources and have not sufficiently doubted the tales told by nineteenth century German Romantic.

Segundo a autora, AR (2012a) erram quando sugerem que a baixa produtividade da economia medieval se devia à falta de direitos de propriedade, uma vez que os incentivos econômicos desta natureza não se alteram até pelo menos 1800. Os direitos de propriedade, cerne do argumento de AR<sup>38</sup>, já existiriam a muito mais tempo nos países ocidentais, o que faltava, segundo McCloskey, era um conjunto de valores incentivasse a inovação, ou seja, a “reavaliação burguesa”, esta sim a causa do enriquecimento do Ocidente. Curiosamente, AR não respondem tais críticas.

Como discutiremos na seção 3.3.4, há uma convergência da HI para a HC, ainda que a forma que a cultura seja incorporada no marco teórico institucional seja muito distinta da colocada por Mokyr (2017) e McCloskey (2010).

---

<sup>38</sup> Segundo McCloskey (2010, p. 323) “North e Weingast and their student Acemoglu are letting their chronology get radically and misleading compressed”.

## 2. Hipótese Geográfica

Para Gallup, Sachs e Mellinger (1998) existem duas correlações inequívocas entre geografia e desenvolvimento. A primeira é que os países tropicais são quase todos pobres. A segunda é que países costeiros são, geralmente, mais ricos e, em contrapartida, países “landlocked”<sup>39</sup> são geralmente mais pobres.

Em Bloom e Sachs (1998, pp.212-213), se referindo especificamente à África subsaariana (mas válida para os países tropicais em geral), os autores se defendem da acusação de que sua análise seria uma representante do “determinismo geográfico” com três argumentos. Primeiro, para os autores, há pouco ganho em repetir a cantilena dos malefícios causados pelo estatismo, protecionismo e corrupção, seus efeitos deletérios já são amplamente conhecidos. O segundo motivo é que os economistas muitas vezes negligenciam o papel da natureza no desempenho econômico dos países, eles muitas vezes costumam tratar os países como “tábulas rasas” nas quais serão “escritas” as tecnologias e instituições de outra região como etapa para o desenvolvimento. Terceiro, as boas políticas precisam ser desenhadas de forma compatível com a geografia das regiões.

Um autor frequentemente citado por Sachs<sup>40</sup>, David Landes (1998, capítulo 1) afirma que durante muitas décadas a geografia foi relegada a segundo plano, pois esteve associada à eugenia e o racismo da primeira metade do século XX. No período, diversas importantes universidades americanas fecharam seus departamentos de geografia e a utilização de elementos da natureza como forma de explicação para aspectos humanos invariavelmente redundava na acusação de “determinismo geográfico”. Tal comportamento encontraria adeptos facilmente uma vez que aceitar que a geografia importa é assumir a verdade inconveniente, tanto para indivíduos quanto para países, de que a natureza é injusta. Para Landes (1998), a aceitação desta verdade nos permite “retirar as lentes cor-de-rosa” e entender que enfrentar os desafios do desenvolvimento requer ter a consciência de que, apesar de não “ser destino”, o impacto da geografia

---

<sup>39</sup> O termo “landlocked” é difícil tradução para o português. Por exemplo, as traduções “sem acesso ao mar” ou “sem litoral” não são precisas, pois muitos autores consideram que países com rios navegáveis que dão acesso ao mar não são “landlocked” (para esses autores, o Paraguai não é “landlocked”, mas a Bolívia sim). Uma opção mais literal e lusitana do tipo “fechado em terras” talvez desse um ar mais “poético” ao termo, porém indesejável em uma dissertação de mestrado.

<sup>40</sup> Ver Gallup et al. (1999) e Sachs (2001), por exemplo.

“pode ser reduzido ou evitado, embora invariavelmente a um certo preço”, sendo o conhecimento e a tecnologia as ferramentas para sua superação.

Na mesma linha de Landes (1998), os autores Gallup, Gaviria e Lora (2007, p. 79) argumentam que a geografia não é destino e que boas instituições e políticas conseguem mitigar seus efeitos. Um ponto importante, porém, é entender que assumir os impactos da geografia não é o mesmo que redundar em um fatalismo, mas sim adquirir maior consciência dos desafios do desenvolvimento econômico em regiões com geografia adversa e possibilitar que soluções sejam encontradas. Os autores acham que tal postura é mais salutar do que o mero ceticismo que imperou na pesquisa econômica quanto às consequências da geografia, pois nos proporciona uma perspectiva mais acurada da realidade.

Neste capítulo, iremos apresentar a HG antecedente ao debate. Depois discorreremos sobre a argumentação dos adeptos da HG durante o debate, dando atenção especial à obra de Jeffrey Sachs.

## **2.1 Antecedentes – Os Eixos da Hipótese Geográfica**

Valendo-nos de Sachs (2001) e Sachs (2015), podemos identificar quatro eixos da hipótese geográfica que “rotulam” os grupos de argumentos dos autores aqui arrolados. Cabe ressaltar que nem todos os autores valem-se de todos os conjuntos de argumentos aqui apresentados, bem como mesmo dentro de cada eixo o enfoque dado por cada autor pode ser distinto.

O primeiro eixo é o da produtividade agrícola. O regime de chuvas, qualidade do solo, facilidade de surgimento e propagação de doenças variam significativamente entre as regiões do mundo e, com isso, afetariam a capacidade de produção de alimentos dos países, o que por sua vez teria efeitos repercussão sobre a absorção tecnológica, acumulação de capital e demografia.

O segundo eixo é o da produtividade do trabalho. Alguns autores (Montesquieu (1748), Lee (1957), Myrdal (1968) e Karmarck (1976)) enfatizam os efeitos do clima para o nível de disposição para o trabalho dos indivíduos, enquanto os autores mais recentes (Sachs, Olsson, por exemplo) ressaltam o impacto das doenças na quantidade e qualificação da oferta de trabalho.

O terceiro eixo é o dos custos de transporte. Maiores custos de transporte dificultam a inserção dos países no mercado internacional e, por conseguinte, na divisão internacional do trabalho, o que por sua vez limita seus ganhos de produtividade.

O quarto eixo é o do acesso aos recursos energéticos. Segundo Sachs (2012b, p.9), a disponibilidade de carvão e petróleo é muito variável entre os países e foi, principalmente no século XIX, uma condição *sine qua non* para a industrialização. A outra face da abundância dos recursos naturais, no entanto, é a chamada “maldição dos recursos naturais”<sup>41</sup>.

Na próxima seção iremos analisar os autores que recorrentemente são citados como adeptos da HG, porém cujas obras são anteriores ao período que identificamos como o do debate. Após a exposição das posições de cada autor discutiremos em quais eixos o sua argumentação se insere. Ao final da seção, faremos um quadro sinóptico associando autores e eixos por ele abordados.

### 2.1.1 Montesquieu

AR (2012) e Sachs (2001) se referem à Montesquieu (1748) como um dos primeiros autores a ressaltar o impacto do clima na disposição ao trabalho e organização política dos povos. Segundo AJR (2005, p. 403), Charles-Louis de Secondat (1689 – 1755), barão de Montesquieu, “claimed that warm climate makes people lazy and thus unproductive, but also unfit to be governed by democracy. He argued that despotism would be the political system in warm climates”, ou seja, que o clima atuava sobre os indivíduos<sup>42</sup>, dentro dos termos do debate HI e HG, por meios diretos (via produtividade do trabalho), quanto por meios indiretos (qualidade do governo, portanto, instituições).

Segundo Montesquieu (1748), o clima frio contrai as fibras que compõem o corpo humano fazendo com que mais sangue chegue ao coração. A maior quantidade de sangue no coração faz com que o indivíduo tenha mais vigor, confiança em si mesmo, coragem<sup>43</sup> e, por maior conhecimento de sua superioridade, menos suspeitas, políticas e astúcia. Clima frio também causa pouca sensibilidade para os prazeres, sentimentos<sup>44</sup>,

---

<sup>41</sup> Dado o caráter ambíguo e pouco explorado durante o debate dos recursos energéticos, nós não abordaremos tal discussão quando nos referirmos à obra de Sachs na seção 2.2.

<sup>42</sup> Naturalmente que não podemos falar de crescimento ou desenvolvimento econômico na obra de Montesquieu.

<sup>43</sup> De acordo com Montesquieu (1748, p. 240), “os povos dos países quentes são tímidos assim como os velhos, o dos países frios são mais corajosos como os jovens”

<sup>44</sup> (idem, p. 241) “é preciso esfolar um moscovita para dar-lhe algum sentimento”

poucos vícios, muitas virtudes, muita sinceridade e franqueza. Enquanto isso, em um país quente a “alma é soberanamente comovida por tudo que tem relação com a união de dois sexos” (pp. 241-2), além disso o calor faz com que o corpo perca suas forças, fraqueza que contamina o espírito, tornando-o sem curiosidade, iniciativa nobre ou generosidade, “as inclinações serão todas passivas; a preguiça será a felicidade”, o que favorece que as pessoas tolerem mais facilmente os castigos e a servidão, já que não possuem “a força de espírito necessária para conduzir a si mesmo”.

Outros aspectos culturais também seriam consequência do clima segundo Montesquieu (1748). Em climas frios, a parte aquosa do sangue se dissiparia, via suor e respiração, a uma taxa mais lenta do que em climas quentes, de modo que o consumo de bebidas alcoólicas seja maior nessas regiões<sup>45</sup>, vetá-lo por lei, como certas culturas fizeram, traria mais mal do que bem. Outra restrição cultural que deveria variar em relação ao clima é a do tipo de casamento, em climas quentes o mais adequado seria a poligamia (um homem, muitas mulheres) como forma de equilibrar o número de homens e mulheres e as diferentes taxas de envelhecimento das que vigoram em climas frios. Dado o caráter preguiçoso e contemplativo dos povos de clima quente, nestas regiões seria mais comum a vida religiosa, fenômeno que, na opinião de Montesquieu, deveria ser coibido por meio de leis que suprimissem todas as formas de viver sem trabalhar<sup>46</sup>. Como Montesquieu (1748) sugere que a preguiça está correlacionada com o orgulho, a forma de reduzir a apatia dos povos de clima quente e fomentar a indústria seria criar honrarias<sup>47</sup> que motivassem as pessoas a trabalhar. Naturalmente que, para Montesquieu (1748), os diligentes, corajosos, ébrios, monogâmicos indivíduos de clima frio tenderiam a subjugar os preguiçosos, covardes, sóbrios, poligâmicos e orgulhosos povos de climas quentes, tal como, na opinião do autor, a história tem mostrado. Cabe ressaltar que Montesquieu descreve tais tendências como uma resposta natural às condições ambientais, de modo que as leis, estas criações de um legislador, deveriam se amoldar a tais distinções.

Então, para Montesquieu (1748), se o “caráter e paixões” mudam com o clima, então as leis também devem ser diferentes. As leis devem compensar as deficiências

---

<sup>45</sup> “Tal lei não seria boa nos países frios onde o clima parece forçar uma certa embriaguez da nação, muito diferente da embriaguez das pessoas (...) Um alemão bebe por hábito; um espanhol, por opção” (Montesquieu, 1748, pp. 246-7)

<sup>46</sup> “Mas no sul da Europa ele fazem exatamente o contrário: dão aqueles que querem ficar ociosos lugares propícios à vida especulativa e lhes doam imensas riquezas” (idem, p. 245)

<sup>47</sup> “No sul da Europa, onde os povos são tão impressionados pelo ponto de honra, seria bom dar prêmios aos lavradores que tivessem melhor cultivado seus campos ou aos trabalhadores que mais tivessem desenvolvido a sua indústria” (idem, p. 246)

causadas pelo clima, de modo que os povos de climas quentes têm maior necessidade de um legislador sábio devido à sua maior preguiça e tendência à inação, o que também faz com que nestes países os governantes tendam a ter maior continuidade no poder. Usando a terminologia recente do debate entre HI e HG, Montesquieu (1748) sugere “efeitos indiretos” do clima nas instituições, de forma análoga que AJR (2001) fariam mais de 250 anos depois.

Entre os impactos do clima nas instituições estão a escravidão e a tirania política. Segundo o Montesquieu (1748),

existem países onde o calor debilita o corpo e enfraquece tanto a coragem, que os homens só são levados a um dever penoso pelo medo dos castigos: assim, ali a escravidão choca menos a razão; e como o senhor é tão covarde em relação a seu príncipe quanto o é seu escravo em relação a ele a escravidão civil também é acompanhada da escravidão política (Montesquieu, 1748, p. 258).

Isso faz com que a “servidão natural” deva ser restrita aos países quentes, enquanto nos países frios mesmo os piores trabalhos podem ser executados por pessoas livres. Nota-se aí um prenúncio do “double standard” das agências internacionais que Easterly (2014) sugere, isto é, nos países ricos deve-se respeito estrito aos direitos do indivíduo, já nos países pobres o governo pode ser autocrático.

Para AJR (2005, p. 404) “even if Montesquieu's story appears both unrealistic and condescending to our modern sensibilities, the general point should be taken seriously”, isto é, os países mais quentes (menor latitude) tendem a ser mais pobres. Como discutiremos adiante (seção 3.3), para AJR o subdesenvolvimento dos países pobres deve ser explicado realmente por suas instituições, no entanto, a geografia só tem efeitos de longo prazo por meios indiretos (nos quais a escravidão e falta de liberdade política assinaladas por Montesquieu desempenham papel importante), descartando os meios diretos (a preguiça, covardia,...).

Olsson<sup>48</sup> e Hansson (2011) também se interessaram pelas hipóteses propostas por Montesquieu. Segundo o autor francês (1748, p. 132):

É da natureza da república que ela só possua um pequeno território; sem isto não pode subsistir. Numa república grande, existem grandes fortunas e conseqüentemente pouca moderação nos espíritos; existem depósitos muito grandes para colocar nas mãos de um cidadão; os interesses particularizam-se; um homem sente, primeiro, que pode se feliz, grande, glorioso, sem sua pátria; e, logo, que pode ser o único grande sobre as ruínas de sua pátria

---

<sup>48</sup> Autor que terá participação secundária no debate recente sobre as causas fundamentais do desenvolvimento econômico.

de modo que Olsson e Hanson procuram testar se existe correlação entre o tamanho de um país e sua “rule of law”<sup>49</sup>. Cabe ressaltar que o tamanho do Estado para Montesquieu (1748) é determinado por questões climáticas e da geografia física. Em regiões onde o clima varia de forma gradual os povos teriam níveis similares de coragem, de modo que a conquista (dos povos de clima quente pelos de clima frio) seria muito difícil fazendo com que países sejam menores. Maiores barreiras geográficas, como montanhas e mares, também dificultariam o surgimento de grandes impérios. Montesquieu (1748) usa tais argumentos para explicar a maior fragmentação política da Europa em contraposição à centralização política da Ásia. Olsson e Hanson (2011), no entanto, não se propõem a discutir tais minúcias do argumento de Montesquieu.

Olsson e Hanson (2011) testam via econometria, e com sucesso, duas possíveis explicações para correlação inversa entre área de um país e sua segurança jurídica. A primeira é que países grandes possuem menor dependência do comércio internacional o que causa pior “rule of law”, a ideia é que a abertura comercial tem o efeito disciplinador sobre a disposição dos governos em expropriar empresas estrangeiras e domésticas, de modo que a necessidade de comércio se torna uma “restrição ativa” no comportamento estatal, ou seja, proporciona maior “rule of law”. Países grandes também têm, em teoria, maior possibilidade em obter rendas mais expressivas oriundas de recursos naturais que favorecem o “rent-seeking” e a “maldição dos recursos naturais”.

A segunda explicação é que a “rule of law” tem caráter de bem público e se espalha de forma imperfeita da capital para o interior, logo países maiores tenderiam a ter maior distância média de um povoado qualquer em relação à capital e, conseqüentemente, pior qualidade institucional. O argumento de Olsson e Hanson (2011) é que as instituições que emanam do centro são fomentadoras da atividade econômica e que existem custos associados com a difusão de bens públicos sobre o espaço físico. Para Olsson e Hansson (2011), tal racionalização justificaria a existência de um grande número de países e não de um único país que controlasse toda a terra, já

---

<sup>49</sup> Segundo Lipset (1994, p.15):

Essentially, the rule of law means: (1) that people and institutions will be treated equally by the institutions administering the law—the courts, the police, and the civil service; and (2), that people and institutions can predict with reasonable certainty the consequences of their actions, at least as far as the state is concerned

Em português, “rule of law” costuma ser traduzida como “estado de direito” ou “império da lei”, em forma mais literal e machadiana.

que haveria “deseconomias de escala” decorrentes da imperfeita propagação das instituições.

Dentro dos eixos de argumentação da hipótese geográfica discutidos acima, podemos considerar que as ideias de Montesquieu (1748) sobre os efeitos do clima para o desenvolvimento se situam no segundo eixo: a preguiça afeta a produtividade do trabalho. Os demais efeitos da geografia para a organização dos povos, isto é, pior “rule of law” em Estados maiores, podem ser considerados como indiretos.

### **2.1.2 – Douglas Lee e “Council of Foreign Relations” (CFR)**

Nos anos 50, o Council of Foreign Relations (CFR), *think tank* altamente influente na política externa americana, organizou um grupo de estudos sobre clima e desenvolvimento nos trópicos com pesquisadores de diversas áreas e universidades americanas. O objetivo era procurar entender porque, por qualquer critério usual, sempre que definimos o que são países subdesenvolvidos, a maior parte deles está em regiões tropicais e como os países ricos poderiam atuar para auxiliá-los em desenvolver-se. O resultado das pesquisas do grupo foi resumido em 1957 pelo relator do grupo de estudos, Douglas Lee, no livro “Clima e Desenvolvimento Econômico nos trópicos” e consiste, segundo Gallup, Sachs e Mellinger (1999, p. 185), em um importante estudo que sintetiza os argumentos de como clima e geografia afetam o progresso econômico, porém que ainda são, em grande medida, ignorados pelos modelos formais de crescimento econômico.

Lee (1957) define clima tropical como regiões com temperaturas moderadamente altas e elevado índice de umidade durante a maior parte do ano. Ainda que o clima e a umidade do ar possam variar em regiões próximas, o autor considera a definição por ele usada adequada para o propósito e abrangência do trabalho. Os efeitos do clima são analisados em quatro áreas: a produção de safras, produção animal, saúde humana e indústria.

A produção de safras é afetada pelo clima tropical de quatro maneiras. A primeira é que as chuvas intensas retiram nutrientes e empobrecem o solo. A segunda é que o calor e a umidade facilitam a proliferação de pragas, o que afeta a produtividade agrícola, principalmente de monoculturas. A terceira é a alta umidade do ar que mantém o solo argiloso durante grande parte do ano encarecendo ou inviabilizando a mecanização. A quarta maneira são os maiores custos de armazenagem dos produtos

agrícolas, uma vez que o calor e a umidade favorecem a proliferação de bactérias e uma maior “taxa de destruição”. A consequência do clima tropical para agricultura é o maior custo de produção associado ao menor valor nutritivo dos alimentos produzidos, quando comparados às regiões de clima temperado.

A produção animal também é afetada de quatro formas pelo ambiente tropical. A primeira é por meio da nutrição, uma vez que o solo empobrecido pelas chuvas proporciona pior qualidade nutricional do pasto, fazendo com que os animais gerem menos carne e leite em relação à quantidade de alimento consumida. A segunda diz respeito à maior incidência relativa (às regiões temperadas) de doenças e pragas que atacam os animais, em função do calor e umidade. A terceira é o efeito metabólico nos animais que reduz sua eficiência energética (calorias geradas/calorias consumidas). A quarta maneira, assim como acontece com a produção vegetal, diz respeito aos maiores gastos com estocagem.

Em relação à saúde humana, calor e umidade não parecem ter os efeitos fisiológicos diretos e psicológicos geralmente atribuídos em pessoas saudáveis e adaptadas ao clima. No entanto, os habitantes das zonas tropicais parecem estar mais sujeitos às doenças infecciosas, por causa da maior propagação de vetores de transmissão no clima quente, e à subnutrição, uma vez que os produtos vegetais e animais são menos nutritivos. Segundo Lee (1957, p. 119), o ser humano, fisiologicamente, é um ser tropical, no entanto, “a civilização, como a compreendemos, é um produto de climas temperados”, o que faz com que a vida nos trópicos necessite de adaptações como vacinas, proteção climática (roupas e prédios adequados) e conscientização quanto à medidas sanitárias.

A industrialização, segundo Lee (1957, p. 128), “não é sinônimo de desenvolvimento econômico. Não obstante, a inexistência de indústrias na maioria dos países tropicais é uma parte da sua falta de desenvolvimento econômico” e é afetada por pelas altas temperaturas e umidade por meio da maior deterioração de materiais (como plásticos e gorduras) e em alguns processos que utilizem resinas e óleos, que tem suas especificações alteradas pelo clima. Outros aspectos citados por Lee, mas que não tem característica inequivocamente determinada pelo clima, dizem respeito à pior qualidade dos transportes, principalmente estradas, e da maior dificuldade de obtenção de fontes de energia, já que a disponibilidade de carvão e petróleo parecia ser menor nos trópicos (observar que o livro é da década de 50). Para o autor (1957, p. 140), quando falamos em indústria, várias dificuldades de ordem não-climática que afetam os trópicos

precisam ser mencionadas, tais como falta de capital, falta de mão de obra adequada ao trabalho, falta de mercado consumidor que devem ser sanadas concomitantemente, caso contrário “o progresso será, na melhor das hipóteses, intermitente e incerto, especialmente num clima que coíbe a iniciativa e dificulta a realização”.

Além das dificuldades impostas pela natureza, os países tropicais precisam superar, no processo de desenvolvimento, a tríade: ignorância, conservantismo e pobreza. Para Lee (1957, p. 145), as populações dos países tropicais são “demasiadamente pobres para aprender, demasiadamente ignorantes para progredir e demasiadamente temerosos para experimentar, uma grande parte dos camponeses das regiões tropicais parece condenada a um ciclo de inadequações sem fim”. Por esse motivo, parte importante do esforço dos países desenvolvidos deve ser direcionada à produção de pesquisas referentes à superação das especificidades dos climas tropicais, fornecimento de assistência técnica e qualificação de profissionais (nativos ou não) para atuação nessas nas regiões tropicais do planeta.

Cabe ressaltar que, de acordo com Lee (1957, p.144), “notamos que os padrões cambiantes da política internacional colocaram os Estados Unidos numa posição de particular responsabilidade com respeito às regiões tropicais”. Com a Guerra Fria, o desenvolvimento dos países tropicais, principalmente da América Latina e sul da Ásia, passou a ter caráter estratégico para os países desenvolvidos do ocidente, pois a melhora das condições econômicas destes países talvez freasse as ideias e influência da URSS no terceiro mundo.

Myrdal (1971, p. 3 e seguintes) também notou tal fenômeno e comentou que a divisão política do mundo no pós-guerra colocou ênfase sobre os países subdesenvolvidos mesmo que sua condição, objetivamente, não tenha mudado depois do fim da era colonial. A intensa pesquisa sobre os países tropicais desse período, tal como a conduzida por Lee, teve motivações diplomáticas visando buscar meios de intervenção. Segundo o autor (1971, p. 7), isso deve deixar claro para os economistas o quanto o direcionamento da ciência se dá por meio de questões políticas, no entanto, “a scientist should have no other loyalty than to the truth as he perceives it”.

Já Easterly (2014) também ressalta o papel da guerra fria no redirecionamento dos esforços de pesquisa e auxílio econômico dos países desenvolvidos no pós-segunda guerra mundial. Segundo o autor, a atuação das agências internacionais criadas em Bretton Woods tinha motivação política: manter aliados durante a guerra fria, já que a renda per capita ou densidade de capital não poderiam servir como justificativa, uma

vez que diversos países latino-americanos tinham níveis similares de renda e capital per capita aos de vários países europeus. Os planos de ação derivados da pesquisa sobre as causas do subdesenvolvimento tropical deste período deveriam ser executados via planejamento autoritário<sup>50</sup> graças à influência de Harry Dexter White, entusiasta da URSS<sup>51</sup> e famoso antagonista de Keynes em Bretton Woods. A defesa de planos de desenvolvimento autoritário seria reforçada posteriormente por Myrdal, como será apresentado na próxima seção.

Apesar do contexto político em que foi produzida, “Clima e Desenvolvimento Econômico nos trópicos” é um retrato de como a academia entendia a importância de variáveis geográficas no desenvolvimento econômico e serviu como importante referência para autores posteriores, como Myrdal (1968) e Kamarck (1976). Apesar do minucioso esforço em entender as desvantagens ocasionadas pelo clima tropical, bem como em propor soluções, Lee (1957) não mostra como as desvantagens ambientais implicam em subdesenvolvimento, uma vez que sua exposição toma, implicitamente, como requisito para o desenvolvimento econômico uma grande produtividade agrícola.

Junto com outros autores antecessores do debate entre HI e HG aqui apresentados, exceto Krugman (1991 e 1995), podemos classificar Lee como um autor “pré-econométrico”, ou seja, que não se utiliza de ferramentas de estatísticas para estabelecer uma correlação entre clima e desenvolvimento que sobreviva a outros controles (instituições, por exemplo). Desse modo, da exposição de Lee (1957), só podemos inferir a respeito de algumas “desvantagens comparativas” dos países tropicais, sem, no entanto, concluir disso a causa de seu subdesenvolvimento.

Podemos situar Lee (1957) nos primeiro e segundo eixos da hipótese geográfica. O clima dos trópicos afeta a produtividade agrícola por causa de seu solo pobre, chuvas inconstantes e maior número de doenças. A produtividade do trabalho, por sua vez, é afetada pela maior incidência de doenças e maior desnutrição, esta uma consequência indireta da pior produtividade agrícola. A obtenção de energia (eixo 3) e maiores custos de transporte (eixo 4), por sua vez, não são inequivocamente determinados pelo clima.

### **2.1.3 Gunnar Myrdal**

---

<sup>50</sup> Para mais detalhes sobre a visão de Easterly a respeito do planejamento autoritário, ver seção 2.1.1.3.

<sup>51</sup> White foi acusado de ser informante da URSS com base em interceptações feitas pelos serviços de inteligência americanos, o que foi, posteriormente, corroborado com documentos divulgados após o fim da URSS.

No final dos anos 50, Alva Myrdal foi indicada para chefiar a embaixada sueca em Nova Delhi. Gunnar Myrdal, seu marido e posteriormente laureado com o Prêmio do Banco da Suécia para as Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel em 1974, viu nisto uma oportunidade para estudar em detalhes a economia dos países do Sul da Ásia. Depois de tentar sem sucesso angariar fundos com Rockfeller Foundation, Ford Foundation e Carnegie Foundation<sup>52</sup>, Myrdal conseguiu 140 mil dólares do Twentieth Century Fund para empreender o projeto que resultaria em “The Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations”, obra de quase 2300 páginas que faz uma pormenorizada análise dos países, em grande parte tropicais, do sul asiático. (BARBER, 2008)

Segundo Ros (2013, p. 387), a contribuição de Myrdal foi ressaltar os efeitos da geografia na agricultura e saúde dos trabalhadores. As conclusões de Myrdal (1968) sobre os impactos do clima tropical em muito se assemelham às apresentadas por Lee (1957)<sup>53</sup>, isto é, que a menor produtividade agrícola e da criação do sul da Ásia se deve à pior qualidade do solo decorrente do clima tropical, bem como os seres humanos estariam mais sujeitos à doenças infecciosas e parasitárias. A desnutrição humana, por sua vez, seria uma consequência do menor valor nutritivo dos alimentos produzidos em solos pobres em nutrientes, enquanto o calor tornaria as pessoas menos inclinadas ao trabalho, principalmente manual, porém tais efeitos precisariam ainda ser melhor estudados. Myrdal (1968), diferentemente de Lee (1957), avança para explicar como tais efeitos afetam o desenvolvimento do sul da Ásia.

Segundo Myrdal (1971, pp. 58 e seguintes), os países sul-asiáticos se distinguem por seu extensivo uso da terra associado com alta relação pessoa/acre, o que causaria a baixa produtividade do solo por hectare e por trabalhador, de modo que este seria “the basic fact accounting for South Asia’s low level of economic development. Para ele, o aumento da renda só se dará pelo aumento da produtividade agrícola, uma vez que a liberação de trabalhadores para a indústria não parece desempenhar papel importante no curto prazo, já que a ampla geração de empregos no setor industrial só aconteceria após a maturidade industrial.

Para Myrdal (1971, p.59) a mudança de patamar em termos de desenvolvimento dos países do Sul da Ásia passa por um abrangente plano de desenvolvimento que tenha

---

<sup>52</sup> Todas as três fundações também são ou foram financiadoras do CFR.

<sup>53</sup> Lee (1957) é talvez a principal referência utilizada por Myrdal (1968) no apêndice 10, que trata do clima e de suas consequências econômicas.

por fundamento a intensificação da produtividade agrícola, isto porque os dados sugerem “that the growth of more food per acre of land is an essential condition for raising levels of living and supporting industrialization”. A intervenção, no entanto, não precisa ocorrer, a princípio, por meio de um grande avanço tecnológico e sim por uma ampla mudança nas “instituições e atitudes<sup>54</sup>” que promovam o que ele chama de “modernização”, o “credo oficial” dos países subdesenvolvidos e, em especial, dos países sul-asiáticos.

A modernização proposta por Myrdal (1971) é pautada em dois princípios: racionalidade<sup>55</sup> e planejamento centralizado, que em conjunto caracterizam a busca por uma coordenação racional de políticas que podem trazer o desenvolvimento. A partir de tais conceitos deve-se almejar o aumento da produtividade, padrão de vida da população, equalização social e econômica, criação de melhores instituições e atitudes, consolidação e independência do Estado nacional.

A democracia, apesar de seu valor intrínseco, não se mostra uma condição necessária para o processo de modernização, inclusive, a mudança nos “complexos sistemas sociais” tem se mostrado mais difícil em países que “relutam em aplicar a compulsão”. Myrdal (1971, p. 41) ainda sugere que a religião, origem étnica, cultura e linguagem são “barreiras a ser destruídas”, pois são elementos que favorecem a inércia social e que “it is remarkable that today practically no one in South Asia is attacking religion”.

Ao comparar a “disciplina social” com o “planejamento democrático”, Myrdal (1971) afirma que este não se encontra entre as premissas do estudo executado em *Asian Drama*, enquanto que o sucesso do planejamento centralizado tem exigido a imposição de obrigações às pessoas de todos os estratos sociais, de modo que a “disciplina social” é algo que deve reforçada nos países do Sul da Ásia. A ideia dentre os autores associados com a Hipótese Geográfica de que a superação dos desafios impostos por geografia e clima deve vir a partir de um plano de ação abrangente coordenado pelo Estado ou organizações multilaterais é recorrente, influenciou a percepção e intervenções do Banco Mundial e encontra sua forma mais avançada na ideia de “big

---

<sup>54</sup> Entendidos por ele como a totalidade das crenças e avaliações que fazem com que o comportamento seja o que é. Myrdal (1971, p. 32-3) faz uma lista de quais devem ser os valores e atitudes adequados a uma sociedade moderna.

<sup>55</sup> Entendida como decisões que devem ser tomadas por “rational considerations”, não por “misticismo”

push”<sup>56</sup> defendida por Sachs (cuja análise mais abrangente pode ser encontrada na seção 2.2.4).

No campo da Hipótese Institucional, a ideia de um plano de desenvolvimento implementado de forma autoritária foi criticada por Easterly (2014), da qual identifica em Myrdal como o principal expoente. Realizando uma espécie de “confronto imaginário” entre Hayek e Myrdal, que receberam o prêmio Nobel no mesmo ano, Easterly identifica três debates entre eles que nunca ocorreram.

O primeiro debate seria sobre a abordagem “blank slate” de Myrdal e que domina os grandes planos de desenvolvimento propostos pelas agências internacionais. Segundo Easterly (2014), a mentalidade “blank slate” ignora a história e acredita que a sociedade é infinitamente maleável à aplicação de suas soluções técnicas – ao fazer isso, rejeita os condicionantes históricos dos países que querem transformar e da história do próprio ocidente– gera soluções do tipo “one size fits all”. De acordo com Easterly (2014), Myrdal adotou a “engenharia social”, ou seja, a ambição de descartar todas as instituições e tradições prévias independentemente de haver qualquer evidência histórica de que funcionam. Hayek, por sua vez, abominava a perspectiva “blank slate” já que o processo de resolução descentralizada de problemas, proposto por ele, não possui semelhança com a solução de um problema técnico por um engenheiro. As soluções para os problemas dos países desenvolvidos foram fruto de um processo evolutivo e não coordenado, tal ideia, corrobora com o entendimento de que instituições podem continuar a evoluir conforme as circunstâncias mudem, e que é deste processo transformador que emerge o desenvolvimento econômico.

Para Easterly (2014), as duas principais consequências da mentalidade “blank slate” são: i) o descarte da evidência positiva sobre como a liberdade individual trabalhou no passado pelo desenvolvimento; ii) a exigência de coerção autocrática sobre o indivíduo para que ele abandone suas instituições prévias em prol das novas soluções técnicas.

O segundo debate seria o da contraposição do bem estar das nações e do bem estar dos indivíduos. Conforme Easterly (2014), Myrdal propõe que os indivíduos firmem um compromisso exclusivamente para a “national community”, associando o “modernismo” com o nacionalismo, enquanto os dos “valores tradicionais” seriam um

---

<sup>56</sup> Como Ros (2013) mostra, a ideia original do “big push” remonta a Paul Rosentain-Rodan e não levava em consideração questões ambientais. Bloom e Sachs (1998) resgatam o “big push” acrescentando a importância da geografia.

impeditivo ao progresso dos países. Da sobreposição do projeto de desenvolvimento nacional aos desejos e direitos individuais na obra de Myrdal, Easterly (2014) interpreta-o como um proponente do desenvolvimento econômico voltado para o “bem estar da nação”. Em contraposição, Hayek parecia estar muito mais ciente de que o nacionalismo pode virar tirania<sup>57</sup>, uma vez que a ênfase na nação carrega perigos para os direitos individuais. Isso ocorre porque, se é impossível fazer escolhas coerentes de forma coletiva (como o Teorema da Impossibilidade de Arrow demonstra), então é necessário um autocrata para que possa existir um plano de desenvolvimento nacional coerente nos moldes propostos por Myrdal, o que, por sua vez, coloca os direitos individuais em segundo plano. Segundo Easterly (2014), Hayek e Myrdal parecem ocupar lugares opostos sobre direitos individuais e prerrogativas do desenvolvimento nacional.

Easterly (2014) considera Myrdal um precursor do “double standard” típico das agências internacionais e caracterizado por tratar países desenvolvidos e subdesenvolvidos de forma distinta. Para os países ricos, a primazia dos direitos individuais sobre os arbítrios estatais é inquestionável, enquanto nos países pobres os direitos dos cidadãos (descritos por Myrdal como em sua maioria “analfabetos e apáticos” que talvez não saibam o que é melhor para eles) devem ser subordinados ao plano de desenvolvimento elaborado por tecnocratas oriundos de países desenvolvidos.

Para Easterly (2014), o terceiro “debate imaginário” entre Hayek e Myrdal diz respeito à oposição entre ordens espontâneas e o design consciente. Segundo Easterly (2014, p. 34), para Myrdal o Estado<sup>58</sup> deveria assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico, entendendo “[the] government and its entourage as the active subject in planning, and the rest of the people as the relatively passive objects of the policies emerging from planning”, de modo que, para Myrdal, as dificuldades dos países subdesenvolvidos devem ser superadas a partir de planos abrangentes e que promovam simultaneamente reformas visando solucionar as precariedades que inibem o progresso econômico<sup>59</sup>. A engenharia social seria justificada porque a população dos países pobres teria atitudes incompatíveis com o desenvolvimento econômico, baixa performance e disciplina de trabalho além de superstições, falta de ambição e

---

<sup>57</sup> Segundo Easterly (2014), o fato de Hayek ser austríaco e ter observado a ascensão de movimentos nacionalistas no pós- primeira guerra parecem ter um papel importante em suas posições quanto a importância dos direitos individuais em relação à formas de coletivismo, como o nacionalismo.

<sup>58</sup> Carlson (2013, p. 508) comenta que ainda adolescente Myrdal teria começado uma redação escrevendo “the state goes before the individual”.

<sup>59</sup> Notar aqui a semelhança com o “big push” proposto por Sachs e discutido na seção 2.2.4.

predisposição para mudanças, de modo que não haveria esperança para os países pobres fora do planejamento econômico.

Já Hayek, segundo Easterly (2014, p. 32), entende que a economia é sistema complexo e adaptativo tal que “[is a] system that nobody designed, that display order that nobody ordered, and that deliver outcomes that nobody intended”, de modo que a impaciência que levou alguns a rejeitar as forças espontâneas da sociedade livre e escolher o direcionamento coletivo “consciente” de todas as forças sociais para alcançar deliberadamente metas pré-definidas, pressupõe que os tecnocratas sabem melhor o que é bom para os indivíduos do que eles próprios.

Para outro autor associado à HI, Douglass North<sup>60</sup> (1990), a mudança institucional é sempre incremental, pois, ainda que seja possível alterar as regras formais de forma abrupta, os regramentos informais e o “path dependence” garantem a continuidade temporal das instituições. Podemos inferir do pensamento do autor, que grandes planos de desenvolvimento que pretendem reformar as “instituições e atitudes” de um povo, tal como Myrdal (1968) propõe, estariam fadados ao fracasso.

Cabe ressaltar que, conforme relatado por Carlson (2013), Myrdal foi “convertido” para Institucionalismo após uma visita aos EUA em 1929 na qual teve a oportunidade de se encontrar com Wesley Mitchell e John Commons, ainda que ele próprio não se identificasse como o institucionalismo americano. Para Carlson (2013), a transição de Myrdal para o institucionalismo se deveu a uma rejeição à teoria neoclássica e à busca de uma abordagem mais holística do fenômeno econômico. Myrdal (1959, p. 23 e seguintes), ao falar sobre causação cumulativa circular<sup>61</sup>, talvez seu conceito mais famoso e utilizado entre os institucionalistas, afirma que a ideia de “equilíbrio estável” neoclássico é uma analogia falsa de modo que não existe uma tendência à autoestabilização da economia, o que faz com que o processo social possa ser conduzido e a economia orientada em novas direções.

É curioso observar que, apesar de ser um autor “institucionalista” e preocupado com interpretações abrangentes, como já foi mostrado acima, Myrdal (1968 e 1971) é completamente hostil aos aspectos culturais, que viriam a ser tão importantes na

---

<sup>60</sup> Para mais detalhes ver seção 3.2.

<sup>61</sup> Krugman (1995, p. 26):

Myrdal's central thesis was the idea of "circular causation." But the idea of circular causation is essentially already there in Allyn Young (1928), not to mention Rosenstein-Rodan; and Nurkse in 1952 referred repeatedly to the circular nature of the problem of getting growth going in poor countries. So Myrdal was in effect providing a capsulization of an already extensive and familiar set of ideas rather than a new departure.

abordagem de North (2005), e favorável às intervenções “de cima para baixo” nos países. Sobre a caracterização da Índia por Myrdal em *Asian Drama*, antropólogo Clifford Geertz (*apud* Easterly(2014, p. 25) afirmou:

completely stereotypic, ... astonishingly abstract . . . unnuanced and unparticularized. . . . It would seem impossible to write nearly a million words on a country with so rich a history, so profound a culture, and so complex a social system and fail to convey the force of its originality and the vitality of its spirit somewhere; but Professor Myrdal has accomplished it

Como foi demonstrado, Myrdal entende que o clima afeta o desenvolvimento por meio da produtividade agrícola (eixo um) e do trabalho (eixo dois).

#### 2.1.1.4 Andrew Karmarck

Segundo Sachs (2001 p. 2), junto com Lee (1957), “The Tropics and Economic Development: A Provocative Inquiry into the Poverty of Nations”<sup>62</sup> de Andrew Karmarck (1976) é um dos “earlier fine essays” a analisar o impacto da geografia física no desenvolvimento que infeliz e imerecidamente não receberam a atenção e atualização merecidos.

Karmarck (1976) marca o período de transição nas políticas de desenvolvimento implementadas pelo Banco Mundial desde o final dos anos 40<sup>63</sup>. Como Paul Streeten escreve no “Foreword”, até aquela época (anos 70) se acreditava na ideia de que, pelo clima favorável (calor, bananas, praia...), nos países tropicais não havia muita necessidade de trabalho (“myth of lotus-eating”)<sup>64</sup> o que explicaria a falta de disposição prevalecente nas regiões tropicais. Tal explicação havia relegado ao segundo plano os efeitos deletérios que a geografia dos países tropicais traria para o desenvolvimento econômico, de modo que, para Streeten (1976), seria necessário um esforço de pesquisa colaborativo de geógrafos, meteorologistas, biólogos, zoologistas, engenheiros, agrônomos e economistas para de elaborar amplas formas de intervenção nos países tropicais. Karmarck (1976), corroborando com Streeten (1976), enfatiza que um diagnóstico mais acurado, que ele propõe como norteador para o Banco Mundial<sup>65</sup>, para

---

<sup>62</sup> Nota-se, pelo título, a peculiar “criatividade” dos economistas.

<sup>63</sup> Segundo Easterly (2014), a atenção do Banco Mundial, produto de Bretton Woods (1944), é redirecionada dos países europeus no pós-guerra para o países do “3º mundo” como forma de manter a influência política do ocidente nestes países.

<sup>64</sup> O mito grego do “lotus-eaters” relata que em uma ilha repleta de lótus, o que consistia a principal forma de alimentação dos habitantes, a população vivia permanentemente narcotizada e apatia. O mito aparece na *Odisseia* de Homero

<sup>65</sup> Kamarck foi funcionário do Banco Mundial entre 1950 e 1979 e em 1976 era diretor do Economic Development Institute (World Bank, 2019)

os efeitos do clima se justifica por: (i) sabendo os obstáculos ao desenvolvimento econômico é mais fácil superá-los; (ii) evitar a desilusão e desespero das pessoas que estudam o desenvolvimento dos países tropicais; (iii) evitar que as pessoas dos países ricos caiam em conclusões racistas.

Para Karmarck (1976), a explicação para o subdesenvolvimento tem recebido ao longo do tempo duas explicações errôneas. A primeira seria que as pessoas do terceiro mundo são inferiores em caráter, habilidade ou personalidade. Tal teoria seria derivada do determinismo geográfico de Ellsworth Huntington, que associa diretamente o clima à nível civilizacional dos povos. Segundo Karmarck, economistas estão certos em recusar Huntington, mas erram em descartar o clima como elemento importante para o desenvolvimento. A segunda razão seria que os países ricos derivam sua riqueza atual da exploração dos mais pobres mais do que de sua própria produtividade, o que por sua vez não encontra embasamento nos dados.

O objetivo de Karmarck (1976) é mostrar que a real causa do subdesenvolvimento dos países tropicais são suas condições geográficas, cujos efeitos são impedir a agricultura, prejudicar a exploração mineral e fazer a população menos vigorosa por causa das doenças e pelo efeito psicológico da temperatura e umidade. Segundo Karmarck (1976), a pesquisa mais recente não deu atenção ao clima, talvez por ter sido majoritariamente produzida nos países temperados e talvez por isso o clima pareça não importar, no entanto, os trópicos estão repletos das ruínas de projetos de desenvolvimento que se recusam a reconhecer tais problemas.

As conclusões de Karmarck (1976) quanto aos efeitos do clima tropical na produtividade agrícola, saúde e disposição ao trabalho em muito se assemelham<sup>66</sup> às desenvolvidas por Lee (1957), trabalho ao qual ele chama de pioneiro. Um aspecto acrescentado por Karmarck (1976) às dificuldades do desenvolvimento tropical é a exploração de recursos minerais, que possibilitaria aumentar rapidamente as receitas nacionais e também mitigar os efeitos dos solos pouco férteis, uma vez que reduziria o peso relativo da agricultura no PIB.

No entanto, Karmarck (1976) salienta que a exploração da mineração nos trópicos também é mais difícil. Em regiões temperadas, as formações minerais tendem a

---

<sup>66</sup> Lee (1957) talvez seja a principal referência utilizada por Karmarck (1976), assim como para Myrdal (1968), no que diz respeito aos efeitos do clima tropical para o desenvolvimento econômico, o que só reforça sua influência no debate público americano.

estar expostas, o que facilitaria sua prospecção e exploração<sup>67</sup>, enquanto nas regiões tropicais os minérios são subterrâneos, o que encarece a sua extração. Além disso, a tecnologia existente foi desenvolvida para regiões temperadas, o que dificulta sua utilização nos trópicos. A questão política, apesar de não ser uma variável decorrente na geografia física, também é relevante uma vez que os investidores preferem investir em países com governos estáveis, que por sua vez costumam estar em climas temperados.

Outra peculiaridade de Karmarck (1976) é considerar que a “perda de iniciativa” para o trabalho é o principal problema causado pela exposição ao clima tropical. Na teoria econômica, o normal é assumir que as pessoas são saudáveis, isso pode ser realista nos países ricos temperados, até porque quando estes eram pobres, grande atenção foi dada grande atenção à questão da saúde, no entanto o mesmo não se verificaria para os trópicos. Se apoiando em algumas pesquisas de laboratório, o autor (p. 58) aponta que diversas tarefas (entre elas levantamento de peso, mineração e datilografia) são afetadas por temperaturas maiores, por exemplo, a cada grau Celsius, a eficiência no levantamento de peso cai em 4%. Para Karmarck (1976), a maioria dos projetos de desenvolvimento tratou a questão da saúde como um “bem de consumo”, a partir do momento em que reconhecemos seu impacto no desenvolvimento econômico, os planos devem acrescentar tal dimensão à análise<sup>68</sup>.

Assim como Lee (1957) e Myrdal (1968), Karmarck (1976) pode ser considerado, dentre os economistas, um autor “pré-econométrico” da HG, uma vez que a partir de Mc Arthur e Sachs (2001) um elemento importante da retórica é justamente a “significância estatística” das variáveis geográficas em um grande número de especificações<sup>69</sup>. Por esse motivo, Karmarck (1976) não propõe uma estimativa do quanto as características da geografia realmente afetam o desenvolvimento, nem consegue abordar a questão da causalidade reversa.

Easterly (2001) relata como o Banco Mundial<sup>70</sup>, e Karmarck como um de seus representantes, durante quase toda a sua história foi influenciado por uma interpretação equivocada do Modelo Harrod-Domar que preconizava que o crescimento econômico tinha correlação direta com a taxa de investimento. Nessa interpretação, alcançar uma determinada taxa de crescimento era meramente uma questão de “fechar” o déficit de

---

<sup>67</sup> Karmarck também afirma que, segundo estudo do Banco Mundial, os países temperados teriam o dobro de minérios e combustíveis fósseis por unidade de área.

<sup>68</sup> A questão do impacto das condições de saúde para o crescimento econômico será central na resposta de Sachs aos autores da HI, o que por sua vez recebeu réplica por AJR (2003)

<sup>69</sup> O que será amplamente questionado pelos autores da HI.

<sup>70</sup> Instituição na qual Easterly e Karmarck foram colegas de trabalho de 1985 até 1990.

investimento dos países pobres decorrente da falta poupança (ou seja, uma “armadilha da pobreza”). Para Easterly (2001), essa foi, junto com o controle da natalidade, educação primária e condicionantes e perdão para os empréstimos internacionais, uma das muitas panaceias que direcionaram o trabalho do Banco Mundial, inclusive citando (p. 41) Andrew Karmarck como um de seus defensores nos anos 60 dentro do Banco Mundial. Depois de quase 30 anos, entre as décadas de 50 e 70, aplicando indiscriminadamente tal estratégia, dentro do Banco Mundial surgiram diversas tentativas de entender seu evidente fracasso e é dentro deste contexto que devemos inserir Karmarck (1976). No entanto, a abordagem de Karmarck foi preterida em prol de outras estratégias de atuação e foi “negligenciada”, como Sachs (2001, p.2) sugere, até o final da década 90 quando a HG ganha novo impulso.

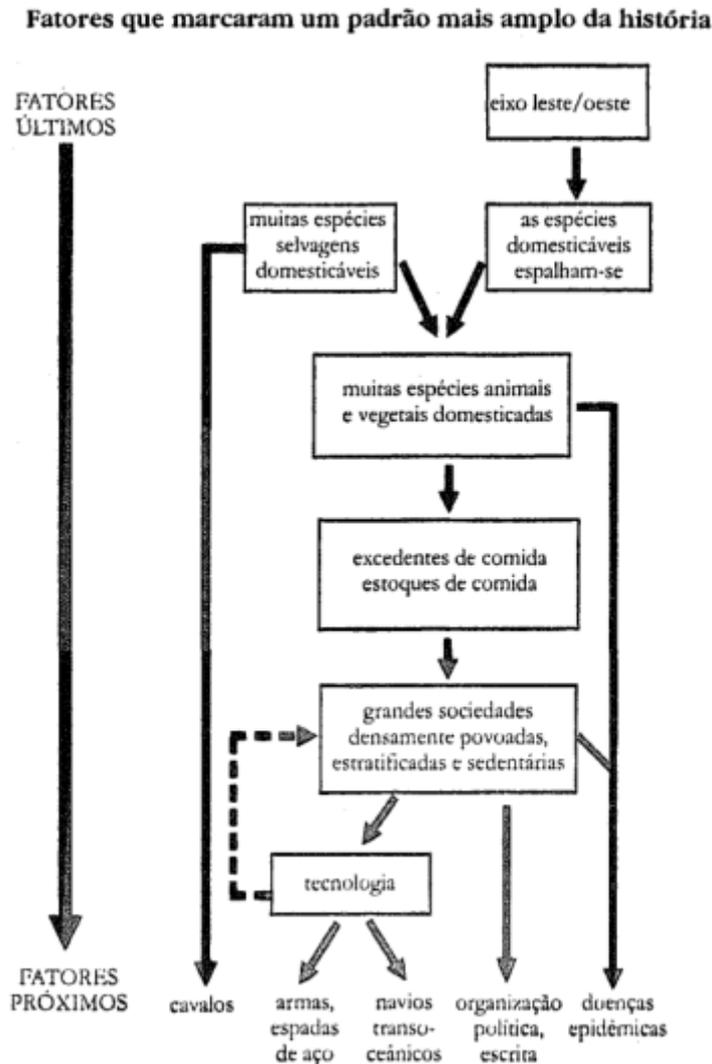
Portanto, Karmarck (1976) sugere, assim como Lee (1957) e Myrdal (1968), que os efeitos diretos da geografia se manifestam na produtividade agrícola e do trabalho, primeiro e segundo eixos da HG, respectivamente. No entanto, Karmarck também enfatiza os impactos da geografia na extração de recursos naturais (eixo 3).

#### **2.1.1.5 Jared Diamond**

Segundo Ros (2013, p. 387), o livro “Armas, germes e aço” de Jared Diamond contribuiu, quando publicado em 1997, para o renascimento do papel da geografia no desenvolvimento econômico, principalmente no que diz respeito à dominância político-econômica da Europa e EUA. A influência de Diamond na sistematização e ampliação da HG é reconhecida tanto por adeptos da HI (ver AJR (2005, p. 400), por exemplo), quanto da HG (Sachs (2001, p.2) que o classifica como um “powerful study outside economics” recolocando a geografia ecológica e física na análise econômica.

Diamond (1997) divide seu esquema interpretativo (ver Figura 1) em fatores últimos e próximos. Os fatores últimos referem-se aos elementos que determinam a produção de alimentos de uma sociedade e à difusão de tecnologia entre os povos, enquanto os fatores próximos, consequência dos fatores últimos, são os elementos que atuam diretamente na superioridade econômica e militar de algumas civilizações, tais como tecnologia, doenças epidêmicas, organização política centralizada e a escrita. Ao fato de que, no longo prazo, sociedades com características geográficas mais propícias à produção de alimentos se sobrepõem àquelas com piores condições, Diamond (1997) chama de “padrão mais amplo da história”.

Figura 1 – O esquema interpretativo de Jared Diamond



Fonte: Diamond (1997, p. 85)

De acordo com o autor (1997, p. 35 e seguintes), desde o fim do pleistoceno e da última era glacial, cerca de 11.000 a.C., alguns povos começaram a abandonar o estilo de vida caçador-coletor e adotar a domesticação de plantas e animais, o que por sua vez guarda relação, ainda que não unívoca, com a passagem do nomadismo para o sedentarismo. Tal transição não teria sido consequência da “descoberta” da agricultura, mas sim implicação de efeitos cumulativos de mudanças no clima, desenvolvimento de tecnologias e crescimento populacional que tornaram a produção de alimentos uma opção mais vantajosa aos indivíduos daquele período. No entanto, tal processo não ocorreu em todos os lugares com ocupação humana, nem ao mesmo tempo. Locais isolados ou em que a caça-coleta permaneceu vantajosa só adotaram a produção de

alimentos posteriormente ou, em alguns casos (como os pigmeus em alguns países africanos) permaneceram nesta condição até os dias atuais.

As condições adequadas para a produção agrícola na pré-história só estavam disponíveis em alguns lugares do globo. A disponibilidade de animais e plantas domesticáveis estava desproporcionalmente presente na Eurásia em relação à disponibilidade das Américas, África e Oceania, isso explicaria porque a produção de alimentos, segundo o que indicam os registros arqueológicos, começou na região da Crescente Fértil (onde hoje é o Iraque e o Irã) e rapidamente se difundiu a leste e a oeste para regiões ecologicamente parecidas, seja por transferência das espécies domesticadas ou por ocupação de áreas antes dominadas por caçadores-coletores. Nas Américas somente algumas culturas, como o milho, e, por falta de opções, somente lhamas e alpacas foram domesticados, enquanto na Austrália, o mais pobre em termos de espécies domesticáveis dos continentes, os povos continuaram caçadores-coletores até a chegada dos europeus no século XVIII, quando estes trouxeram o “pacote” de produtos agrícolas adequados para regiões temperadas e que pôde implantado na região sul e úmida do continente. (Diamond, 1997)

Cabe ressaltar que, para Diamond (1997), ainda que possamos citar alguns casos de civilizações que não adotaram ou abandonaram determinadas tecnologias por razões culturais, quando consideramos um longo período de tempo e regiões grandes, grupos humanos que não adotassem as formas mais eficientes de produção de alimentos seriam suplantados por outros povos que o fizessem. Além disso, o fracasso da ciência moderna em domesticar novas plantas e animais indica, bem como o vasto conhecimento que as populações nativas apresentam da natureza física que os cerca, que a persistência do modo de vida caçador-coletor ou da não domesticação de certas plantas e animais deveu-se exclusivamente a questões ambientais e não a uma motivação cultural.

Para o autor (1997, p. 177 e seguintes), outro elemento da geografia física que, junto com as condições ambientais necessárias para a produção de alimentos, se alinha como um dos fatores últimos é a orientação norte-sul ou leste- oeste dos continentes. Os eixos geográficos afetaram a velocidade de difusão de culturas e animais domesticados e de tecnologia. Isso, no caso da produção de alimentos, porque as mesmas latitudes (ou seja, leste-oeste) têm a mesma duração do dia e variações sazonais, elas ainda tendem a compartilhar doenças similares, regimes de temperatura e chuvas, bem como habitats ou biomas. A tecnologia, por sua vez, também foi afetada pelo eixo geográfico, porém,

neste caso, o efeito é indireto, uma vez que na antiguidade, ao que tudo indica, a incorporação tecnológica esteve associada à difusão de plantas e animais domesticados, além de que, certas tecnologias, só se tornavam relevantes para um povo caso ele já tivesse uma produção de alimentos bem estabelecida. Por exemplo, a roda, historicamente, esteve associada à agricultura, enquanto a escrita, por sua vez, só era possível onde houvesse excedentes na produção de alimentos capazes de manter uma elite letrada. Os povos da Eurásia, por ser o único continente de orientação leste - oeste, tiveram vantagem sobre os demais no ritmo de incorporação e desenvolvimento tecnológico, o que ajudaria a explicar o predomínio dos povos europeus na conquista da América, esta de orientação norte – sul, durante o século XVI.

Os fatores últimos do “padrão mais amplo da história”, isto é disponibilidade de animais e plantas domesticáveis e o eixo de orientação dos continentes, determinam aquilo que Diamond (1997) chamou de fatores próximos: organização política centralizada (Estado), o domínio da escrita, doenças epidêmicas e armas.

Uma produção de alimentos mais eficiente tem como consequência uma maior capacidade de suprir a demanda alimentar de grandes densidades populacionais sedentárias. Povos que permaneceram caçadores-coletores não precisaram desenvolver hierarquias de comando ou estratificação social, uma vez que, por consistirem de pequenos grupos humano de no máximo algumas centenas de indivíduos, os laços de parentesco entre os agentes criavam incentivos para resolução pacífica das desavenças. Conforme a população atingia vários milhares de habitantes, a dependência de uma “densa rede de relações sociais” passa a ser insuficiente como forma organização social, haja vista que os indivíduos, em sua maioria, já não ligados por sangue. Deste modo, uma vez que a população cresce, a mediação de conflitos passa a requerer uma terceira parte imparcial, isto é, o Estado.

Os Estados, primeiro dos fatores próximos apontados por Diamond (1997, p. 272), historicamente conseguiram dominar as tribos por disporem de maior número de pessoas (isto é, possibilidade de formar exércitos mais numerosos e, eventualmente, profissionais), de obter mais recursos para grandes obras (sistemas de irrigação, por exemplo) e expedições de conquista, e da capacidade de inculcar, com o auxílio da religião, o fervor patriótico em seus membros. Dado que a existência de organizações políticas centralizadas requeria uma sólida base de produção de alimentos e esta, por sua vez, estava calcada nas características geográficas de uma determinada região, Diamond (1997) atribui a existência do Estado diretamente à geografia.

A organização política centralizada, por sua vez, guardou estreita relação com o desenvolvimento da escrita, segundo dos fatores próximos identificados por Diamond (1997). Ainda que tenha havido grandes impérios iletrados, como os incas, o surgimento da escrita atendia a fins práticos da administração pública. Além disso, a sociedade necessitava ser capaz de sustentar especialistas, tais como os escribas, o que por sua vez exigia uma grande produtividade agrícola, ou seja, para Diamond (1997), o surgimento da escrita em alguns povos é consequência indireta de características geográficas favoráveis à produção de alimentos. A escrita é um agente moderno de conquista, assim como as armas, germes e organização política, pois auxilia na transmissão de ordens, mapas, instruções de navegação e os relatos transmitem informações sobre riquezas e desafios.

O terceiro fator próximo da supremacia de alguns povos sobre outros é a presença de certos tipos de germes. Segundo Diamond (1997, p. 200 e seguintes), as “doenças de multidão”, que são epidêmicas e exigem uma população humana numerosa e densamente aglomerada, só podem ter surgido a partir da agricultura, uma vez que esta permitiu maiores aglomerados humanos. O sedentarismo fez com que o ser humano passasse a “viver em sua própria imundície”, algo que não acontecia quando se organizava em bandos nômades. Outro fator decisivo foi a domesticação de animais, uma vez que as doenças epidêmicas mais mortíferas surgiram a partir de mutações de doenças que acometiam somente os animais, por exemplo, sarampo, varíola e tuberculose que parecem ter origem no gado vacuno.

No caso da conquista da América e Austrália pelos europeus, a maior domesticação de animais e convivência em aglomerados humanos selecionou, ao longo de milênios, as populações europeias mais resistentes às mais diversas doenças epidêmicas. Como na América e Oceania a população não havia adquirido resistência a tais “doenças de multidão”, isso se tornou um elemento importante, já que as evidências indicam que até 95% das mortes de habitantes nativos das Américas podem ter sido em decorrência dessas doenças. (Diamond, 1997)

O quarto e último fator próximo são as armas. Para Diamond (1997, p. 239), “a tecnologia, na forma de armas e transporte, proporciona os meios diretos pelos quais certos povos ampliaram seus reinos e conquistaram outros povos. Isso faz dela a causa principal do padrão mais geral da história”. Neste caso, a existência de sociedades complexas, isto é, com uma biogeografia adequada à produção de alimentos, possibilitou a especialização produtiva e o consequente aumento no padrão tecnológico.

Outro aspecto importante quanto à tecnologia se refere à sua difusão, para Diamond (1997), ela pode ocorrer de duas maneiras: (i) pelo contato, se um povo é receptivo à uma nova tecnologia; (ii) por dominação, pois povos que não adotam a nova tecnologia são subjugados por quem adota.

As sociedades que tinham maior facilidade para receber invenções eram aquelas localizadas nos principais continentes e que enfrentavam menores barreiras geográficas – sem difusão, menos tecnologias novas são adotadas e mais tecnologias existentes são perdidas. Povos que habitavam a eurásia, por seu já citado eixo leste-oeste e por abrigar o maior número de habitantes, foram capazes de desenvolver armas e meios de transporte mais eficientes o que lhes permitiram se sobrepor às demais civilizações nos últimos 500 anos. No extremo oposto, povos isolados da Austrália e da Tasmânia, por sua pouca população, acabaram regredindo tecnologicamente para as mesmas ferramentas de pedra do período neolítico.(Diamond, 1997)

Ao buscar explicar as diferenças entre os povos usando o impacto da geografia ao longo dos últimos 13.000 anos, Diamond (1997) se expõe ao questionamento: será que isso ainda é relevante em um mundo economicamente integrado? De acordo com o autor (1997, p.417-8), ainda que ao longo do tempo os eixos de desenvolvimento tenham mudado, “as nações que surgem como novas potências ainda são aquelas que estavam incorporadas, milhares de anos atrás, aos velhos centros de domínio baseados na produção de alimentos, ou que foram repovoadas por povos desses centros”.

North (2005, p. 88) discorda, pois, ainda que a obra de Diamond (1997) seja útil para explicar como as relações entre seres humanos e a natureza tenham tido impacto para o desenvolvimento dos povos, “the analysis of later developments is devoid of an appreciation of the complexity of the institutional environment for development”, ou seja, ainda que a geografia tenha impactado o nível de desenvolvimento ao longo de milênios, as diferenças observadas hoje entre os países requerem a análise dos arranjos institucionais a que estão submetidas.

Em face de críticas de adeptos da HI, como North (2005), Diamond, no posfácio, publicado em 2017, da edição comemorativa de 20 anos de lançamento de *Armas, Germes e Aço* rejeita a interpretação de que as instituições são a causa fundamental do desenvolvimento. Segundo ele, as boas instituições são complexas e, por sua vez, exigem sociedades também complexas que, via de regra, estarão centralizadas sob um Estado. O surgimento de Estados, porém, só foi possível em algumas regiões do mundo graças à sua maior capacidade de produção de alimentos, de modo que a agricultura

seria a causa última e as instituições a causa próxima do desenvolvimento. Para mais detalhes sobre as críticas de Diamond (2012) a respeito da HI, ver a seção 3.6.

Em outra apreciação realizada por adeptos da HI, Comin, Easterly e Gong (2006)<sup>71</sup> afirmam que Diamond se destaca por, diferentemente da maioria dos autores da teoria do desenvolvimento econômico, buscar explicações para a divergência de renda entre os países em um período anterior ao da revolução industrial. Porém, por não ter testado o efeito da tecnologia antiga na renda atual, Diamond (1997) não foi capaz de alterar a tendência dos economistas em estudar o crescimento dos países somente a partir da era moderna ou do período colonial. Comin, Easterly e Gong (2006), ao testarem eles próprios a tendência de perpetuação tecnológica, encontraram indícios de que os dados mostram que existe correlação positiva (estatisticamente robusta a diversos controles, inclusive variáveis geográficas) entre a tecnologia em 1000 a.C. e 0 d.C - isso indicaria que as diferenças de tecnologia persistem ao longo do tempo - no entanto, para os dois períodos, não existe correlação robusta com o nível de renda ou tecnologia atuais, o que seria um sinal de que a “persistência” tecnológica talvez fosse maior em tempos antigos. Tal indicação, podemos interpretar, seria contrária à hipótese de Diamond (1997) de que as variações ambientais entre as regiões do planeta estariam conduzindo distintos padrões de desenvolvimento com efeitos cumulativos de longuíssimo prazo, haja vista que isto deveria implicar em associação entre os níveis tecnológicos mais antigos e os presentes.

Além disso, outra observação de Comin, Easterly e Gong (2006) é que entre o nível tecnológico em 1500 a.C e a renda atual existe forte correlação, o que é consistente com a hipótese de que o custo de adotar novas tecnologias cai em decorrência de um maior estoque de tecnologia prévia. Civilizações que tinham maior nível tecnológico na Era das Grandes Navegações, logo estariam mais aptas a colonizar outros países, também seriam mais propensas, em função da “persistência” tecnológica, a ter maior nível tecnológico e, conseqüentemente, de renda atualmente. Portanto, mais que vantagens oriundas da natureza, as diferenças apontadas por Diamond (1997) entre os países atuais talvez sejam consequência primordialmente dos custos marginais decrescentes para a adoção de tecnologia, e que se manifestaram ao longo dos últimos séculos.

---

<sup>71</sup> Observar que o comentário sobre Diamond presente em Comin, Easterly e Gong (2006), um *working paper*, foi retirado do artigo publicado Comin, Easterly e Gong (2010).

Já AR (2012g) e AR (2012h) discutem que a ideia de que a narrativa de Diamond (1997) para a desigualdade de renda entre os povos em 1500, e que se tornou parte do senso comum, tem alguns problemas. O primeiro problema é que a teoria não explica as grandes diferenças de renda dentro de um mesmo continente, por exemplo, a orientação leste-oeste da Eurásia não é capaz de justificar o porquê de a Revolução Industrial ter ocorrido na Inglaterra e não no Império Otomano, o mesmo vale para a disponibilidade de espécies de plantas e animais domesticáveis, uma vez que elas estavam igualmente presentes em suas variedades selvagens na maior parte do continente eurasiático.

O segundo problema com a teoria de Diamond (1997) é que as evidências arqueológicas dão conta de que, no início do período Neolítico, a sedentarização ocorreu antes do desenvolvimento da agropecuária. Em algumas regiões<sup>72</sup>, cerca de 500 anos antes do surgimento da produção de alimentos já existem indícios de extensivas mudanças institucionais e sociais, o que nos levariam a concluir que a agricultura seria consequência das mudanças institucionais no período e não o contrário, como a teoria de Diamond (1997) nos faz supor. A resposta de Diamond (2012) à AR (2012f)<sup>73</sup> a tais comentários é a sugestão (a que AR se referem como “conventional wisdom among archaeologists”) de que certas instituições surgiram antes da agricultura seria novidade para os próprios arqueólogos e que em Diamond (1997) ele ressalta que a agricultura surgiu em diversos locais independentemente. Segundo Diamond (2012), em tom irônico, AR estão corretos em afirmar que as diferenças ambientais no neolítico não explicam a desigualdade entre os povos, ela explica “merely” 50% dos diferentes níveis de prosperidade.

Diamond, que segundo AR (2012f) que é o “mais erudito e original” dos autores defensores da HG, dá caráter primordial à produtividade agrícola (eixo 1 da HG) para o desenvolvimento econômico. As doenças e acesso a recursos naturais foram citadas no *Armas, Germes e Aço* mais como um elemento de conquista de um povo por outro do que como um debilitante da atividade econômica, no entanto, Diamond (2012)<sup>74</sup> considera-os efeitos diretos da geografia no desenvolvimento econômico. Diamond (1997) argumenta que a geografia afetou a difusão da tecnologia (isto é, a influência dos custos de transporte) e foi fator preponderante para os padrões divergentes de

---

<sup>72</sup> Onde hoje é a Turquia, por exemplo.

<sup>73</sup> Presente no próprio AR (2012f).

<sup>74</sup> Diamond (2012) é uma resenha de AR (2012a) e será mais discutido no debate em torno do *Por que as nações fracassam* de AR.

desenvolvimento. Podemos afirmar que Diamond pode ser enquadrado como proponente dos quatro eixos da HG.

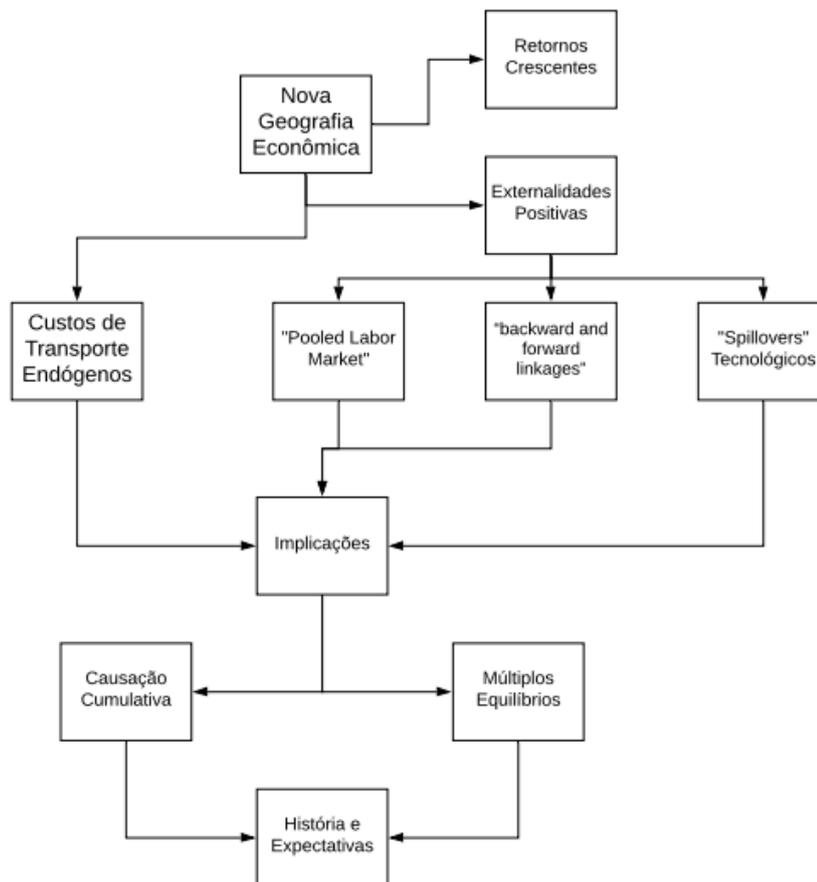
#### **2.1.1.6 Krugman e a Nova Geografia Econômica**

Segundo Krugman (1995), a Geografia Econômica (GE) é ramo da Economia que estuda a distribuição da atividade econômica no espaço. A palavra-chave quando pensamos em GE é aglomeração (ou concentração), isto é, a pergunta de pesquisa tem a forma: por que as pessoas e as firmas se concentram em algumas regiões? Ainda que tenha grande importância e apelo intelectual, a GE esteve quase que ausente do corpo da teoria econômica por muitas décadas. O “renascimento” da pesquisa sobre localização nos anos 90, na qual Paul Krugman foi um ator importante, recebeu a alcunha de “Nova Geografia Econômica” (NGE).

Antes de continuarmos, é necessário qualificar que a NGE não é um componente da Hipótese Geográfica. Gallup, Sachs e Mellinger (1999, p. 12) ressaltam a diferença da abordagem deles para a Krugman e de autores associados à Nova Geografia Econômica é que os últimos analisam uma série de fatores associados à geografia e que afetam o desenvolvimento econômico mesmo quando a geografia física subjacente é indiferenciada, sendo a magnitude da distância entre os países consequência dos custos de transporte e ganhos de escala. Sachs e seus coautores, por outro lado, enfatizam os casos nos quais a geografia física é altamente diferenciada, ou seja, visam a expansão do escopo de análise.

Em Mellinger, Sachs e Gallup (2000, pp.171-2), os autores sugerem que as duas abordagens podem ser potencialmente complementares, ou seja, que a geografia física pode explicar a diferença original entre os países, enquanto os custos de transporte e escala como essa diferença foi ampliada ao longo do tempo por meio dos mecanismos que causam aglomeração econômica e estudados pela NGE.

Figura 2 – Esquema Nova Geografia Econômica



Fonte: Elaboração própria com base em Krugman (1991)

Segundo Krugman (1991), a GE trabalha com duas hipóteses fundamentais e mais uma terceira hipótese implícita, que é a existência de retornos crescentes. A primeira hipótese é que existem custos para transacionar através do espaço (custos de transporte) e que eles são endógenos. Isto faz com que a distribuição das pessoas e firmas no território afete o custo de transacionar, menores distâncias implicam em menores custos, o que ajuda explicar a concentração econômica e populacional. Ver figura 2 para o esquema da NGE.

A segunda hipótese é que existem externalidades positivas na produção, o que está relacionado principalmente com a concentração de uma determinada indústria. Segundo Krugman (1991), desde Marshall (1920), costuma-se arrolar três vantagens da

aglomeração. A primeira é a criação de “pooled labor market”, isto é, para os funcionários é interessante estar em um ambiente com várias firmas do mesmo setor, já que isto permitiria melhor remuneração por habilidades especializadas e maior facilidade para encontrar emprego. Por outro lado, as firmas também preferem ambientes com maior oferta de mão de obra especializada, já que isso lhe permitiria pagar menores salários.

A segunda vantagem é que centros industriais causam propiciam maior oferta de insumos não comercializáveis em maior variedade e menor preço. Na mesma medida, em indústrias regionalmente concentradas também existem mais compradores para os bens produzidos, principalmente para os casos em que as firmas são produtoras de bens intermediários. Estes elos acima e abaixo na cadeia produtiva recebem o nome de “backward and forward linkages”. (Krugman, 1991)

A terceira vantagem, geralmente citada quando falamos de indústrias de alta tecnologia, são os “spillovers” tecnológicos decorrentes da maior facilidade com que os fluxos de informação são transmitidos localmente. Ainda que sejam uma explicação mais “fashionable”<sup>75</sup> e aparentemente mais moderna, para Krugman (1991) as outras duas vantagens da aglomeração são mais decisivas para os padrões de concentração industrial observados.

O ostracismo ao qual a GE foi relegada<sup>76</sup>, na opinião de Krugman (1995), se deve à dificuldade de incorporar estas hipóteses aos modelos econômicos tradicionais baseados em retornos constantes<sup>77</sup>. Segundo Krugman (1991), as hipóteses da GE têm duas implicações desconcertantes para a Economia convencional.

A primeira é a existência de causação cumulativa<sup>78</sup> baseada na ideia de que pessoas querem estar onde está a indústria, enquanto a indústria<sup>79</sup> quer estar onde estão as pessoas, ou seja, os modelos de localização têm fortes mecanismos de reforço positivo ou “força centrípeta”, como sugere Krugman (1991).

A segunda consequência, bastante relacionada com a primeira é a existência de equilíbrios múltiplos. A circularidade dos processos que levam à aglomeração dão

---

<sup>75</sup> É o termo que Krugman (1991, p. 53) utiliza. Sério. O autor até utiliza a indústria da moda em Milão como exemplo em comparação com o Vale do Silício ou a Rota 128.

<sup>76</sup> Em Fujita et. al. (1999) os autores argumentam que a ideia de que a GE é um tópico esquecido está equivocada, dado os avanços teóricos ocorridos na década de 90, isto é, na NGE.

<sup>77</sup> Krugman (1991, 1995) é enfático em afirmar que a realidade dura e crua da Economia é que somente teorias que podem ser traduzidas em modelos matemáticos simples e elegantes conseguem aceitação na comunidade acadêmica.

<sup>78</sup> Que também serve como acusação de circularidade para o argumento da NGE.

<sup>79</sup> Assim como cada firma individualmente quer estar onde as outras firmas estão.

grande papel à história e às expectativas, de difícil modelagem matemática, grande papel na origem dos fenômenos de concentração. Como Krugman enfatiza (1991), pequenos eventos fortuitos estão na origem de grandes “clusters” industriais americanos, bem como reversões nas expectativas dos agentes podem acarretar o súbito desaparecimento de grandes aglomerados. Deste modo, pequenos acidentes históricos e variações nas expectativas podem gerar múltiplos equilíbrios.

De acordo com Krugman (1995), avanços técnicos na Economia permitiram que as ideias da GE voltassem a ser discutidas, como a criação do modelo Dixit-Stiglitz nos anos 70 facilitou a modelagem em concorrência imperfeita. Krugman (1991) afirma que a teoria do crescimento endógeno deu proeminência modelos com retornos crescentes, o que restaurou a respeitabilidade intelectual do “big push”<sup>80</sup>. Fujita et. al (1999) ressalta a importância da popularização do computador como facilitador da pesquisa em GE, pois muitos dos resultados utilizando retornos crescentes só podem ser obtidos por simulação computacional.

Ainda que, como enfatizamos acima, a NGE não seja estritamente constituinte da argumentação da HG durante o debate, ela sinaliza um resgate da importância de questões geográficas na Economia. Como comentamos acima, Landes (1998) afirma que o grande “veto” que a geografia teve dentro da universidade americana esmaeceu longo das últimas décadas do século vinte. Neste contexto, a aceitabilidade de uma Hipótese Geográfica do desenvolvimento tornou-se cada vez maior, o que deu maior visibilidade e relevância acadêmica aos seus defensores, culminando no debate com a HI.

Krugman (1991 e 1995), ao enfatizar a importância da localização para os custos de transporte, pode ser considerado um representante do eixo 3 da HG.

#### **2.1.1.7 Quadro Sinóptico**

A discussão acima sobre os antecedentes da HG pode ser sintetizada no quadro abaixo:

---

<sup>80</sup> Que são bastante importantes na argumentação de Jeffrey Sachs.

## Quadro Sinóptico da HG.

	Eixos da Hipótese Geográfica			
	Prod. Agrícola (1)	Prod. Trabalho (2)	Custos de Transporte(3)	Recursos Energéticos (4)
Montesquieu	Não	Sim	Não	Não
Lee	Sim	Sim	Não	Não
Myrdal	Sim	Sim	Não	Não
Karmarck	Sim	Sim	Não	Sim
Krugman	Não	Não	Sim	Não
Diamond	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria

## 2.2 Jeffrey Sachs

### 2.2.1 Produtividade do Solo e do Trabalho (Seção baseada em Gallup e Sachs (2000b) e Sachs (2001))

Para Sachs (2001), o primeiro dos fatos estilizados da relação entre geografia e desenvolvimento econômico é que os trópicos são, em média, mais pobres do que as regiões temperadas. Para o autor, as causas desse fenômeno são duas: a produtividade do solo e a produtividade do trabalho.

Gallup e Sachs (2000b) concluem que, mesmo quando consideramos diversas variáveis de controle, a produtividade agrícola nos trópicos é em torno de um terço menor do que em regiões temperadas. Se pegarmos os dados brutos, em média, a diferença entre a produtividade do solo (8,8) entre as regiões é ainda superior à diferença de renda entre as regiões (3,3). Os motivos para tal discrepância de produtividades são os mais variados.

As regiões tropicais, em grande parte, costumam ser mais quentes e úmidas que as regiões temperadas. O calor e a umidade aceleram a atividade orgânica e, conseqüentemente, taxa de decomposição da matéria orgânica no solo. Tal processo reduz a absorção dos nutrientes pelo solo e expõe os nutrientes à maior risco de lixiviação no caso de tempestades (comuns em grande parte das regiões tropicais). A pobreza do solo também aumenta sua suscetibilidade à erosão e acidificação.

A pobreza do solo poderia, em teoria, ser corrigida pela implementação de fertilizantes, no entanto, os mesmos fenômenos que causam a falta de nutrientes do solo reduzem a eficácia dos implementos. O baixo retorno dos fertilizantes em termos de

produtividade torna-os menos vantajosos para os produtores, o que explica em parte sua baixa adoção em regiões tropicais.

Outra consequência do calor e umidade tropicais é a maior proliferação de pragas. Ao contrário do que acontece nos trópicos, em regiões temperadas as baixas temperaturas do inverno e do período noturno interrompem o ciclo de reprodução de diversas pragas agrícolas, o que resulta em menor risco de infestação e menores gastos com defensivos.

O outro extremo existente nas áreas tropicais são as regiões áridas, nelas a produção agrícola se torna custosa em função dos elevados custos de irrigação. Além disso, a própria irrigação muitas vezes é inviável dada a topografia das regiões, já que em regiões planas a criação de barragens é extremamente onerosa.

Os mesmos elementos associados com a baixa produtividade agrícola estão relacionados com a menor produtividade do trabalho que se manifesta nos trópicos. A alta temperatura dos trópicos, inclusive no período noturno, favorece a procriação de diversos vetores de doenças infecciosas, tais como a malária e a tripanossomose. O calor, auxiliado pela umidade, também aumenta a incidência de doenças bacterianas (já que aumenta sua taxa de reprodução), principalmente aquelas que são transmitidas pela rota fecal-oral. Segundo Sachs (2001, p.15): “The most direct channels, of course, are through reduced labor productivity as a result of lost workdays, and reduced physical and cognitive capacities as a result of acute and chronic illness”, ou seja, o calor e a umidade aumentam a facilidade com que as doenças são transmitidas, o que por sua vez tem consequência direta em uma, *ceteribus paribus*, menor produtividade do trabalho do que regiões temperadas, nas quais o “assassino silencioso”, o frio, mata vetores e bactérias que podem ser prejudiciais à saúde humana.

Os efeitos indiretos, que, segundo Sachs (2001), podem ser ainda mais prejudiciais do que os efeitos diretos, incluem maior taxa de natalidade, pior estrutura etária e elevada taxa de crescimento populacional. Os maiores riscos causados pelo ambiente fazem com que as famílias tenham mais filhos em reação à maior mortalidade infantil. Se supusermos que as famílias são avessas ao risco, a tendência é que ocorra um “overshooting” no número de filhos, já que os pais usam os filhos como poupança para a velhice (especialmente relevante em países pobres, rurais e com sistema previdenciário ineficiente). A maior taxa de natalidade reduz diretamente a produtividade do trabalho ao reduzir a participação feminina no mercado de trabalho, uma vez que as mulheres estão mais frequentemente grávidas e ocupadas no cuidado

dos filhos. Ainda por causa do excesso de filhos como compensação pela alta taxa de mortalidade, a taxa de crescimento populacional tende a ser mais alta, o que por sua vez resulta em maior pressão sobre os recursos naturais, o que em sociedades, como as africanas, já desprovidas de abundância de recursos fundamentais, como água e solos férteis, pode ter um impacto depressivo importante da produtividade agrícola.

Outra consequência da maior taxa de natalidade é uma deformação na pirâmide etária, pois ela se torna muito larga na base. O grande número de crianças por adulto acarreta no menor investimento em capital humano, seja pela simples falta de poupança ou também pelo risco envolvido em destinar muitos recursos a um ativo (a criança) que tem grande chance de perecer antes de atingir a idade adulta. O menor capital humano reduz a capacidade de incorporação tecnológica e inovação de um país reduzindo o crescimento da sua produtividade total de fatores.

Apesar da interpretação de Sachs encontrar eco entre grande número de economistas e formuladores de políticas públicas, entre os geógrafos ele enfrenta críticas. De acordo com Sutermeister (2009, p.1242), “o pensamento de Sachs se contrapõem quase que ‘diametralmente ao elaborado pela ciência geográfica’”, principalmente porque Sachs trabalha em termos de dicotomia entre países tropicais e temperados, quase que emulando a distinção “norte- sul” que havia na ciência geográfica de outrora. Segundo Sutermeister, a geografia, principalmente alemã, tem caminhado para uma interpretação da fragmentação do mundo contemporâneo em contraposição à visão dicotômica de Sachs.

A “teoria do desenvolvimento fragmentado”, defendida por Sutermeister (2009, p. 1251), seria caracterizada por três elementos básicos: (1) lugares globais, de onde provem as instâncias de comando e tecnologia, os (2) lugares globalizados, que estão subordinados aos lugares globais e o (3) resto excluído, que não participa dos benefícios da globalização. Segundo o autor,

trata-se de três categorias de fragmentos funcional-espaciais virtuais ou reais cuja interdependência funcional- hierárquica apenas depende das exigências da concorrência e do mercado global, e não das condições geográficas ou de características da superfície terrestre como o clima (2009, p. 1251).

A crítica à Sachs dentro da ciência econômica por sua interpretação “geográfica” do crescimento econômico se concentrou principalmente entre os chamados “Institucionalistas”, mais notadamente Daron Acemoglu e James Robinson. AJR (2005) argumentam que, uma vez que coloquemos a qualidade das instituições como variável independente nas regressões, os coeficientes relacionados às variáveis geográficas se

tornarão não significantes, enquanto quase toda a diferença de renda entre os países passará a ser explicada pela qualidade das suas instituições. Para os autores, a história mostraria que a hipótese geográfica não se sustenta, haja vista que até 1500 as regiões mais ricas do mundo eram justamente as tropicais, posteriormente, em função do modelo de colonização adotado nestas áreas, tais regiões se tornaram mais pobres do que as zonas temperadas do globo, fenômeno que AJR chama de “reversão da fortuna”.

Analisando especificamente o papel da saúde para o desenvolvimento econômico, AJR (2003) afirmam que, apesar de existir evidência estatística de que melhores condições de saúde melhoram o desempenho econômico, a magnitude do benefício da maior salubridade é pequena demais para explicar a grande desigualdade de renda entre os países. Segundo os autores, o problema em mensurar os efeitos da insalubridade no crescimento econômico esbarra na endogeneidade entre renda e saúde<sup>81</sup>, o mesmo problema encontrado para mensurar o impacto das instituições, portanto a dificuldade reside em encontrar as variáveis instrumentais adequadas.

Na visão de AJR (2003), e reforçando a posição de AJR (2001), a saúde parece ter tido efeito majoritariamente indireto no desenvolvimento via instituições, isto é, as condições ambientais parecem ter afetado o tipo de colonização a que os países foram submetidos e, por conseguinte, o tipo de “path dependence” institucional.

AJ (2007), por sua vez, procuram circunscrever o problema da endogeneidade entre renda e saúde por meio da análise da “transição epidemiológica internacional” (TEI). A TEI, iniciada nos anos 40, foi um processo mundial de aumento na expectativa de vida que teve quatro causas fundamentais: (i) novos remédios e tratamentos, em especial a penicilina; (ii) a aplicação em larga escala do DDT<sup>82</sup>; (iii) a criação da Organização Mundial de Saúde, o que facilitou a divulgação de tecnologia médica e de saúde pública para os países mais pobres; (iv) mudança nos valores internacionais da comunidade médica, de modo que novas descobertas passaram a ser usadas o mais rápido possível. Os impactos da TEI perduraram até os anos 80 com a epidemia de AIDS, especialmente danosa nos países de renda mais baixa.

De modo geral, a TEI ocasionou grande redução da mortalidade infantil, principalmente nos países mais pobres. Isso fez com que a expectativa de vida crescesse proporcionalmente mais nos países de menor renda per capita, de modo que hoje eles

---

<sup>81</sup> Isso acontece porque maior saúde aumenta renda e maior renda melhora a saúde.

<sup>82</sup> Que controlou ou eliminou a proliferação de insetos causadores de várias doenças como a febre amarela e a malária.

tenham uma expectativa de vida maior do que os países hoje desenvolvidos tinham quando estavam no mesmo estágio de desenvolvimento. No entanto, os dados indicam que, no período da TEI (1940-1980), houve convergência apenas na expectativa de vida entre os países, mas não em relação à renda, o que indica que as melhores condições de saúde não se materializaram em maior crescimento econômico.

Ao analisarem os dados para a TEI, AJ (2007) concluem que, na realidade, o aumento da expectativa de vida causou uma redução na renda per capita, e não um aumento, como os adeptos da HG sugerem que aconteceria. Isto ocorre porque, se por um lado uma melhor saúde talvez cause uma maior produtividade do trabalho, uma maior expectativa de vida causa um aumento populacional<sup>83</sup>, ou seja, um aumento no “denominador” do PIB per capita.

Para AJ (2007), tal resultado “contra intuitivo” decorre de aspectos negligenciados pela pesquisa microeconômica em desenvolvimento econômico. O primeiro é que um grande retorno no nível do “indivíduo” pode não ter uma grande retorno macro, já que existem retornos decrescentes à unidade adicional de trabalho. O segundo aspecto é que, ainda que possa haver uma grande diferença de resultados entre um indivíduo doente e outro saudável, quando todos se tornam saudáveis, o efeito de uma melhora de saúde ao nível do indivíduo é baixo. A conclusão que AJ (2007), solucionando o problema da endogeneidade citado acima, tiram da evidência estatística é que parece que, historicamente, a riqueza parece ter sido a causa de melhores condições de saúde, e não o contrário.

Bloom<sup>84</sup> *et al.* (2014) escrevem uma resposta a AJ (2007). Segundo os autores, o efeito da redução da mortalidade infantil só é observado no longo prazo, isso aconteceria porque os benefícios que uma criança saudável tem em termos de desenvolvimento físico e intelectual sobre uma criança doente só se materializarão em maior renda depois que tais jovens se tornarem adultos e ingressarem na força de trabalho. Para Bloom *et al.*, o motivo para AJ (2007) terem encontrado que a maior expectativa de vida resulta em menor renda per capita é que as especificações econométricas utilizadas não captaram tais efeitos de longuíssimo prazo.

Como forma de superar a questão dos efeitos de longo prazo da mortalidade infantil no desenvolvimento econômico, Bloom *et al.* acrescentaram o nível de

---

<sup>83</sup> A taxa de natalidade para dos países na amostra não caiu na dimensão necessária para compensar o aumento na expectativa de vida.

<sup>84</sup> Notar que David Bloom é um coautor frequente de Jeffrey Sachs

expectativa de vida dos países em 1910<sup>85</sup> como uma das variáveis do modelo desenvolvido em AJ (2007). Os resultados encontrados indicam que os países mais saudáveis em 1910 apresentaram maior crescimento econômico nos períodos posteriores, bem como o sinal encontrado por AJ (2007) em relação ao impacto da expectativa de vida se inverte, ou seja, uma maior expectativa de vida esteve associada a maior renda per capita.

A conclusão de Bloom *et. al.* é que os indícios obtidos por AJ (2007) são, na realidade, compatíveis com a ideia de que a saúde é um fator decisivo para o desenvolvimento econômico subsequente. Isto ocorre porque, na amostra de AJ, os países com pior saúde inicial foram os que apresentaram os maiores ganhos de expectativa, logo os resultados por eles obtidos na realidade estavam refletindo a pior saúde inicial dos países, e não um efeito negativo do crescimento populacional na renda per capita.

AJ (2014) respondem a Bloom *et al.* (2014). Segundo os autores, a econometria de Bloom apresenta problemas, uma vez que ao acrescentar a expectativa de vida inicial em um modelo linear gera multicolinearidade com variação da morte prevista, variável que tenta captar os efeitos do aumento da expectativa de vida. AJ (2014) tentam três outras formas de especificar o modelo para testar a hipótese levantada por Bloom *et al.* (2014, no entanto, todas as especificações geram o mesmo tipo de resultados do que o artigo original, ou seja, o aumento na expectativa de vida reduz o crescimento da renda per capita.

### **2.2.2 Comércio (Seção baseada em Radelet e Sachs (1998))**

Com a ubíqua referência a Adam Smith, Radelet e Sachs (1998, p.1) afirmam que: “Smith observed that a a more extensive division of labor was likely to develop first along sea coasts and navigable rivers, where transport were especially low”. Em posse dessa intuição, os autores procuram analisar os custos de transporte para os países sem acesso ao mar (“landlocked”). A conclusão básica que os autores acessam é que características geográficas dos países, tal como acesso ao mar e distância dos principais mercados, têm um importante impacto nos custos de transporte, o que por sua vez afeta o sucesso das exportações de bens manufaturados e crescimento de longo prazo. Tal

---

<sup>85</sup> A escolha por 1910 pressupõe que o indivíduo tenha 30 anos em 1940, início da TEI.

constatação colocaria em xeque a ideia de que a estratégia de desenvolvimento “export-led” adotada pelos “tigres asiáticos” poderia ser facilmente aplicada em países com geografia adversa, tais como a Bolívia e a Mongólia.

Como os autores procuram demonstrar, a inserção de países com altos custos de transporte para produtos manufaturados, supondo-os tomadores de preços, só seria possível por meio da redução de salários e lucros, ou de um nível de produtividade excepcional, o que é bastante improvável dado que são justamente esses países de geografia desfavorável que são, em média, os mais pobres. De acordo com os cálculos de Radelet e Sachs (1998), um aumento de 12% para 18% na relação dos preços CIF (Cost-Insurance-Freight) com preços FOB (Free on Board), em outras palavras, no custo de transporte e seguro, implicaria em uma redução de cerca de 50% nas rendas decorrentes da venda do produto. O impacto no desenvolvimento econômico é a evidente menor competitividade das firmas de países com altos custos de frete no mercado internacional. Radelet e Sachs (1998) ressaltam que, nestes casos, a importância de uma política comercial aberta, principalmente em relação a bens intermediários, é grande, pois aumenta a competitividade do setor exportador internacionalmente.

Ainda sobre a interconexão de custos de transporte e crescimento econômico, Radelet e Sachs (1998) enfatizam que países com geografia desfavorável padecem de duas maneiras adicionais: baixas taxas de poupança e investimento e reduzida transferência tecnológica. Como setores manufatureiros são atrofiados por altos custos de transporte, a tendência é que países “landlocked” se insiram no mercado internacional por meio da exportação de recursos naturais, no entanto, como tais preços são definidos no mercado internacional, a tendência é que o excedente seja relativamente pequeno e seja responsável por uma menor taxa de poupança e, conseqüentemente, de investimento.

A taxa de investimento, para países com altos custos de transporte, também é afetada pelo menor fluxo de investimento estrangeiro direto, uma vez que as possibilidades de lucro para o investidor são reduzidas. Assim como as exportações se tornam dispendiosas em países de alto frete, as importações se tornam caras, o que reduz a capacidade de compra de bens de capital e, em decorrência, a absorção tecnológica. Em linha com Smith (1776), poder-se-ia argumentar que os altos custos de transporte reduzem a inserção de um país no mercado internacional e, por decorrência, sua especialização, reduzindo seus níveis de produtividade e inovação tecnológica.

### 2.2.3 Sachs e a “Armadilha da Pobreza”

Sachs (2005, p. 80-2), usando a analogia para a unidade familiar, elenca quatro causas básicas para o crescimento da renda per capita: poupança, comércio, tecnologia e explosão de recursos naturais. O mecanismo através dos quais tais fatores podem gerar um aumento da renda é o crescimento da produtividade: a poupança permite a acumulação de capital, o comércio está relacionado com a especialização da produção, a tecnologia cria opções de produção mais eficientes e a explosão de recursos (mais terras, minérios...) aumenta o retorno por trabalhador em atividades agrícolas e extrativas. No entanto, os elementos para o desenvolvimento econômico não estão automaticamente disponíveis a todos os países, pelo contrário, o autor enfatiza que para que um país saia da extrema pobreza é necessário que sejam criadas condições para que dê os “primeiros passos na escada” do crescimento.

É justamente quanto aos países incapazes de se inserir na dinâmica do crescimento econômico que Sachs (2005) direciona sua análise. Esses países geralmente estão fincados em um contexto econômico e social tão depauperado que as condições básicas do desenvolvimento não encontram meios de se manifestar. A esse fenômeno o autor nomeia, remetendo à teoria do desenvolvimento, de “armadilha da pobreza”, que pode ser entendido como a pobreza como causa da estagnação econômica. Nestes casos, decorre a falta de poupança, haja vista que um país pode ser tão pobre que uma parcela maior de sua renda tenha que destinada ao consumo por motivo de subsistência. A falta de poupança pode inviabilizar a acumulação de capital e o decorrente ganho de produtividade de uma maior relação capital/trabalho.

Sachs (2005) arrola seis possíveis causas para um país se aprisionar em uma armadilha de pobreza:

i) Geografia física: países sem acesso ao mar (“landlocked”) ou muito distantes dos principais mercados consumidores são prejudicados por um custo de frete muito alto, o que reduz a competitividade internacional e o investimento estrangeiro direto. Além disso, alguns países, principalmente os tropicais, enfrentam condições climáticas adversas que ocasionam uma menor produtividade do solo, na maior incidência de doenças (malária e febre amarela mais notadamente) que reduzem a produtividade do país.

ii) Armadilha Fiscal: um Estado muito endividado pode fragilizar o desenvolvimento econômico por meio da falta de capacidade de investimento em infraestrutura física, capital humano, alta carga tributária ou instabilidade macroeconômica.

iii) Falhas de governança: países em situação econômica extrema são menos capazes de manter arranjos institucionais que coíbam a corrupção e melhorem o ambiente de negócios. Outro elemento é maior suscetibilidade à golpes de Estado, revoluções, anomia do Estado...

iv) Barreiras Culturais: certos traços culturais podem gerar a exclusão de diversos grupos do processo econômico. Um exemplo típico é a tradição de se negar às mulheres acesso à qualificação e ao mercado de trabalho restringindo-a à “procriação”, o que geralmente está vinculado à maiores taxas de natalidade e ineficiência econômica. Outro tipo de barreira cultural diz respeito aos impeditivos religiosos ou étnicos que podem fazer com que certos grupos não tenham seus direitos fundamentais respeitados.

v) Geopolítica: questões políticas podem restringir as possibilidades de comércio com o mundo, o que por sua vez tem a consequência de empobrecer a população de um país a ponto de impossibilitar o progresso.

vi) Ausência de Inovação: o tamanho do mercado limita os retornos do investimento em inovação, o que por sua vez limita a própria atividade inovativa. Em países muito pobres, os inventores não são capazes de arcar com os altos custos de pesquisa, bem como os governos não tem condições de investir em ciências básicas, laboratórios e na universidade. Tal situação gera o incentivo à emigração dos pesquisadores dos países mais pobres em direção aos mais ricos.

A complexidade dos fatores que podem aprisionar um país em uma condição de baixo crescimento requer, para Sachs (2005), que ao analisarmos as possibilidades de ação para um país utilizemos uma abordagem que ele chama de Economia Clínica, cujo nome o autor retirou da medicina.

A Economia Clínica (Sachs, 2005, p.94 e seguintes) é a baseada na compreensão de que a Economia do Desenvolvimento deve se pautar em cinco lições, aprendidas da medicina, como guias na elaboração de propostas de intervenção em países pobres. A primeira lição é que a economia é um sistema complexo. A segunda lição é que os economistas precisam aprender a fazer “diagnósticos diferenciais”, ou seja, devem ser capazes de cogitar diversas causas para um mesmo fenômeno. A terceira prescrição é ter

sempre em mente de que a “doença” de um país também está inserida em uma série de restrições que são externas, como, por exemplo, a política comercial adotada pelos países ricos. A quarta regra é que a “boa prática do desenvolvimento exige monitoramento, avaliação e, especialmente, uma comparação rigorosa de metas e resultados” (p.100). A quinta e última lição é as intervenções precisam ser providas de padrões éticos e profissionais condizentes. Sachs (2005) sugere a Economia Clínica substitua o protocolo de ação das agências internacionais conhecido como “ajustamento estrutural”.

A crítica feita por Sachs (2005, p. 101) é que os organismos multilaterais trataram os países pobres como culpados de sua própria pobreza. A esses países foi aplicada a condicionalidade ao auxílio internacional de diversas reformas institucionais que visavam contração fiscal, privatização, liberalização e boa governança. Para Sachs (2005), tal abordagem ignorava as particularidades de cada país e as verdadeiras causas de sua pobreza, além do elevado custo humanitário que o corte de gastos públicos poderia ter em regiões já em situação calamitosa. A lógica do “ajuste estrutural” se baseia na explicação monocausal de que as instituições são a causa única para o desenvolvimento de longo prazo.

Para Sachs (2005), a solução para o problema da pobreza extrema não consiste em uma imposição padronizada de uma interpretação institucionalista do desenvolvimento, mas sim na aplicação “handmade” de uma estratégia de desenvolvimento que leve em consideração as dificuldades decorrentes da geografia específica de um país que impactam a saúde, produtividade agrícola, custos de transporte e acesso ao mercado internacional. Além disso, as vultuosas dívidas dos países pobres com os países ricos deveriam ser renegociadas ou mesmo canceladas. O que Sachs (2005) propõe é “big push” social, político e econômico que permita às nações mais pobres obter, no médio prazo, crescimento sustentado autônomo.

#### **2.2.4 “Big Push”**

Sachs (2001, p. 27) afirma que as histórias de sucesso de crescimento econômico de países tropicais, mais precisamente do leste asiático (Cingapura, Hong Kong, Taiwan, Malásia e Ilhas Maurício), foram marcadas por dois traços fundamentais. O primeiro elemento foi alcançar significativas melhorias nos níveis de saúde pública. O grande aumento na expectativa de vida e redução da mortalidade infantil implicaram

também na diminuição da taxa de natalidade, com as consequências em termos de formação de capital humano e pirâmide etária já desenvolvidas acima. A segunda característica desses países foi a adoção de políticas de diversificação da pauta de exportações, o que reduziu sua dependência em relação às “commodities” em prol de atividades manufatureiras. A criação de zonas de exportação teve papel importante neste processo ao atrair capital estrangeiro envolvido na produção de bens cuja eficiência de produção não é afetada pelo clima tropical.

Tanto a melhoria na saúde pública quanto a abordagem “export-led” manufatureira aplicadas foram facilitadas, para os países em questão, por sua localização privilegiada em termos de comércio global e, em alguns casos, caráter insular, o que facilitou o combate às doenças tropicais. No entanto, para muitos países tropicais, majoritariamente os da África subsaariana, armadilhados na pobreza tal estratégia é inviável, uma vez que pagam um alto tributo às doenças tropicais e são “landlocked”. Para tais países, aos quais escapar da pobreza de forma autônoma parece impossível, Sachs (2005) sugere que agências internacionais, cientistas e lideranças políticas integrem um esforço internacional de auxílio a tais países em vista do desenvolvimento, a proposta de intervenção, o autor chama de “big push”.

Mas e a possibilidade de “big push” fortuito que dispensasse a ação estrangeira? Sachs e Warner (1999) investigam se períodos de melhores preços relativos para os países exportadores de commodities (“resource booms”) poderiam atuar como um “big push”, de modo que criassem uma dinâmica econômica que favorecesse a industrialização e o crescimento econômico posterior ao “boom”. Os autores concluem que para nenhum dos casos analisados (todos na América Latina) houve uma aceleração do crescimento do PIB posteriormente ao fim do “boom das commodities”, tal como a teoria do “big push” dos anos 50 sugeria, pelo contrário, muitas vezes o fim do ciclo de preços altos implicou em menores taxas de crescimento posterior. Longe de serem um “bilhete premiado”, as commodities, por si só, aparentam ser incapazes de acelerar o crescimento econômico de longo prazo e, portanto, retirar um país da “armadilha da pobreza”. Portanto, para “colocar um país na escada do crescimento” é necessário algo mais abrangente, um plano de ação que amenize os problemas estruturais que condenam um país ao subdesenvolvimento.

As teorias de “armadilha da pobreza” pressupõem que existe um patamar (“threshold level”) de capital a partir do qual um determinado país seria capaz de obter crescimento de forma autônoma. A ideia de Sachs *et al.* (2004, p.144) é “increase the

capital stock in one step, as it were, through a large, well-targeted infusion of foreign assistance (...) we see no other likely successful strategy for ending Africa's poverty trap". Um ponto importante para Sachs *et al.* (2004, p. 144), é que essa massiva "infusão" de capital deve ser totalmente direcionada para o investimento e não para o consumo.

A forma como esse investimento deve orientado é um aspecto importante dado o fracasso dos grandes planos de auxílio anteriores. Sachs *et al.* (2004, p.146) sugere que se tome como referência as Millenium Development Goals (MDG)<sup>86</sup>, definidas na convenção das Nações Unidas de 2000 chamada de Millenium Summit, por três motivos. O primeiro motivo é que as MDG já são um compromisso firmado entre os países. Segundo, as MDG já são fruto de um amplo debate na comunidade internacional e entre os especialistas. A terceira razão é que as MDG são claras e flexíveis, o que dá a liberdade para a execução de diversas formas de intervenção com o mesmo objetivo.

Um ponto importante, segundo Sachs *et al.* (2004) , é que as MDG são um meio para o desenvolvimento e não um fim. Alcançar as MDG não será o suficiente para colocar um país na trilha do desenvolvimento, mas somente uma etapa na eliminação da pobreza extrema e na retirada da África da armadilha da pobreza. Para Sachs *et al.* (2004, p. 146), as MDG:

reflect the fact, for example, that the escape from poverty requires investments both in human capital na physical capital and that poverty itself is multidimensional, involving not only income but also lack of food security, health, education, gender equality, environmental management, and access to basic amenities.

Para abranger à "multidimensionalidade" da pobreza, Sachs *et al.* (2004, p. 149 e seguintes) propõe sete conjuntos de intervenções genéricas, que dentro de cada região precisam ser adequadas às realidades locais seguindo os preceitos da Economia Clínica, esboçada acima.

A primeira intervenção proposta é investir no aumento da produtividade rural. Como a maior parte da população em países muito pobres (África subsaariana, especialmente) vive em países agrários, estimular a maior produção de alimentos é uma forma importante de combater a fome. Investimentos secundários em estradas, energia elétrica, água e saneamento básico vão prover a base para a melhor produtividade.

---

<sup>86</sup> As MDG são: (1) Erradicar a pobreza extrema e fome; (2) Alcançar educação primária universal; (3) Promover a equidade de gênero e o empoderamento feminino; (4) Reduzir a mortalidade infantil; (5) Melhorar a saúde das gestantes; (6) Combater o HIV, Malária e outras doenças; (7) Garantir a sustentabilidade ambiental; (8) Realizar uma parceria global pelo desenvolvimento. (UN, sem data).

A segunda intervenção diz respeito ao alto impacto causado pelas doenças e taxa de natalidade elevada atuando na melhoria das condições de saúde (prover tratamento para AIDS, tuberculose e malária), nutrição e planejamento familiar (através da oferta de métodos contraceptivos, educação sexual e oferta de trabalho para as mulheres fora do meio rural). O terceiro conjunto de intervenções trata da oferta de educação básica universal. Neste assunto, muita atenção precisa ser dada à taxa de garotas que completam o ensino básico, o que tem efeitos importantes em médio prazo na redução da mortalidade infantil. Também deve ser dada ênfase no acesso à educação secundária, uma vez que cada vez os retornos da educação tem se tornado maiores.

O quarto grupo de ações visa os desafios da vida nas cidades. A estratégia de melhoria da qualidade de vida no meio urbano requer investimentos em infraestrutura, serviços (eletricidade, transporte, água e saneamento básico) e melhoria das áreas de favela. Esses aportes são importantes para inserir, em regiões pobres, indústrias manufatureiras voltadas ao mercado global.

A quinta área de intervenção diz respeito à mobilização de recursos científicos e tecnologia. O foco deste grupo de medidas deve ser gerar conhecimento para solucionar problemas específicos (quanto à sua ecologia, doenças e produtividade agrícola) dos países pobres, geralmente tropicais, que não recebem atenção nos países desenvolvidos temperados. Os meios de ação para esta meta se referem à oferta de consultoria científica, expansão do ensino superior nos países subdesenvolvidos e patrocínio de pesquisas direcionadas aos tais problemas específicos das regiões auxiliadas.

A sexta parte das intervenções direciona-se à promoção da equidade de gênero. As propostas de Sachs *et al.* (2004) envolvem o aumento da participação feminina na política por meio de ações afirmativas, garantia de direitos iguais de propriedade e acesso ao mercado de trabalho para homens e mulheres, além do combate à violência contra a mulher, algo particularmente presente nos países africanos.

O sétimo e último pacote de intervenções foca na integração regional como condição para o crescimento econômico. Como grande parte dos países mais pobres do mundo não tem acesso ao mar, a integração é importante como forma de aumentar os mercados para tais países e, através de articulação política, garantir um acesso marítimo estável ao comércio internacional.

A ideia e aplicação de um amplo projeto de combate a pobreza não é nova na história recente da humanidade, porém seus resultados são controversos. O próprio Sachs comandou um projeto chamada Millenium Village Project (MVP), qual ele

pretendia demonstrar que, se as MDG eram alcançáveis em pequena escala, então grandes projetos poderiam resolver a questão da pobreza global. Munk (2013) acompanhou *in loco* o funcionamento de duas das 12 vilas que receberam aportes do MVP. Segundo a autora, as dificuldades eram muito maiores do que Sachs previa e os projetos parecem ter resultado em frustração, no entanto Sachs não perdeu o discurso otimista e até certo ponto arrogante<sup>87</sup>. Para Sachs, porém, os resultados são positivos dada a pouca quantidade de dinheiro destinada a tal finalidade. Já para os críticos, William Easterly mais notadamente, os 3,2 trilhões de dólares destinados ao auxílio dos países pobres nas últimas décadas tiveram resultados muito inferiores aos que prometiam e ao que seria possível.

### 2.2.5 A crítica de William Easterly

Após a publicação de *O Fim da Pobreza* (Sachs, 2005), o debate a respeito das políticas de auxílio aos países que ainda apresentam indivíduos em extrema pobreza ganhou novo impulso. Já em 2006, William Easterly publicou *The White Man's Burden*, título que faz referência à ideia de que cabe às sociedades ocidentais (que ele chama de homem branco) o papel de resgatar os povos, na perspectiva eurocêntrica, atrasados. Nesta visão, Easterly (2006) identifica um forte senso de superioridade eurocêntrica, que em sua análise tem raízes até mesmo no racismo. É justamente essa percepção salvacionista própria dos ocidentais que Easterly enfatiza no título do livro, este seria o fardo do homem branco. Ademais, Easterly (2006) desenvolve uma ampla crítica às propostas do tipo “Big Push”, em especial ao modelo de intervenção desenvolvida por Sachs (2005), autor que Easterly (2006) cita repetidamente como paradigma de *Planner*, em contraposição ao *Searcher*.

O *Planner* é o agente que, na discussão sobre o auxílio ao desenvolvimento, acredita em uma abordagem de cima para baixo, ou seja, especialistas analisam os problemas econômicos de uma determinada região e criam um plano abrangente e a engenharia social necessária para a sua execução. Os *Planners*, via de regra, se pautam em objetivos amplos e de difícil mensuração (o fim da pobreza, por exemplo). O contraponto são os *Searchers* que, para o autor, utilizam um enfoque *bottom-up* e metas específicas e mensuráveis. Para um *Searcher*, as políticas de auxílio não devem ser

---

<sup>87</sup> French (*apud* Munk, 2013, sem página) afirma que o livro (de Munk sobre Sachs) é “a devastating portrait of hubris and its consequences”.

estruturas rígidas de intervenção, mas sim precisam levar em consideração a interação das pessoas via mercado, bem como suas motivações, ou seja, o *Searcher* provê uma determinada ferramenta com vista a determinado fim, porém a forma como os agentes utilizarão tal ferramenta para alcançar o objetivo pré-determinado deve ser construída ao longo do processo (Easterly, 2006, p. 5-6)

Outra diferença fundamental entre *Planners* e *Searchers* diz respeito ao “feedback” e “accountability”. O objetivo vago e globalizante dos *Planners* está pouco sujeito ao “feedback”, já que o seu conjunto de ações é tão difuso que há pouca margem para a avaliação e o que, em consequência, implica em baixa “accountability”. Para Easterly (2006), as intervenções executadas pelos *Searchers* têm a virtude de serem passíveis de melhor análise dos resultados e, conseqüentemente, maior responsabilização por quem as implementa.

No entanto, para Easterly (2006), apesar de a abordagem *Searcher* ser mais sólida na teoria bem sucedida na prática, o apelo da argumentação *Planner* é mais forte devido ao utopismo de sua proposta e à crença de um grande problema (como a pobreza extrema) requer uma grande solução (um grande plano). No que se refere à Sachs, Easterly (2006, p. 19) chega a compará-lo com o economista britânico do século XIX Robert Owen, reconhecido na Economia como um utopista, inclusive cotejando passagens de ambos os autores para caracterizá-lo em uma espécie utopismo moderno. Neste caso, é possível traçar um paralelo entre o MVP e as comunidades de operários propostas por Owen, sendo o “big push” a versão “generalizada” do MVP, como cita Munk (2013) a meta de Sachs é transformar toda a África em uma gigantesca Millenium Village.

Easterly (2006, cap.2) procura delinear o que chama de “A lenda do *Big Push*” em 3 partes:

i) A Armadilha da pobreza: os países pobres estariam em um nível tão baixo de desenvolvimento que já não seriam capazes de prosperar por sua própria conta. Easterly (2006) afirma que tal argumento é falacioso, uma vez que mesmo os países de menor PIB per capita conseguiram auferir crescimento econômico no período em que a ideia de Big Push se popularizou, na média, a renda dos países pobres triplicou entre 1950 e 2001.

ii) Toda vez que um país pobre falha em conseguir crescimento, a culpa é da Armadilha da pobreza e não mau governo. Easterly (2006), no entanto, alega que a pesquisa empírica não tem dado suporte a tal afirmação, pelo contrário, ela tem

mostrado que países pobres, quando bem governados, conseguem obter taxas de crescimento maiores que países desenvolvidos, o que desmentiria a afirmação dos defensores do Big Push de que mesmo países bem administrados, caso estejam na Armadilha da Pobreza, são incapazes de obter altas taxas de crescimento.

iii) O auxílio externo funciona como um Big Push para que países pobres entrem em trajetória de crescimento sustentado. Easterly (2006) aponta que as pesquisas apresentam resultados discrepantes de modo que os agentes tendem a se apoiar nos resultados que confirmam sua posição prévia.

O terceiro elemento da “lenda do Big Push” reafirma a ideia de que projetos abrangentes geralmente apresentam dificuldades quanto à mensuração de seus resultados, o mesmo se aplica ao Big Push. O crescimento econômico está sujeito à tantas variáveis e à causalidade reversa de modo que é difícil estabelecer o quanto ele é influenciado pela ajuda externa. Este é um dos elementos que reforçariam a proposta de atuação *Searcher*, uma vez que esta se baseia em políticas focalizadas e incrementais, o que permitiria o estabelecimento de grupos controle, de melhor avaliação e responsabilização, enquanto os grandes projetos esbarrariam na impossibilidade de mensuração de seus reais méritos, de modo que sua valoração passa a ser submetida à subjetividade de quem o avalia.

De acordo com Easterly (2006, cap. 3), o histórico de expectativas não atendidas com planos do tipo Big Push encaminhou a discussão para a ausência de livre-mercado, tal como nas economias desenvolvidas, nos países pobres. Tal noção se materializou na ideia dos empréstimos de ajuste dos órgãos multilaterais para os países pobres deveriam estar condicionados à reformas estruturais que aproximassem as instituições dos países tomadores das instituições dos países desenvolvidos. Para o autor, tais propostas ignoram que os mercados são ordens espontâneas, eles surgem a partir da livre interação dos agentes movidos pelos seus próprios interesses, orientados por cultura e formas de viver, logo a tentativa de implementação de um mercado de cima para baixo, tal como ordens criadas, está fadada a gerar consequências não planejadas que podem ser contrárias aos objetivos do planejador. O exemplo dado pelo autor é a Rússia na sua transição do socialismo para o capitalismo no início dos anos 90, que dentro da ideia de um grande “tratamento de choque” (referência implícita à Sachs) tentou-se criar um mercado competitivo em substituição às estruturas estatais então vigentes, para Easterly (2006) tal experiência foi um fracasso.

No entanto, apesar de reconhecer a impossibilidade de estabelecermos uma abordagem “top-bottom” para os mercados, Easterly (2006) atribui aos mercados o papel de grande catapulta do desenvolvimento, uma vez que ele é um grande mecanismo de facilitação da especialização produtiva, porém enfatiza que ele só será um vetor de ascensão para um país subdesenvolvido se for fruto de um processo de *homegrown* que permita o aumento de renda de pobres e ricos, logo, que seja o produto da interação de *Searchers*.

Às críticas de Easterly, Sachs (2008, p. 66 e seguintes) responde que o autor faz o “jogo da direita de Washington quando ergueu uma bandeira vermelha contra a ajuda externa” e que seu argumento se baseia em duas falácias. A primeira é de que a ajuda externa fracassou, afirmação à qual, segundo Sachs (2008) o próprio Easterly (2006) contradiz em trechos do livro. A segunda é que a quantia despendida (US\$ 3,2 trilhões) com ajuda humanitária é exorbitante. De acordo com cálculos de Sachs (2008), para o período analisado e dado o número de pessoas, o auxílio somaria cerca de 15 dólares per capita ao ano, quantia que, em face dos avanços conquistados, pareceria uma “bagatela”.

### 2.1.3 Outros Autores

Ainda que sem a mesma repercussão que Sachs, outros autores participaram do debate defendendo a Hipótese Geográfica. São autores que, via de regra, não tiveram seus artigos “dissecados” ou rebatidos por autores da HI, mas que forneceram subsídios para argumento dos adeptos da HG.

Frankel e Romer (1999)<sup>88</sup> tem como objetivo investigar o papel do comércio internacional nos níveis de renda. Para superar os problemas de endogeneidade entre as variáveis, os autores criam um instrumento para o comércio internacional utilizando somente variáveis geográficas<sup>89</sup>. Após analisar os dados, Frankel e Romer (1999) concluem que a geografia impacta decisivamente no comércio e, por isto, se qualifica como variável instrumental.

---

<sup>88</sup> A variável instrumental para o comércio, baseada somente em variáveis geográficas, é utilizada em Carstensen e Gundlach (2006). Auer (2013) coloca Frankel e Romer (1999) junto com Sachs e Diamond como os autores que analisam os efeitos diretos da geografia para a renda. RST (2004) colocam Frankel e Romer (1999) como um dos trabalhos pioneiros a analisar os impactos indiretos da geografia via comércio para o desenvolvimento econômico. Olsson (2005) afirma que Frankel e Romer (1999) é o mais importante trabalho conectando geografia, comércio e renda.

<sup>89</sup> Um dos pressupostos do artigo é que a geografia impacta na renda somente via comércio

Os resultados empíricos de Frankel e Romer (1999) indicam que a variável instrumental tem maior correlação com a renda do que as estimativas de mínimos quadrados ordinários entre comércio e renda<sup>90</sup>. Além disso, a estimação pontual indica que o impacto do comércio na renda é substancial e que países maiores tendem a ter maior renda por causa dos benefícios do comércio interno.

Masters e McMillan (2001)<sup>91</sup> exploram a hipótese de que o fator decisivo para o menor nível de renda dos países tropicais é a ausência de “winter frost”<sup>92</sup>. O “winter frost” mata doenças que afetam plantas e animais, além de estar associado à maior produtividade do solo. Como a observação empírica sugere que existe convergência na produção industrial, mas não na produção agrícola, a hipótese dos autores é que a ausência “winter frost” reduz a produtividade agrícola, o que reduz a poupança<sup>93</sup>, investimento e impede ganhos de escala. A falta de escala faz com que os países tropicais dependam mais dos ganhos via especialização e troca, e por isto cresçam menos.

Os resultados encontrados por Masters e McMillan (2001) não rejeitam a hipótese testada. Existe correlação entre produção agrícola, população e “winter frost” até certo patamar, os autores observam indiretamente a importância da localização (chuva e proximidade de rios navegáveis) para a densidade populacional. O artigo conclui que parecem existir indícios de que os países temperados estão convergindo somente em função das suas escolhas de política econômica (o argumento de Sachs e Warner (1995)), enquanto a convergência dos países tropicais parece estar condicionada à sua capacidade de expandir a escala via maior população e integração com a mundial.

Gallup<sup>94</sup> *et. al.* (2003) analisam os impactos da geografia para o desenvolvimento econômico da América Latina. Segundo os autores, a geografia afeta o desempenho econômico de um país por dois mecanismos: o canal físico por meio da produtividade do solo, chuvas e temperatura e o canal humano, que se refere à localização da população. As consequências dos efeitos da geografia se manifestam na

---

<sup>90</sup> Apesar de Frankel e Romer (1999) não fazerem tal afirmação, podemos interpretar que as variáveis geográficas parecem impactar a renda por outros canais além do comércio. No entanto, tal conclusão seria contraditória com a hipótese do artigo e invalidaria as conclusões.

<sup>91</sup> O *working paper* foi citado em Sachs (2001) e McArthur e Sachs (2001).

<sup>92</sup> A observação que motiva o artigo é até 0 até 30 graus de latitude a renda média não aumenta. Entre 30 e 40 graus a renda média cresce monotonicamente e a partir de 40 estabiliza no mesmo patamar.

<sup>93</sup> A discussão sobre armadilhas da pobreza em modelos com poupança endógena pode ser encontrada em Ros (2013, p. 71 e seguintes).

<sup>94</sup> John Gallup é um coautor recorrente de Sachs.

menor produtividade agrícola dos trópicos, menor expectativa de vida<sup>95</sup> nos países tropicais. A geografia desfavorável faz com que a população na América Latina procure morar em regiões mais altas, porém mais distantes do mar. Isto afeta a possibilidade de uma estratégia de desenvolvimento “export-led”, já que os custos de transporte tornam os países latino-americanos pouco competitivos.

Mesmo que a geografia explique cerca de um terço do menor crescimento da América Latina, Gallup *et. al.* (2003) afirmam que a geografia não é destino e seus efeitos podem ser superados ou, no mínimo mitigados. Uma possibilidade é o “big push” à la Sachs *et al.* (2004), pois a evidência estatística sugere que os efeitos da geografia são mitigados em países mais ricos, além de que países mais urbanizados crescem mais<sup>96</sup>. Em uma breve análise do Brasil, os autores afirmam que a geografia do país faz com que exista muita variação no nível de chuvas e temperatura. Nas regiões mais quentes e úmidas, o ônus das doenças transmitidas por vetores é muito maior, o que ajuda a explicar os menores níveis de renda nas regiões Norte e Nordeste.

Carstensen e Gundlach (2006)<sup>97</sup> também estudam os impactos das doenças tropicais, em especial da malária, para o crescimento econômico. O artigo (p. 315) explicitamente busca complementar artigos anteriores de Sachs, em especial Sachs e Malaney (2002) e Sachs (2003). A hipótese do artigo é que a variável “malária prevalence”, utilizada em artigos anteriores de Sachs<sup>98</sup>, é endógena à variável geográfica “latitude” e afeta diretamente o desenvolvimento. Os resultados encontrados sugerem que existem efeitos diretos da malária para a renda, possivelmente pela via demográfica (que implica em menor capital humano) e pela via macroeconômica (menor investimento estrangeiro direto, menor turismo e comércio).

Dos autores subsidiários ao debate, Ola Olsson talvez seja quem tenha as contribuições mais abrangentes<sup>99</sup>. O autor testou hipóteses de Montesquieu, Diamond, além de ter procurado mostrar os efeitos diretos de longo prazo da biogeografia para o nível de renda dos países.

---

<sup>95</sup> Mesmo quando controlamos para uso de fertilizantes e renda, respectivamente. (Gallup *et. al.* (2003)).

<sup>96</sup> A ideia de Gallup *et. al.* (2003, p. 78) é que o “big push”, por aumentar a renda, vai tornar os países mais urbanizados.

<sup>97</sup> Discutimos os aspectos econométricos de Carstensen e Gundlach (2006) na seção 3.5 (sobre o debate em torno de AJR (2001) e AJR (2002)).

<sup>98</sup> Em especial a partir de Mc Arthur e Sachs (2001). A “malária prevalence” é utilizada em AJR (2001) e considerada insignificante para o nível de renda.

<sup>99</sup> Artigos de Olsson são citados por Easterly e Levine (2003), Rodrik (2004) e Spalao e Wacziarg (2013), por exemplo.

Hibbs e Olsson (2004) procuram analisar se a geografia e a biogeografia afetaram o momento histórico da transição do nomadismo para o sedentarismo. A hipótese (análoga à de Diamond (1997)) é que países que fizeram a transição mais cedo tiveram mais condições, por causa da maior especialização produtiva, para desenvolver e absorver tecnologia, além de capacidade de arcar com melhores instituições.

Os resultados obtidos em Hibbs e Olsson (2004) sugerem forte impacto da geografia no nível de renda atual. A geografia parece explicar 80% da biogeografia, enquanto esta parece explicar quando a transição para o sedentarismo ocorreu, bem como os “transition scores” que caracterizam o avanço tecnológico. A geografia e a biogeografia parecem responder por 50% da diferença de renda entre os países. Quando controlamos para instituições, o poder explicativo das variáveis (bio) geográficas sobe para 80%, o que indica que os efeitos indiretos da geografia nas instituições (ou seja, a hipótese de AJR (2001)) é grande. Hibb e Olsson (2004, p. 3718) são enfáticos ao afirmar que:

It should be emphasized again, however, that geography and biogeography indisputably have prior causal status over both institutions and current per capita incomes, even though (...) quality of institutions has a strong connection to national levels of prosperity. In historical time, geography and biogeography are the primes mobiles of current prosperity

Olsson (2005) faz uma grande revisão sobre os mais diversos mecanismos, incluindo até a sismografia, pelos quais a geografia poderia afetar o desenvolvimento econômico dos países. Curiosamente, o autor aponta a incapacidade de Hibbs e Olsson (2004) em explicar a “reversão da fortuna” apontada por AJR (2002). Segundo o autor as teorias mais plausíveis<sup>100</sup> são aquelas que compatibilizam a narrativa de Diamond (1997) e AJR (2001), principalmente no que diz respeito a questão da persistência institucional. Além disso, Olsson (2005) considera que efeitos diretos do clima podem ser descartados.

Os comentários de Olsson (2005) sobre a relevância da narrativa de AJR (2001) são peculiares em face de sua análise anterior deste artigo, e que não recebeu resposta de AJR<sup>101</sup>. Olsson (2004) afirma que existiram diferentes fases da colonização conduzida pelas potências europeias. A primeira fase, a mercantilista, entre 1500 e 1820

---

<sup>100</sup> Com certo ceticismo, Olsson (2005) afirmar preferir o termo “plausível” em relação a “provável”, uma vez que acredita que as teorias não vão poder ser realmente testadas pelos meio econométricos naturais.

<sup>101</sup> O que é surpreendente, dado o comportamento belicoso de AJR em outras oportunidades (ver seções UUU sobre a repercussão de AJR (2001) e RRR sobre a repercussão de AR (2012)). Talvez o fato de Olsson ser um autor da academia sueca tenha algum peso.

na América Latina ocorreu em um momento histórico que as “boas instituições” de AJR (2001) não existiam sequer nos países europeus, logo não poderiam ser transplantadas para as colônias.

A segunda fase (imperialista na África pós-1825) transcorreu em um momento em que os colonos europeus tinham opções “melhores” para emigrar, como os EUA, Canadá ou alguns países da América Latina e, em alguns casos de colonização mais tardia, as enfermidades tropicais já dispunham de tratamento (o mesmo vale para a colonização da Ásia e Oceania, a terceira fase), logo a conexão entre taxa de mortalidade e instituições proposta por AJR (2001) deve ser fraca.

Inspirado por estas particularidades históricas, Olsson (2004) testa a variável instrumental de AJR (2001) segmentando as observações por região do planeta (o que equivale a testar por período de colonização). Os resultados sugerem que, quando desagregamos os dados por continente, a correlação entre a mortalidade dos colonizadores e a qualidade institucional é fraca, portanto a variável instrumental de AJR (2001) não é adequada e devemos ser cautelosos em aceitar suas conclusões.

Olsson e Hansson (2011) também rejeitou outros aspectos da “narrativa” de AJR (2001)<sup>102</sup>. Segundo Olsson e Hansson (2011), ainda que a abordagem utilizada por eles esteja correlacionada com a extensa literatura que destaca o papel das instituições para o desenvolvimento, ela guarda diferenças em relação à North (1990) e AJR (2001), que enfatizam o efeito indireto da geografia nas instituições por meio da persistência institucional. Em AJR (2001), o tipo de colonização, influenciado por condições ambientais, definiria as instituições “iniciais” do país, que seriam reproduzidas ao longo de tempo por retroalimentação, ou seja, não haveria impacto direto da geografia nas instituições atuais, somente indireto por meio das instituições primevas.

Olsson e Hansson (2011), por outro lado, por pressuporem que os governos são capazes de influenciar as instituições no médio prazo<sup>103</sup>, procuram mostrar o efeito direto e imediato da geografia nas instituições e na “rule of law” atuais, mesmo quando controlados para a mortalidade dos colonizadores. O esquema de Olsson e Hansson pode ser observado na figura 3.

Figura 3 – Esquema de Olsson e Hansson (2011)

---

<sup>102</sup> Como já discutimos as hipóteses deste artigo na seção 2.1.1.1, nos limitaremos a destacar as diferenças de Olsson e Hansson (2011) quanto à HI.

<sup>103</sup> Isto é, para Olsson e Hansson, a persistência institucional é menos importante para o nível atual de instituições do que para AJR (2001).

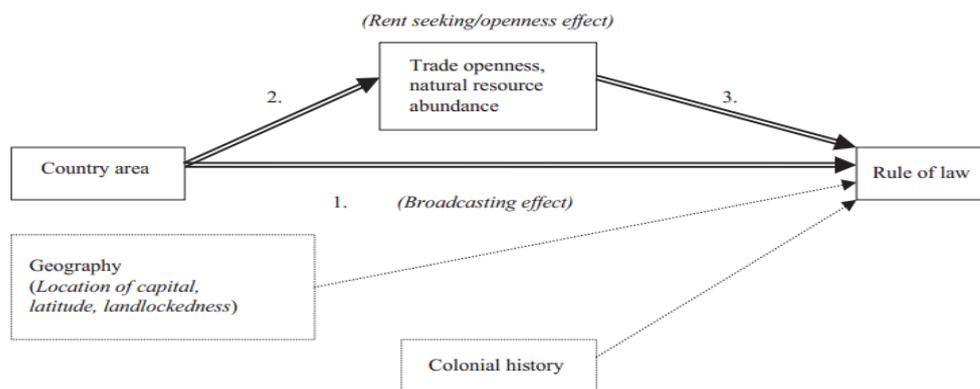


Fig. 3. Hypothesized causal linkages.

Fonte: Olsson e Hansson (2011, p. 619)

À la Pedro, Olsson “negou” a abordagem de AJR (2001) em pelo menos três oportunidades<sup>104</sup>, de modo que “causa espécie” observar que Olsson (2005) se refere à explicação de AJR (2001) como “mais plausível”, ainda que em uma errônea<sup>105</sup> e corriqueira junção com Diamond (1997).

Mais recentemente, Olsson e Paik (2016) testaram a hipótese de que as normas culturais coletivistas têm origem no momento da revolução neolítica, ou seja, no período em que começa a produção de alimentos em uma determinada região. Segundo os autores, as primeiras sociedades agrícolas eram fortemente coletivistas, no entanto, as migrações seriam conduzidas pelos agentes mais individualistas do grupo<sup>106</sup>. Estes fazendeiros-colonizadores substituíram as populações originais de caçadores-coletores e estabeleceram sociedades com normas culturais mais individualistas, que persistiriam até hoje em função da transmissão genética<sup>107</sup>. A ideia é que, quanto mais distante do ponto de origem da agricultura (a crescente fértil), menos coletivista tende a ser a civilização ainda hoje.

Após rodarem as regressões<sup>108</sup>, Olsson e Paik (2016) não rejeitam a hipótese do artigo. Para exemplos mais recentes, os autores sugerem que os imigrantes da Europa que vieram para as Américas tendem a ser mais individualistas do que “quem ficou”.

<sup>104</sup> Hibbs e Olsson (2004), Olsson (2004) e, a posteriori, Olsson e Hansson (2011).

<sup>105</sup> Sobre as divergências de AR e Diamond ver seção 3.6. Nenhum dos dois lados concorda com esta narrativa combinada.

<sup>106</sup> E que provavelmente seriam os mais desajustados socialmente na comunidade original.

<sup>107</sup> Nota-se aí uma aproximação com a hipótese genética de Spalatore e Warczarg (2013).

<sup>108</sup> A variável dependente é baseada em uma pesquisa de opinião a respeito dos valores da população.

### 3. Hipótese Institucional

#### 3.1 Antecedentes

Ainda que muitos autores<sup>109</sup> rastreiem a origem da valorização das instituições como decisivas para o crescimento econômico em Hume ou Smith, o nascimento da Economia Institucional é frequentemente atribuído<sup>110</sup> à obra de Thorstein Veblen no final do século XIX.

Veblen (1898) é um agudo ataque à Economia convencional, a qual ele chama de estática. Segundo o autor, a Economia estática, presa à noção de equilíbrio, se torna teleológica e animista, pois vê no mundo uma ordem mecânica na qual os fenômenos convergem para um fim definido conforme uma “lei natural”. A ênfase no “ponto final” faz com que a Economia estática seja uma teoria das condições sob as quais o equilíbrio ocorre, isto é, ela é um corpo de proposições logicamente consistentes que descrevem o funcionamento “normal” do sistema econômico. Deste modo, a Economia estática é voltada a classificar os fenômenos tidos como compatíveis com a ordem natural das coisas, ela é uma taxonomia.

Em face de tais limitações, Veblen (1898) propõe uma teoria voltada aos processos cumulativos com o objetivo de alcançarmos uma Economia Evolucionária. Em termos de teoria econômica, os processos que devem ser analisados são “os métodos de lidar com os meios materiais da vida”, isto é, os hábitos de pensamento predominantes, aos quais Veblen chama de instituições.

Segundo Monastério (1998, p. 53), para Veblen o homem cria meios para alcançar os fins definidos pelos instintos e que se tornam, primeiro, hábitos de vida e depois hábitos de pensamento. Os hábitos de pensamento se tornam uma matriz através da qual entendemos a realidade, ou seja, se tornam instituições, definidas como “hábitos de pensamento comuns estabelecidos ao homem em geral” que passam a ser vistos como fins em si. As instituições são importantes, pois dão sustentação e coesão à economia e propiciam a continuidade temporal ao modo de vida do grupo.

Dentro do grupo de pensadores que Cavalcante (2014) chama de Velha Economia Institucional (VEI), Commons (1931, p. 67) fornece a definição de

---

<sup>109</sup> Ros (2013) e AJR (2005a), por exemplo.

<sup>110</sup> Cavalcante (2014) e Salles *et al.* (2017), por exemplo.

Instituições como “ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual”. Ao mesmo tempo em que uma instituição restringe (controle) a ação do indivíduo, ela proporciona uma proteção contra terceiros (coerção, coação, discriminação, por exemplo), ou seja, uma “liberação” da ação do indivíduo. A “expansão” se dá quando aumenta o raio de alcance da ação individual, por exemplo, quando um dirigente de uma empresa da uma ordem cuja obediência é proporcionada por essa ação coletiva de controle.

Segundo Atkinson e Oleson Jr. (1998), Commons e Keynes promoveram um “ataque” ao “laissez-faire”. Segundo os autores, o capitalismo, ao separar temporalmente produção e consumo, gera instabilidade, o que exige a criação de instituições (entre o indivíduo e o Estado) que fossem capazes de trazer estabilidade ao sistema. Commons e Keynes ressaltam o papel das instituições como redutoras da incerteza e promotoras da estabilidade, elementos que seriam incorporados posteriormente por North.

Hodgson (2006, p. 122)<sup>111</sup>, em uma tentativa de resgate da Velha Economia Institucional, define instituições como “sistema de regras sociais estabelecidas e prevaletentes que estruturam as relações sociais. Linguagem, dinheiro, leis, sistema de pesos e medidas, maneiras à mesa, empresas (e outras organizações) são, portanto, instituições”. Segundo o autor, as instituições têm tanto um elemento externo pautado em estruturas objetivas como para Commons (1931), quanto o elemento subjetivo ressaltado por Veblen (1898).

Para Cavalcante (2014), a obra de Hodgson é uma tentativa de aproximação da VEI com a Nova Economia Institucional (NEI). De acordo com Conceição (2002), a NEI é caracterizada por três hipóteses fundamentais: i) as formas de organização da empresa são definidas pelas transações e custos; ii) a tecnologia não é um fator determinante do que é a empresa; iii) existem falhas de mercado<sup>112</sup> que originam custos de transação, as instituições são criadas como forma de reduzir os custos de transação. Os três autores mais associados à NEI são Coase, Williamson e North<sup>113</sup>.

---

<sup>111</sup> Hodgson (2006) faz a estranha observação de que a interpretação corrente de que North separa instituições de organizações está errada. Ele se baseia em uma troca de cartas com o autor para sustentar seu argumento. Na nossa interpretação sobre a obra de North (seção 3.2), assim como em AR, Rodrik e Easterly essa distinção é inequívoca.

<sup>112</sup> Derivadas da racionalidade limitada, malícia ou oportunismo dos agentes.

<sup>113</sup> Os três fizeram parte (foram os primeiros presidentes) do “International Society for New Institutional Economics”(hoje “Society for Institutional & Organizational Economics”) e receberam o Prêmio Nobel de Economia.

Segundo Coase (1998) a origem da NEI geralmente é atribuída à publicação de seu artigo “The Nature of the Firm” em 1937. Para o autor, desenvolvimento econômico, em termos smithianos, depende da especialização da produção, no entanto, a decisão da firma entre optar pela verticalização produtiva e recorrer ao mercado para obter os insumos depende dos custos de transação. Os custos de transação, isto é, os custos de atuar no mercado, são de dois tipos: i) de coleta de informações; ii) de negociação. De acordo com Coase (1998), as firmas surgem como forma de minimizar os custos de transação. Como os custos de transação, por sua vez, são função do quadro institucional vigente e, por conseguinte, as possibilidades de especialização, então, para Coase, o desenvolvimento econômico é governado pelas instituições.

Grassi (2003) enfatiza como Williamson é importante ao estudar a cooperação entre as empresas, em especial ao cunhar o conceito de formas híbridas para descrever as estruturas intermediárias entre o mercado e a hierarquia rígida das firmas. Fernández e Pessali (2003) fazem uma análise da retórica de Williamson e de como as diferentes estratégias utilizadas com sucesso<sup>114</sup> pelo autor afetaram a popularização da NEI no meio acadêmico. A abordagem de Williamson foi baseada em se afastar ou aproximar de algumas escolas econômicas como forma obter aceitação, geralmente tentando enquadrar a NEI como forma microanalítica de aprofundamento da teoria neoclássica. Conforme o aspecto multidisciplinar da NEI trouxe aceitação em outras áreas do conhecimento, ele passou a ser cada vez mais destacado por Williamson.

As contribuições de Coase e Williamson, além de seu aspecto teórico, têm efeito indireto na aceitação da narrativa de North (analisado na próxima seção) e, posteriormente, AR. Quando AJR (2001) é publicado, utilizar argumentos institucionais para explicar o desenvolvimento já era algo comum e isso ajuda a entender a grande repercussão do artigo. Hall e Jones (1999), por exemplo, utilizaram o termo “infraestrutura social” ao invés de instituições, mas de fato estava testando as mesmas hipóteses de AJR (2001). Quando o debate HI-HG começa, a Economia Institucional, em especial a NEI, não era vista como um ramo “herético” da ciência econômica, tal como a VEI foi entendida no passado, mas como uma tentativa válida de expansão da teoria neoclássica.

### **3.2 Douglass North**

---

<sup>114</sup> Fernández e Pessali (2003) mostram como, em termos de citações, Williamson assumiu o lugar de Marx na academia americana entre 1981 e 2000.

AR (2005, p. 590) afirma que: “there is a growing consensus among economists and political scientists that the broad outline of North’s story are correct: the social, economic and political organization of a society, that is, its ‘institutions’, is a primary determinant of economic performance”. Esta seção procura delinear o marco teórico que caracteriza a teoria institucional de Douglass North.

O próprio North (1990, p. 13) ressalta o protagonismo assumido pelas instituições como condutoras do desenvolvimento econômico:

A noção de que as instituições afetam o desempenho da economia é incontroverso. A noção de que o desempenho diferencial das economias ao longo do tempo é fundamentalmente influenciado pelo modo como as instituições evoluem também não é controversa.

North (1990, p. 13-8) define instituições como:

**Definição 1 - Instituições:** As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em definição mais formal, as restrições concebidas pelo homem e que moldam a interação humana (...) O papel principal das instituições em uma sociedade é reduzir a reduzir incerteza, ao estabelecer uma estrutura estável (mas não necessariamente eficiente) para a interação humana.

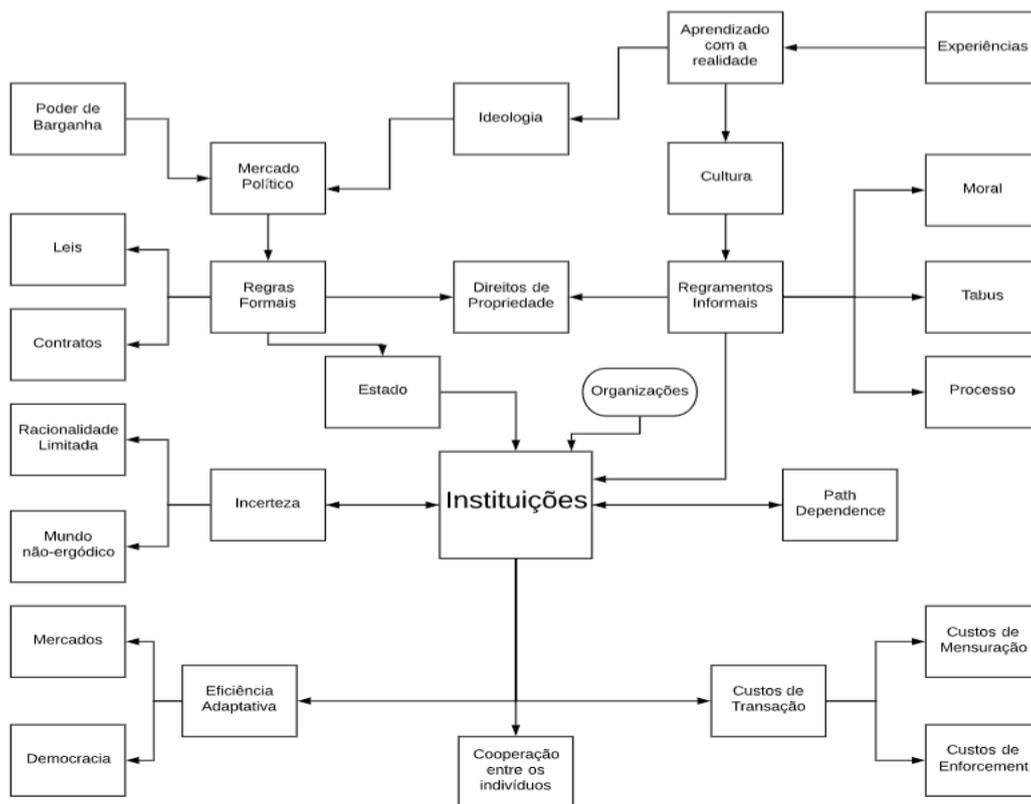
Assim, uma vez que as instituições delimitam a forma “como o jogo vai ser disputado”, é preciso que definamos os “jogadores”, ou seja, as organizações:

**Definição 2 – Organizações:** Trata-se de grupos de indivíduos vinculados por algum propósito comum em busca da consecução de determinados objetivos (North, 1990, p. 16).

Tal definição implica que as organizações não são necessariamente “eficientes” em termos econômicos, uma vez que, se o quadro institucional incentiva atividades de “rapinagem” ao invés do desenvolvimento das atividades produtivas, então a organização não será um vetor de desenvolvimento econômico, mas sim promoverá atividades extrativas. Uma vez que organizações são criadas para aproveitar as oportunidades dadas pelo ambiente institucional, em momentos que apresentem circunstâncias (uma alteração nos preços relativos, por exemplo) nas quais as organizações considerem que poderiam auferir ganhos com um novo quadro institucional que excedam os custos decorrentes de sua mudança, neste caso, as organizações serão agentes da mudança institucional, que, para o North (1990), sempre ocorrem de modo incremental.

Por uma questão de simplicidade dividiremos os conceitos e a exposição do marco teórico de North em três blocos derivados da posição dos conceitos em relação à noção fundamental de Instituições, ou seja, os conceitos “acima”, no mesmo “nível” (“meso”) e “abaixo” de Instituições. Uma descrição imagética pode ser obtida da figura 4, os conceitos que se encontram na parte superior à instituições são os conceitos “acima”, os que se encontram no plano horizontal às instituições são os conceitos “meso” e aqueles na parte inferior são os conceitos “abaixo” de Instituições.

Figura 4 – Marco Teórico de Douglass North.



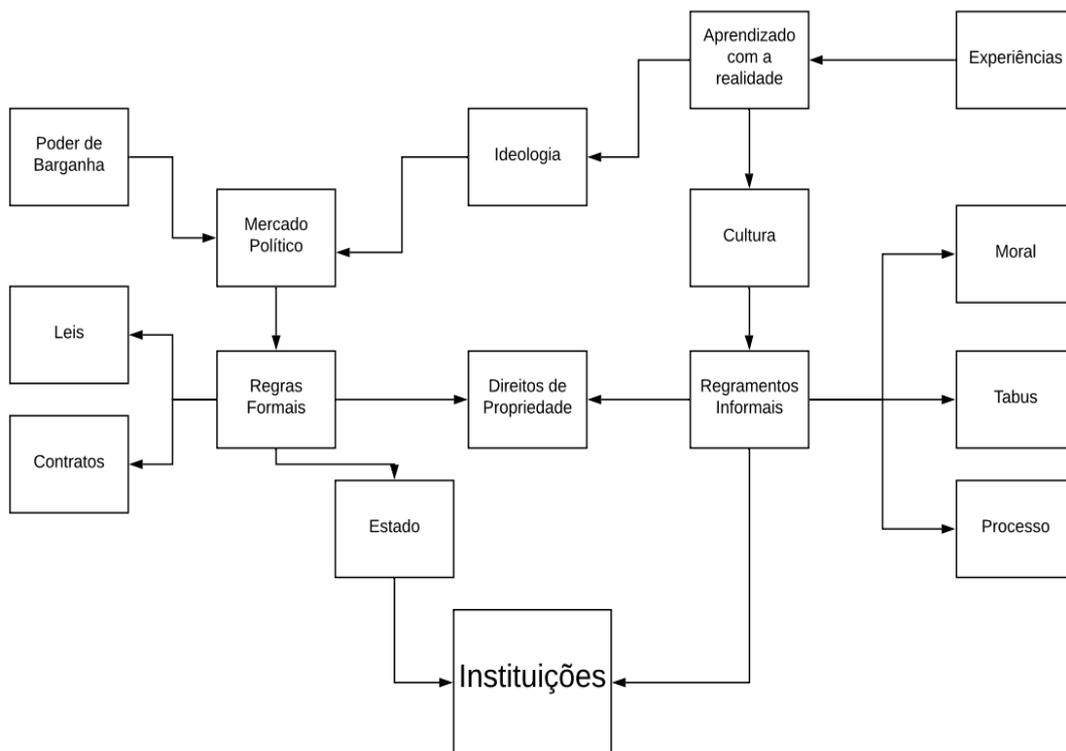
Fonte: Elaboração própria com base em North (1981, 1990 e 2005)

### 3.2.1 Os conceitos “acima”

Os conceitos “acima” de instituições são aqueles considerados componentes das instituições ou, de certa forma, são mais causas do que consequências das instituições, apesar de existir retroalimentação. Usando a analogia com um rio, poderíamos dizer que

são ideias à montante em relação às instituições. Neste bloco poderíamos dizer que se encontram as teorias do Estado e da cultura adotadas por North. Os conceitos acima podem ser observados na figura 5

Figura 5 – Os conceitos “acima”.



Fonte: Elaboração própria com base em North (1981, 1990 e 2005)

De acordo com North (1990, p. 14) as instituições podem ser formais ou informais. As regras formais são definidas como:

**Definição 3 – Restrições Formais:** As regras formais abrangem regras políticas (e jurídicas), regras econômicas e contratos. A hierarquia de tais regras, desde constituições, passando por leis e por regulamentos específicos, até contratos individuais, estipula restrições que vão de regras gerais e estipulações específicas (North, 1990, p. 86).

Enquanto as restrições informais são entendidas por North como:

**Definição 4 – Restrições Informais:** São regras que jamais foram conscientemente delineadas e cujo cumprimento é do interesse de todos (Sugden *apud* North, 1990, p. 54).

As restrições informais são eminentemente evolutivas e compõem a maior parte dos regramentos que moldam nosso comportamento cotidiano. Elas englobam a moral, tabus e costumes e são transmitidas através da cultura.

Como North (1990, p. 85) salienta, a diferença entre restrições informais e formais é uma diferença de grau: em um extremo encontramos os tabus que regem as sociedades menos complexas, conforme as organizações humanas se tornam mais intrincadas, existe a tendência unidirecional de uma maior formalização dos regramentos que orientam a vida comunitária, chegando à outra ponta do *continuum*, onde se encontram as constituições consignadas.

Existe forte complementaridade e tensão entre ambos os tipos de restrições. Segundo North (1990, p. 86) “restrições formais podem complementar e intensificar a efetividade de restrições informais. Podem baixar os custos de informação, monitoramento e execução, e com isso tornar as restrições informais soluções possíveis para problemas de troca mais complexa”, por outro lado, “uma função relevante das restrições informais é modificar, suplementar ou ampliar regras formais (...) por vezes, porém, regras formais são deliberadamente promovidas para anular e suplementar restrições informais que já não satisfaçam as necessidades das estruturas de negociação recém-evoluídas” (1990, pp. 150-1). A sinergia ou incompatibilidade entre restrições formais e informais está no cerne da forma como se definirão os direitos de propriedade, o conjunto de oportunidades disponíveis às organizações e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico. Os direitos de propriedade são definidos por North (1990, p. 64) como:

**Definição 5 - Direitos de Propriedade** = são aqueles de que os indivíduos se apropriam sobre o seu próprio trabalho e sobre os bens e serviços de que usufruem. A apropriação é uma função de estatutos legais, formas organizacionais, execuções e formas de conduta; isto é, do quadro institucional.

Para North (1990, p. 94-7), o conjunto de oportunidades acessíveis aos atores e às formas de organização, e que são engendrados em contratos específicos, é decorrente da estrutura de direitos de propriedade e de incentivos que dela decorre, sendo os direitos de propriedade consequência tanto de regras formais (estatutos legais, formas organizacionais...) quanto de regras informais (formas de conduta).

Uma amálgama de regimentos formais e informais estabelece simultaneamente os direitos de propriedade de uma sociedade, o que por sua vez delimita o conjunto de escolhas dos “jogadores” e corrobora para os resultados. A simbiose entre os elementos

formais e informais das instituições na vida em sociedades complexas faz com que observar somente regras formais dê uma noção inadequada das relações entre as restrições “autoimpostas” e desempenho econômico.

Apesar de complementares no funcionamento da sociedade, as restrições formais e informais possuem diferentes origens, formas de “enforcement” e de mudança ao longo do tempo.

Como a definição 3 propõe, as restrições formais são compostas por regras políticas, econômicas e de contratos. Segundo North (1990), em sociedades complexas, o “enforcement” das restrições formais é exercido por uma terceira parte com vantagem comparativa na violência: o Estado. O poder sobre Estado é derivado daquilo que North chama de “mercado político”, instância na qual a influência das organizações e dos agentes é função de seu poder de barganha. As escolhas das organizações dentro da esfera política, além de obedecerem ao cálculo de custo benefício, respondem ao que North chama de ideologia, sendo que esta decorre da forma como as pessoas apreendem a realidade.

North (1981, p. 21) define o Estado como:

**Definição 6 - Estado:** is an organization with comparative advantage in violence, extending over a geographic area whose boundaries are determined by its power to tax constituents (1981, p.21).

Segundo o autor (1981, p. 21), como o Estado tem vantagem comparativa na violência e, dado seu poder de especificar direitos de propriedade e aplicar o seu “enforcement”, não é possível que o analisemos sem que, paralelamente, abordemos os direitos de propriedade. Isso decorre da essência dos direitos de propriedade, que é a liberdade de excluir de outros o acesso a um bem, sendo o Estado a instância mais eficiente nos meios de ação violentos da garantia destes direitos, isso faz que um entendimento chave sobre a organização estatal é a respeito do seu poder de obter/garantir o controle sobre recursos.

Outro elemento importante para entendermos o funcionamento do Estado na concepção North é a ideologia (ver definição 7) associada à irrealidade de ignorarmos o funcionamento das democracias modernas, nas quais os diversos grupos de interesse em disputa no “mercado político” lutam por vantagens, o que faz com que precisemos recorrer a explicações *ad-hoc* como auto interesse, altruísmo para explicá-los em um sistema neoclássico convencional.

**Definição 7 - Ideologia**<sup>115</sup>: percepções subjetivas (modelos, teorias) mediante as quais todas as pessoas explicam o mundo ao seu redor. Quer nas pequenas dimensões das relações individuais que proporcionam explicações integradas sobre o passado e o presente, tais como o comunismo e as religiões, todas as teorias são matizadas por noções normativas sobre como o mundo deve ser organizado” (1990, p. 47).

Segundo North (1990), as ideologias e o poder de barganha dos agentes são essenciais para que entendamos as ineficiências do mercado político, sendo que estas ajudam-nos a explicar a existência e persistência de formas institucionais impróprias ao desenvolvimento econômico. As ideologias são a razão para que muitos comportamentos incoerentes dentro da lógica de custo/benefício ocorram no mundo real, quanto mais apartadas imprecisas as ideologias, maior a chance de que conduzam os países ao aprisionamento em instituições deletérias, sendo o exemplo recorrente disto para o autor a União Soviética. As ideologias também são fonte de justificativa para a superação, na realidade histórica, do problema do “free-rider” que, pela teoria neoclássica, deveria ser capaz de evitar movimentos revolucionários, nos quais os riscos pessoais (morte, tortura,...) em muito superam os benefícios que serão, supostamente, coletivos.

O poder de barganha dos agentes, por sua vez, é outro elemento de atrito que pode emperrar o funcionamento do mercado político. Apesar de pouco discutir sobre o que gera o poder de barganha dentro da sociedade, North (1990) sugere que ele é um elemento na superação do problema de inconsistência temporal que marca a negociação política, ou seja, que os acordos de cooperação são definidos ex-ante, de modo que quando uma das partes tiver cumprido sua parte no acordo, a outra já não teria motivação para efetivar sua parte no combinado. No entanto, grupos com muito poder dentro do mercado político e que se envolvam em repetidas negociações têm menor chance de ser ludibriados (uma vez que o custo da outra parte em cumprir o acordo é maior) e, portanto, possuem maior facilidade de impor seus interesses na esfera política. A força de certos grupos organizados pode conduzir ao “lock-in” em um arranjo institucional pouco eficiente para sociedade, mas por outro lado também pode ser um elemento de transformação. Outro aspecto importante no funcionamento dos mercados políticos, e que será discutido mais adiante, é a constelação de regramentos informais que suplementam o funcionamento das regras formais na articulação política.

---

<sup>115</sup> A partir de North (2005) o autor prefere, talvez para evitar ambiguidades com outros marcos teóricos, o termo “sistema de crenças”, que ele entende como representação interna da “human landscape”.

Como já foi explicitado acima, existe uma grande complementariedade entre os regramentos formais e informais, que confluem naquilo que North chama de instituições. De acordo com o autor (2005, p. 50), as regras formais, sujeitas às arbitrariedades do mercado político, podem ser mudadas “by fiat” em revoluções ou como mera representação da vontade daqueles que controlam o Estado em certo momento, no entanto, as regras informais são o elemento de estabilidade do funcionamento institucional e, por conseguinte, da sociedade.

Para North (1990), ainda que seja difícil determinar a origem e os mecanismos de “self-enforcement” das restrições formais, é certo que o elemento fundamental de sua transmissão é a cultura, definida por ele como:

**Definição 8 - Cultura:** Transmissão de uma geração para a seguinte, mediante ensino e imitação, de saber, valores e outros fatores que influenciam o comportamento (North, 1990, p. 70).

No curto prazo, a cultura é veículo através do qual as percepções a respeito da realidade são transmitidas ao longo do tempo e afeta a forma como as experiências são interpretadas no presente.

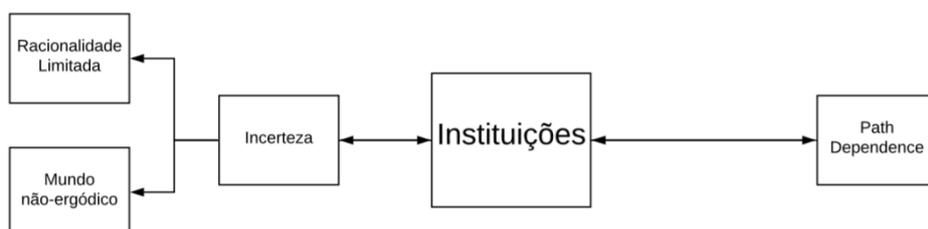
Em um entendimento “lamarckiano” da cultura, North (2005, p. 35-6) cita Hayek para dizer que a cultura é um processo adaptativo que acumula soluções parciais para problemas do passado frequentemente encontrados. Tal compreensão relaciona diretamente a importância do componente cognitivo das instituições, uma vez que a forma como os indivíduos apreendem a realidade e encontram soluções para as dificuldades produz uma riqueza de “artefatos” que ajudam a reduzir a incerteza do mundo. Quanto mais rica essa estrutura interpretativa, melhor a compreensão da realidade.

### 3.2.2 Os conceitos “meso”

No nível “meso” (figura 6) discutiremos dois conceitos que encontram alto nível complementariedade com instituições, porém com “existência independente”: a incerteza e o “path dependence” (dependência da trajetória). A incerteza tem causa própria e existe independentemente das instituições, sendo que as últimas são, em certa medida, as formas encontradas para lidar com as incertezas provenientes da interação humana. O “path dependence” se refere à ideia de que a “história importa” porque passado, presente e futuro estão conectados por meio das instituições, ou seja, a dependência da

trajetória acrescenta o aspecto temporal da análise de North, ausente, por exemplo, na teoria neoclássica.

Figura 6 – Os conceitos “Meso”



Fonte: Elaboração própria

Na teoria econômica neoclássica, os agentes possuem toda a informação necessária para avaliar todas as opções (ou seja, informação perfeita) e tomar, sempre, as decisões corretas, ou seja, os indivíduos possuem os “modelos” corretos sobre como funciona o mundo e não cometem erros em sua aplicação. A isto é dado o nome de Racionalidade Substantiva ou Instrumental, pois, para Simon (*apud* North, 1990, p. 47), “o indivíduo racional das economias neoclássicas sempre chega à decisão que seja objetivamente ou substantivamente melhor conforme a função de utilidade dada”.

De acordo com North (1990, p. 35), a justificativa neoclássica para a pouca verossimilhança da racionalidade substantiva é que a princípio os vários agentes possuem diversos modelos, corretos ou não, sobre o funcionamento da realidade, sendo o processo de competitividade nos mercados o responsável pela correção e seleção dos modelos dos jogadores “sobreviventes”.

Segundo North (2005, p.23), a racionalidade substantiva convencional parece ser uma descrição adequada do comportamento dos agentes em situações que se assemelham à concorrência perfeita em jogos que sejam realizados repetidamente e com “feedback” automático, no entanto, situações complexas, tais como o autor considera típicas das sociedades modernas, parecem exigir uma outra concepção de racionalidade. Por este motivo, o marco teórico de North (2005) incorpora o conceito de racionalidade procedimental ou limitada desenvolvido por Herbert Simon.

Segundo Simon (*apud* North (1990, p. 47)) “o indivíduo racional da psicologia cognitiva trata de tomar suas decisões de um modo que seja procedimentalmente sensato, à luz do conhecimento disponível e dos meios de cômputo”. Com base neste entendimento, North (1990) sugere que o processamento subjetivo e incompleto das informações é um componente importante na tomada de decisões, o que faz com que ideologia (como percepção subjetiva da realidade) tenha um papel de grande importância nas escolhas dos indivíduos.

Se consideramos a racionalidade procedimental, a percepção do mundo pelo agente e, conseqüentemente, suas escolhas são imperfeitas. Se a razão é um instrumento impreciso de apreensão da realidade, então há grande espaço para a subjetividade (isto é para a peculiaridade dos modelos mentais, modos de aprendizagem e cultura) nas decisões dos seres humanos. Esta condição afeta também a formação das instituições, que serão também imperfeitas (não terão eficiência no sentido de Pareto) e fruto das crenças de quem as cria, como reflexo inequívoco de quem são seus criadores.

Para North (2005), outro elemento que compõem a incerteza dos agentes é não-ergodicidade<sup>116</sup> do mundo, também chamado de incerteza genuína. O mundo não-ergódico é aquele no qual não sabemos todos os eventos possíveis e é não probabilístico, sendo esta a formulação adotada por North, principalmente na obra de 2005. A não-ergodicidade implica na possibilidade da ocorrência de eventos inéditos, o que a torna especialmente importante para uma teoria, como a de North, criada para explicar a mudança institucional e econômica.

A existência de incerteza genuína faz com que o futuro seja um “voo cego” e que instituições hoje propícias ao desenvolvimento se tornem, no futuro, entraves. No entanto, o processo de mudança institucional é construído sobre o presente e o passado, as escolhas sobre como responder aos desafios postos pelas contínuas novidades de um mundo não-ergódico são limitadas pelas decisões tomadas anteriormente, isso caracteriza o que North chama “path dependence” e implica que “a história importa”.

North (2005, p. 51-2) define “path dependence” como:

---

<sup>116</sup> Segundo Davidson (*apud* North, 2005, p. 19), “an ergodic stochastic process simply means that averages calculated from the past observations cannot be persistently different from time average of future outcomes”, o que implica que um mundo a-histórico e toda incerteza é transformada em risco (todos os eventos e suas distribuições de probabilidade são conhecidos) na terminologia de Frank Knight. A ergodicidade é um dos pressupostos subsumidos pela teoria neoclássica da escolha sob incerteza e implica em um mundo no qual “novidades” não são possíveis.

**Definição 9 - “Path Dependence”:** the way by which institutions and beliefs derived in the past influence present choices (...) Path dependence is not ‘inertia’, rather it is the constraints on the choice set in the present that are derived from historical experiences of the past.

Para o autor (1990, p. 188), o “path dependence” é o elemento fundamental para a “compreensão analítica da mudança econômica em longo prazo” e, segundo ele, o “enigma fulcral na história da humanidade é a acentuada divergência das trajetórias de mudança histórica” (1990, p. 19). Logo, entender como o processo de “path dependence” afeta o processo de mudança econômica e, conseqüentemente, histórica é elemento decisivo para que tenhamos indícios do por que os países são tão distintos entre si. Dois elementos são fundamentais para que ocorra a dependência da trajetória: custos de transação e retornos crescentes.

A primeira destas causas para “path dependence”, como North (1990, p. 158) enfatiza, é a existência de correlação entre custos de transação e dependência da trajetória. Se vivêssemos em um mundo de custo de transação igual a zero, tal como se pressupõe na Economia neoclássica, as instituições teriam que se ajustar automaticamente à qualquer mudança nos preços relativos ou preferências dos agentes (vetores de mudança institucional), ou seja, o presente não “carregaria” o passado, ele seria uma mera representação da conjuntura atual. Para que tenhamos “path dependence”, que equivale a dizer que a “história importa”, é necessário que exista “atrito” no funcionamento das instituições. Mas como surge a dependência da trajetória neste mundo imperfeito?

A segunda e principal causa do “path dependence” são os retornos crescentes associados às instituições. Extrapolando o argumento de W. Brian Arthur de tecnologia para instituições, North (1990, p. 160-2) identifica quatro mecanismos de autorreforço, associados aos retornos crescentes, que podem fazer um arranjo institucional perdurar. O primeiro é a existência de grandes custos iniciais de estruturação. Fazer uma reforma constitucional, por exemplo, envolve o grande ônus da articulação política. O segundo mecanismo são os efeitos de aprendizagem. Dado certo arranjo institucional, as organizações aprendem a operar dentro de tais “cânonos”, o que ao longo do tempo aumenta sua conformidade e eficiência relativa às regras, mesmo que tal eficiência não seja o maior possível em termos sociais. Um exemplo disto é a existência de subornos em licitações ou para a obtenção de alvarás, as organizações com o tempo aprendem a operar em tal contexto, porém o resultado social é negativo.

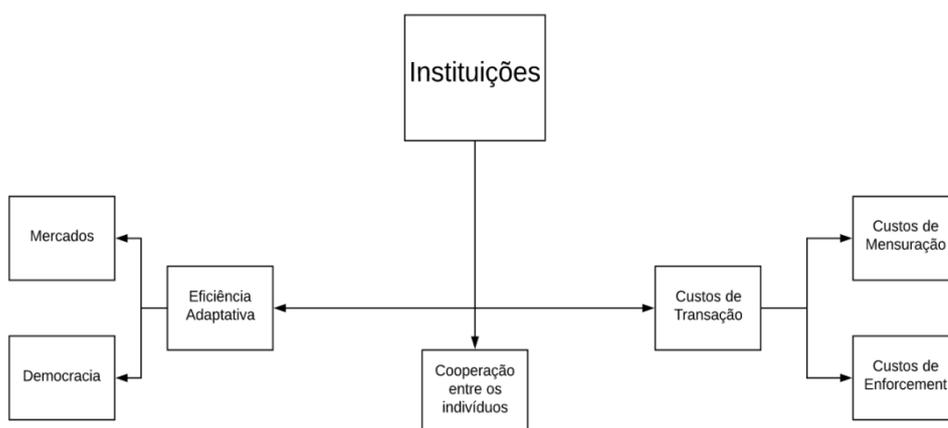
O terceiro elemento de autorreforço são os efeitos de coordenação, ou seja, com o tempo passa a ocorrer maior sinergia entre organizações que adotam os mesmos procedimentos, inclusive no investimento de atividades complementares. Exemplos disto são as associações de classe e os cartéis. O último mecanismo de autorreforço são as expectativas adaptativas, ou seja, a existência atual de um conjunto de regramentos faz com que os agentes tomem decisões no presente supondo sua continuidade, o que por sua vez aumenta a prevalência de tal comportamento do mercado e a adequação institucional, bem como sua permanência.

Segundo North (1990), as consequências dessas estruturas autorreforço também são quatro. A primeira é a existência de equilíbrios múltiplos, já que pequenos choques ou escolhas podem gerar distintas trajetórias institucionais com equilíbrios díspares. A segunda é a persistência de arranjos institucionais socialmente ineficientes, já que a mudança para um paradigma superior pode ser tão custosa que a sociedade não está disposta a arcar com seu ônus. A terceira implicação é interdependência entre as partes, ou seja, certas organizações e instituições adquirem um elevado nível de simbiose que sua existência requer uma permanência mútua. A quarta consequência é o “path dependence” em si, que neste contexto significa dizer que pequenos eventos aleatórios podem ter consequências de longo prazo na trajetória institucional.

### **3.2.3 Os conceitos “abaixo” de Instituições**

Nas seções anteriores, vimos como, dentro do marco teórico de North, as regras formais e informais são geradas na sociedade (conceitos “acima”) e como elas se relacionam com a incerteza e com a história (conceitos “meso”). Nesta seção, apresentaremos como as instituições afetam o conjunto de incentivos econômicos aos agentes e os custos de transação (os conceitos “abaixo”, ver Figura 7).

Figura 7 – Os conceitos “abaixo”



Fonte: Elaboração Própria

North (1990, p. 139) define eficiência adaptativa como:

**Definição 10 - Eficiência Adaptativa:** modalidades de regras que moldam a maneira segundo a qual a economia evolui no decorrer do tempo. Também diz respeito à disposição de uma sociedade para adquirir conhecimento e aprendizado, fomentar a inovação, correr riscos e empreender atividades criativas de toda sorte, bem como solucionar problemas e gargalos,

em contraste com a eficiência alocativa paretiana considerada pela teoria neoclássica.

Utilizando-se do argumento de Hayek, North (1990, p. 140-1) afirma que se levarmos em consideração a incerteza em um mundo não-ergódico e que não apreendemos perfeitamente (racionalidade procedimental), a maximização de utilidade ou lucros neoclássica (i.e., eficiência alocativa) não é possível, já que não sabemos qual é a solução correta para os problemas com que nos deparamos. Por este motivo, quanto mais respostas a um mesmo desafio um arranjo institucional enseja, maior a chance que boas soluções venham a lume. A eficiência adaptativa está diretamente associada com a liberdade para que as organizações, de forma descentralizada, maximizem seus esforços na busca de soluções distintas para a solução dos problemas.

O quadro institucional vigente em um país proporcionará maior eficiência adaptativa quanto mais ele recompensar os êxitos e eliminar rapidamente os fracassos. Deste modo, como North (1973, p. 5 e seguintes) enfatiza, o crescimento econômico é decorrente de instituições que motivam a orientação de esforços em atividades que causam a aproximação da taxa privada com a taxa social de benefícios, em outras

palavras, quando as organizações são recompensadas ou punidas pelas externalidades positivas e negativas, respectivamente, geradas.

O principal mecanismo de concatenação dos benefícios privados e sociais é estabelecimento de direitos de propriedade. Segundo North (1973, pp. 11-2) são duas razões fundamentais para direitos de propriedade ineficientes. A primeira é que pode não existir meio de afastar os “free-riders”, o que limita o retorno privado. O segundo motivo é para um grupo de indivíduos com grande poder de barganha no mercado político, criar e manter direitos de propriedade podem superar os benefícios de instituições mais eficientes.

Para North (2005), a história tem dado mostras de que o capitalismo (economia de mercado) e a democracia parecem estar associados aos arranjos institucionais que promovem a maior eficiência adaptativa. Porém, ressalta que, para que tenhamos um mercado eficiente, o livre mercado não é suficiente, é importante que tenhamos um arranjo institucional que reduza os custos de transação e que evolua ao longo do tempo como forma de não se tornar um obstáculo.

North (1990, p.9) afirma que o foco de sua pesquisa sobre instituições:

recai na questão da cooperação humana que possibilita às economias obter os ganhos com o comércio, que foram o elemento crucial para A Riqueza das Nações, de Adam Smith. A evolução de instituições que geram um ambiente favorável a soluções cooperativas para trocas complexas propicia crescimento econômico.

Para o autor, esta é uma expansão relevante para o paradigma neoclássico, uma vez que este enfatiza somente as relações de competitividade em um contexto de escassez, no entanto, um aspecto importante da vida em sociedades complexas é a cooperação em jogos não repetidos mediada pelas regras formais e informais vigentes.

North (1981, p. ix) sugere que o dilema decorrente da cooperação escapou a Smith e foi reproduzido ao longo da história por seus seguidores. Conforme as unidades produtivas se especializam e aumentam sua produtividade, que seria a causa do crescimento econômico no modelo smithiano, elas precisam atuar cada vez no mercado cooperando com outras organizações, o que por outro lado resulta em um aumento dos custos de transação. Isso acontece porque quanto maior a especialização produtiva de um indivíduo, maiores os custos de mensuração que ele terá ao comprar os produtos que fogem ao seu entendimento. Então, se por um lado a especialização gera aumentos de produtividade, por outro produz um maior “atrito” no funcionamento dos

mercados, o que só aumenta a importância das instituições em arranjos produtivos complexos.

Conforme os aglomerados humanos cresceram, o aumento da especialização produtiva associado com o fato de as pessoas deixarem de ter proximidade entre si além das trocas já não serem, necessariamente, repetidas, acarretou que os ganhos decorrentes do oportunismo se tornaram cada vez maiores. Neste contexto, a emergência de uma terceira parte (o Estado) se tornou imprescindível como garantidora dos acordos, estes cada vez mais baseados em regras formais.

Para North (1990, pp. 104-105), dois elementos são fundamentais para que uma instituição assegure cooperação entre as organizações: (i) “é preciso configurar um sistema de comunicação que forneça as informações necessárias para que se saiba quando se requer a penalização”; (ii) as instituições precisam proporcionar incentivos adequados para quem executa a penalização, de modo que os retornos para a sua correta execução superem os ganhos dos desvios de conduta. Tal elemento é importante como superação da clássica indagação romana “quem vigia os vigilantes?”. Se eles tiverem os incentivos corretos, ninguém.

Dada a relação indissociável entre cooperação, Estado, custos de transação e instituições em sociedades complexas, para North (1990, p. 105) a conclusão é que quanto mais recursos precisem ser destinados a transacionar para assegurar resultados cooperativos, mais diluídos serão os ganhos com o comércio do modelo neoclássico. Assim passamos à análise dos custos de transação.

Segundo North (1990, p. 133), na década de 30, Coase, em contraposição à teoria neoclássica convencional, introduziu a ideia de custos de transação, o que ajudou a explicar a existência da firma. As empresas existem porque se deparam com custos decorrentes da necessidade de obtenção de informações para atuar no mercado, de modo que o objetivo das corporações é minimizar tais custos, isto define se ela irá se especializar ou promover a integração vertical.

North (1990, p. 53) define custos de transação como:

**Definição 11 – Custos de Transação:** o caráter custoso das informações é a chave dos custos de transacionar, que consistem nos custos de mensurar os atributos valorativos daquilo que é o objeto de troca, bem como nos custos de garantir direitos e de fiscalizar e fazer cumprir acordos. Esses custos de mensuração e de execução [“enforcement”] representam as fontes das instituições sociais, políticas e econômicas.

Os custos de transação, por sua vez, somados aos custos de transformação compõem os custos de produção. Segundo North (1990, p. 55), os custos de transformação consistem nos insumos (terra, trabalho e capital) envolvidos na transformação física de um bem, enquanto os custos de transação “nos procedimentos de estipular, salvaguardar e aplicar os direitos de propriedade sobre bens”.

O custo de mensuração decorre da dificuldade em se informar a respeito das propriedades específicas de um bem em uma troca. Como a obtenção de informações é custosa, os agentes precisam despende recursos para melhor precisar o que estão trocando, como tal processo é inviável em larga escala, os indivíduos utilizam outros mecanismos de sinalização, como a reputação, como subsídios para a tomada de decisão.

O custo de “enforcement” se refere aos recursos destinados ao monitoramento e fiscalização dos acordos. Em sociedades primitivas, uma densa rede social garantia que os ganhos do oportunismo, e conseqüentemente os custos de execução, fossem reduzidos, no entanto, em sociedades complexas se fez necessário o surgimento de um terceira parte isenta que garantisse o correto cumprimento dos acordos, geralmente o Estado. Segundo North (1990, p. 61), “não se pode, no entanto, fazer pouco-caso da execução [“enforcement”], que é (e sempre foi) o principal óbice à intensificação da especialização e divisão do trabalho”. A incerteza quanto à eficácia da execução dos acordos induz os agentes a acrescentarem um “prêmio de risco”, o que por sua vez majora os custos de transação.

Desenvolvido o marco teórico de North, precisamos nos questionar: qual o papel de North no debate?

### **3.2.4 North, o debate e a “função autor”.**

AJR, Rodrik<sup>117</sup> e Easterly frequentemente se referem com deferência a Douglass North. Para AJ (2005, p. 590), a “história” de North, isto é, de que as instituições são a causa primária do desenvolvimento, é cada vez mais aceita entre os economistas. Já em AR (2016), os autores afirmam que grande parte de AR (2012a) é construída sobre North e Thomas (1973). Rodrik (2001) ressalta que North foi crucial ao alterar a

---

<sup>117</sup> São os autores adeptos da HI e atuantes no debate que serão analisados em mais detalhes nas próximas seções.

causalidade<sup>118</sup> entre instituições e crescimento econômico que prevalecia na ciência econômica. Easterly (2014, p. 137) se refere a North como “earlier giant” que influenciou a geração de economistas que defendem a HI.

Por outro lado, também são ressaltadas “lacunas” na obra de North. Para AJR (2005, p. 389), mesmo que grandes autores como North tenham defendido a importância das instituições para o desenvolvimento, eles não desenvolveram um “useful framework” que permitisse a obtenção de resultados de “estática comparativa” cruciais para que entedêssemos porque as instituições de equilíbrio variam de país para país. No entanto<sup>119</sup>, a trajetória de AR é marcada por um “retorno” a North. Segundo Rodrik (2001), mesmo que North tenha mudado o foco da discussão sobre desenvolvimento para as instituições, ele não deixa claro quais são instituições são prioritárias e nem mesmo qual é a causa das diferenças institucionais entre os países. Em face deste “sim e não” destes autores envolvidos, argumentaremos que o papel de North no debate é caracterizado por aquilo que o filósofo francês Michel Foucault chamou de “função autor”.

Segundo Foucault (1969), um autor pode ser o criador de muito mais do que um livro, tradição, ou disciplina, ele pode ser o “fundador de uma discursividade”, são determinados pensadores que criam a “possibilidade e a regra de formação de outros textos”. Ao fundar uma discursividade, o autor faz com que sejam possíveis, além de certo número de “analogias”, mas também torna possível certo número de diferenças. Segundo Marigueta (2007, p. 22), a função autor nos possibilita “determinar um modo de por em relação dois autores para além da querela sobre heranças, filiações e influências – e ainda do problema acadêmico da citação bibliográfica”.

Foucault (1969) elenca quatro características fundamentais da função autor. A primeira é que está regida por certa noção de propriedade intelectual surgida no final do século XVIII com a ascensão de uma noção de individualidade burguesa<sup>120</sup>. A segunda característica é que a função autor não se exerce uniformemente e da mesma maneira

---

<sup>118</sup> Podemos falar que North causou uma espécie de “revolução copernicana”. Antes de North, prevalecia a noção propagada pela TDM (ver seção 3.4) de que as instituições eram um “epifenômeno” (Przeworski, 2004) do crescimento econômico. North, por sua vez, argumenta que o crescimento econômico é consequência das instituições.

<sup>119</sup> Como veremos em mais detalhes na seção 3.3.4.

<sup>120</sup> Chartier (2012) afirma que Foucault se equivoca nesse ponto. Os direitos autorais surgem na Inglaterra no começo do século XVIII como forma de manter os privilégios dos editores (que tiveram seu monopólio suspenso anteriormente) e de equiparar as produções intelectuais com as patentes.

sobre todos os discursos, em todas as épocas ou sociedades<sup>121</sup>. A terceira característica é que função autor não é definida pela atribuição direta e espontânea de um discurso a quem o produz, ela ocorre principalmente como forma de projeção de um texto em uma pessoa, algo que em Chartier (2012) é entendido como a “criatura retorna a seu criador”. A quarta característica é que ela não remete simplesmente a um autor, ela dá lugar às diversas maneiras como o autor se apresenta ao longo de um texto, como, por exemplo, quando escreve o prefácio ou retoricamente se expressa como “concluo que...”.

Os dois exemplos dados por Foucault (1969) de pensadores que exercem a “função autor” são Marx e Freud. Se referindo a este, o filósofo francês (1969, p. 282) afirma que:

Dizer que Freud fundou a psicanálise não quer dizer [...] que se possa encontrar o conceito da libido, ou a técnica de análise dos sonhos em Abraham ou Melanie Klein, é dizer que Freud tornou possível um certo número de diferenças em relação aos seus textos, aos seus conceitos, as suas hipóteses, que dizem todas respeito ao próprio discurso psicanalítico.

Neste sentido, sugerir que North exerce a “função autor” para a HI<sup>122</sup> não é o mesmo que afirmar que ele é o criador dos conceitos de “instituições”, “custo de transação” ou “path dependence”, por exemplo, mas sim que, a partir daquilo do que se atribui à obra de North, ele permite uma infinidade de outros discursos testando suas hipóteses, apontando suas lacunas ou refutando suas afirmações. É como se North estabelecesse um “palco” no qual os outros atores do debate se expressam, ou nas palavras de Foucault (1969, p. 281), ao exercer a função autor ele “abr[e] o espaço para outra coisa diferente del[e] e que, no entanto, pertence ao que el[e] fund[ou]”.

No entanto, o que diferencia a “função autor” de uma escola de pensamento ou do fundador de uma disciplina? Segundo Foucault (1969), a função autor é diferente do que fundar uma “cientificidade”, pois neste caso, o que funda está no mesmo nível das suas transformações futuras, ele faz, de qualquer forma, parte do conjunto de modificações que ele torna possível. Por exemplo, a mecânica clássica de Isaac Newton está no mesmo nível da Mecânica Quântica moderna, eles constituem partes complementares de um mesmo todo de conhecimento. Em aquilo que Foucault (1969) chama de uma “generalização apressada”, ele afirma “o ato de fundação de uma

---

<sup>121</sup> Os textos ditos “literários” até a Idade Média eram divulgados, em grande parte, no anonimato, enquanto os textos “científicos” tinham sua credibilidade calcada no nome de quem o publica. Segundo Foucault isso se inverteu com o tempo.

<sup>122</sup> É possível argumentar que, de forma paralela, Veblen tem papel parecido na Velha Economia Institucional.

cientificidade pode ser sempre reintroduzido no interior da maquinaria das transformações que dele derivam”<sup>123</sup>.

A função autor, por outro lado, é “heterogênea às suas funções ulteriores (...) a instauração discursiva não faz parte dessas transformações ulteriores, ela permanece necessariamente retirada e em desequilíbrio”. Existe uma tendência de retorno à origem<sup>124</sup>, de um “esquecimento não acidental”, de uma redescoberta que exigia que “os olhos estivessem abertos”<sup>125</sup>.

Se North tem “função autor” para HI, então qual a “regra de formação de outros textos” a que ele dá origem? Em seu discurso de recebimento do prêmio Nobel, North (1993) afirma que seu “analytical framework” é uma modificação da teoria neoclássica, do qual ele mantém suas hipóteses de escassez, competição e as ferramentas analíticas da microeconomia, mas com alterações no seu princípio de racionalidade e acréscimo da variável tempo. Essas duas alterações permitem que consideremos as instituições<sup>126</sup>, fator decisivo no desempenho econômico ao longo do tempo e é dentro dessas “regras do jogo” que os adeptos da HI, em especial AR, parecem se orientar.

Mas então por que não considerarmos que Williamson ou Coase, que também tentaram compatibilizar a teoria neoclássica com as instituições e são associados à NEI, como portadores da “função autor” na HI? Por dois motivos. O primeiro é o fenômeno de “retorno a”, que caracteriza a trajetória intelectual dos autores associados à HI durante o debate, principalmente no paulatino ganho de relevância que as “instituições informais” parecem ganhar ao longo do tempo, o que emula a trajetória intelectual do próprio North<sup>127</sup>. O segundo é que os autores sempre “jogam o jogo” nos termos de North, isto é, definem “instituições” a partir de North, comparam suas teorias com de North, se referem à “narrativa” que conecta instituições ao desenvolvimento econômico como a “North’s story”<sup>128</sup>.

---

<sup>123</sup> Usando uma referência na Economia, algumas hipóteses básicas como, por exemplo “concorrência perfeita”, podem ser sempre reintroduzidas na “maquinaria” dos modelos econômicos. Nesse caso, parece que Foucault entende por “fundar uma cientificidade” algo como introduzir uma “peça” em um conjunto de conhecimentos. Já “fundar uma discursividade” parece ser algo, em uma analogia com a computação, como um “hardware” que dá a possibilidade para a existência de um sem número de “softwares”.

<sup>124</sup> Materializada na expressão “está tudo em [alguém]”.

<sup>125</sup> Talvez Keynes, e as diversas tentativas de “releitura” de sua obras, seja o exemplo paradigmático de “função autor” em Economia. Inclusive, Keynes é citado por Ullmo (Foucault, 1969, p. 297) em sua pergunta ao final da conferência “O que é um autor?”.

<sup>126</sup> E, conseqüentemente, todas as outras variáveis levadas em consideração na teoria de North e desenvolvidas na seção 3.2.

<sup>127</sup> North e Thomas (1973) pouca atenção às restrições informais, enquanto North (2005) se ocupa quase que exclusivamente delas.

<sup>128</sup> Ver AJ (2005, p. 590)

Na próxima seção apresentaremos a teoria institucional de AR, posteriormente, voltaremos à discussão das aproximações e distanciamentos dos autores para com a teoria institucional de North.

### **3.3 Acemoglu e Robinson (AR)**

#### **3.3.1 O esquema de 2005**

Ainda que a ideia de que as instituições sejam a causa fundamental do desenvolvimento tenha ganhado força nas últimas décadas, para AJR (2005) ainda faltava uma matriz teórica que gerasse resultados de “estática comparativa” que nos possibilitem compreender porque as instituições de longo prazo diferem de país para país. A falta destes resultados seria, segundo AJR, o motivo da teoria econômica ainda se debruçar, majoritariamente, nas causas próximas do desenvolvimento ao invés das causas profundas.

Como forma de superar essas dificuldades, AJR (2005) desenvolvem um “framework”<sup>129</sup> que possibilite a explicação e teste das variáveis institucionais como explicativas dos diferentes padrões de desenvolvimento entre os países. Cabe observar que AJR (2005) é uma consolidação da teoria subjacente aos diversos artigos publicados por AR e AJR entre 2000 e 2005 como, por exemplo, AJR (2001), AJR(2002a) e AJR (2002b), porém que ao longo do tempo ganhou elementos e se transformou conforme a produção acadêmica dos autores ganhou vulto.

O esquema de 2005 de AJR pode observado na figura 8. A definição de instituições utilizada pelos autores é extraída de North (1990)<sup>130</sup>, contudo, é importante ressaltar, que AR enfatizam quase que exclusivamente o papel das restrições formais, enquanto North deu grande importâncias às restrições informais<sup>131</sup>.

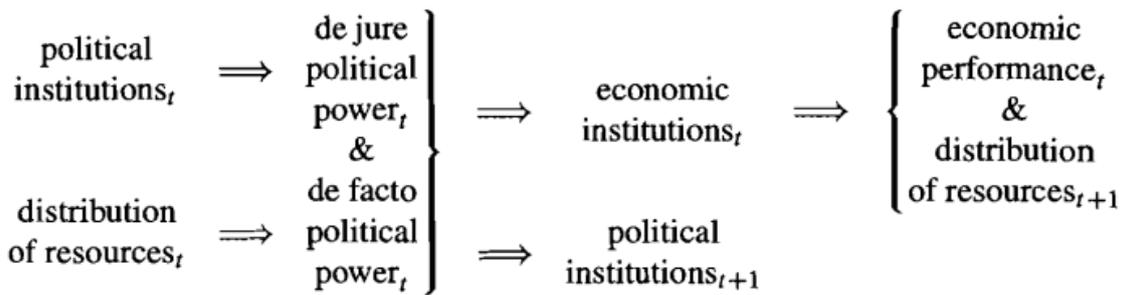
Figura 8 - O esquema de 2005

---

<sup>129</sup> Ao qual chamaremos de “esquema de 2005”

<sup>130</sup> Segundo AJR (2005, p. 388) What are institutions exactly? North (1990, p. 3) offers the following definition: “Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction”.

<sup>131</sup> Para as diferenças da “teoria institucional” de AR em relação à obra de North ver a próxima seção.



Fonte: AJR (2005, p. 392)

Segundo os autores, em um dado período  $t$ , as instituições políticas e a distribuição de recursos<sup>132</sup> delimitam o poder político *de facto* e *de jure* definidos como:

**Definição 12 - Poder Político *de Jure*:** *De jure* political power refers to power that originates from the political institutions in society. Political institutions, similarly to economic institutions, determine the constraints on and the incentives of the key actors, but this time in the political sphere. Examples of political institutions include the form of government, for example, democracy vs. dictatorship or autocracy, and the extent of constraints on politicians and political elites (AJR 2005, p. 390-1)

e

**Definição 13 - Poder Político *de Facto*:** A group of individuals, even if they are not allocated power by political institutions, for example as specified in the constitution, may nonetheless possess political power. Namely, they can revolt, use arms, hire mercenaries, co-opt the military, or use economically costly but largely peaceful protests in order to impose their wishes on society. We refer to this type of political power as *de facto* political power ((AJR 2005, p. 391).

O poder político *de jure* é derivado das instituições políticas existentes no instante  $t$ , enquanto o poder político *de facto* é resultante da distribuição dos recursos em  $t$ , o “vetor resultante” da interação de ambos é denominado poder político.

O poder político em  $t$ , por sua vez, é responsável pelas instituições econômicas em  $t$  e pelas instituições políticas em  $t + 1$ . Finalmente, as instituições econômicas em  $t$  determinam o desempenho econômico em  $t$  e, conseqüentemente, a distribuição de recursos em  $t+1$ .

Algumas considerações importantes emergem do esquema de 2005. A primeira é que as instituições são endógenas. As instituições econômicas são o resultado de “collective choices” da sociedade e de suas conseqüências econômicas futuras, bem como do resultante das instituições econômicas passadas. Já as instituições políticas também passam por um processo de transformação em decorrência das escolhas

<sup>132</sup> Para AJR (2005, p. 390), a distribuição de recursos “[is] the distribution of wealth, of physical capital or human capital”.

passadas da sociedade e de suas consequências econômicas. Ambas possuem um processo de retroalimentação com a distribuição de poder e recursos na sociedade.

A segunda consideração é a persistência institucional<sup>133</sup>, consequência do caráter endógeno das instituições. AJR (2005) identificam que as instituições são resilientes, pois é necessária uma grande alteração no poder político para que haja uma mudança significativa no quadro institucional, no entanto, o poder político tende a ser estável já que os agentes que detêm o poder em  $t$  tendem a tomar decisões que, espera-se, lhes trará poder político em  $t+1$ .

A terceira consideração é que existe uma hierarquia entre os tipos de instituições. Como as instituições são endógenas e as instituições e a distribuição de recursos se transformam lentamente, a disputa entre os grupos para decidir as instituições está no cerne do desempenho do econômico dos países. Assim, no esquema de 2005, a política e as instituições políticas têm primazia sobre as instituições econômicas, ou seja, o desempenho econômico é, em última instância, uma consequência da política.

Como o desempenho econômico decorre das instituições políticas e econômicas, AJR, normativamente, procuram estabelecer quais são as instituições que produzem maior crescimento econômico de longo prazo. Segundo AJR (2005, p. 395), “we think of good economic institutions as those that provide security of property rights and relatively equal access to economic resources to a broad cross-section of society”.

A definição de “boas” instituições traz consigo, segundo os autores (2005, p. 395-6), três implicações diretas. A primeira implicação é que as instituições políticas que gerem “checks” no exercício do poder são positivas para o surgimento de boas instituições econômicas, já que limitam a capacidade daqueles que estão no poder de criar instituições em benefício próprio e com prejuízo do resto da sociedade. A segunda implicação é que boas instituições políticas tendem a surgir quando o poder político está disperso em amplo segmento da sociedade. A terceira implicação é que as boas instituições econômicas tendem a se perpetuar quando as possibilidades de “rent-

---

<sup>133</sup> Em AR (2006) os autores desenvolvem um modelo para mostrar que as instituições de equilíbrio são o resultado do jogo de forças entre poder *de jure* e poder *de facto*. Os autores concluem que aparência de mudança nas instituições políticas pode esconder, na realidade, a persistência das instituições econômicas. A questão é que as elites podem até mudar, porém a persistência dos incentivos a quem quer que esteja com poder *de jure* o induz a distorcer o sistema em seu próprio benefício. Citando Tancredi de *O Gattopardo*: “as coisas devem mudar para que tudo fique como está”.

seeking” são restritas, uma vez que induz os agentes a escolherem regras que limitam as possibilidades de expropriação.

AJ (2005) afirmam, porém, que, ainda que a ideia de que as instituições afetam o desempenho econômico tenha se tornado cada vez mais consensual e que saibamos quais as características das boas instituições, é necessário saber quais os tipos de instituições que realmente impactam a atividade econômica, tarefa que recebeu pouca atenção dos autores predecessores. AJ dividem as instituições em dois grupos “contracting institutions” (CI) e “property right institutions”<sup>134</sup> (PRI)<sup>135</sup>, de modo que o objetivo deles é “unbundle” o efeito de cada grupo e identificar qual é mais decisivo. As CI são as regras regendo a formação de contratos entre os cidadãos comuns e seu componente fundamental é o funcionamento do sistema legal (“common law” ou “civil law”<sup>136</sup>). As PRI, por sua vez, são as instituições protegendo os cidadãos contra o poder do governo e das elites e estão relacionadas com interações políticas entre Estado e sociedade, sua variável central é o risco de expropriação.

Após analisarem os dados, AJ (2005) concluem que as PRI são mais importantes do que as CI. As PRI parecem ser mais importantes para o desempenho econômico, pois talvez os agentes sejam capazes por si só de encontrar soluções para CI ruins, ou seja, é mais fácil se proteger de um judiciário incompetente do que se defender de um Estado predatório. Por outro lado, boas CI parecem só impactar positivamente na forma como se dá a intermediação financeira.

Então, dado que é possível identificar que as “instituições importam” e quais são os seus tipos e características desejáveis, e supondo agentes racionais, por que as instituições ruins e, conseqüentemente, o subdesenvolvimento persistem? A resposta dada por AJR (2005) é baseada na “visão do conflito social”.

De acordo com AJR (2005), na “visão do conflito social”, em grande parte das vezes, as instituições emergem como produto do conflito entre os grupos que possuem o poder político (isto é, uma combinação entre poder *de jure* e *de facto*) e não como a representação dos anseios de um amplo segmento da sociedade. Os grupos que obtiverem o poder escolherão leis em seu benefício próprio buscando a maximização de

---

<sup>134</sup> Em AJR (2001) os autores utilizaram o termo “institutions of private property” (“cluster” de boas instituições) com o mesmo sentido que “instituições inclusivas” terá no esquema de 2012, ou seja, diferente do que AJ (2005), no qual ele não tem uma conotação necessariamente positiva.

<sup>135</sup> Que segundo AJ (2005) foram tratadas de forma indistinta por North.

<sup>136</sup> Os autores observam que países instituídos sob o “civil law” tendem a ter regramentos mais completos regulando a interação entre os agentes, isto é, melhores CI, enquanto países do sistema “common law” costumam ter melhor PRI.

suas rendas, mesmo que, eventualmente, saibam que isto acarretará em prejuízo para a sociedade como um todo. A questão sobre como as instituições são definidas ressalta um dos aspectos fundamentais do “framework” de AR: a política e, em especial, a importância da democracia<sup>137</sup>.

Se as instituições são definidas no jogo político e podem refletir os interesses de seus participantes, então arranjos políticos que deem poder de escolha a um amplo segmento da população tendem a produzir regramentos mais propícios ao desenvolvimento dessa sociedade. No entanto, como uma grande fatia da população consegue obter direitos políticos?

AR (2000)<sup>138</sup> mostra como a expansão dos direitos ao voto foi, historicamente, uma resposta das elites ao risco de uma revolução. A expansão dos direitos políticos acontece quando os grupos desprovidos de poder *de jure* conseguem superar os problemas de ação coletiva e, por meio da mobilização social, utilizam seu poder *de facto* para alterar as instituições vigentes. A mudança das instituições formais é importante para que tais grupos possam manter seu poder político mesmo que seu poder *de facto* perca força, uma vez que reversão institucional também é custosa para os grupos políticos concorrentes<sup>139</sup>. A mobilização social é fator importante no esquema de 2005 para explicar a transformação institucional.

Resumindo, o esquema de 2005 mostra como a distribuição de recursos e as instituições políticas prévias determinam o poder político (poder *de jure* e *de facto*) em um dado momento. O poder político definirá as instituições políticas e econômicas atuais e estas, por sua vez, definirão as instituições políticas e a distribuição de recursos no próximo período, o que fecha o ciclo de auto reprodução institucional. A transformação institucional ocorre quando os grupos conseguem superar os problemas de “ação coletiva” e pela mobilização expandir a sua participação política.

### 3.3.2 O esquema de 2012

AR (2012a) faz uma nova síntese do pensamento dos autores<sup>140</sup>, mais direcionada para a comparação entre os diversos países quanto ao seu processo de

---

<sup>137</sup> Ver a seção 3.4 para a discussão sobre democracia na obra de AR.

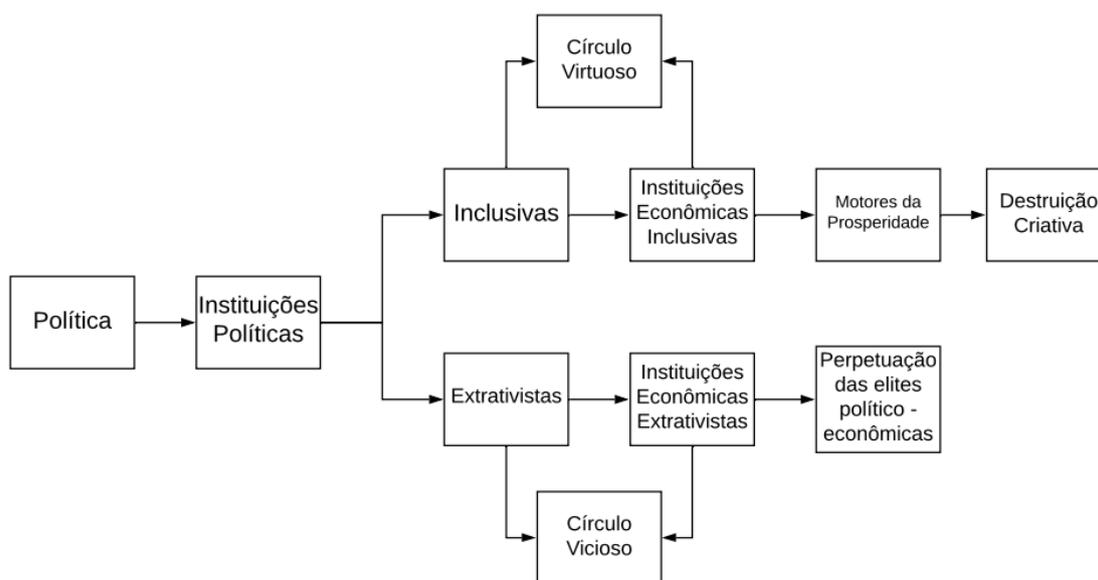
<sup>138</sup> Tais ideias foram reforçadas em AJR (2005).

<sup>139</sup> A dificuldade em promover a superação dos problemas de ação coletiva está no cerne da persistência institucional e será discutida com mais atenção na seção 3.5.

<sup>140</sup> A qual chamaremos de “esquema de 2012”.

desenvolvimento econômico, e traz algumas inovações conceituais em relação ao esquema de 2005. Outro acréscimo é uma teoria para explicar a diferenciação institucional entre os países. A representação do esquema de 2012 pode ser observada na figura 9.

Figura 9 - Esquema de 2012.



Fonte: Elaboração própria com base em AR (2012a)

O esquema de 2012 põe grande ênfase na política como elemento determinante na sociedade<sup>141</sup>. AR (2012a, p. 62) definem política como:

**Definição 14:** A política é o processo pelo qual uma sociedade escolhe as regras que vão governá-la. A política permeia as instituições pelo simples motivo de que por melhores que as instituições inclusivas sejam para a prosperidade de cada país, para certas pessoas ou grupos (...) será muito mais vantajoso estabelecer instituições extrativistas. Sempre que houver conflito em torno das instituições, o que acontecerá vai depender das pessoas ou grupos que vencerem o jogo político (...) o vencedor será determinado pela distribuição de poder político na sociedade.

A política<sup>142</sup> vai definir as instituições políticas vigentes na sociedade, sendo que estas podem ser inclusivas ou extrativistas<sup>143</sup>.

<sup>141</sup> Dani Rodrik vai afirmar que “It’s the politics, stupid! That is Acemoglu and Robinson’s simple yet compelling explanation for why so many countries fail to develop” (seção “Praise for Why Nations Fail” da versão americana de AR (2012a)).

<sup>142</sup> Em AR (2012) os autores não fazem a distinção entre poder de jure e de facto que estava presente em AJR (2005).

De acordo com AR (2012a, p. 63), as instituições políticas inclusivas requerem um nível razoável de centralização política e que sejam pluralistas. A centralização política é necessária para que o Estado possa, em termos weberianos, exercer o “monopólio legítimo da violência” e impor a lei e a ordem. Já instituições pluralistas são aquelas que promovem uma ampla distribuição de poder na sociedade. Instituições políticas que não cumpram os requisitos de centralização e pluralismo são chamadas de extrativistas e limitam o poder político, submetido à poucas restrições, a uma pequena elite.

As instituições políticas inclusivas permitem o surgimento de instituições econômicas inclusivas, definidas como:

**Definição 15:** Instituições econômicas inclusivas (...) são aquelas que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e permitam aos indivíduos fazer as escolhas que bem entenderem. Para serem inclusivas, as instituições econômicas devem incluir segurança da propriedade privada, sistema jurídico imparcial e uma gama de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para que as pessoas possam realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de possibilitar o ingresso de novas empresas e permitir a cada um escolher sua profissão. (AR, 2012, p. 58-9).

Por pulverizarem o poder político, as instituições políticas inclusivas induzem a criação de regras econômicas que criem oportunidades a um amplo segmento da população e limitam que grupos mais poderosos se apropriem, de forma indevida, da renda gerada. A difusão da prosperidade econômica, por sua vez, impede que a riqueza e meios de ação fiquem concentrados nas mãos de pequenos grupos com interesses homogêneos, o que por sua vez faz com que as instituições políticas continuem inclusivas. A esse processo de reforço positivo entre instituições políticas e econômicas inclusivas é chamado por AR (2012a) de “círculo virtuoso”.

As instituições econômicas inclusivas promovem o crescimento econômico por meio daquilo que AR (2012a) chamaram de “motores da prosperidade”: melhor uso dos talentos, maior investimento em educação (capital humano) e tecnologia. Quando os agentes podem se apropriar da maior parte da renda que geram e tem liberdade para usar suas habilidades, o que é possível com instituições econômicas inclusivas, eles tendem a investir mais na própria educação e no desenvolvimento de novas tecnologias. Nota-se aí a similitude com a argumentação de North e Thomas (1973), que coloca as “causas

---

<sup>143</sup> Cabe ressaltar que no esquema de 2005, AR utilizaram, com muito menos destaque, o conceito de instituições extrativistas e não utilizaram o conceito de instituições inclusivas. Em

próximas do desenvolvimento” como consequências de um certo arranjo institucional, ou nos termos deles, eles não são causas do desenvolvimento, mas o desenvolvimento em si.

Segundo AR (2012a), os motores da prosperidade, em especial a tecnologia, promovem aquilo que Schumpeter chamou de “destruição criativa”. O desenvolvimento econômico, por ser imprevisível, tem caráter disruptivo, ele altera os ganhadores do “jogo econômico” e a distribuição do poder político na sociedade. Por esse motivo, o desenvolvimento de longo prazo “endógeno” requer instituições econômicas e políticas inclusivas, pois, caso tenhamos instituições políticas extrativistas, as elites cercarão a atividade econômica como forma de garantir sua renda e poder futuros, por meio de instituições econômicas extrativistas. Cabe ressaltar que, para os autores, por sua própria lógica, instituições extrativistas têm a necessidade de gerar riqueza a ser extraída, no entanto, será sobretudo um crescimento econômico<sup>144</sup> baseado na tecnologia já existente, isto é, de “catching-up” e de curto prazo<sup>145</sup>, pois não promoverá a destruição criativa.

Já as instituições políticas extrativistas estão diretamente associadas com o surgimento de instituições econômicas extrativistas, definidas por AR (2012, p. 60):

**Definição 16:** Chamamos essas instituições cujas propriedades são opostas daquelas ditas ‘inclusivas’, de instituições econômicas extrativistas, por terem como finalidade a extração da renda e da riqueza de um segmento da sociedade para o benefício de outro.

Por limitarem a participação no jogo político, as instituições políticas extrativistas permitem que grupos criem regras em benefício próprio e limitem a entrada de novos concorrentes na esfera econômica. As instituições econômicas, em contrapartida, ao direcionarem a renda para as elites lhes fornecem meios de ação para manter seu poder político. Ao mecanismo de reforço mútuo existente entre instituições políticas e econômicas extrativistas, AR (2012a) dão o nome de “círculo vicioso”.

O círculo vicioso cria mecanismos que garantem a estabilidade das instituições extrativistas, o que faz com que exista, em alguns países, a perpetuação das elites no poder. A existência de países no círculo vicioso em contraposição a países no círculo virtuoso faz com que existam trajetórias de desenvolvimento divergentes, isto é,

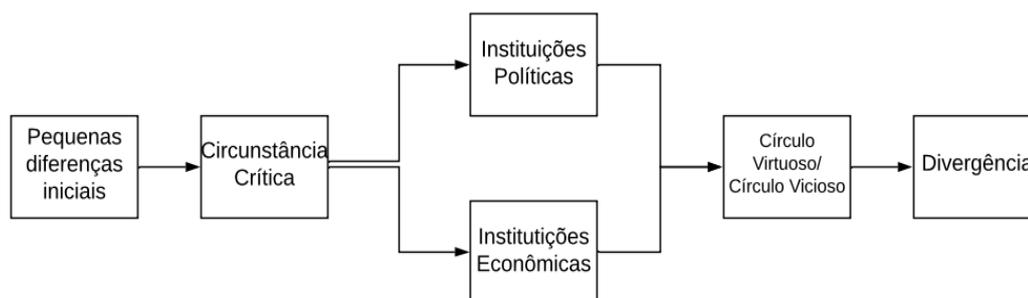
---

<sup>144</sup> Segundo AR (2012a), o crescimento sob instituições extrativistas ocorre quando a Economia é orientada para setores mais produtivos, como, por exemplo, a transição da agricultura para a indústria. Os exemplos dados pelos autores são a URSS (1930-1970) e a China (1980- 2012).

<sup>145</sup> Ainda que sejam algumas décadas.

enquanto os países no círculo virtuoso crescem de forma sustentada, países no círculo vicioso crescem vagarosamente ou ficam estagnados, isso explicaria o aumento da desigualdade de renda entre os países a partir da revolução industrial. AR (2012a) desenvolve uma teoria da divergência econômica sintetizada na figura 10<sup>146</sup>.

Figura 10 – Lógica da Divergência



Fonte: Elaboração própria com base em AR (2012a)

A lógica da divergência de AR (2012a) tem nítida inspiração darwiniana. Na explicação biológica, uma mesma população com pequenas diferenças genéticas aleatórias é separada ou exposta a novos estímulos por algum evento crítico. Nesse novo ambiente, as populações vão sendo selecionadas após um grande número de iterações e aquelas diferenças iniciais vão sendo potencializadas, até que, conforme as diferenças se tornem tão agudas, uma nova espécie surja.

Para as nações, AR (2012a) sugerem que pequenas diferenças institucionais iniciais podem dar origem a diferentes padrões de desenvolvimento. Pequenas diferenças surgem por motivos aleatórios, como, por exemplo, a geografia ou a ação de pessoas historicamente relevantes<sup>147</sup>, como grandes líderes. Como os autores gostam de enfatizar, tais diferenças resultam do caráter “contingente” da história. Dadas essas diferenças iniciais, uma circunstância crítica<sup>148</sup> (como a “peste negra” no século XIV<sup>149</sup>, ou o surgimento do comércio atlântico entre 1500 e 1800<sup>150</sup>, ou a revolução industrial<sup>151</sup>

<sup>146</sup> A qual chamaremos de Lógica da Divergência.

<sup>147</sup> Ponto que é destacado por Krugman (1991).

<sup>148</sup> AJRY (2009) considera que existem duas teorias alternativas. A primeira é a Teoria da Modernização (discutida em mais detalhes na seção 3.4), que afirma o bom desempenho econômico dá suporte à democracia. A segunda, preferida por AJRY, é a Teoria das “Critical Junctures” (circunstâncias críticas) que afirma que alguns eventos históricos são capazes de criar uma trajetória que afeta o desenvolvimento político e econômico simultaneamente.

<sup>149</sup> AR (2012a).

<sup>150</sup> AJR (2005).

ou escravidão<sup>152</sup>) coloca os países em distintos “paths” de instituições políticas e econômicas que, pelo mecanismo de reforço mútuo (círculos virtuoso / vicioso), geram níveis de desenvolvimento divergentes ao longo do tempo.

O exemplo dado pelos autores em WNF é o dos efeitos da peste negra. Na Inglaterra e no leste europeu o sistema feudal apresentava algumas pequenas diferenças quanto aos direitos dos servos, mas em essência as diferenças em termos de renda eram pequenas. A peste negra, ao dizimar grande parte da população europeia, gerou diferentes reações: na Inglaterra, os servos ganharam mais direitos sobre a produção e sobre si mesmos, o que no longo prazo se transformou em direitos de propriedade sobre a terra e de representação política, isto é, as instituições se tornaram mais inclusivas; enquanto no leste europeu, os direitos dos servos foram cada vez mais solapados e parte maior da produção passou a ser extraída pelos nobres, portanto as instituições políticas e econômicas se tornaram mais extrativistas.

Segundo AR (2012a), a peste negra colocou a Inglaterra e o leste europeu em diferentes trajetórias de desenvolvimento institucional, o que por sua vez gerou uma divergência no padrão de renda e, no limite, resultou em diferentes formas de se aproveitar do comércio atlântico a partir de 1500 e na revolução industrial inglesa no final do século XVIII, enquanto o leste europeu ainda era uma sociedade agrária.

A narrativa de AR (2012a) é complementar a de North e Thomas (1973). North e Thomas<sup>153</sup> consideram que, ao diminuir dramaticamente a população, a peste negra promoveu um aumento do preço do trabalho relativo ao preço da terra. O aumento no preço do trabalho aumentou o “poder de barganha” dos servos e fez com que lhes fosse possível angariar maiores direitos sobre a produção e proteção contra eventuais abusos dos senhores feudais. Enquanto na esfera políticas, as crescentes necessidades de financiamento do Estado inglês não podiam, como na Espanha, ser financiados por meios extrativistas, de modo que os aumentos de carga tributária foram “trocados” por maior representação política, principalmente no século XVII, marcado por diversos conflitos entre o monarca e o parlamento. Em termos de AR (2012a), a narrativa de North e Thomas (1973) mostra como a Inglaterra chegou em 1700 com instituições políticas e econômicas mais inclusivas, no entanto, não explica porque fenômeno

---

<sup>151</sup> AR (2012a).

<sup>152</sup> Acemoglu, García-Jimeno, Robinson (2012).

<sup>153</sup> É importante ressaltar que North e Thomas colocam como casos contrastantes Inglaterra e Espanha, não o leste europeu.

similar não aconteceu no leste europeu, dado que as condições iniciais eram similares, a lógica da divergência de AR preenche essa lacuna de North e Thomas (1973).

Existem três aspectos do esquema de 2012 e da lógica da divergência que gostaríamos de ressaltar. O primeiro é o que AR (2012a) chamam de caráter “contingente” da história, as circunstâncias críticas que colocam os países nas diferentes trajetórias de desenvolvimento são em grande parte acidentais, bem como as reações que ensejam. Na visão dos autores, não podemos falar em “necessidades históricas”.

O segundo aspecto é a ênfase de AR (2012a) na política como motriz do desenvolvimento institucional. Os autores enfatizam o papel da mobilização social como principal mecanismo para aumentar a participação de um amplo segmento da sociedade na vida política e, conseqüentemente, em tornar as instituições políticas econômicas cada vez mais inclusivas.

O terceiro aspecto é que, assim como no esquema de 2005, não há nestes modelos papel para aquilo que North chama de “restrições informais” ou, em sentido amplo, que outros chamam de “cultura”. Nesse sentido, a pergunta que emerge é: então por que países com condições iniciais muito similares reagem de forma tão distinta às circunstâncias críticas? A resposta de AR (2012a) a tal questionamento só aparecerá no esquema de 2016.

Em suma, o esquema de 2012 mostra como o jogo político define as instituições políticas. Se as instituições políticas forem inclusivas, o país entra em um círculo virtuoso como instituições econômicas também inclusivas, o que ativa os motores da prosperidade e produz a destruição criativa schumpeteriana. Caso as instituições políticas sejam extrativistas, o país fica preso em círculo vicioso em que as instituições econômicas extrativistas realimentam a existência das mesmas instituições políticas extrativistas. A lógica da divergência por sua vez mostra como ocorre a diferenciação institucional: pequenas diferenças iniciais são potencializadas por alguma circunstância crítica que coloca os países em distintos caminhos de desenvolvimento institucional. Ao longo do tempo, tais diferenças se tornam cada vez mais agudas a medida que os círculos virtuosos reforçam o caráter inclusivo das instituições enquanto os círculos viciosos a característica extrativista das instituições. O “framework” apresentado em WNF dá grande papel à aleatoriedade e à participação popular e, por outro lado, pouco valor atribui a restrições morais ou culturais.

### **3.3.3 O esquema de 2016**

Como argumentamos acima, os esquemas de 2005 e 2012 não levam em consideração as restrições informais para o desenvolvimento institucional e crescimento econômico de um país, bem como não respondem por que algumas nações institucionalmente similares reagem de maneira distinta às circunstâncias críticas.

Quanto às restrições informais, AR (2019b) afirma que, apesar da teoria neoclássica não fazer essa distinção frequentemente, as instituições são formais e informais<sup>154</sup> e ambas são importantes ao definir os incentivos e penalização dos indivíduos. Curiosamente<sup>155</sup>, em AR (2012a) os autores se referem à instituições informais somente uma vez (p. 45) afirmando que “normas sociais, que são relacionadas à cultura, exercem profunda influência e podem ser difíceis de mudar – além de, por vezes, darem sustentação às diferenças institucionais”, mas que religião, ética nacional e valores não explicam as diferenças de renda existentes entre os países. Em trabalhos anteriores, como, por exemplo, AJR (2001), AJR (2002), AJR (2005) e AR (2010) não há qualquer menção às “social norms”. Já em AR (2019a), os autores cunham o termo “cage of norms” para países nos quais a liberdade é solapada pela ausência de um Estado eficaz (leviatã de papel). Portanto, até os artigos publicados posteriormente (como Acemoglu e Jackson, 2015) ao WNF, AR frequentemente ou omitiam por completo as restrições informais de seu marco teórico, ou às associavam com Hipótese Cultural<sup>156</sup>, colocando-as como subsidiárias às instituições, porém sem serem elas próprias instituições, enquanto em AR (2019a) as instituições informais são apresentadas até de forma negativa.

Revertendo tal tendência, em “Paths to Inclusive Political Institutions” (2016)<sup>157</sup>, AR dão uma nova dimensão ao esquema de 2012: eles utilizam as normas sociais para explicar os diferentes “paths” seguidos pelos países.

No esquema de 2016, que pode ser visto na figura 11, os autores consideram que as normas sociais formam uma “bacia de atração” que gera tanto a “state capacity”<sup>158</sup> quanto uma participação política a um amplo segmento da população. A “state

---

<sup>154</sup> AR usam o termo “social norms” para se referir à instituições informais.

<sup>155</sup> Observar que AR (2019b) é um comentário sobre AR (2012a).

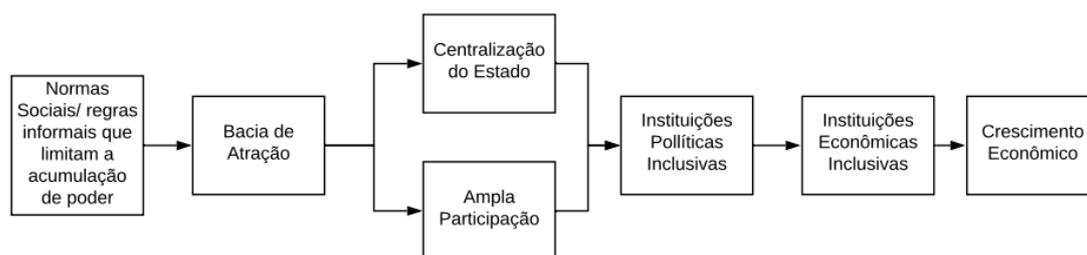
<sup>156</sup> Para a postura dos adeptos da HI e da HG em relação à Hipótese Cultural ver a seção 1.5.

<sup>157</sup> Ao qual chamaremos de esquema de 2016

<sup>158</sup> AR (2016a) comentam que o “state capacity” do esquema de 2016 é sinônimo de “centralização política” no esquema de 2012.

capacity”<sup>159</sup> é entendida como o Estado que possui monopólio da violência, administração e sistema fiscal burocratizados, ele tem a capacidade de prover a oferta de bens públicos, regular a sociedade e “enforce laws”. Uma sociedade que tenha normas sociais que façam com que os agentes pressuponham ter poder de se manifestar politicamente e participar do processo decisório, o exemplo dos autores é a Inglaterra no século XVI, faz com que ela esteja disposta a permitir que o Estado atue de forma mais eficaz, pois confia que é capaz de conduzi-lo e impedir qualquer abuso. Em contrapartida, maior “state capacity” permite que o Estado assuma um número maior de funções, o que aumenta a capacidade de organização e de expressar demandas da sociedade. Portanto, segundo AR (2016) , certos tipos de normas sociais favorecem o fortalecimento mútuo e crescente de Estado e sociedade, em AR (2019a) eles chamarão de “corredor estreito” este equilíbrio de poder entre Estado e sociedade.

Figura 11: Esquema de 2016



Fonte: Elaboração própria com base em AR (2016)

Segundo AR (2016), a ciência política costuma salientar o papel dos incentivos das elites (reis, geralmente) na formação do Estado. A necessidade de um sistema de arrecadação centralizada, comandado por essa elite, seria o principal motivador para criar centralização política. A maior “state capacity”, por sua vez, causaria maior crescimento econômico e, em última instância, a democracia, em lógica similar a da Teoria da Modernização<sup>160</sup>. O argumento de AR (2016), em contraposição, é que existe a “bacia de atração”, fruto de normas sociais, que faz com que “state capacity” e a ampla distribuição do poder político se tornem complementares, de modo que as instituições políticas inclusivas emergem de um processo de coevolução do Estado e da

<sup>159</sup> Observar que AR(2012a) os autores utilizaram o termo centralização política com o mesmo sentido. Em AR (2016, p.1) os próprios autores fazem tal qualificação.

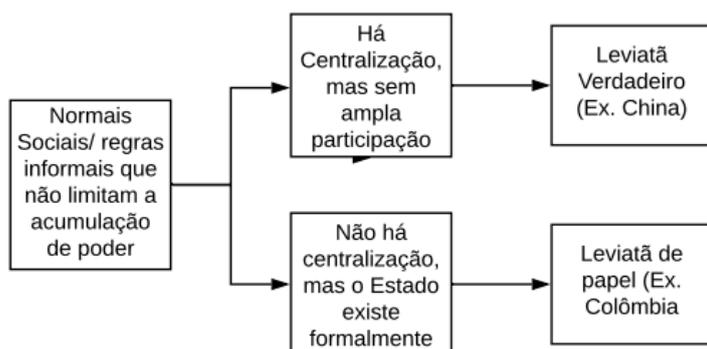
<sup>160</sup> Sobre o debate de AR com os defensores da Teoria da Modernização, ver seção 3.4

sociedade e, em lugares bem sucedidos em entrar no “círculo virtuoso”, elas surgem ao mesmo tempo. No modelo de AR (2016), as instituições políticas inclusivas não surgem dos interesses das elites, mas sim de um conjunto de valores que fazem com que a mobilização social de um grande segmento da população force o aparecimento dos direitos individuais e de representação política.

Para AR (2016), no entanto, as normas sociais nem sempre vão gerar a “bacia de atração” que promove o aparecimento de instituições políticas inclusivas. Como pode visto na figura 12, normas sociais que não limitam acumulação de poder dão origem a duas possibilidades de “tipo” de Estado. Caso as normas sociais gerem centralização do poder, mas sem a antítese de uma ampla distribuição do poder na sociedade, o caminho é o que os autores chamam<sup>161</sup> de “leviatã verdadeiro”, um Estado autoritário e de instituições extrativistas, mas que pode conseguir crescimento econômico de curto prazo, como já discutimos no esquema de 2012. A China atual seria um exemplo de “leviatã verdadeiro”.

A segunda modalidade de Estado ocorre quando não há “state capacity”. Nesse caso, o Estado pode até existir formalmente e ofertar alguns serviços, porém ele não será capaz de exercer o efetivo controle de seu território, ou seja, é um “leviatã de papel”, cujo exemplo dado pelos autores é a Colômbia.

Figura 12 – Normas Sociais e Leviatãs



Fonte: Elaboração própria com base em AR (2016)

AR (2019a) “refina” as ideias presentes em AR (2016). Segundo os autores, existe um jogo de forças entre o Estado e a sociedade (o diagrama pode ser visto na figura 13). Se o Estado é muito “forte”, isto é, se possui muita “state capacity” nos

<sup>161</sup> Em referência ao “leviatã” de Thomas Hobbes.

termos do esquema de 2016, ele consegue dominar a sociedade limitando cada vez os direitos dos indivíduos e concentrando o poder nas mãos de uma pequena elite, isto gerará uma “solução de canto” que os autores chamam de “leviatã despótico”. Os modos de “defesa” da sociedade são as normas sociais que restringem a acumulação de poder e a mobilização social, mas que alguns países podem não poderosos o suficiente para barrar o absolutismo estatal.

Por outro lado, caso a sociedade seja muito refratária a qualquer tipo de autoridade, de modo que a “state capacity” seja muito reduzida, surge aquilo que os autores chamam de “leviatã ausente”. Nesse contexto, não necessariamente as pessoas serão livres<sup>162</sup>, uma vez que estarão submetidas àquilo que AR chama de “cage of norms”, ou seja, costumes que impõem uma forma diferente, mas também não empoderada, de dominação sobre os indivíduos. Para evitar o “abandono”, o indivíduo se submete aos costumes do grupo que podem ser tão repressivos<sup>163</sup> quanto no “leviatã despótico”, um tipo de “servidão voluntária”.

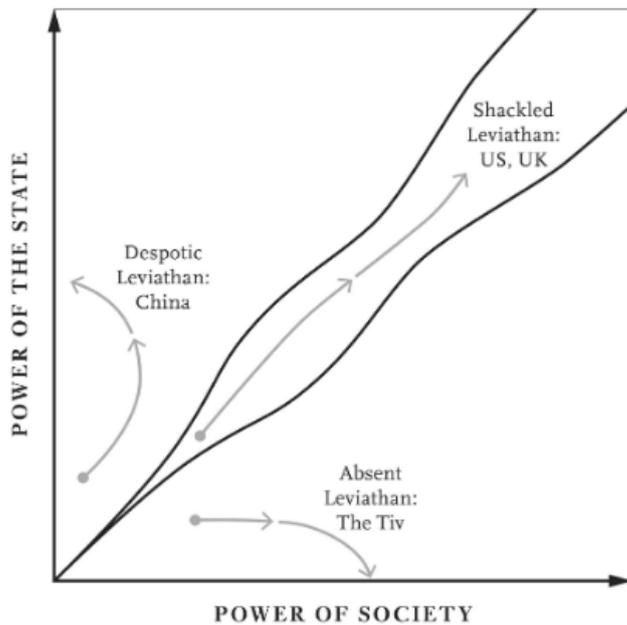
Então, onde surge a liberdade? Segundo AR (2019a), ela surge no historicamente raro ponto em que existe um equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade, ao que os autores chamam de “leviatã algemado”. O Estado é poderoso o suficiente para cumprir suas funções básicas, isto é, possui “state capacity”, porém a sociedade tem mecanismos de controle da estrutura estatal, de modo que os direitos individuais são respeitados e há ampla divisão do poder na sociedade, ou seja, a liberdade é produto de um “ótimo interior” entre poder do Estado e liberdade. A liberdade alcançada no “leviatã algemado” está diretamente ligada com o surgimento de instituições inclusivas e o crescimento econômico, nos termos do esquema de 2012.

Figura 13 – O corredor estreito

---

<sup>162</sup> O autores (2019a, p. xi) utilizam uma descrição de liberdade inspirada em John Locke: “ perfect freedom to order their actions and dispose of their possessions and persons, as they think fit... without asking leave, or depending upon the will of any other man (...) no one ought to harm another in his life, health, liberty and possession” refinada, nos termos de Phillip Pettit (AR, 2019, p. 6-7) como ausência de “dominância”, que indica que “you are free to choose your actions, but also the ability to exercise that freedom”. Uma implicação importante do uso do termo “dominância” é incluir restrições morais ou pressões grupais como limitadoras da liberdade.

<sup>163</sup> O exemplo dado pelos autores é das diversas restrições e violências historicamente impostas à mulheres em várias códigos morais.



Fonte: AR (2019, p. 64)

Para AR (2019a), o surgimento de sociedade em que prevalece a liberdade é tão raro porque o equilíbrio, que surge em um “corredor estreito”, entre o poder da sociedade e do Estado é instável. Como o poder do Estado e da sociedade estão a todo tempo mudando, é muito comum que um país que estava no corredor da liberdade, por algum choque exógeno ou aleatoriedade, saia dessa trajetória e entre em um caminho que conduza ao leviatã despótico ou ausente. A corrida permanente entre Estado e sociedade para que o país continue no “corredor estreito” é chamada por AR de “red queen effect”<sup>164</sup>, e descreve o caso em que você deve “continuar correndo para permanecer no mesmo lugar”.

Cabe ressaltar a ambiguidade do papel das normas sociais em AR (2019a). Se por um lado costumes podem bloquear as investidas que produzirão concentração de poder e um leviatã despótico (ou cria a “bacia de atração” do esquema de 2016), por outro podem solapar qualquer possibilidade de Estado centralizado<sup>165</sup> e, consequentemente, de instituições políticas inclusivas<sup>166</sup> aprisionando segmentos da população na “cage of norms”.

<sup>164</sup> Referência à personagem Alice de Lewis Carrol no livro “Through the Looking Glass, and What Alice Found There”. Observação: o país das maravilhas não estava no “corredor estreito”.

<sup>165</sup> O exemplo dado em AR (2016) e AR (2019a) é o do povo Tiv, que associa qualquer tipo de poder ou hierarquia com canibalismo.

<sup>166</sup> AR (2019a, p. xiii) cita Locke: “where there is no law there is no freedom”

Acemoglu e Jackson (2015 e 2017)<sup>167</sup>, por outro lado, enfatizam que normas sociais provêm os “frames of reference” para a interpretação de sinais e informação, e por isso regulam muitas áreas de interação humana e criam padrões de “self-enforcing”. Acemoglu e Jackson (2015) identificam que as normas sociais são mutáveis e podem ser alteradas por eventos históricos marcantes ou mesmo por um líder influente, de modo que existe um “interplay” entre história e formação das expectativas. Se um líder passa uma mensagem de cooperação<sup>168</sup>, predispõe os agentes de grupos distintos a agirem de maneira mais cooperativa, pois esperam que os outros agentes também serão mais propensos a colaborar. No limite, um ambiente em que os indivíduos estão mais abertos à cooperação pode levar a instituições políticas mais inclusivas.

Outro aspecto destacado por Acemoglu e Jackson (2017), e que havia sido citado sem destaque por AR (2012a), é que normas sociais são importantes no “enforcement” das regras formais. Para os autores, regras rígidas demais tendem a não ser seguidas se estiverem muito distantes dos valores daquela sociedade, já que um aspecto fundamental no “enforcement” é a denúncia dos próprios agentes. No entanto, se as regras são demasiadamente restritivas, então é provável que o (possível) denunciador também seja um infrator, o que lhe dá incentivos para se omitir, um *quid pro quo*.

Brevemente, o esquema de 2016 acrescentou normas sociais, que haviam sido omitidas ou tratadas como elemento da cultura nos esquemas de 2005 e 2012, ao marco teórico de AR. Em alguns casos, as normas sociais podem gerar uma maior predisposição à mobilização social e, por conseguinte, em instituições políticas mais inclusivas. Em AR (2019a), os autores consideraram o caráter ambíguo das normas sociais, isto é, podem tanto ser uma defesa contra o “leviatã despótico”, quanto prender a população em uma “cage of norms”. Em outros artigos, Acemoglu e Jackson (2015 e 2017) ressaltaram o papel das normas sociais como elemento da formação das expectativas dos agentes quanto ao comportamento alheio, bem como seu papel no “enforcement” das regras formais.

### **3.3.4 North e AR: parecidos, mas nem tanto.**

---

<sup>167</sup> Dois dos poucos artigos de Acemoglu a tratar de normas sociais.

<sup>168</sup> Os autores o comportamento de Mandela na África do Sul pós-Apartheid.

Ainda que McCloskey (2010) possa se referir a Acemoglu como “student” de North, nesta seção discutiremos as diferenças entre os dois marcos teóricos<sup>169</sup>. De modo geral, as divergências entre North e AR estão no papel das restrições informais e naquilo que chamaremos de “crítica de Fukuyama”, sobre a semelhança dos conceitos utilizados em North, Wallis e Weingast (2009) e AR (2012).

O papel dos aspectos culturais dentro do quadro institucional é crescente dentro da obra de North. Em North e Thomas (1973), as restrições informais praticamente não são mencionadas, quase toda a transformação institucional é levada a cabo em funções das alterações demográficas que modificam o preço relativo de trabalho e capital. North (1981) esboça uma teoria do Estado no qual as ideologias<sup>170</sup> representam as visões do mundo dos agentes, mas pouco explica como elas são elaboradas. North (1990) enfatiza o papel das restrições informais como elementos estabilizadores das instituições. Já em North (2005) é desenvolvida praticamente uma teoria da cultura e como ela influencia o desenvolvimento institucional de um país.

Como argumentamos acima, as normas sociais também ganham espaço na obra de AR. Como discutimos na seção 1.5 (sobre a HC), o papel da cultura no quadro institucional é considerado pouco representativo para AR. No esquema de 2016, as normas sociais são consideradas como importantes na formação da “bacia de atração”, no entanto, em AR (2019) o papel das restrições informais se torna ambíguo em decorrência da “cage of norms”<sup>171</sup>.

As diferenças de ênfase no papel das restrições informais entre North e AR têm grande impacto nas conclusões que podemos tirar dos autores. Na obra de North, as restrições informais dão estabilidade às instituições. Como North (1990) ressalta várias vezes, as mudanças nas instituições só acontecem de forma incremental, pois, ainda que as instituições formais possam ser alteradas do “dia para a noite”, as instituições informais garantem que o funcionamento da sociedade não se alterará dramaticamente. Além disso, eventos fortuitos ou historicamente contingentes têm pouco ou nenhum papel no

---

<sup>169</sup> A falta de importância dada aos custos de transação por AR em comparação com North (com base em AJ (2005)) foi apresentada acima.

<sup>170</sup> Em North (1981) as ideologias têm o papel genérico de “modelos mentais” ou “visão de mundo” dos indivíduos. Em North (1990 e 2005), o desenvolvimento de uma “teoria da cultura” faz com que o autor passe a representar uma visão normativa de sociedade (uma crença sobre como as coisas devem ser) compartilhada por um grupo, ou seja, North se aproxima da acepção mais comum do termo.

<sup>171</sup> A aproximação da HI com a HC tem se mostrado algo recorrente dentre os autores aqui discutidos. Além de North e AR, Rodrik (2014) também atribui cada vez mais protagonismo às “ideias” como decisivas no funcionamento das instituições. Easterly (2014), outro exemplo, dá maior relevância à cultura do que Easterly (2001).

curto prazo, mas a longo prazo podem causar efeitos significativos<sup>172</sup>, tal como a peste negra em North e Thomas (1973).

Deste modo, North (1990 e 2005) rejeita a possibilidade de que revoluções<sup>173</sup> possam alterar rapidamente a trajetória institucional de um país, assim elas não se caracterizam como “soluções” para os países pobres. North, Wallis e Weingast (2009) afirmam que historicamente parece demorar cerca de 50 anos para que um país faça a transição de uma ordem social<sup>174</sup> “limites acess” para outra “open acess”. Para o autor, o caminho para o desenvolvimento econômico passa por um longo processo de amadurecimento do Estado e das instituições por meio, preferencialmente, da democracia. Para North (1990), o desenvolvimento econômico parece estar associado a instituições cada vez mais protetoras do indivíduo em relação ao coletivo.

A pouca importância dada às instituições informais por AR produz conclusões contrárias às de North. Para AR, como os regramentos informais não garantem “mudanças somente incrementais”, as instituições podem mudar rapidamente em um país e, mesmo um povo culturalmente homogêneo quando exposto a diferentes regras formais, terá resultados econômicos bastante díspares. Os exemplos dados AR (2012) são a Alemanha entre 1945 e 1989 e as Coreias pós-1953.

A possibilidade de mudanças institucionais bruscas têm duas implicações importantes no marco teórico de AR. A primeira é que eventos históricos “contingentes”<sup>175</sup> têm efeitos imediatos e de grande influência. AR (2012) por diversas vezes mostram como a trajetória institucional é em grande medida influenciada pela vitória de um determinado grupo político, por uma vitória militar ou algum evento fortuito. Segundo os autores (2012), a “aleatoriedade” dos processos históricos faz com que a diferenciação institucional não seja um processo cumulativo (como os antecedentes da HI gostam de enfatizar), as instituições de um país podem ser “varridas” de uma hora para outra. A “falta de memória” das instituições formais faz com que qualquer tipo de previsão e determinismo<sup>176</sup> seja impossível.

---

<sup>172</sup> Eventos contingentes podem ter impacto que vão sendo ampliados ao longo do tempo, mas no curto prazo as restrições informais vigentes se impõem e impossibilitam mudanças bruscas.

<sup>173</sup> O exemplo dado em North (1990 e 2005) é a Revolução Russa.

<sup>174</sup> Mais detalhes sobre ordens sociais abaixo nesta mesma seção.

<sup>175</sup> Em AR (2012, p. 165) os autores se referem, poeticamente, “aos rumos contingentes da história”, expressão utilizada várias vezes ao longo do livro.

<sup>176</sup> Do tipo “leis gerais” à lá Marx. AR (2015) analisam a “ascensão e queda das leis gerais do capitalismo”.

A segunda implicação é que, para AR, as revoluções podem ter grande impacto<sup>177</sup>. Como exposto quando nos referimos ao esquema de 2012, para AR o motor da transformação institucional é a política, as instituições vão se tornando mais inclusivas conforme manifestações populares “forçam” as elites a cederem<sup>178</sup> e, no longo, prazo estas novas instituições é que vão trazer desenvolvimento econômico. Deste modo, no modelo de AR o caminho do desenvolvimento para os países pobres passa pela política.

### 3.3.5 A Crítica de Fukuyama

Francis Fukuyama (2012), influente pensador americano, teceu comentários sobre AR (2012). Segundo o autor, os conceitos que AR utilizam no esquema de 2012 são, na realidade, os mesmos utilizados por North, Wallis e Weingast (2009), de modo que seria mais interessante usar os conceitos consagrados na literatura do que inventar neologismos. Seria o “best-seller” WNF, na prática, a versão “soft drink” de North, Wallis e Weingast (2009)?

NWW (2009) querem explicar os padrões de organização das sociedades com base na ideia de ordens sociais, definidas como:

**Definição 17 - Ordens Sociais:** Social orders are characterized by the way societies craft institutions that support the existence of specific forms of human organization, the way societies limit or open access to those organizations, and through the incentives created by the pattern of organization (NWW, p.1).

Em sociedades modernas existem dois tipos de ordens sociais<sup>179</sup>:

**Definição 18 – Ordem Social de Acesso Limitado (OSAL) ou Estado Natural:** personal relationships, who one is and who one knows, form the basis for social organization and constitute the arena for individual interaction, particularly personal relationships among powerful individuals. Natural states limit the ability of individuals to form organizations (NWW, p.2)

e

---

<sup>177</sup> O fervor revolucionário de AR (2012, p. 247), por exemplo, faz com que critiquem o filósofo conservador Edmund Burke por ter condenado a revolução francesa.

<sup>178</sup> É o argumento de AJR (2000). AR (2012a) dá o exemplo da “primavera árabe” como o tipo de manifestação popular em busca de instituições mais inclusivas, em AR (2019a) a referência é o movimento sufragista feminino na Inglaterra no começo do século XX.

<sup>179</sup> Em sociedades de caçadores-coletores existe a “foraging order”, de pouco interesse aqui.

**Definição 19 – Open Access Order (OAO):** personal relations still matter, but impersonal categories of individuals, often called citizens, interact over wide areas of social behavior with no need to be cognizant of the individual identity of their partners. Identity, which in natural states is inherently personal, becomes defined as a set of impersonal characteristics in open access orders. The ability to form organizations that larger societies is open to everyone who meets a set of minimal and impersonal criteria (NWW, p.2).

Na OSAL, o controle da violência é obtido por meio de um acordo entre as elites e não existe “rule of law”. Este acordo só é possível graças à distribuição de rendas econômicas dentro do país, ou seja, a atividade econômica é “loteada” e os grupos dominantes, por diversos meios, praticam o “rent-seeking”. A possibilidade de que as elites se vejam “injustiçadas” na divisão das rendas ou de choques exógenos faz com que os grupos dominantes estejam sempre prontos para o conflito armado, de modo que, na OSAL, a frequência de guerras ou golpes é muito maior. No Estado Natural, as organizações tendem a não ser impessoais, assim como o funcionamento da justiça é submetido às individualidades<sup>180</sup>.

Para NWW (2009), na OSAL existe um duplo balanço entre política e economia, isto é, o equilíbrio dos poderes político e econômicos estão associados. Para os autores, 85% da população mundial vive em Estados Naturais, países pouco democráticos e de baixo crescimento econômico.

Já na OSA, segundo NWW (2009), o controle da violência se dá por meio das instituições<sup>181</sup>. A violência é, em termos weberianos, monopólio legítimo do Estado, aos quais as forças militares estão completamente submetidas. Existe “rule of law” e as organizações são caracterizadas pela impessoalidade. Na OSA impera a destruição criativa schumpeteriana, o que também cria rendas econômicas, mas que são rapidamente erodidas em função da livre entrada de concorrentes no mercado. Assim como na OSAL, existe um duplo balanço na OSA. A liberdade política dá suporte à liberdade econômica e vice-versa. Os 15% da população que vivem em OSA’s são mais ricos e tem mais direitos políticos.

Segundo NWW (2009), a OSA é rara na história da humanidade, tendo aparecido pela primeira vez por volta do ano 1800, enquanto a OSAL é produto da primeira revolução social<sup>182</sup>, cerca de 10.000 anos atrás. A transição da OSAL para OSA se dá quando três critérios são alcançados: i) “rule of law” para as elites; ii) o surgimento de

---

<sup>180</sup> Ou em português castiço: “Você sabe com quem está falando?”.

<sup>181</sup> Isto é, a mera ameaça de violência, via punições, é suficiente para reduzir os “payoffs” da atividade criminosa o bastante para que ela não seja praticada.

<sup>182</sup> A primeira revolução social é, após o surgimento da agricultura, o aparecimento de sociedades sedentárias. North (1981) faz uma análise detalhada.

organizações impessoais “perpetuamente vivas”, como o Estado; e iii) o controle político sobre os militares.

É nítida a semelhança das ideias apresentadas em NWW (2009) e AR (2012). A OSAL é muito similar às instituições políticas e econômicas extrativistas do esquema de 2012, até o duplo balanço do Estado Natural é “primo-irmão” do círculo vicioso de AR. Do mesmo modo, a OSA é espelho das instituições políticas e econômicas inclusivas nas quais impera a destruição criativa schumpeteriana. Já o círculo virtuoso de AR (2012) lembra, também, o duplo balanço da OSA em NWW (2009). Como AR vão explicar tamanha parecença?

AR (2012d), em resposta a Fukuyama (2012), vão confirmar realmente a influência da obra de North em seu próprio pensamento, em especial, em relação as ideias em North (1981), mas vão apontar algumas diferenças. A primeira é a ênfase colocada na política em WNF e que é pouco valorizada por NWW, mais interessados em fatores sociais e econômicos. A segunda distinção existente, para NWW (2009), é a relevância das organizações impessoais e das crenças dando suporte à cooperação entre os agentes. Ambas as diferenças apontadas por AR (2012d) se aproximam da discussão acima sobre as implicações dos diferentes papéis que as instituições informais desempenham no marcos teóricos de North e AR.

AR (2012d, p.1) sugere, ainda, que a abordagem de AR (2012) e NWW (2009) são complementares e que, na realidade, “In fact, NWW are themselves very explicit that when they talk of political change, they build on our past work in particular our earlier book, *Economic Origins of Dictatorship and Democracy* [AR, 2005]”. Em certo sentido, é verdade que NWW (2009) citam com frequência AR (2005), no entanto também afirma que a narrativa histórica de AR está errada (NWW (2009, p. 143)), apesar de correta em um nível mais profundo ao enfatizar os jogos de compromisso entre Estado e Elites.

Por outro lado, também é verdade que AR não se referiam à “destruição criativa” schumpeteriana<sup>183</sup>, presente em NWW (2009), antes de AR (2012). O mesmo vale para as ideias de círculo vicioso e virtuoso. Assim como a noção de “instituições extrativas e inclusivas” de AR já estão presentes alguns textos anteriores<sup>184</sup> a NWW (2009). Apesar de difícil estabelecer “quem influenciou quem”, parece que existe muito de NWW (2009) em AR (2012).

---

<sup>183</sup> Ver, por exemplo, AJR (2001), AJR (2005), AR (2006) e AR (2010).

<sup>184</sup> AJR (2005) e AJR (2002)- botswana.

### 3.3.6 Embate com a Teoria da Modernização

O recorrente problema da endogeneidade existente entre renda nacional e instituições levanta um problema do tipo ovo-galinha: quem vem antes, as instituições políticas inclusivas, isto é, a democracia ou o crescimento econômico? Segundo Fulginiti (2008), existem duas hipóteses para responder tal questão. A primeira é a institucional, que propõe que a democracia coloca controles no exercício do poder estatal e favorece o surgimento de direitos de propriedade próprios ao crescimento econômico. A segunda é a Teoria da Modernização (TDM), que afirma que renda e educação, principalmente, criam as condições que favorecem o surgimento e sustentação da democracia. Assim como houve um debate entre os autores da HI e HG, no mesmo período houve um debate paralelo entre os adeptos da HI e TDM e envolvendo, do lado da HI, os mesmos autores. No entanto, como a TDM se relaciona com o debate sobre as causas fundamentais do crescimento econômico?

Segundo Przeworski e Limongi (1997) existem duas teorias associando renda e democracia originadas da obra do sociólogo americano Seymour Martin Lipset. A primeira, desenvolvida em Lipset (1959), é a teoria “endógena” e diz que o aumento de renda, dos níveis educacionais, industrialização e de urbanização gera uma acumulação progressiva de transformações sociais que culminam, em seu estágio final, na democracia. Tal teoria é a que costuma receber de Teoria da Modernização (TDM) e será analisada em mais detalhes.

A segunda teoria, chamada de “exógena”, associada a Lipset (1960) é fruto do livro “Political Man”. Ela diz que renda e democracia surgem de forma independente, mas democracia (é um “deus ex machina”) tem mais chance de se sustentar em lugares mais ricos. Segundo Przeworski e Limongi (1997), a evidência empírica favorece esta versão, no entanto, a TDM é a mais citada. Observamos, no entanto, que alguns autores, quando mencionam a TDM, na realidade estão se referindo à sua versão “exógena”.

Para Lipset (1959, p. 200),

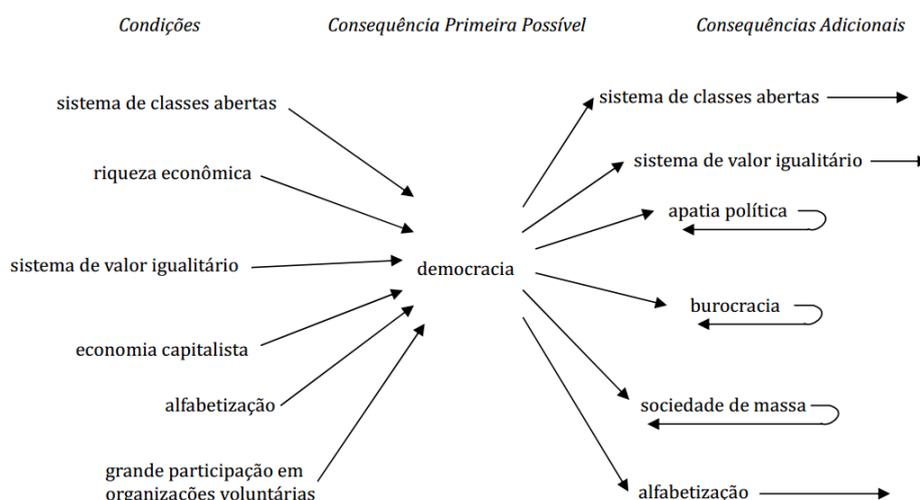
**Definição 20:** democracia (em uma sociedade complexa) é definida como o sistema político que fornece oportunidades constitucionais constantes para a alternância de grupo no governo.

Segundo Lipset (1959), tal definição tem três implicações. A primeira é a necessidade de crenças que legitimem o sistema democrático e as instituições subjacentes (partidos,

imprensa livre...). A segunda é a existência de líderes políticos, com efetiva autoridade, no exercício da administração pública. A terceira é a existência de uma oposição legítima como forma de criar restrições ao exercício do poder e que possibilite a influência popular nas escolhas políticas.

O objetivo de Lipset (1959) é explicar quais as condições sociais, como educação e legitimidade, que sustentam a democracia nos moldes nos quais ele a definiu. A democracia é uma “instituição coroadora” de um longo processo de desenvolvimento social, logo ela é consequência, e não causa, do desenvolvimento. As conclusões de Lipset estão representadas na figura 14.

Figura 14 – Esquema da Teoria da Modernização



Fonte: Lipset (1959, p. 247)

De modo geral, condições econômicas e sociais que levam as pessoas a posições políticas extremas, na visão de Lipset (1959), solapam as possibilidades de democracia, em contraposição, circunstâncias que favoreçam posições mais moderadas e propensas ao diálogo são essências para a democracia. Os principais elementos do esquema de Lipset para a democracia são o desenvolvimento econômico e a educação.

O aumento da renda atua de forma decisiva para que diversos processos sociais favoreçam a sustentação da democracia. A maior riqueza econômica aumenta a segurança dos indivíduos quanto ao seu futuro e permite ofertar melhores condições educacionais para seus filhos (o que resulta em maior alfabetização), bem como favorece a obtenção de educação superior. A expansão dos horizontes intelectuais

trazida pelos anos adicionais de estudo aumenta as chances de que as pessoas adotem uma visão de longo prazo e posicionamentos políticos mais reformistas, o que reduz a atratividade de posições mais extremistas e revolucionárias.

A maior educação também torna mais provável que os indivíduos se engajem em organizações voluntárias, o que por sua vez aumenta seus laços de “lealdade” com grupos diversos, aumentando a tolerância e aceitação da democracia. Lipset (1959) ressalta que, quanto mais sectária ou fragmentada em grupos antagônicos, maior a probabilidade que posicionamentos políticos totalitários surjam e, conseqüentemente, menor a chance de a democracia ser estável.

Outra consequência do aumento da renda e educação é o aumento do tamanho relativo da classe média. Segundo Lipset (1959), a classe média tende a ser politicamente mais moderada, além de que uma vida mais digna de um segmento maior da população faz com que as elites político- econômicas se tornem mais propensas a aceitar a maior participação política, isto é, a democracia, e a escolha “meritocrática” de servidores para burocracia estatal. A maior eficiência da burocracia estatal é, no entendimento de Lipset (1959), uma “condição para um Estado democrático moderno”.

A maior renda nacional também tem implicações nas relações entre os grupos mais poderosos e o Estado. Quanto maior renda, menor o poder que o Estado possui de afetar significativamente o bem-estar das elites, assim como menor o impacto que políticas redistributivas de renda típicas da democracia teriam para as classes altas. A consequência disso é que as elites ficam mais dispostas a aceitar a alternância no poder que caracteriza o sistema democrático.

Historicamente, Lipset (1959) argumenta que o surgimento da democracia parece ser associado com o capitalismo. O capitalismo propiciou a existência de uma burguesia empenhada na expansão de seus direitos políticos, o que parece estar no cerne da extensão da democracia no século XIX. O autor também ressalta a importância do protestantismo como um elemento que parece ser importante na sustentação do tanto do capitalismo quanto da democracia.

Uma vez instaurado um sistema político democrático, a “cereja do bolo”, Lipset afirma que sua sustentação é decorrente do binômio legitimidade - efetividade. Lipset (1959, p. 220) define os conceitos da seguinte maneira:

**Definição 21:** Por efetividade entende-se o real desempenho de um sistema político, o quanto ele satisfaz as funções básicas do governo de acordo com as expectativas da

maioria dos integrantes da sociedade, e as expectativas de grupos internos poderosos que possam ameaçar o sistema, como as forças armadas,

e

**Definição 22:** A legitimidade envolve a capacidade de um sistema político de engendrar e manter a crença de que as instituições políticas existentes são as mais adequadas ou apropriadas para a sociedade.

Segundo Lipset (1959), uma democracia que tenha ambos é estável, enquanto um sistema que não possui os dois será instável, mas o que acontece em casos intermediários? No curto prazo, uma democracia com muita legitimidade e pouca efetividade tende a ser estável, mas pode perder seu apoio com o tempo dada sua incapacidade em gerar um Estado eficiente e aumentar a renda de seus cidadãos. Já quando um sistema democrático for, a princípio, efetivo e sem legitimidade, ele provavelmente será inicialmente instável, mas tende a ganhar legitimidade conforme a sua efetividade promova a melhoras das condições sociais da população. Portanto, no longo prazo, a sustentação de um arranjo político democrático depende de sua capacidade de aumentar o padrão de vida das pessoas.

Em Lipset (1994), artigo no qual o autor “revisita”<sup>185</sup> a TDM trinta e cinco anos depois do artigo original, são esboçadas quatro circunstâncias que dificultam a transição para a democracia. A primeira é a pobreza seguida de um rápido crescimento econômico<sup>186</sup>, ou seja, seria o caso em que a TDM não funcionaria de forma unívoca<sup>187</sup>. Na visão de Lipset (1994), o rápido crescimento econômico tende a aumentar, no curto prazo e em países inicialmente pobres, a desigualdade de renda (curva de Kuznets), o que por sua vez aumenta a instabilidade política e favorece o surgimento de ditaduras. Przeworski e Limongi (1997) apontam tal comentário de Lipset como uma contradição da TDM.

A segunda dificuldade da transição para a democracia é quanto à inexistência do capitalismo. Segundo Lipset (1994), parece existir uma relação de complementaridade muito forte entre o capitalismo e a democracia<sup>188</sup>, de modo que o crescimento da renda em sociedades socialistas (ou que eram socialistas, e que carecem de um “espírito do capitalismo”) não parece proporcionar transições suaves para regimes políticos mais democráticos. O motivo para isto seria que o capitalismo parece ampliar a classe média

---

<sup>185</sup> O fato marcante que leva Lipset à revisão da TDM é o colapso da URSS.

<sup>186</sup> Um “milagre econômico”.

<sup>187</sup> Isto é, mais renda implica em maior chance de democracia.

<sup>188</sup> Tal ideia tem forte similaridade com a noção de “círculo virtuoso” de AR no esquema de 2012.

(ou burguesia<sup>189</sup>), e esta parece ser capaz de sustentar maior pluralidade política. A difícil transição política das ex-repúblicas soviéticas durante a década de 90 seria um exemplo de tal empecilho à democratização.

A terceira dificuldade decorre da ideia de que a democracia requer uma cultura (valores, normas sociais) que lhe dê suporte (liberdade de expressão, associação, religião, de oposição, “rule of law”). Quando não existe essa cultura, e novamente o exemplo são as antigas repúblicas soviéticas, a transição para a democracia parece ser mais difícil.

A quarta dificuldade, já citada em Lipset (1959), é a questão religiosa. Para o autor, religiões que interfiram menos no funcionamento do Estado<sup>190</sup> e que promovam a maior valorização do indivíduo, assim como o protestantismo, tendem a possibilitar uma maior pluralidade política e espaço para a divergência de opiniões. Lipset ressalta, porém, que os tigres asiáticos parecem ter sido capazes de fazer a transição para regimes mais democráticos apesar de religião<sup>191</sup>.

É nítido, portanto, que tanto a TDM quanto a teoria de AR dão à democracia papel central. A TDM coloca a democracia como consequência do crescimento econômico. AR colocam a democracia como causa do crescimento econômico. No entanto, por que a TDM “incomoda” tanto AR<sup>192</sup>? Qual o papel da TDM no debate sobre as causas fundamentais do desenvolvimento econômico?

Se a TDM é verdadeira, então a mobilização social e a política podem não ser o caminho mais curto para instituições políticas e econômicas inclusivas, como AR sugerem. Isso acontece porque, mesmo que se consiga implementar instituições políticas mais democráticas, elas tendem a não sobreviver em países pobres e, por consequência, mais instáveis. A TDM parece sugerir que um país deve buscar ficar “rico” antes de se tornar democrático<sup>193</sup> (ou, nos termos AR, crescimento sob instituições extrativistas), pois esse parece ser o modo de obter uma democracia estável. Lipset (1994) trata a Coreia do Sul, Espanha e Chile como exemplos desse processo.

---

<sup>189</sup> Moore (*apud* Lipset (1994, p. 2)) “No bourgeois, no democracy”.

<sup>190</sup> Isto é, teocracias.

<sup>191</sup> A discussão sobre como a religião (hipótese cultural) afeta o crescimento na visão dos participantes do debate encontra-se na seção 1.5.

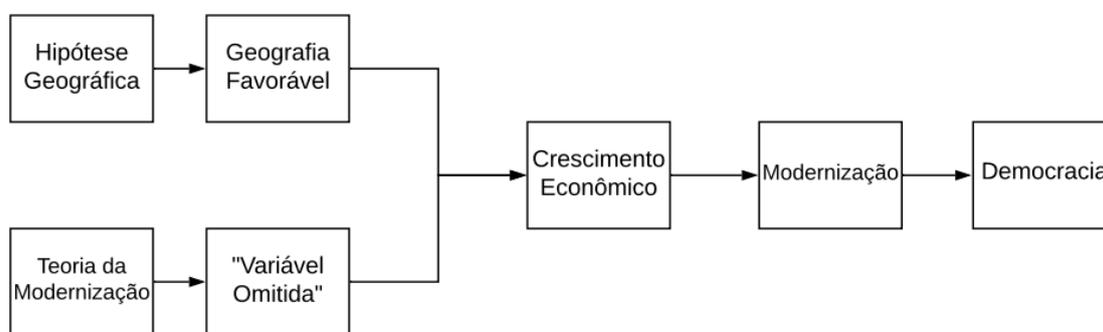
<sup>192</sup> Gates (2013) acusa AR de ridicularizar a TDM. AR (2013) negam essa acusação afirmando que dedicam grande parte de WNF argumentando sobre a possibilidade de crescimento econômico de curto prazo sob instituições políticas extrativistas somente porque isto tem grande importância em seu marco teórico.

<sup>193</sup> Na clássica frase atribuída ao ex-ministro Delfim Netto: “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”.

Considerar a TDM válida implica em negar que as instituições são a causa do desenvolvimento econômico e, portanto, a HI. Para a TDM, as instituições que associamos hoje ao mundo ocidental são, na realidade, consequência do aumento do nível de renda<sup>194</sup> e educacional, dos quais decorre uma série de processos sociais subjacentes chamados de “modernização”. No entanto, negar a HI significa aceitar a HG?

Não. Aceitar a TDM não implica que variáveis geográficas têm efeitos diretos no crescimento econômico, no entanto, a TDM e HG não são incompatíveis entre si. Inclusive, poderíamos dizer que a TDM complementa a HG. Um país pode ser inicialmente pobre por causa de sua geografia física desfavorável, conforme tais dificuldades são solucionadas por um “big push<sup>195</sup>” ou líder autoritário, o país se tornaria mais rico e paulatinamente mais democrático, isto é, com instituições mais inclusivas. Portanto, a zona de intersecção entre a TDM e a HG é na precedência do crescimento econômico sobre a política.

Figura 15 – “Lógica cruzada” da HG e da TDM da correlação entre alta renda e democracia



Fonte: Elaboração própria

Como esboçamos na Figura 15, existe uma possível “lógica cruzada” que explicaria a forte correlação entre renda e democracia para a HG e a TDM. Para a HG, a geografia favorável permitiu que alguns países obtivessem crescimento econômico, o que por sua vez resultou em urbanização, industrialização, mudanças demográficas (isto é, a modernização) e, em decorrência, na democracia. Já para a TDM, um país aumenta

<sup>194</sup> Chang (2004) vai desenvolver argumento semelhante.

<sup>195</sup> Ver seção 2.2.4.

sua renda por alguma “variável omitida”, que pode ser a geográfica ou mesmo cultural, isto acarreta um processo de modernização que desemboca na democracia.

Glaeser *et al.* (2004) sugere que a variável omitida é a educação. A educação permite que os países obtenham, simultaneamente, maior renda e sustentação para regimes democráticos. Um ponto fundamental salientado por Glaeser<sup>196</sup> é que a democracia tende a ser um arranjo político frágil e, por isso, requer uma população educada para que se mantenha por três motivos: pessoas educadas (i) têm maior capacidade de organização e causar levantes, (ii) são mais hábeis em criar boas constituições, (iii) demonstraram, historicamente, grande capacidade em lutar pela democracia.

Glaeser *et al.* (2007) afirmam que a evidência estatística sugere que a maior facilidade de convívio social, obtida indiretamente por meio da educação, é o elemento chave para entendermos como a educação “causa” democracia. A maior socialização facilita a superação do problema de “ação coletiva” e, por isso, favorece a atuação política.

Para Glaeser *et al.* (2004), ainda que a forte correlação entre democracia e renda possa nos encorajar a pensar que a democracia é o melhor arranjo político para gerar crescimento econômico, o que do ponto de vista moral seria reconfortante, a evidência empírica não comprova isto, o capital humano parece ser o fator realmente importante. Segundo os autores, a argumentação da HI, em especial de AR, que favorece uma interpretação do tipo “democracia aumenta renda” tem falhas.

Segundo Glaeser *et al.* (2004)<sup>197</sup>, o uso de variáveis institucionais esbarra em três problemas. O primeiro é que as variáveis institucionais frequentemente utilizadas pelos pesquisadores parecem ser “outcome measures”, isto é, não parecem ter a permanência que os adeptos da HI sugerem<sup>198</sup>. Os indicadores institucionais mais usados são altamente voláteis e sujeitos à reversão à média. Por refletirem essencialmente o estado atual de um país, as variáveis institucionais têm pouco poder preditivo. Mesmo as variáveis instrumentais da pesquisa institucional parecem ser pouco efetivas, a “mortalidade dos colonizadores<sup>199</sup>” parece ser um pior preditor do nível de renda atual dos países do que o nível educacional dos países em 1900.

---

<sup>196</sup> Em WSJ (2007).

<sup>197</sup> Edward Glaeser e Daron Acemoglu tiveram efetivamente um debate no Wall Street Journal (WSJ (2007)). As alegações de ambos os lados são as mesmas expostas aqui.

<sup>198</sup> Ver AR (2006 e 2008), por exemplo.

<sup>199</sup> Utilizada em AJR (2001) e em diversos artigos posteriores.

O segundo problema é que os indicadores de qualidade institucional são construídos de maneira que as escolhas de ditadores e de governos livres são avaliadas da mesma maneira. Portanto, os resultados da pesquisa institucional indicam que o tipo de governo (autocrático ou democrático) importa menos do que seu resultado em termos de garantia dos direitos de propriedade. A terceira crítica aos índices de qualidade institucional é que eles não parecem estar correlacionados com as restrições ao poder executivo objetivamente existentes, isso faz com que tais indicadores não sirvam para indicar causalidade<sup>200</sup>.

Os resultados empíricos encontrados por Glaeser *et al.* (2004), ao acrescentar o capital humano como variável explicatória, indicam que não existe evidência de que instituições causam crescimento. Segundo os autores, a educação inicial tem forte poder preditivo do nível de renda e do crescimento econômico, enquanto as variáveis institucionais têm pouco poder preditivo. No entanto, como a quantidade de capital humano está fortemente correlacionada com democracias estáveis<sup>201</sup>, a tendência é que estas também tenham em média maior crescimento econômico, o que explicaria a correlação entre democracia e maiores níveis de renda. Outro indício importante de que a educação é causa do desenvolvimento é que a educação parece um preditor forte para qualidade institucional, enquanto renda inicial não tem poder preditivo, de modo que esses resultados são inconsistentes com a ideia de que a qualidade institucional determina a educação.

Portanto, para Glaeser *et al.* (2004), os níveis educacionais causam tanto maior renda quanto maior tendência a governos democráticos, mas não existe causalidade do tipo “democracia causa maior renda”. Glaeser enfatiza que outra indicação de que a democracia não causa renda é a falta de poder preditivo das “restrições sobre o executivo” em relação à renda. Como países autocráticos cresceram rapidamente no período da amostra (1960-2000), pode-se sugerir que as escolhas feitas pelos ditadores parecem importar mais do que os limites colocados ao exercício do poder<sup>202</sup>.

Os resultados de Glaeser *et al.* (2004), além de que “institutions do not cause growth”, sugerem que a ideia de que a democratização deve preceder os avanços sociais e econômicos está equivocada. Outro ponto que deve ser visto com ceticismo é a

---

<sup>200</sup> No sentido de que maiores restrições ao poder executivo implicam em instituições melhores.

<sup>201</sup> Pelos motivos arrolados acima.

<sup>202</sup> Glaeser et al (2004) parece dizer que a frase de Lord Acton "O poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe absolutamente, de modo que os grandes homens são quase sempre homens maus" não está correta.

viabilidade da democracia em países pobres, pois a evidência empírica sugere que os países que saíram da pobreza acumularam capital humano e físico em ditaduras somente conseguiram melhorar suas instituições a posteriori.

Em relação aos resultados encontrados em AJR (2001), e que são fundamentais na argumentação da HI durante o debate, Glaeser *et al.* (2004) sugerem que os resultados, na realidade, estavam refletindo mais o maior capital humano dos colonos das “neo-europas” do que a qualidade institucional, isso porque a variável instrumental “mortalidade dos colonizadores” não está associada com o índice de restrição sobre os governantes, para o período da pesquisa. Outro aspecto ressaltado pelos autores é que, uma vez que controlamos para os níveis educacionais em 1900, a malária volta a ser uma variável explicativa com coeficiente estatisticamente significativo, o que favorece a crítica de McArthur e Sachs (2000) à AJR (2001), ou seja, Glaeser *et al.* (2004) em certa medida endossam a HG.

De acordo com Acemoglu, Gallego e Robinson (2014)<sup>203</sup>, a crítica de Glaeser *et al.* (2004) está errada em vários aspectos. Primeiro, Glaeser *et al.* (2004) não controlam suas regressões para efeitos fixos, o que abre a possibilidade de que uma terceira variável esteja influenciando tanto renda quanto níveis educacionais. Acemoglu, Gallego e Robinson (2014) sugerem que esta variável é a qualidade institucional. Segundo, os europeus trouxeram mais capital humano para as colônias de exploração, por exemplo, a taxa de alfabetização dos espanhóis que vieram para a América Latina era maior do que a dos colonos que foram para as colônias inglesas da América do Norte. Terceiro, quando controlamos para as instituições, o efeito da educação não parece ser relevante. O quarto aspecto é que dentro do mesmo país as variações na variável instrumental “atividade missionária”<sup>204</sup> não é estatisticamente significativa. Acemoglu, Gallego e Robinson (2014) a partir disso sugerem que, mesmo reconhecendo a importância do capital humano para o desenvolvimento humano, parece que a educação é somente um mecanismo pelo qual a diferença institucional se manifesta, isto é, tanto educação quanto renda são consequências da qualidade institucional.

---

<sup>203</sup> Acemoglu, Gallego e Robinson (2014) aprofunda as críticas de AJRY (2005, 2008 e 2009). Em especial, a novidade é o uso da variável instrumental “atividade missionária”.

<sup>204</sup> Acemoglu, Gallego e Robinson (2014) afirmam que o nível educacional é endógeno à renda. Por isso, eles utilizam a variável instrumental “atividade missionária” como instrumento para a qualidade educacioanal.

Barro (2012), retomando Barro (1999)<sup>205</sup>, procura compatibilizar Glaser *et al.* (2004) com AJRY (2005, 2008 e 2009) e identificar se existe convergência absoluta de renda entre os países. Segundo o autor, apesar de os “efeitos fixos” utilizados por AJRY terem a virtude de captar as diferentes características entre os países, eles implicam em dificuldades estatísticas em uma amostra pequena, em especial o viés de Hurwicz, e podem superestimar a convergência. Por outro lado, não considerar os efeitos fixos, como Glaeser *et al.* (2004), pode subestimar a convergência. A solução encontrada pelo autor é aumentar o período e reduzir o número de países analisados como forma de aumentar a amostra, e assim não enviesar os resultados, mesmo utilizando efeitos fixos. Os resultados de Barro (2012) nesta nova especificação econométrica indicam que, mesmo com efeitos fixos, a TDM e a convergência de renda se verificam.

### 3.4 O debate em relação a AJR (2001) e AJR (2002)

AJR (2001) é o artigo mais citado de AR<sup>206</sup> e é considerado uma publicação seminal na teoria do desenvolvimento. O artigo é importante de várias maneiras. A primeira é que ele marca o início da participação de AR no debate sobre as causas fundamentais do desenvolvimento. A segunda é que AJR (2001) conseguiu contornar a endogeneidade entre renda e instituições por meio de uma variável instrumental. A terceira forma é que o uso da variável instrumental “mortalidade dos colonizadores” se torna recorrente<sup>207</sup>, assim como a prática de testar a HI por meio de variáveis instrumentais<sup>208</sup>. Na mesma medida em que ganha destaque, AJR (2001) se torna alvo de diversas críticas<sup>209</sup>.

A narrativa de AJR (2001) é simples (o esquema pode ser visto na figura 16). A taxa potencial de mortalidade dos colonizadores foi determinante do tipo de colonização executada pelos europeus a partir do século XIV nas Américas, África e Ásia. Lugares em que a mortalidade era muito elevada devido às doenças (malária, febre amarela...) e a população indígena era densa se transformaram em “extractive states” com instituições políticas e econômicas extrativistas, ou seja, os europeus se estabeleciam no

---

<sup>205</sup> No qual busca comprovação empírica para a TDM.

<sup>206</sup> Em 24/11/2019 ele tinha mais de 13000 citações segundo o Google Acadêmico. <https://scholar.google.com/citations?user=19Or8EMAAAJ&hl=pt-BR&oi=ao>

<sup>207</sup> Albuoy (2012) afirma que até 2012 pelo menos 20 artigos já tinham usado a base de dados sobre mortalidade dos colonizadores criada para AJR (2001).

<sup>208</sup> Por exemplo, Nunn e Puga (2012) usa o a declividade do solo africano, enquanto Feyrer e Sacerdote (2009) usam a direção dos ventos.

<sup>209</sup> A crítica de Glaeser *et al.* (2004) à AJR (2001) está na seção 3.4.

número necessário para explorar economicamente a região e extrair riquezas para a metrópole. Já em regiões com clima salubre e de população nativa pouco densa, os europeus tendiam a colonizar a região replicando as instituições econômicas e políticas existentes na metrópole criando “neo-Europas”.

Os mecanismos de persistência institucional<sup>210</sup> fizeram com que essas instituições primeiras se perpetuassem ao longo do tempo, de modo que as instituições político- econômicas dos países atuais (outrora colônias europeias) ainda refletissem o tipo de colonização a que foram submetidos: países que foram submetidos à extração de rendas ainda mantêm instituições extrativistas e, por conseguinte, são mais pobres, já as “neo-Europas” possuem instituições inclusivas e, em média, maior renda *per capita*.

Figura 16 – Argumento de AJR (2001).



Fonte: AJR (2001, p. 1370)

Ainda que AJR (2001) seja um artigo influente, certamente não é pela originalidade de suas hipóteses. Monastério e Ehrl (2019) comentam como é curioso que uma tese, tal como a da oposição entre colônias de povoamento e exploração<sup>211</sup>, que costuma aparecer no currículo de alunos de ensino fundamental está presente em artigos de alguns dos autores mais citados em Economia da atualidade como AR. Segundo os autores, a ideia de o tipo de colonização impacta o desenvolvimento posterior de uma nação foi formalizada de forma independente várias vezes ao longo dos últimos 250 anos, tendo entre os seus percussores inclusive Adam Smith, apesar de que a historiografia brasileira costuma (erroneamente) a atribuí-la a Caio Prado Júnior. Para Monastério e Ehrl, o sucesso de tal ideia decorre de sua plasticidade em abarcar explicações para o subdesenvolvimento que vão desde a exploração colonial, até o tipo de instituições subjacentes à colonização, como no caso de AJR.

Os resultados econométricos de AJR (2001) mostraram que não podemos descartar, com alta significância estatística, que o tipo de colonização (aferido pela

<sup>210</sup> Que em AR (2012) os autores passariam a chamar de círculo vicioso e virtuoso.

<sup>211</sup> Pouco antes de AJR (2001), Engermann e Sokoloff (2000) desenvolveram uma hipótese similar associando o tipo dos recursos naturais disponíveis com o tipo de colonização.

variável instrumental mortalidade dos colonizadores) afeta a qualidade institucional no presente (mensurado por um índice de risco de expropriação) e, em decorrência, o nível de renda atual. A estratégia de estimação econométrica de AJR (2001) utilizou diversos controles geográficos (latitude, incidência de malária, se é “landlocked”...) e culturais (origem legal, fragmentação etnolinguística ...) para testar se o que estava conduzindo os resultados era algum outro fator que não as instituições e concluiu que, uma vez que controlamos para instituições, não existem efeitos diretos da geografia e cultura para o nível de renda atual dos países. Desses resultados, AJR concluem que a geografia só afeta o nível de desenvolvimento pelas instituições, ou seja, por meios indiretos, a HI, por excelência.

McArthur e Sachs (2001)<sup>212</sup> escreveram um comentário sobre AJR (2001) quanto este era um “working paper”<sup>213</sup>. Segundo os autores, AJR (2001) usa uma amostra pequena (64 países) e geograficamente concentrada em regiões tropicais, o que obviamente reduz o impacto das variáveis geográficas dentro das regressões. Ao reduzir a amostra exclusivamente às ex-colônias, AJR automaticamente desconsidera os países colonizadores (temperados) e tudo aquilo que está implícito na versão de Jared Diamond (1997) da HI. Para McArthur e Sachs, o modelo de AJR é muito simples, de modo que não faz justiça ao escopo dos canais pelos quais a geografia pode afetar o desenvolvimento econômico.

McArthur e Sachs (2001) refazem as regressões aumentando a amostra para os 118 para os quais havia disponível a variável institucional (risco de expropriação), o que aumenta a variabilidade geográfica e também utiliza países que não foram colônias. Os autores também recorrem à novas variáveis instrumentais para tentar captar os efeitos diretos da geografia<sup>214</sup>. Os resultados encontrados indicam que não se pode descartar a hipótese de que a geografia tem impacto direto no nível de renda atual.

McArthur e Sachs (2001) sugerem dois mecanismos pelos quais a geografia afeta diretamente o desenvolvimento. O primeiro (figura 17) indica que a geografia desfavorável piora a produtividade agrícola e do trabalho (via doenças) e deste modo (direto) afetando o desenvolvimento. A geografia desfavorável também afeta a qualidade das instituições<sup>215</sup>. O segundo mecanismo (figura 18) parte da mesma lógica

---

<sup>212</sup> O comentário de McArthur e Sachs pode ser considerada a primeira “hostilidade” do debate.

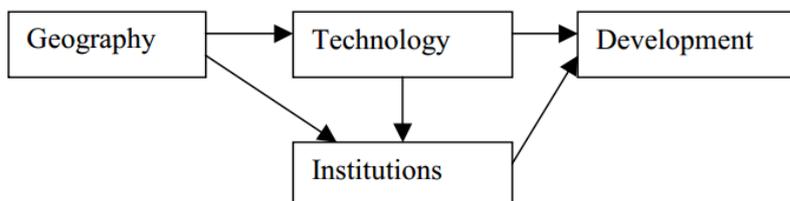
<sup>213</sup> Publicado em 2000. <https://www.nber.org/papers/w7771>

<sup>214</sup> Ver McArthur e Sachs (2001, p.6) para a lista.

<sup>215</sup> Ver seção 2.2.3 (sobre Sachs e os determinantes da pobreza) para o desenvolvimento de tal argumento.

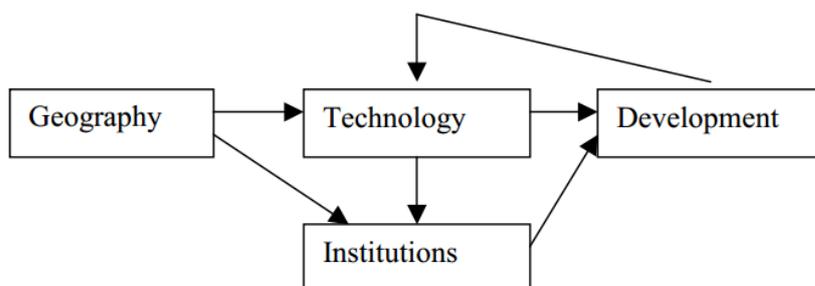
do primeiro, no entanto acrescenta elementos de retroalimentação de modo que uma geografia afeta negativamente o crescimento endógeno da economia.

Figura 17 – Primeiro mecanismo



Fonte: McArthur e Sachs (2001, p. 14)

Figura 18 – Segundo Mecanismo



Fonte: McArthur e Sachs (2001, p. 14)

AJR (2001) respondem as críticas de McArthur e Sachs (2001) ao “working paper”. Segundo AJR (2001), a principal diferença nos resultados deve-se à inclusão da Inglaterra e da França por McArthur e Sachs, mas segundo AJR tal inclusão não faz sentido<sup>216</sup>, já que a mortalidade das tropas nestes países não deve ter qualquer relação com a qualidade institucional posterior. Se retiradas da amostra Inglaterra e França, os resultados das regressões mesmo nas especificações de McArthur e Sachs não indicam a presença de efeitos diretos da geografia sobre o nível de renda atual, quando controladas para as instituições. Quanto à crítica de falta de variabilidade geográfica na amostra,

<sup>216</sup> AR (2012b, p.2) afirmam que:

It was also funny (or sad) that Sachs couldn't even bother to do the regression analysis with the data we gave him properly. Our argument was about institutional variation within colonies but he included Britain and France in his sample, the colonizers, obtaining nonsensical results!

AJR indicam que há grande variabilidade de condições geográficas entre os países escolhidos<sup>217</sup>, ainda que ela seja um pouco menor do que a dispersão mundial.

Sachs (2003) oferece uma nova resposta à AJR (2001)<sup>218</sup>. Para o autor, a conclusão de que a geografia impacta o desenvolvimento somente por meios indiretos é surpreendente, uma vez que os mesmos elementos que determinaram o padrão de colonização dos europeus (doenças, produtividade do solo, distância da metrópole) atuam ainda hoje para suprimir o desenvolvimento dos países considerados insalubres durante a colonização. Sachs nota que o argumento de que as populações nativas desenvolveram resistência às doenças locais (em especial à malária) é falso<sup>219</sup>, e que as doenças tropicais impõem ainda um grande fardo aos países pobres.

Ao controlar as regressões de AJR (2001) para uma variável relacionada à ecologia da malária *falciparum*<sup>220</sup>, Sachs (2003) encontra que o “risco de malária” é estatisticamente significativo para explicar o nível de renda atual, o que nos levaria a descartar a hipótese nula de que a geografia só impacta o desenvolvimento por meios indiretos. De acordo com o autor (2003, p.9), “There is good theoretical and empirical reason to believe that the development process reflects a complex interaction of institutions, policies, and geography”.

Carstensen e Gundlach (2006) seguem uma linha de argumentação parecida com a de Sachs (2003) ao ressaltarem os efeitos diretos da malária no crescimento econômico. Segundo os autores, existe um problema metodológico decorrente do fato de que as variáveis geográficas<sup>221</sup> frequentemente utilizadas como instrumentos pelos adeptos HI, ainda que possam ser consideradas exógenas ao nível de desenvolvimento econômico ou às outras variáveis explanatórias, podem se tornar variáveis instrumentais fracas<sup>222</sup>, caso tenham outros efeitos diretos para o nível de

---

<sup>217</sup> A presença de Canadá, Nova Zelândia, EUA e Austrália seria um exemplo de que existem países temperados na amostra, ainda que em menor número. O desvio padrão da latitude da amostra de AJR (2001) é 1,33, enquanto o de todos países do mundo é 1,89.

<sup>218</sup> E também aos *working papers* Easterly e Levine (2003) e Rodrik, Subramanian e Trebbi (2004).

<sup>219</sup> A variedade de malária (*vivax*, mais branda e o tipo mais comum no Brasil, ou *falciparum*, mais comum na África) parece ter uma grande diferença no impacto econômico da doença.

<sup>220</sup> Isto é, a população do país em uma região com características ecológicas propícias à transmissão da malária do tipo *falciparum*.

<sup>221</sup> Como distância para a linha do Equador, latitude ou temperatura média. Tais variáveis são utilizadas como instrumentos para captar os efeitos que saúde e produtividade agrícola nos trópicos poderiam ter para o desenvolvimento econômico, que, por sua vez, são endógenos à renda e, portanto, requerem variáveis instrumentais.

<sup>222</sup> Do ponto de vista econométrico, a crítica de Carstensen e Gundlach (2006) é igual a Albuoy (2012)

renda. Desse modo, as especificações utilizadas podem subavaliar<sup>223</sup> os efeitos da geografia para o desenvolvimento e indicar somente seus efeitos indiretos para o desenvolvimento.

Para Carstensen e Gundlach (2006), o problema em AJR (2001) é que a “malária prevalence” não é instrumentalizada nas regressões. Como os coeficientes obtidos não são estatisticamente significantes, AJR descartam a possibilidade de efeitos diretos da malária no desenvolvimento econômico. Carstensen e Gundlach (2006) mostram, no entanto, que a “malária prevalence” é endógena à “variável geográfica” e sugerem que a malária afeta diretamente o nível de renda por dois caminhos. O primeiro é a via demografia, como já apontado por Sachs<sup>224</sup>, e que implica em menor capital humano. O segundo caminho é por seu impacto “macroeconômico”, ou seja, pela menor investimento estrangeiro direto, turismo e comércio. Os resultados encontrados por Carstensen e Gundlach utilizando instrumentos para “malaria prevalence” indicam que a malária tem efeitos diretos no desenvolvimento, o que contradiz os resultados de AJR (2001) e, no geral, à HI.

Seguindo outra linha de argumentação, Przeworski (2004)<sup>225</sup> destaca que um elemento fundamental da hipótese geográfica<sup>226</sup> é que as diferenças de renda entre os países são preservadas, ou ampliadas, ao longo do tempo em função dos efeitos diretos da geografia no desenvolvimento. Nesse sentido, o argumento da “reversão da fortuna”, desenvolvido em AJR (2002), seria “mortal” para a perspectiva geográfica e não recebeu atenção em Sachs (2003)<sup>227</sup>.

Segundo AJR (2002), a reversão da fortuna, calculada utilizando a taxa de urbanização como *proxy*, sugere que, no início da colonização das Américas, as regiões tropicais eram mais ricas do que as temperadas, processo que se reverteu entre o final do século XVIII e o início do século XIX com o avanço da industrialização. O argumento dos autores é que regiões mais densamente povoadas foram submetidas à instituições mais extrativistas do que regiões menos povoadas, de modo que ao surgir a circunstância crítica “revolução industrial” aquelas regiões inicialmente mais ricas ficaram para trás. A HG, em nenhuma de suas versões poderia explicar esse fenômeno.

---

<sup>223</sup> Para Gundlach e Carstensen (2006), isso se torna especialmente relevante quando existe pequena variação independente das variáveis exógenas, de modo que sejam pequenos demais para permitir, empiricamente, a identificação de todos os efeitos causais.

<sup>224</sup> Como em Sachs e Malaney (2002) e Sachs (2003).

<sup>225</sup> Apesar de ser difícil de considerar Przeworski um adepto da HG, ele é um dos críticos mais contundentes da HI.

<sup>226</sup> E que está presente em McArthur e Sachs (2001) e Sachs (2001 e 2003).

<sup>227</sup> Nem em qualquer outro artigo ou livro lançado posteriormente pelo autor.

A HG básica falha, pois a evidência da reversão da fortuna contradiz sua teoria. Qualquer fator que esteja fazendo a diferença no desenvolvimento hoje é diferente daqueles que contribuíam em 1500 e a geografia, dado que não se alterou significativamente, não poderia ser responsável pela reversão.

A HG sofisticada propõe que a reversão poderia ser explicada pela “temperate drift hypothesis”, isto é, mudanças tecnológicas fizeram com que as regiões tropicais, antes mais propícias à vida humana, se tornassem menos produtivas em termos agrícolas. Isso aconteceria porque a tecnologia se difunde mais facilmente<sup>228</sup> dentro das mesmas ecozones, o que dificultaria a adaptação de tecnologias próprias para climas temperados, criadas em profusão entre os séculos XVI e XVIII, em ambientes tropicais. Segundo AJR (2002), a evidência mostra o contrário, já que a divergência ocorre somente no final do século XVIII, mais condizente com o surgimento da industrialização<sup>229</sup>.

Uma terceira argumentação de fundo geográfico afirma que certas características geográficas facilitaram a industrialização, tal como a localização, e seu impacto nos custos de transporte, e a existência de certos recursos naturais, tal como carvão. AJR (2002) rejeitam esse argumento, pois muitas das colônias que fracassaram eram ilhas com portos naturais, portanto, em teoria, mais adequadas ao comércio. Além disso, os recursos naturais citados pelos defensores dessa hipótese são facilmente comercializáveis e bastante comuns, como é o caso do carvão, que possui reservas conhecidas em mais de 100 países.

Przeworski (2004), no entanto, argumenta que não houve a reversão da fortuna. A conclusão da base de dados de Angus Maddison em 2003 e que produziu estimativas para a renda dos países até 1500<sup>230</sup> indica que, na realidade, as regiões temperadas foram mais ricas em todo o período posterior à colonização. Os únicos países que parecem ter vivenciado algum tipo de “reversão” na renda aparentemente foram os países produtores de açúcar do caribe, em função da queda do preço internacional da “commodity” (e que seria justificada pela HG mais elaborada), e as “neo-europas”<sup>231</sup>, que enriqueceram rapidamente.

---

<sup>228</sup> Argumento utilizado por Diamond (1997).

<sup>229</sup> Segundo os autores, até o século XVIII, Brasil, China, México e Índia tinham maior produção industrial que os EUA, no período em questão. Os EUA dispararam no século XIX e outros ficaram para trás.

<sup>230</sup> Até então a base de Maddison tinha resultados somente até 1820.

<sup>231</sup> EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

A crítica de Przeworski a AJR (2002) também é metodológica. Segundo o autor, dado que parece haver indícios de que há muita variação na qualidade institucional dos países<sup>232</sup>, então a abordagem de AJR de usar variáveis instrumentais<sup>233</sup> (no caso, urbanização) e análises cross-sections não parece adequada dada a endogeneidade entre instituições e renda, ela simplesmente gera confirmações para dicotomia entre instituições boas e más, que é justamente o cerne da teoria de AJR. Para Przeworski, se levarmos ao extremo a argumentação institucionalista de que todas as variáveis são endógenas (e que justifica a busca por variáveis instrumentais) cairemos na contradição de que a única coisa que importa são as condições iniciais, ou seja, a geografia.

Albuoy (2012) também é outro autor a criticar<sup>234</sup> aspectos metodológicos dos trabalhos de AJR, neste caso a construção da base de dados sobre mortalidade dos colonizadores utilizada em AJR (2001 e 2002) e que teria dois problemas. O primeiro é que dos 64 países representados, somente em 28 tiveram os dados de fato gerados dentro de suas fronteiras, os demais foram obtidos por extrapolação geográfica<sup>235</sup>, ou a partir da mortalidade dos bispos na América Latina corrigida pela mortalidade de expedições militares no México<sup>236</sup>. Outra falha apontada por Albuoy (2012) na montagem da base de dados são as confusões quanto ao nome de Mali<sup>237</sup>.

O segundo problema é que os dados nunca vieram de colonos de fato, para os soldados em muitos casos AJR utilizaram dados de pico<sup>238</sup> e também não distinguiram entre resultados em campanha ou com as tropas aquarteladas. AJR também usaram dados de trabalhadores africanos que trabalhavam para os europeus em péssimas condições como “lower bound” para seus resultados.

Albuoy (2012) utiliza duas estratégias de estimação para resolver os problemas com a base de dados. A primeira é retirar todas as observações obtidas por extrapolação

---

<sup>232</sup> Também, se as instituições são estáveis somente nos países pouco desenvolvidos, então os resultados de AJR (2002) são enviesados.

<sup>233</sup> Segundo o autor, usar um instrumento fraco (pouco correlacionado com a variável que ele quer “emular”) parece ser pior do que nenhum instrumento. Tal crítica está presente também em Albuoy (2012).

<sup>234</sup> Albuoy escreveu 5 versões da crítica à AJR (2001), a primeira publicada em 2004, mas levamos em consideração somente a que foi publicada na AER, publicada em 2012.

<sup>235</sup> AJR (2001) consideraram que a mortalidade de um país para qual não tinham dados era igual ao de algum país vizinho.

<sup>236</sup> Para diversos países da América do Sul, os autores só dispunham da taxa de mortalidade de bispos, e que era em muito casos parecida com as obtidas na Europa. Para “benchmark” com a mortalidade dos soldados, os autores multiplicaram as taxas dos bispos por 4,25 com base na mortalidade de uma campanha militar francesa, especialmente insalubre, no México no início do século XIX.

<sup>237</sup> Que entrou 6 vezes na amostra como países diferentes.

<sup>238</sup> Eles utilizaram como critério escolher os dados mais recentes, o que muitas vezes coincidia com períodos de epidemias.

e corrigir os dados de “pico”, a segunda é utilizar uma variável dummy para indicar se os resultados foram obtidos em campanha. Os resultados obtidos com as alterações fazem com que a correlação entre a variável “mortalidade dos colonizadores”<sup>239</sup> e a variável institucional atual desapareça, de modo que tenhamos o problema de variável instrumental fraca e, em decorrência, estimação pontual fraca e intervalos de confiança infinitos.

AJR (2012)<sup>240</sup> respondem Albuoy (2012) com aparente enfado<sup>241</sup>. Segundo os autores, os resultados de AJR (2001) continuam significativos mesmo com as modificações propostas, já que os autores mostram que os resultados de Albuoy são conduzidos por um “outlier” (Gâmbia, que tem uma avaliação de qualidade institucional inexplicavelmente alta), que, quando retirado, faz com que a correlação entre mortalidade dos colonizadores e qualidade institucional seja restaurada (e o instrumento deixa de ser fraco). Além disso, a “dummy” para identificar soldados em campanha não tem coeficiente maior do que zero<sup>242</sup>, logo o fato de os soldados estarem em campanha parece não ter efeito<sup>243</sup>. Os autores argumentam que os resultados apresentados em AJR (2001) já apresentavam estratégias para mitigar o efeito de dados majorados, como por exemplo utilizar o logaritmo da mortalidade nas regressões e limitar a taxa mortalidade à 250 de mil soldados por ano. Além disso, na visão de AJR é injustificável retirar os 36 países da amostra uma vez, já que diversas fontes secundárias atestam que as mortalidades extrapoladas eram adequadas.

---

<sup>239</sup> A variável instrumental de AJR (2001).

<sup>240</sup> AJR escreveram, considerando o working paper do artigo publicado, 5 versões (entre 2005 e 2012) de respostas para Albuoy, no entanto, só levaremos em consideração, novamente, o artigo publicado na AER.

<sup>241</sup> O working paper de AJR (2012) tem o título “Hither thou shalt come, but no further” com uma dupla referência. A primeira é uma citação de A. M. Tulloch, especialista britânico do século XIX em mortalidade de soldados na Índia, e colocada no artigo. A segunda é o livro de Jó 38:11 (e que Tulloch fazia alusão). Deus aparece para Jó e afirma (na tradução Nova Versão Internacional)

“ ‘Quem é esse que obscurece o meu conselho com palavras sem conhecimento? Prepare-se como simples homem; vou fazer-lhe perguntas, e você me responderá. (...) ‘Quem represou o mar pondo-lhe portas, quando ele irrompeu do ventre materno, quando o vesti de nuvens e em densas trevas o envolvi, quando fixei os seus limites e lhe coloquei portas e barreiras, quando eu lhe disse: Até aqui você pode vir, além deste ponto não, aqui faço parar suas ondas orgulhosas!’” ( “Hitherto shalt thou come, but no further: and here shall thy proud waves be stayed?”, na tradução King James)

<sup>242</sup> Isto é, não é estatisticamente signicante.

<sup>243</sup> Os autores argumentam que em muitos casos a mortalidade era maior para soldados aquartelados, já que a permanência em um só lugar facilitava a transmissão.

Rodrik (2004)<sup>244</sup>, por sua vez, argumenta que por causa de seu “enganoso” título, AJR (2001) parecem nos dizer que encontraram a origem da desigualdade mundial nos diferentes tipos de colonização a que os países foram submetidos. Segundo o autor (2004, p. 3), “an instrument does not a theory make”, ou seja, apesar de a solução dada por AJR (2001) para o problema da endogeneidade entre renda e instituições ter sido engenhosa, ela não explica os padrões de desigualdade mundiais, uma vez que a amostra de AJR só considera países que foram colônias europeias, no entanto, a dispersão de renda entre os países que não foram colonizados é maior do que a dos que foram colonizados. Logo, o padrão de colonização, tal como proposto por AJR, não parece ser o fator decisivo na qualidade institucional e, conseqüentemente, na desigualdade de desenvolvimento entre os países.

Para Rodrik (2004), a interpretação adequada dos resultados de AJR (2001) nos indica, apenas, que a experiência colonial provê uma variável instrumental adequada sem, no entanto, ofertar nenhum poder explanatório para a desigualdade. Para o autor (2004, p.4), nós não deveríamos “read too much into AJR” principalmente no que tange ao papel do colonialismo “in shaping today’s contours of wealth and poverty”.

De modo mais geral, Rodrik (2004) afirma que existem dois problemas de se usar variáveis institucionais, tal como em AJR (2001)<sup>245</sup>. Como tais indicadores costumam ser construídos a partir da opinião de investidores internacionais, a percepção quanto às instituições tende a ser moldada pelo momento econômico atual de um país e não pelo real funcionamento de suas instituições, isso faz com que a causalidade<sup>246</sup> fique comprometida<sup>247</sup>. O segundo problema é que os resultados não informam quais leis ou regulamentos são os verdadeiros responsáveis pelo resultado institucional obtido, isto é, pela chance de expropriação. Segundo Rodrik (2004, p. 8), “institutional functions do not map into unique institutional forms”, de modo que diversos arranjos institucionais podem trazer o mesmo resultado, bem como o mesmo arranjo institucional pode trazer resultados distintos em diferentes países. A combinação destes dois problemas pode gerar um descompasso quanto à percepção dos agentes e as regras existentes, de modo que um investidor possa se sentir mais seguro a investir na

---

<sup>244</sup> Rodrik está arrolado aqui como defensor da hipótese institucional. É um caso de “fogo amigo”.

<sup>245</sup> A base de dados costumeiramente utilizada por AJR é o indicador de risco de expropriação computado pelo International Country Risk Guide, e que se baseia nas percepções dos agentes.

<sup>246</sup> Instituições causam crescimento econômico.

<sup>247</sup> Chang (2004) faz a mesma crítica.

China, onde não existem direitos de propriedade formalizados, do que na Rússia, onde tais direitos estão na constituição.

Rodrik muitas vezes faz o papel de “consciência crítica” da HI e terá sua participação no debate discutida com mais detalhes na seção 3.7.

### **3.5 O debate em relação a WNF (2012)**

Segundo AR (2012e), o livro *Por que as Nações Fracassam (Why Nations Fail?)*, publicado em 2012, é o resultado de 15 anos de pesquisas e publicações dos autores na área, representando uma síntese das conclusões extraídas de seus trabalhos anteriores (AJR (2001), AJR (2002) e AJRY (2008), por exemplo). O livro teve grande repercussão e gerou diversas resenhas de autores ligados direta, ou indiretamente, com a hipótese geográfica e com a questão das causas fundamentais do desenvolvimento econômico. AR mantiveram, entre 2012 e 2014, um blog ([whynationsfail.com](http://whynationsfail.com)) no qual complementavam as discussões apresentadas no livro, respondiam dúvidas dos leitores, comentavam temas da atualidade e, principalmente, respondiam os críticos, dentre os quais destacamos Jeffrey Sachs, Diamond, Arvind Subramanian, Bill Gates e Francis Fukuyama<sup>248</sup>. A discussão gerada por AR (2012a) é um dos momentos com mais “embates” entre associados ao debate sobre as causas fundamentais do desenvolvimento e será discutido em mais detalhes nesta subseção.

Sachs (2012a)<sup>249</sup> faz uma das críticas mais agudas ao WNF. Segundo o autor, a explicação de AR para os diferentes níveis de desenvolvimento econômico entre os países calcada nas instituições é simplista e “single-minded”, ela teria seu sucesso justificado por ser uma narrativa reconfortante para os países ricos, isto é, que os eximiria da responsabilidade de trabalhar em prol do enriquecimento dos países atualmente pobres.

Para Sachs (2012a), AR erram quando: i) assumem incorretamente que elites autoritárias são contrárias ao progresso, já que países sob regimes autoritários têm crescido mais do que os democráticos, como a Coreia do Sul; ii) quando os autores confundem os incentivos para a inovação e difusão tecnológica, segundo Sachs talvez a inovação exija instituições inclusivas, no entanto a difusão talvez ocorra até mais facilmente sob instituições políticas extrativistas, novamente o exemplo é a China; iii)

---

<sup>248</sup> As contribuições de Fukuyama foram arroladas na seção 3.3.5.

<sup>249</sup> Resenha publicada no periódico *Foreign Affairs*, pertencente ao CFR.

quando interpretam errado a relação entre centralização política e desenvolvimento econômico, para Sachs (2012a) o desenvolvimento é causa da centralização política, enquanto para AR (2012a) a centralização política precede o desenvolvimento, o exemplo dado por Sachs (2012a) são os países da África subsaariana, que, por sua pobreza (causada pela geografia desfavorável), demoraram a alcançar a centralização política; iv) quando desconsideram os efeitos da geografia, que afeta a lucratividade e capacidade dos países de se inserir no comércio internacional; v) por nunca definirem precisamente as variáveis, isto é o que de fato se referem quanto tratam de instituições política/econômicas extrativistas ou inclusivas; vi) a abordagem de AR não tem poder preditivo.

O cerne da crítica de Sachs (2012a) é quanto à abordagem unidimensional de AR. Se valendo do físico Carl Sagan, Sachs (2012a) afirma que “extraordinary claims require extraordinary evidence”, isto é, que a argumentação de AR quando à primazia das instituições requer forte evidência, que por sua vez não existe. Sachs (2012a) novamente<sup>250</sup> apela para sua concepção de Economia Clínica, na qual, ao enxergar a economia como um sistema complexo, a explicação para os fenômenos econômicos deveria ser multidimensional<sup>251</sup>, já AR (2012a) se equivocam quando consideram que os certos valores políticos (como a democracia) trariam inequívoco benefício ao desenvolvimento, segundo Sachs a vida econômica real não é um tão direta, nem justa.

A explicação monocausal de AR (2012a) faria, segundo Sachs (2012a), com que os autores sofressem de “cegueira crônica” às outras explicações. O caso de Botswana, uma das muitas “anedotas” contadas por AR, é para Sachs exemplar, uma vez que os autores explicam o desenvolvimento do país por meio de suas idiossincráicas instituições inclusivas, enquanto os diamantes<sup>252</sup>, principal atividade econômica da nação, seriam um “sideshow”<sup>253</sup>. Segundo Sachs (2012a, p. 147), AR “see what they want to see”.

A resposta à resenha de Sachs em AR (2012b, p.1) mantém o “tom quente” do enfrentamento, uma vez que “we said that thoughtful reviews deserve thoughtful

---

<sup>250</sup> Para ver mais detalhes da Economia Clínica de Sachs ver seção 2.2.3

<sup>251</sup> Isto é, levar em consideração um grande número de fatores e ser fruto da análise de uma equipe multidisciplinar. A analogia de Sachs é com o corpo humano e com a atividade de um médico, no qual um mesmo sintoma pode ser consequência de um grande número de causas às quais o médico deve se atentar. O economista seria um médico de países.

<sup>252</sup> Seria Botswana “as minas do rei Salomão”?

<sup>253</sup> Sachs (2012a, p. 147) se refere a essa abordagem como “Oh, and yes, did they mention the diamonds?”

answers. What about not-so-thoughtful ones?”<sup>254</sup>. Um dos tópicos da resenha de Sachs (2012a) que mais mereceu atenção de AR foi a questão do desenvolvimento sob instituições autoritárias<sup>255</sup>. Segundo AR (2012b), a crítica de que eles misturam a inovação com a difusão tecnológica não é válida, dado que eles argumentam com bastante ênfase ao longo do livro como o desenvolvimento de “catching-up” sob instituições políticas extrativistas (ver seção 3.3.1 acima para mais detalhes) é possível pela absorção da tecnologia pré-existente. Para AR (2012b), a questão de se é possível para países sob instituições políticas crescerem mais rapidamente incorporando tecnologia do que em países democráticos não invalida o argumento do livro, isto é, que os padrões divergentes de renda entre os países são explicados por suas diferenças institucionais.

O caso da China citado por Sachs (2012a) como exemplo que fugiria à teoria exposta em WNF, e que também foi ressaltado por Subramanian (2012), seria para AR (2012b), na realidade, um exemplo paradigmático do crescimento sob instituições extrativistas. Segundo AR (2012b), ele acontece porque as elites chinesas possuem a capacidade de criar instituições econômicas um pouco mais inclusivas do que no passado e ainda controlar os beneficiários do processo de crescimento econômico. No entanto, tais instituições econômicas inclusivas só sobreviverão a longo prazo caso sejam acompanhadas por instituições políticas inclusivas, graças aos processos de retroalimentação entre instituições políticas e econômicas. Como a China ainda tem um nível de renda per capita muito mais baixo do que os EUA ou a Alemanha, existiu e ainda há espaço para décadas de crescimento econômico chinês acelerado, de modo que a China só seria um contra-exemplo válido caso alcançasse os mesmos níveis de renda dos países mais ricos, o que ainda está longe de acontecer.

A respeito da acusação de seu marco teórico ser “single-minded”, AR (2012b) ironiza chamando de “coup de grace” de Sachs (2012a). Segundo os AR (2012b), a força de um “framework” reside em sua capacidade de focar nos aspectos mais importantes de um problema e que nos permita compreendê-lo, logo uma teoria que use, digamos, 17 variáveis para explicar um fenômeno não tem serventia alguma. Quanto ao desenvolvimento econômico, AR (2012b) pensam ser a relação entre instituições e política esse elemento central, e por isso decidiram construir sua teoria em torno disso.

---

<sup>254</sup> Segundo AR (2012b, p. 1), a estratégia de Sachs “seems to be to throw a lot of mud, hoping that some of it would stick”

<sup>255</sup> Para AR (2012b, p.1) “perhaps we are not as deferential to dictators as Sachs would like us to be” ao que Sachs (2012b) responde “cute- but i’m deferential to history, not to dictators”.

Quanto à Economia Clínica, AR afirmam que eles não são médicos e, mesmo que Sachs pense ser um, eles não acham que seu doutorado tenha sido em medicina.

Em relação ao argumento de Sachs (2012a) de que a existência de centralização estatal e conseqüentemente de instituições está condicionada à uma base de recursos adequada, AR (2012b) afirmam que, apesar de Sachs ter rodado diversas “kitchen sink growth regressions”, ele nunca testou ou sugeriu que a centralização política era dependente dos recursos naturais. Para AR (2012b), as regressões feitas por Sachs e que mostrariam o impacto da geografia no crescimento a longo prazo, além de notoriamente mal identificadas<sup>256</sup>, não se sustentam ao mínimo escrutínio.

Quanto à afirmação de que ignoram o papel os diamantes em Botswana, AR (2012b) afirmam que Sachs ora sugere que recursos naturais são uma maldição<sup>257</sup>, ora que são bons para o crescimento. A questão, segundo AR (2012b), é por quê Botswana conseguiu crescer com diamantes, enquanto outros países como Serra Leoa e Angola não.

À acusação de falta de evidência extraordinária, AR (2012b) respondem que passaram grande parte de sua carreira acadêmica ofertando tal evidência em AJR (2001) e AJR (2002), inclusive suscitando a resposta<sup>258</sup> de Sachs a AJR (2001)<sup>259</sup>, que para os autores talvez tenha parecido a Sachs uma crítica devastadora, mas que na prática não questionou sua abordagem, inclusive<sup>260</sup> sem utilizar a base de dados fornecida por eles.

Em resposta, Sachs (2012b) afirma que a diferença fundamental de abordagem de ambos é justamente que ele acredita que diversos aspectos importam para os diferentes padrões de desenvolvimento, enquanto AR só acreditam em um<sup>261</sup>. Para Sachs, AR fazem mais do que afirmar que “instituições importam”, ideia com a qual ele concordaria, eles sugerem que somente as instituições têm função primordial sobre o desempenho econômico, afirmação da qual ele discorda. A escolha entre uma ou outra abordagem não é uma questão de gosto ou estilo, mas de evidência.

Para Sachs (2012b) existem cinco aspectos importantes na explicação do desenvolvimento que são negligenciados por AR. O primeiro é que a inovação não é a única fonte de crescimento, a difusão tecnológica tem papel fundamental e, no entanto,

---

<sup>256</sup> “to say the least” (AR 2012b, p. 2)

<sup>257</sup> Ver Sachs e Warner (2001) para um exemplo.

<sup>258</sup> Isto é McArthur e Sachs (2001)

<sup>259</sup> Como pode ser visto na seção 3.5.

<sup>260</sup> “funny (or sad)” (AR 2012b, p. 2)

<sup>261</sup> Fazendo referência ao clássico ensaio de Isaiah Berlin “The Hedgehog and the Fox”, pode-se dizer que Sachs afirma ser uma “raposa”, enquanto AR são “porcos-espinho”

é relegada à segundo plano por AR. O segundo ponto é que as instituições que promovem a inovação não necessariamente são as mesmas que incentivam a difusão, de modo que a última pode ser obtida com sucesso em regimes autoritários, tal como ocorreu na Ásia e na África. Note que, nesses dois tópicos, Sachs repete o argumento da resenha no qual afirma que AR “conflata” inovação e difusão, não obstante, AR (2012a, capítulo 5, em especial) e na resposta à resenha de Sachs (AR (2012b)) enfatizam a possibilidade de rápido crescimento sob instituições extrativistas por meio da difusão tecnológica.

O terceiro aspecto enfatizado por Sachs (2012b) é que as inovações interagem com o ambiente físico, pois as diferenças na geografia e clima determinam os padrões de difusão da tecnologia. A revolução industrial, por exemplo, teria sido dependente das reservas de carvão existentes na Inglaterra. O quarto ponto é que governantes autoritários têm mais motivação em promover do que em bloquear o desenvolvimento econômico, já que lidam com a competição de países rivais ou simplesmente por seu próprio conforto.

O quinto ponto é que as instituições mudam dinamicamente ao longo do tempo, o que se relaciona com a ideia de que o desenvolvimento econômico fomenta a democracia<sup>262</sup> e de que a transformação institucional faz com que as instituições instauradas pelos europeus em suas colônias já não desempenham papel relevante nas suas instituições atuais, nesse ponto Sachs ataca também AJR (2001). De acordo com o autor, quando AR (2012a) afirmam que a geografia não pode explicar as diferenças de renda entre a Alemanha Oriental e Ocidental, mas sim a política, e extrapolam esse argumento para as diferenças de renda entre Europa e África, eles estão incorrendo em um *non sequitur*.

Outro *non sequitur* cometido por AR (2012<sup>a</sup>) diz respeito à “reversão da fortuna”, argumento desenvolvido em AJR (2002). Segundo Sachs (2012b), sugerir que regiões tropicais das Américas eram mais ricas até 1500, no entanto hoje são mais pobres não pode estar correlacionado com geografia é um erro, já que as alterações como a geografia impacta no desenvolvimento podem ter acontecido<sup>263</sup>, como, por exemplo, a criação das tecnologias da revolução industrial tornaram mais propícias ao desenvolvimento regiões com grandes reservas de carvão e, posteriormente, petróleo.

---

<sup>262</sup> Como a Teoria da Modernização sugere e que discutimos na seção 3.4

<sup>263</sup> Sachs aqui se utiliza da versão moderna da hipótese geográfica (a hipótese “temperate drift”) que AJR (2002) discutem.

Ainda, de acordo com Sachs (2012b), algumas pesquisas recentes que utilizam medidas alternativas de riqueza e mais dados mostram que a “reversão da fortuna” pode não ter ocorrido, isto é, que as regiões temperadas já eram mais ricas em 1500.

Sachs (2012b) faz ainda diversas críticas à consistência da teoria institucional de AR e das evidências estatísticas em seu favor<sup>264</sup>. A primeira é que as instituições não são “deeply rooted” como a teoria sugere, mas que há indícios de são consideravelmente voláteis, o que esvaziaria a narrativa da diferenciação institucional (apresentada acima). A segunda crítica é que o método adotado por AR para provar o impacto de longo prazo das instituições, isto é, regressões “cross-country” utilizando o nível atual de renda e risco de expropriação<sup>265</sup>, está equivocado, pois durante o período de ajustes dos países às novas instituições o impacto da melhora institucional só se manifestará na taxa de crescimento do país e não no seu nível de renda atual.

A terceira crítica de Sachs (2012b) é sobre o poder preditivo da teoria institucional de AR. Segundo o autor, ela não teria sido eficiente em prever o crescimento dos países entre 1960 e 2000, uma vez que países com instituições políticas extrativistas cresceram mais rapidamente do que países instituições inclusivas no período. Sachs (2012b) ironiza o comentário de AR (2012b, p. 4) de que “we rather leave the predictive game to Sachs” afirmando que o princípio central da ciência é que teorias causais devem ser avaliadas por seu poder preditivo<sup>266</sup>.

A quarta crítica de Sachs (2012b) é quanto à falta de opções que a teoria institucional de AR (2012a) propõe aos países pobres para alcançar o crescimento econômico. Segundo Sachs (2012b), a teoria de AR implicaria em duas possibilidades para os países: i) devem promover reformas políticas para tornar suas instituições inclusivas; ii) não fazer nada, já que as instituições estão enraizadas no passado. A primeira possibilidade não seria adequada pelos próprios motivos apresentados por AR (2012a), enquanto a segunda seria equivocada, para Sachs (2012b) um “deeper framework” deveria sugerir investimentos públicos em educação, controle de doenças e infraestrutura. AR não responderam às estas críticas de Sachs.

---

<sup>264</sup> O autor também repete as críticas de Glaeser et. al. (2004) quanto à qualidade das variáveis institucionais utilizadas e que foram comentadas na seção 3.4, bem como dos recorrentes argumentos em prol da HG, como por exemplo do impacto da malária no crescimento econômico.

<sup>265</sup> Proxy da qualidade institucional utilizada por AR em diversos artigos, como em AJR (2001).

<sup>266</sup> Sachs se baseia, nitidamente, no argumento de Friedman (1953) discutido na introdução. Curiosamente, AR também se defendem das acusações de que sua teoria é “single-minded” ao defender que as teorias devem ser simples e direcionada para seus elementos centrais, como proposto por Friedman.

Diamond (2012), outro autor associado à HG, em comentário a AR (2012a) sugere que as instituições expliquem talvez 50% das diferenças atuais de renda entre os países. O autor ressalta os modos pelos quais a geografia afeta diretamente o desenvolvimento como a qualidade do solo, prevalência de doenças, se o país é “landlocked” e disponibilidade de recursos naturais<sup>267</sup>. Para ele, a fraqueza da abordagem de WNF está em desconsiderar outros fatores para o desenvolvimento econômico, como os geográficos, além de que sua abordagem histórica sugere quase um caráter aleatório para o surgimento das instituições, o que não explicaria porque elas sempre se concentram em regiões temperadas e não tropicais<sup>268</sup>. Outro aspecto criticado por Diamond é afirmação de AR (2012a) de que o surgimento da agricultura no neolítico foi uma consequência de uma revolução institucional e não o contrário, como Diamond (1997) afirma, debate que já foi explorado na seção 2.1.1.5.

AR (2012f) respondem às afirmações de Diamond (2012). Segundo os autores, a HG não é capaz de explicar a “reversão da fortuna”, enquanto a HI exposta em AR (2012a) consegue com sucesso. Quanto à crítica de que as instituições aparecem em seu modelo teórico aleatoriamente, AR rebatem que por vezes o desenvolvimento institucional foi influenciado pela geografia ou doenças<sup>269</sup>, porém estes aspectos não são decisivos na transformação institucional nos dias de hoje. Segundo os autores, em WNF as instituições são o produto sistemático de um processo histórico e é isso que eles pretendiam demonstrar no livro ao analisar a história de diversas regiões do mundo.

Diamond (*apud* AR (2012f)) responde ao comentário de AR (2012f)<sup>270</sup> à sua resenha. Segundo Diamond, na resposta de AR eles continuam a incorrer no mesmo erro de descartar as outras possíveis explicações para os padrões divergentes de desenvolvimento entre os países, principalmente ao atacarem uma versão muito simplificada da HG (um “espantalho”), que diz que tudo pode ser explicado pela geografia. De acordo com Diamond (*apud* AR (2012f)), a HG não é uma abordagem alternativa à HI, ela é uma contribuição adicional. Outro ponto enfatizado por Diamond<sup>271</sup> é que mesmo que AR (2012f) tenham negado o caráter randômico do

---

<sup>267</sup> Para mais detalhes ver seção 2.2.2.

<sup>268</sup> Em outras palavras, por sempre aparecem na Europa e nunca na África.

<sup>269</sup> Como argumentado em AJR (2001).

<sup>270</sup> Os comentários de Diamond estão em AR (2012f).

<sup>271</sup> E que, como por ser visto ao longo da seção 3.3, parece ser o “calcanhar de Aquiles” da HI.

surgimento das instituições, boa parte do livro é dedicado a explicar como as boas instituições surgem de processos aleatórios em reação às circunstâncias críticas<sup>272</sup>.

Um resenhista pouco usual que suscitou resposta de AR foi o multibilionário William Gates III, o Bill. Gates, presidente da organização de ajuda humanitária *Bill and Melinda Gates Foundation*, frequentemente se posiciona em temas relacionados ao desenvolvimento econômico tomando partido dos autores que associados à HG<sup>273</sup> e criticando os autores da HI. Easterly (2008), por exemplo, afirmou em um artigo chamado “Why Bill Gates Hates My Book”<sup>274</sup> que Gates se aliou ao *establishment* da ajuda externa, que por sua vez é muito “sensível” aos questionamentos, tal como AR (2012a) fazem sobre o papel do auxílio internacional ao desenvolvimento.

Gates (2013) afirma que WNF foi um “major disappointment”, o livro é simplista e vago, a análise de AR desconsidera todos os outros fatores (ele destaca a geografia), inclusive lógicos e históricos, além disso, os conceitos importantes não são definidos claramente. Segundo Gates, quando se tenta explicar todos os acontecimentos através de uma única causa pode-se chegar a exemplos ilógicos, como a descrição de AR (2012a) sobre a decadência de Veneza e do império Maia (que Gates entende como consequência de mudanças climáticas), ou mesmo ridicularizarem a Teoria da Modernização. Gates também ressalta a ascensão na segunda metade do século XX de países que não possuem as instituições políticas inclusivas propostas por AR, mas que tiveram lideranças que “embraced capitalistic economics”. O autor também critica a escolha do Afeganistão, exemplo dado em WNF, como representante do fracasso da ajuda humanitária a intervenção de agências internacionais. Talvez como uma forma de aproximação, Gates (p.3) ainda comenta que o “the book refers to me in a positive light” assinalando, porém, que a descrição do magnata mexicano Carlos Slim talvez seja equivocada.

Galbraith (1992) comenta que, na cultura americana, uma pessoa muito rica tende a ser considerada excepcionalmente inteligente, percepção que se manifesta claramente no ditado popular “if you are so smart, why aren't you rich?”. Isso aconteceria porque,

---

<sup>272</sup> Sobre a questão das circunstâncias críticas ver seção 3.3.2 e sobre o papel da aleatoriedade na teoria de AR ver seção 3.3.4.

<sup>273</sup> O livro *O Fim da Pobreza* de Sachs foi descrito por Gates como “Jeffrey Sachs looks at a range of countries and provides a diagnosis for each, mapping a path out of poverty. It’s a very thoughtful book”(<https://www.gatesnotes.com/Books/The-End-of-Poverty>) e ele se declarou um grande fã de Jared Diamond (<https://www.gatesnotes.com/About-Bill-Gates/Discussion-with-Jared-Diamond>)

<sup>274</sup> Segundo Easterly (2008) “This newspaper [WSJ] reported recently that Bill Gates hates my ideas. I have no hurt feelings, at least nothing that months of intensive psychotherapy can't cure”.

dadas as óbvias dificuldades em se acumular grandes fortunas, pensa-se que as pessoas ricas deveriam ter algum tipo de capacidade ou percepção que não estariam disponíveis para as pessoas comuns. Gates, por exemplo, já nos ofertou, além do Windows, um plano para o combate às mudanças climáticas<sup>275</sup>, um relatório sobre como financiar o desenvolvimento econômico no século XXI<sup>276</sup> e cunhou o conceito-chave de “creative capitalism”<sup>277</sup>. Por ser tão rico, Gates talvez não esteja acostumado a ser questionado ou, simplesmente, acredite na proposição recíproca de ditados populares<sup>278</sup>, no entanto, descobriu que o debate entre economistas é um pouco menos condescendente com bilionários.

AR (2012e) começam a resposta a Gates com uma pergunta: será que o fundador da Microsoft leu o livro? Segundo AR, a incapacidade de Gates em entender as partes mais “rudimentares” da teoria apresentada no livro faz com que suas críticas não promovam o debate construtivo, no entanto, devido à repercussão indevida que a resenha<sup>279</sup> recebeu, eles se sentiram induzidos a responder. Segundo os autores, todos os conceitos estão definidos no livro<sup>280</sup>, os exemplos de Veneza e do Império Maia estão embasados em extensa literatura que talvez Gates, por não ser acadêmico, não esteja familiarizado.

AR (2012e) também alegam que não ridicularizaram a Teoria da Modernização<sup>281</sup>, mas sim oferecem uma hipótese alternativa de desenvolvimento sob instituições extrativistas, bem como consideram que o termo “capitalismo” “muddies the water”, já que o ponto enfatizado em WNF é a distinção entre instituições inclusivas e extrativistas. Ainda que os países planejados centralmente sejam intrinsecamente organizados de forma extrativista, vários países capitalistas também o são. Quanto à ajuda humanitária, AR (2012e) afirmam que Gates entendeu errado, uma pequena fração dos recursos de fato chega às pessoas, independentemente se tratamos do Afeganistão ou não, a questão é que tais recursos, mesmo que ajudem muitas pessoas, não são uma real solução para os problemas em se alcançar o desenvolvimento.

---

<sup>275</sup> <https://www.gatesnotes.com/Energy/My-plan-for-fighting-climate-change>

<sup>276</sup> <https://www.gatesnotes.com/Development/G20-Report-Innovation-with-Impact>

<sup>277</sup> <https://www.forbes.com/sites/davos/2008/01/24/bill-gates-creative-capitalism/#4026937e3d1c>

<sup>278</sup> Isto é, “se rico, então inteligente”

<sup>279</sup> Que retribuindo, AR chamaram de “disappointing”

<sup>280</sup> “one just need to read the book” AR (2013, p.1)

<sup>281</sup> Para o debate com os adeptos da Teoria da Modernização, ver seção 3.4.

Outro ponto que, segundo AR (2012e), Gates não entendeu em relação ao livro é que ele não é retratado positivamente<sup>282</sup>, mas, ao contrário, que Gates tentou estabelecer um monopólio<sup>283</sup> para seus produtos e que foi impedido pelas instituições americanas de defesa da competição, enquanto Carlos Slim foi capaz de se apoderar do mercado mexicano de telecomunicações e enriquecer-se ainda mais em detrimento da sociedade mexicana. Para AR (2012e), ter a publicidade gerada pela resenha de “billionaire foundation chief” como Bill Gates é bom, no entanto, depois de 15 anos de pesquisas, eles ficariam contentes se os críticos realmente lessem e entendessem o livro antes de comentá-lo, a fim de que o debate fosse construtivo.

### 3.6 Dani Rodrik

Segundo Mukank e Rodrik (2005), a teoria do desenvolvimento voltou a ganhar destaque a partir dos anos 80. A busca pelos determinantes de longo prazo do crescimento se voltou cada vez mais para variáveis a princípio não econômicas, como a geografia e as instituições, uma vez que as causas tipicamente “econômicas”, como acumulação de capital e produtividade, foram consideradas endógenas.

HPR (2005) analisa os casos de aceleração do crescimento<sup>284</sup> a partir da década de 50. A constatação dos autores é que períodos de “milagre econômico” são muito comuns e mais frequentes em países mais pobres<sup>285</sup>. Apesar de uma aceleração o crescimento estar correlacionada com o aumento no investimento, do comércio e com a depreciação da taxa de câmbio, de modo geral, elas são imprevisíveis. Uma vez terminado o período de crescimento econômico excepcional, países que promoveram maior democratização e reformas econômicas tendem a ter taxas de crescimento mais altas<sup>286</sup> do que países que se beneficiaram da melhora nos termos de troca ou liberalização financeira. Tais resultados reforçam a ideia de que “boas instituições” são fundamentais para o crescimento de longo prazo, no entanto, também levantam questões fundamentais: o que são boas instituições? Como obtê-las? É possível “importar” boas instituições?

---

<sup>282</sup> AR (2013, p.2) “We say ‘sadly there are few heroes in this book. Bill Gates was not one of them’”.

<sup>283</sup> Para AR (2013, p. 2) “[Gates] would have loved to form a monopoly”.

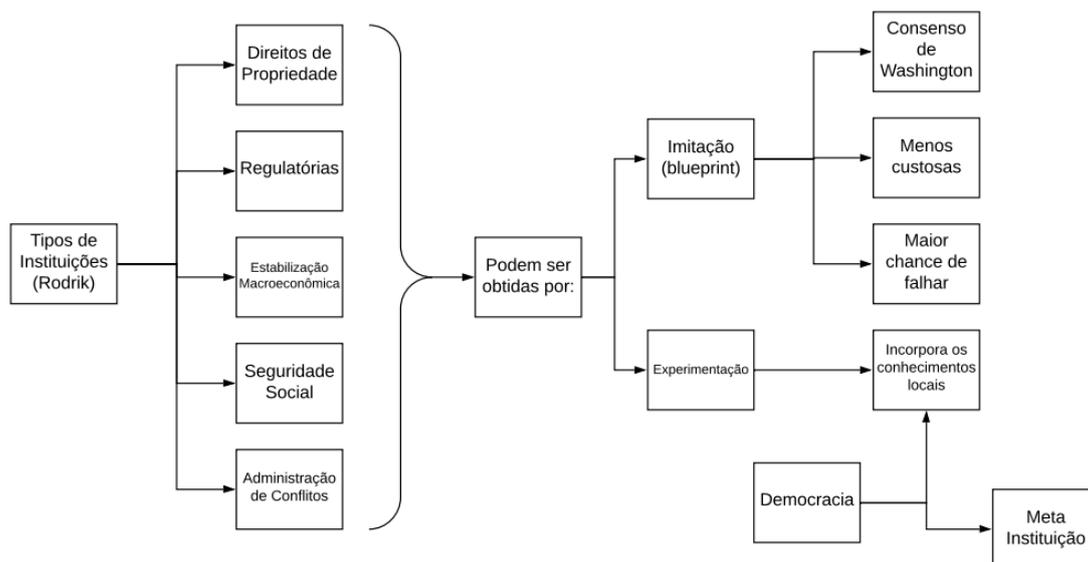
<sup>284</sup> Os autores definem uma aceleração de crescimento como ga como período de 8 anos ou mais nos quais houve crescimento do produto per capita maior do 3, 5% a.a. e variação de crescimento de 2% em relação ao período anterior. Além disso, o produto máximo durante a aceleração deve ter sido maior do que o pico anterior.

<sup>285</sup> O que favorece a argumentação de Barro (2012) em prol da convergência e da TDM.

<sup>286</sup> Isto é, “crescimento sustentado”.

Para Rodrik (2000), as “boas instituições” são aquelas que fornecem os “institutional underpinnings of market economies” e que estão subentendidas pela teoria neoclássica convencional. O autor ressalta que por mais que saibamos que “efeito prático” queremos das instituições, isto é, que tipo de incentivos econômicos<sup>287</sup> desejamos que elas ofereçam, não é possível relacionar de maneira unívoca certo arranjo institucional com seu resultado efetivo. Isso acontece porque, assim como quando tratamos de tecnologia, o conhecimento local e tácito é importante para determinar as consequências econômicas que um determinado conjunto de instituições trará. Segundo Rodrik são cinco os objetivos das “market supporting institutions” e que estão esquematizados na figura 19.

Figura 19 – Esquema Rodrik



Fonte: Elaboração própria com base em Rodrik (2000)

O primeiro objetivo é a garantia de direitos de propriedade, que é o argumento de North (1990). No entanto, Rodrik (200) salienta que parece ser mais decisivo para o crescimento econômico o “controle” do que a “propriedade formal” de um bem, pois muitos arranjos distintos podem fornecer o controle sobre o retorno dos ativos<sup>288</sup>. A legislação formal não é nem suficiente nem necessária, já que, na prática, o controle é

<sup>287</sup> Na visão do autor, as instituições devem fornecer incentivos para que os agentes invistam na formação de capital físico e humano, aumento da produtividade...

<sup>288</sup> Cabe lembrar que, como discutido acima, no esquema de North o crescimento econômico ocorre quando a taxa de retorno privada se aproxima da taxa de retorno social.

mantido por uma combinação de legislação, “private and public enforcement”, costumes e tradição.

O segundo tipo são as instituições regulatórias que fiscalizam o comportamento dos agentes no mercado. De modo geral, quanto mais livre o mercado, maior o papel de tais instituições regulatórias. Para Rodrik (2000), elas têm que se estender além dos níveis básicos de regulação de “anti-truste” ou financeira e também auxiliar na superação de falhas de coordenação e de mercado de capitais.

O terceiro tipo são as instituições de estabilização macroeconômica. Para Rodrik (2000), tal necessidade decorre da constatação de que o capitalismo é instável. O exemplo de instituição deste tipo é a existência do Banco Central, porém, novamente, existem diversas maneiras pelas quais é possível obter uma autoridade monetária capaz de promover a estabilidade econômica.

O quarto tipo são as instituições de seguridade social. Segundo Rodrik (2000), se por um lado a economia de mercado derrubou os alicerces das sociedades estamentais, por outro desarticulou os sistemas de suporte informais que ofertavam segurança social aos indivíduos. A seguridade social tem o papel importante de compatibilizar estabilidade e coesão social, elementos relevantes para a legitimação da economia de mercado. Rodrik (2013) afirma que, em sociedades democráticas, a contrapartida pelas inseguranças e incertezas geradas pela globalização foi a expansão dos mecanismos estatais de seguridade social.

O quinto tipo são as instituições de administração de conflitos. Um aspecto fundamental das instituições é facilitar a ação coletiva e reduzir as falhas de coordenação entre os agentes. Para reduzir as tensões sociais causadas por divisões étnicas ou religiosas, para Rodrik (2000), foram historicamente, criadas nos países desenvolvidos “tecnologias de compromisso”<sup>289</sup>, nas quais os vencedores potenciais sabem que não poderão extrair todos os ganhos enquanto os perdedores têm ciência de que não vão ser expropriados.

Uma vez que sabemos o que queremos de um arranjo institucional, Rodrik (2000) afirma que existem duas maneiras de obtê-lo. A primeira é por imitação das instituições dos países desenvolvidos e é a implícita ao CW. A segunda maneira é por experimentação, que tem por vantagem a possibilidade de incorporar os conhecimentos locais.

---

<sup>289</sup> Por exemplo, “rule of law”, sistema judiciário de qualidade ou instituições políticas representativas

Mukank e Rodrik (2002) analisam o processo de obtenção de boas instituições. No modelo desenvolvido pelos autores existe um país líder (desenvolvido) e países seguidores (subdesenvolvidos). Os governantes dos seguidores devem decidir se copiam as instituições do líder ou se tentam, por experimentação, criar suas próprias instituições. Os governantes também devem escolher entre ser corruptos ou não<sup>290</sup>. Os eleitores dos países subdesenvolvidos tendem a pressionar por imitação quanto mais próximo o país seguidor for do líder, além disso, a experimentação tem maior chance de ser vista pelo eleitor como “corrupta” do que a imitação. O desempenho de um país é decorrente do quão adequadas são suas instituições, o que inclui se o governo é corrupto ou não, às suas próprias condições idiossincráticas, como cultura.

Segundo Mukank e Rodrik (2002) existe um equilíbrio em formato de “U” relacionando distância de um país para o líder e o seu desempenho econômico. Os governantes de países com pouca distância do líder sempre escolhem a imitação, o que tende a trazer bons resultados, já que são países, provavelmente, culturalmente próximos ao líder. Isto explicaria o sucesso da Europa central e do sul em imitar as instituições inglesas.

Já os países com distância intermediária, no equilíbrio, sempre optariam entre imitação e corrupção. Como já são razoavelmente culturalmente distintos do país líder, tais países tendem a ter um desempenho muito inferior via imitação, além de serem mais suscetíveis a governos corruptos. Na visão de Mukank e Rodrik (2002), essa seria a explicação pela adoção maciça do CW na América Latina e seus resultados pífios.

Os países distantes, por sua vez, sempre decidiriam entre a experimentação e corrupção. A experimentação aumenta a variância dos resultados, o que facilita o surgimento de resultados “estelares”, mas também de fracasso retumbantes. Para os autores, essa é a explicação para os resultados expressivos obtidos por países do leste asiático com arranjos institucionais pouco convencionais, mas bastante eficazes haja vista a realidade local.

Rodrik (2000) enfatiza o papel da democracia como uma “meta instituição” que facilita a experimentação ao permitir a incorporação de conhecimentos dispersos na sociedade. Além disso, a democracia estaria associada ao melhor desempenho econômico de longo prazo, menor volatilidade de crescimento no curto prazo, maior resiliência aos choques econômicos e maior equidade na distribuição de renda. Para o

---

<sup>290</sup> O que é determinado pela percepção dos eleitores e do “peso morto” da corrupção.

autor, como não é possível saber quais são as “boas instituições” a priori, talvez a ênfase dos países devesse ser a criação de mecanismos de manifestação popular e escolha democrática de governantes.

Tal posicionamento em relação à democracia como a precursora de melhores arranjos institucionais e, conseqüentemente, de maior crescimento econômico de longo prazo coloca o Rodrik (2012) ao lado de AR no debate sobre a TDM. No marco conceitual de Rodrik e AR, a democracia é uma instituição que facilita a emergência de instituições econômicas de “baixo para cima” e que desembocam em desenvolvimento econômico. Já no entender da TDM, o crescimento econômico pode obtido por líder autoritário ou um plano de “cima para baixo”, e isto faria com que, através da “modernização” se criassem as condições “de baixo para cima” para o estabelecimento e sustentação da democracia.

A ideia de que é possível promover o crescimento por reformas de “cima para baixo” é uma interseção importante entre a TDM e os adeptos da HG, principalmente em relação a Jeffrey Sachs e o “Big Push”. A postura geral dos adeptos da HI, em contraposição, é que as instituições são, de modo geral, uma ordem espontânea e que, portanto, os grandes planos de intervenção ou imitação tendem a fracassar, como no que diz respeito ao CW.

Rodrik tem dupla participação no debate. A primeira é a função de “consciência crítica”, pois ele aponta limitações e fragilidades no argumento da HI. Além das já comentadas críticas ao argumento de AJR (2001) feitas em Rodrik (2004), Rodrik (2008) afirma que as soluções “óbvias” de fortalecimento dos sistemas formais de inspiração na HI podem fazer mais mal do que bem, uma vez que podem “desmontar” sistemas informais funcionais, sem substituí-los por um arranjo formal adequado às particularidades locais. Segundo o autor, mesmo que o sistema formal de “enforcement” seja fraco, a economia pode crescer a taxas elevadas.

Mukank e Rodrik (2005) afirmam que, de acordo com a evidência empírica, ainda que a qualidade das instituições seja fundamental, os países pobres que conseguiram fazer a transição para níveis mais altos de renda adquiriram instituições melhores por meio da experimentação e abertura a tentar arranjos diferentes da ortodoxia<sup>291</sup>. Segundo os autores, as boas instituições transicionais<sup>292</sup> geralmente

---

<sup>291</sup> Mukank e Rodrik (2005) dão como exemplo os países do leste asiático, em especial a China, que cresceram com arranjos institucionais bastante incomuns quando comparados à ortodoxia do Ocidente.

<sup>292</sup> Isto é, que permitem a transição entre os níveis de renda.

envolvem alguma “heterodoxia” e tem a virtude de ser “alfaiatadas” para as circunstâncias dos países em questão. Ainda que as soluções para os países de renda média sejam mais complexas, as economias podem voltar a crescer com pequenas mudanças que solucionem os gargalos peculiares a um país.

A postura de Rodrik quanto ao que é uma “boa” instituição contrasta com a de outros adeptos da HI. North (1990) é mais normativo, ele mostra que tipo de instituições um país desenvolvido deverá ter (isto é, as instituições que caracterizam as grandes economias ocidentais). AJR (2001, 2002 e 2005) e AJ (2005) direcionam a análise somente para a qualidade institucional baseada em pesquisas de opinião com investidores (as “outcome measures” que acusam Glaeser et. al. (2004)), não para instituições “transicionais” ou sobre se a “ortodoxia” funciona em toda parte.

A falta de interesse de AJR (2001, 2002 e 2005) a respeito das “especificidades” do funcionamento institucional se relaciona à falta de atenção as “restrições informais”. Se a cultura e regramentos informais não são importantes<sup>293</sup>, então existe pouca “especificidade” local, bons arranjos formais devem ser eficientes em todos os lugares.

A segunda forma de participação de Rodrik no debate se dá pela publicação de RST (2004), um dos principais eventos do debate. A publicação do *working paper* de RST (2004) em 2002 resultou na publicação de uma resposta em Sachs (2003)<sup>294</sup>. A réplica de RST (2004) é que, por mais que a variável para incidência de malária (MALFAL) seja estatisticamente significativa, ela tem impacto quantitativo muito menor do que as instituições. RST (2004) acreditam que a variável capta algum outro fenômeno, e não a consequência direta da doença para o nível de renda, de modo que esse mecanismo secundário é que deve ser melhor entendido e estudado.

---

<sup>293</sup> Ver seção 3.3 sobre AR e 1.5 sobre a HC.

<sup>294</sup> Cujas críticas à HI já foram abordadas na seção 3.5.

## 4. Considerações Finais

Com o intento de não sermos repetitivos, não pretendemos ser exaustivos em relação aos pontos de convergência/ divergência das duas hipóteses. Neste capítulo, primeiro faremos uma análise de alguns elementos da retórica utilizados no debate como forma de mostrar como se dá a “conversa disciplinada” dos economistas. Depois analisaremos como os diferentes entendimentos da “complexidade” implicam em diferentes conclusões. Por último, realizaremos um breve resumo das posições dos autores em relação a alguns temas importantes no debate e indicaremos possíveis caminhos de pesquisa.

### 4.1 Discussão sobre a retórica no debate

#### 4.1.1 “In God we trust. All other must bring data”.

Um dos traços distintivos da forma como o debate entre adeptos da HI e da HG foi travado é o uso intensivo da econometria como instrumento de argumentação. Como já comentamos em seções anteriores, até 2000 os autores envolvidos no debate eram “pré-econométricos”<sup>295</sup>, boa parte de sua argumentação estava calcada em estatísticas descritivas ou resultados de testes de laboratório.

Pela HG, Lee (1957), Myrdal (1968) e Karmarck (1976) vão argumentar, a partir de dados empíricos, que a agricultura tropical é menos produtiva que a de climas temperados em decorrência da menor presença de nutrientes no solo e que o clima mais quente reduz a capacidade de realizar atividades físicas. No entanto, tais resultados só indicam “efeitos estáticos” do clima, ou seja, não mostram qual é a magnitude dos “efeitos dinâmicos”, que podem ser até inexistentes. Isto acontece porque “there’s more than one way to skin a cat”<sup>296</sup>, os agentes podem aprender a superar pequenas desvantagens de modo que no agregado elas não tenham efeito significativo ou meramente indicar que certos países terão “vantagem comparativa” em outros setores. Por isso, para que as proposições dos autores da HG tenham, dentro dos cânones da

---

<sup>295</sup> No sentido de que, apesar de a econometria já existir à décadas e ter desenvolvido técnicas sofisticadas, os autores não se utilizavam dela. O único recurso utilizado foi a estatística descritiva.

<sup>296</sup> Como McCloskey (2010) costuma afirmar.

Economia moderna, “legitimidade” como argumento, elas precisam ser testadas estatisticamente.

Dentre os autores precedentes ao debate e propagadores da HI fenômeno similar ocorre. North (1990) frequentemente se refere ao crescente tamanho que os custos de transação têm em relação ao produto de um país, o que por sua vez reforçaria o papel das instituições para o crescimento econômico. Porém, tais afirmações não mostram, novamente, qual a magnitude dos “efeitos dinâmicos” de melhores instituições para o crescimento e não desvencilham a frequentemente citada endogeneidade entre renda e qualidade institucional. AJ (2005)<sup>297</sup>, ao testarem econometricamente os efeitos das CI e das PRI, constatam que as instituições relevantes ao crescimento da renda são aquelas associadas ao risco de expropriação, enquanto instituições referentes aos contratos e, conseqüentemente, aos custos de transação são “superadas” pelos agentes econômicos sem grandes dificuldades, ao contrário do que North sugeriu.

Segundo Lorenz et al. (2005), em um dos primeiros artigos a falar sobre o debate, só o desenvolvimento recente da computação e econometria<sup>298</sup> permitiram que fossem testadas mais facilmente as hipóteses que explicariam a diferença de taxa de crescimento entre os países. Este é o motivo para que a linguagem do debate tenha se metamorfoseado de algo estritamente conceitual e com alguns dados ilustrativos, para algo mais “econométrico”, no qual a qualidade dos dados, das variáveis instrumentais, da presença de efeitos fixos, por exemplo, tenham se tornado elementos importantes da discussão.

A especificação básica utilizada com Mínimos Quadrados Ordinários e replicada muitas vezes ao longo do debate é dada já em AJR (2001, p. 1378):

$$\log y_i = \mu + \alpha R_i + \mathbf{X}'_i \gamma + \varepsilon_i,$$

onde a renda ( $y$ ) é regredida em função do risco de expropriação ( $R$ ), um vetor de variáveis controle ( $X'$ ) e um termo de erro. Quando os autores acrescentam a variável instrumental mortalidade dos colonizadores ( $\log M$ ) e rodam as regressões em dois estágios, a variável de risco de expropriação é modelada como:

$$R_i = \zeta + \beta \log M_i + \mathbf{X}'_i \delta + v_i,$$

---

<sup>297</sup> Já durante o debate, naturalmente.

<sup>298</sup> Lorenz et al. (2005) afirma, ainda, que a única novidade entre os adeptos das hipóteses está na econometria, pois os argumentos já são bastante antigos.

no primeiro estágio.

Em McArthur e Sachs (2001, p.5), o comentário a respeito de AJR (2001), o modelo utilizado tem a forma:

$$\text{LGNP95} = a + b \text{EXPROP} + c X + e$$

onde LGNP95 é a renda dos países em 95, EXPROP é a variável de risco de expropriação, X a variável referente a incidência de malária e “e” o termo de erro, ou seja, o modelo praticamente igual ao de AJR (2001)<sup>299</sup>. A grande maioria dos artigos associados ao debate utiliza de uma lógica de estimação parecida: alguma variável instrumental ou algum dos indicadores convencionais para as instituições, um conjunto de variáveis de controle geográficas (muitas vezes instrumentos ou *proxys*) e culturais.

Dada a semelhança nos modelos estimados e a recorrência das variáveis independentes, até mesmo das bases de dados utilizadas, como pode haver tanta divergência de resultados? Os motivos são vários: os dados utilizados, se os instrumentos são fracos, se são necessários efeitos fixos, “missing data”, entre outros.

As muitas críticas à AJR (2001), por exemplo, se concentram, em grande maioria, em temas econométricos. Albuoy (2012) questiona a montagem da base de dados da variável Mortalidade dos Colonizadores e sugere que, uma vez corrigidos os erros, se torna uma variável instrumental fraca. McArthur e Sachs (2001) e Sachs (2003) vão argumentar que as variáveis geográficas de controle (latitude e dummy para continentes) são equivocadas e constrói uma variável de incidência de malária teoricamente exógena, no entanto, essa mesma variável vai ser considerada endógena em RST (2004).

Sachs (2003) crítica a econometria de AJR (2001), Easterly e Levine (2003) e RST (2004)<sup>300</sup> e que vale como uma crítica geral aos trabalhos dos autores da HI. Para o autor, a econometria desses artigos é “preocupantemente simplificada” e padece de três problemas. O primeiro é que consideram efeitos estáticos e não na taxa de crescimento, logo a abordagem “cross-section” dos autores da HI seria, a priori, equivocada. Esta é uma crítica que “desaparece” do debate e especificações utilizando como variável dependente a renda per capita em um dado ano se tornam hegemônicas. O segundo problema é o uso de poucas de poucas variáveis explicativas, o que aumentaria a chance

---

<sup>299</sup> Até porque eles estavam replicando a pesquisa de AJR (2001) mudando a variável associada às condições ambientais.

<sup>300</sup> Isto é, do working paper de RST (2004) e lançado em 2002.

de viés de variável omitida. O terceiro problema é o uso de variáveis explicativas “ruins”.

Os problemas dois e três apontados por Sachs (2003) são, na prática, o cerne do debate. A “dinâmica” da produção de artigos durante o debate segue a seguinte lógica: as conclusões dos artigos precedentes são equivocadas por que desconsideram “este ou aquele” fator que faz com que “esta ou aquela” variável torne os resultados enviesados, de modo que, se corrigirmos a variável defeituosa ou acrescentarmos alguma nova variável explicativa, os novos resultados serão contrários aos obtidos anteriormente (geralmente a estimativa do parâmetro relativa ao “efeito direto” da geografia se torna ou deixa de ser “estatisticamente significativa”).

Esta é uma manifestação daquilo que McCloskey (2002) chama de “culto da significância estatística”. Neste caso, um problema deixa de ser econômico/ teórico para se tornar o problema estatístico de encontrar a variável que vai gerar os resultados esperados a priori. No caso do debate, esse problema parece ser tanto um “cacoete” dos economistas, quanto uma dificuldade do tema em questão.

Como já apresentamos anteriormente, a tentativa de testar as hipóteses esbarra na endogeneidade dos indicadores institucionais e geográficos. Isto faz com que as variáveis instrumentais utilizadas tenham um papel decisivo no debate, porém elas próprias fomentam discussões paralelas quanto à sua construção ou se possuem, ou não, efeito direto da variável dependente (renda), o que inviabilizaria seu uso.

Outra questão econométrica de grande relevância no debate é o uso de “efeitos fixos” na discussão sobre os impactos da educação e a TDM. A grande crítica de AJRY (2005, 2008 e 2009) em relação a Glaeser et al. (2004) é como o uso de “efeitos fixos” faz com que a educação deixe de ser “estatisticamente significativa” como previsora da qualidade da institucional. Barro (2012) é bastante elucidativo ao explicar as limitações do uso de “efeitos fixos” por AJRY e como é difícil, pela limitação dos dados e dos métodos estatísticos, extrair conclusões definitivas do debate. Novamente, a discussão migra de aspectos teóricos para problemas técnicos de econometria.

Tanto no caso da HG quanto da TDM, a questão parece ser a dificuldade em mostrar que variáveis que impactam o desempenho no nível micro (como produtividade agrícola, saúde e educação) podem ter consequências no âmbito macro, isto é, no nível de renda do país. Os adeptos da HI usam, em sua argumentação, a comum<sup>301</sup> “não

---

<sup>301</sup> Naturalmente que quando são adeptos da HI que estão rodando as regressões...

significância estatística” das variáveis das outras hipóteses como uma espécie de evidência cabal. Os adeptos das outras hipóteses não têm essa possibilidade, uma vez que, em função da alta endogeneidade entre renda e qualidade institucional, as variáveis institucionais são sempre estatisticamente significantes, o que os leva a apontar outras fragilidades do argumento institucional.

A característica dos resultados econométricos obtidos acaba direcionando o debate: os adeptos HI são mais agressivos (“institutions rule”) e tomam a iniciativa de negar categoricamente as outras hipóteses. Já os adeptos da HI e TDM geralmente vão ser reativos, tentando mostrar que, apesar das instituições terem impacto, outras variáveis também importam.

Na linha de Arida (1983), podemos argumentar que o debate entre HI e HG mostra como a discussão em Economia não se dá pela refutação empírica, a econometria é só mais uma das muitas ferramentas retóricas disponíveis. A falta de um mecanismo que refute terminantemente uma teoria faz com que grande parte das polêmicas, tal como a apresentada nesta dissertação, não acabe definitivamente.

#### **4.1.2 “Em nome do pai”: o uso de Adam Smith como ferramenta de retórica.**

Segundo Arida (1983), uma estratégia retórica bastante utilizada em Economia é reinventar a tradição. Tal ferramenta retórica consiste em se apresentar como representante de alguma tradição ou escola de pensamento e, em contrapartida, colocar seus adversários como “desvios da tradição correta”. Uma manifestação dessa tática é o surgimento de escolas econômicas com os prefixos “neo”, “novo” ou “pós”. Durante o debate, o ardil recorrente dos autores de ambos os lados foi se colocar como “herdeiros intelectuais” de Adam Smith.

Dentre os adeptos da HG, quase todos os artigos de Sachs<sup>302</sup> contém uma citação de Smith<sup>303</sup>. A citação geralmente utilizada para associar Smith com HG<sup>304</sup> é:

---

<sup>302</sup> Ver, por exemplo, Gallup, Sachs et al. (1998), Sachs (2000), Sachs et al. (2004) e Sachs (2015), no qual ele afirma que é Smith é corretamente considerado o “pai” da Economia.

<sup>303</sup> Jeffrey Sachs é um grande admirador da obra de Adam Smith. Em Sachs (1998) afirma:

When examining economic thinking about trade and growth, one can do no better than to start at the beginning: Adam Smith’s *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (...). It’s is a brilliant, witty, charming text with pithy insights on many aspects of geography, trade, development, and public policy (pp.109-110).

<sup>304</sup> Ver Rappaport e Sachs (2003), Radelet e Sachs (1998) e Gallup et al. (1999), por exemplo.

Como o transporte por via aquática abre um mercado mais amplo a todo o gênero de trabalho do que o proporcionado pelo transporte terrestre, é ao longo da costa marítima e das margens dos rios navegáveis que as atividades de todos os tipos começam a subdividir-se e aperfeiçoar-se, e somente depois de um longo tempo esse aprimoramentos chegam para as regiões interiores dos países (Smith, 1776, p. 24)

Já para afirmar que as condições geográficas da África são grandes impedimentos ao desenvolvimento a (longa) citação recorrentemente<sup>305</sup> utilizada por Sachs é:

todas as regiões do interior da África, e toda aquela região da Ásia situada bastante ao norte dos mares Euxino e Cáspio, a antiga Cítia, a moderna Tartária e Sibéria, parecem ter permanecido, em todas as épocas do mundo, no mesmo estado bárbaro e incivilizado no qual as encontramos hoje. O mar da Tartária é um oceano congelado que não admite navegação alguma, e, embora alguns dos maiores rios do mundo percorram essa região a distância que os separa é grande demais para permitir o comércio e a comunicação na maior parte do país. Na África não há nenhum desses grandes mares internos tais como os mares Báltico e Adriático na Europa, os mares Mediterrâneo e Euxino, na Europa e na Ásia, e os golfos da Arábia, Pérsia, Índia, Bengala e Sião, na Ásia, que permitam levar o comércio marítimo ao interior desse grande continente (Smith, 1776, p. 27-8).

Segundo Gallup et. al. (2004), Smith via, para a divisão do trabalho, a geografia<sup>306</sup> como essencial e complementar às instituições econômicas. Na visão dos adeptos da HG, Smith é um dos primeiros a apontar os impactos da geografia para a “riqueza das nações”<sup>307</sup>.

Do outro lado do debate, Smith é tratado como um precursor da HI. North (1990)<sup>308</sup> afirma que o estudo das instituições é, na prática, uma discussão a respeito dos elementos que possibilitam a cooperação humana, em especial, quanto ao comércio, que já eram os elementos cruciais de Smith (1776). Para AJR (2005)<sup>309</sup>, a ideia de que a

---

<sup>305</sup> Ver Gallup et al. (1999), Sachs (2005) e Sachs et. al. (2004)

<sup>306</sup> Sachs (2005) também as vantagens naturais atribuídas por Smith à Inglaterra como justificativa do seu poderio econômico-militar no século XVIII:

Por causa da fertilidade natural do solo, da grande extensão da costa marítima em comparação com a extensão total do país, e também dos vários rios navegáveis que atravessam o país e proporcionam a vantagem do transporte fluvial a algumas de suas regiões mais afastadas, a Inglaterra talvez seja por natureza tão adequada como qualquer outro país da Europa para ser a sede do comércio exterior, das manufaturas para venda a distância, e de todos os aperfeiçoamentos que isso pode gerar (Smith, 1776, p. 524)

<sup>307</sup> As referências a Smith (1776) feitas por Myrdal (1968) e Karmarck (1976) no título de seus livros talvez possam indicar a mesma tendência a se identificar como uma espécie de “herdeiro” da tradição intelectual.

<sup>308</sup> North (1990) considera que o seu trabalho sobre instituições vai corrigir uma lacuna do pensamento de Smith: a ausência dos custos de transação como determinantes da atuação dos agentes no mercado. Como as instituições influenciam os custos de transação, são elas que dar a possibilidade do comércio e de seus ganhos de especialização.

<sup>309</sup> Ros (2013, p. 10) faz comentário parecido: “The relationship between institutions and development was a central theme for Adam Smith in the Wealth of Nations”.

riqueza de um país depende de suas instituições remonta, pelo menos, a Smith. Já RST (2004) cita<sup>310</sup>:

É raro que o comércio e as manufaturas floresçam por muito tempo num Estado que não usufrua de uma administração regular da justiça, no qual o povo não sinta a posse de sua propriedade perfeitamente assegurada, no qual a palavra empenhada nos contratos não tenha o amparo da lei, e no qual não se supõe que a autoridade do Estado tenha o poder de obrigar ao pagamento das dívidas todos aqueles que têm condições de pagá-las. Em suma, o comércio e as manufaturas raramente conseguem florescer num Estado em que a justiça do governo não inspira certo grau de confiança. (Smith, 1776, p. 1167).

Tal citação de Smith foi colocada na epígrafe do “Institutions Rule” de RST, e que havia recebido a resposta no “Instituições Don’t Rule” de Sachs (2003).

Portanto, ambos os lados do debate se declaram portadores de uma tradição Smithiana. Se utilizarmos as definições de HI e HG (da seção 1.2), teríamos que considerar Smith um adepto da HG “avant la lettre”, pois ele considera que a geografia tem efeitos diretos<sup>311</sup> para o crescimento da renda ao afetar a divisão do trabalho. Mas, na seção 1.4, também nos referimos a Smith como um adepto da Hipótese do Comércio, e que parece mais adequada, pois o efeito da geografia para Smith se dá por meio do comércio. Além da questão pouco relevante de que “em qual hipótese podemos enquadrar Smith”, qual é a interseção da HI, HG e Smith?

Segundo Mokyr (2017) existem, de forma genérica, duas formas de crescimento econômico. A primeira é o “crescimento smithiano” decorrente da melhor interação entre os indivíduos, ele é um “jogo entre pessoas” que se torna possível seja por causa de boas instituições, ou de uma geografia favorável ao comércio. A segunda forma é o “crescimento schumpeteriano”, que seria consequência do avanço tecnológico e fruto de um “jogo contra natureza”, isto é, a ambição de “ler o livro da natureza” e domá-la. Desse modo, o traço comum entre Smith, a HI e a HG é a crença de que a riqueza das nações é um produto das condições que influenciam o “jogo entre pessoas”, isto é, a renda de um país é função da sua capacidade de limitar ineficiências alocativas.

A tentativa de se colocar como “filho intelectual” ou como “verdadeiro representante” de certa tradição em “uma ponta” tem a contrapartida de reduzir, “na

---

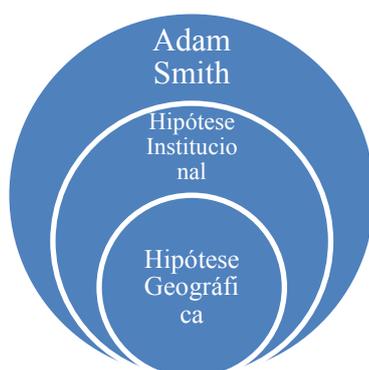
<sup>310</sup> Ros (2013) utiliza a mesma citação para relacionar Smith com Instituições.

<sup>311</sup> O ponto aqui é: efeitos da geografia via comércio são diretos ou indiretos? Sachs (2015) considera-os diretos, RST (2004) e Olsson (2005) consideram indiretos por meio da integração e do comércio, respectivamente.

outra ponta”, a hipótese contrária a um caso particular da sua própria hipótese. Arida (1983) chamou tal estratégia retórica de “generalidade<sup>312</sup>”.

Durante o debate, a estratégia da generalidade foi observada dos dois lados. Dentre os adeptos da HI, a ideia era restringir os efeitos da geografia aos seus impactos indiretos por meio das instituições, esta sim, na visão dos autores, a real causa dos padrões divergentes de renda entre os povos. O argumento clássico de AJR (2001) de que a mortalidade dos colonizadores definiu o padrão de colonização e suas instituições subsequentes e, só por esse meio, a geografia tem impacto no nível de renda atual é a representação mais clara da tentativa de “generalidade da HI”. A figura 21 ilustra como se posiciona a HI como pertencente à tradição smithiana e como mais ampla do que a HG.

Figura 21 – “Generalidade” da HI



Fonte: Elaboração própria.

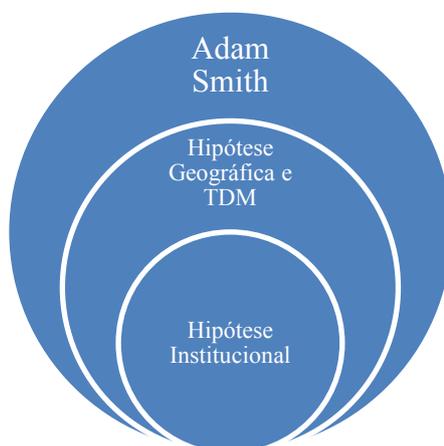
Algo similar ocorre dentro da HG. Sachs et al. (2004)<sup>313</sup>, de forma análoga e em linha com a TDM, argumenta que as instituições são consequência da pobreza, esta causada pela geografia desfavorável, por sua vez. Desse modo, a combinação da HG e da TDM estabelece que (geografia causa renda) e (renda causa instituições), enquanto a HI, na versão de AJR (2001), está calcada na seguinte sequência: (geografia causa instituições) e (instituições causam renda). A sutil mudança de foco das duas hipóteses altera a natureza do que causa o desenvolvimento econômico. A inversão da HI feita

<sup>312</sup> O exemplo dado por Arida (1983) é o de Keynes tratando a teoria clássica como um caso particular da sua teoria geral. Posteriormente, Keynes iria provar do seu próprio veneno com a síntese neoclássica.

<sup>313</sup> Para Sachs et al (2004, p. 133) “Many casual observers mistakenly assume that because the United States and Europe once were burdened by malaria and got rid of it, Africa’s ongoing malaria crisis is a symptom of its poverty and weak institution rather than a deep cause”.

pela dupla HG-TDM muda qual teoria se torna mais “geral”, como representado na figura 22.

Figura 22: Generalidade da HG



Fonte: Elaboração própria.

A criação de hipóteses cada vez mais profundas e com maior generalidade é algo recorrente na Economia. Spalaore e Wacziarg (2013) mostram que a pesquisa sobre as causas fundamentais do desenvolvimento tem caminhado para explicações genéticas que elucidem os diferentes padrões de renda no planeta, explanando, inclusive, as diferenças regionais de desenvolvimento, que são a grande motivação da HG. Em outra direção, tem havido certa convergência entre a HI e a HC, como já discutimos nas seções 1.5 (da hipótese cultural) e 3.3.4 (das diferenças entre North e AR). No debate entre HI e HG não foi diferente.

#### 4.1.3 “(Something) Matters”: o uso da ironia no debate.

Um dos elementos mais notórios da retórica utilizada no debate é o uso de frases de efeito e títulos chamativos que, quando possível, foram satirizados pelos adeptos da hipótese contrária. É uma manifestação da peculiar irreverência da “conversa disciplina” dos economistas e do uso da ironia como instrumento de retórica.

Uma expressão recorrente é o “(something) matters”. North (1990), por exemplo, usa a expressão “history matters”, já no primeiro parágrafo e quando se refere

ao “path dependence”, mas também “institutions matter”, “ideas and norms matter” (com a variante “ideas and ideology matter”) e, discretamente na última página, “informal constraints matters”. North (1994), já laureado com Nobel em 1993, portentosamente nomeia o artigo como “Institutions Matter”.

Przeworski (2004b), crítico contumaz da HI e pesquisador da TDM, questiona no título “Institutions Matter?”<sup>314</sup>, se aproveitando da “deixa” dada por North (1994). O autor conclui que, por sermos incapazes de obter soluções contrafactuais para os problemas de endogeneidade das instituições, nenhuma lição pode ser retirada da história e que, portanto, nós devemos ser céticos na nossa crença no poder das instituições, de modo que não podemos afirmar categoricamente que “institutions matter”.

Nas outras hipóteses, outros autores também utilizaram o “(something) matters”. Pela HG, Rappaport e Sachs (2003) nomeiam uma seção do artigo como “geography matters”. Já em Sachs (2000), o autor afirma<sup>315</sup>, em um livro chamado “Culture Matters”, que a cultura não parece ter um impacto significativo quando comparada com geografia e o clima, isto é, que “culture don’t matter”<sup>316</sup>. Em contrapartida, no campo da HC, McCloskey (2010) afirma que “ideias matter”.

Outra expressão que foi ironizada ao longo do debate foi a “institutions rule”. A origem do termo está no working paper de RST (2004) publicado em 2002 e reforçado em Rodrik (2004), no qual o autor afirma provocativamente que existe um consenso que “institutions rule”. Em resposta, Sachs (2003) intitula seu artigo de “Institutions don’t rule” para manifestar justamente sua não concordância com Rodrik.

Um jogo de palavras recorrente entre os adeptos da HG é o uso da expressão “pobreza das nações” em contraposição à “riqueza das nações” de Adam Smith, principalmente entre os autores considerados antecedentes ao debate como Myrdal (1968), Karmarck (1976) e Landes (1998)<sup>317</sup>. O que parece ser ressaltado é que a teoria econômica se concentrou nos fatores que causaram o sucesso dos países hoje ricos, ressaltando o caráter “eurocêntrico” da produção direcionamente da Economia, crítica feita com frequência à HI e à HC.

---

<sup>314</sup> Outros também usaram a expressão, mas nesta seção preferimos nos ater aos que consideramos “players” importantes no debate.

<sup>315</sup> Sachs escreve um dos capítulos do livro editado por Lawrence Harrison e Samuel Huntington.

<sup>316</sup> Para mais detalhes sobre a rejeição da HC pelos adeptos da HI e HG ver seção 1.5.

<sup>317</sup> Ainda que Landes (1998) faça uma ardorosa defesa da importância da geografia para o desenvolvimento, o autor é geralmente tratado como vinculado à HC.

De acordo com Machado (1994-5, p. 305), a ironia é um elemento importante da retórica desde os autores da filosofia clássica, inclusive com Aristóteles sugerindo que a “ironia é considerada como uma atitude própria do homem que tem inteligência”, ainda que em eras posteriores a ironia tenha passado a ser considerada uma “brincadeira” ou atitude de dissimulação. Na Economia, a ironia é um traço marcante da obra de Frederic Bastiat e Keynes<sup>318</sup>, mas parece ter seu papel negligenciado como elemento da retórica no debate econômico.

Segundo McCloskey (1983), o papel dos elementos retóricos, como a ironia, na difusão e aceitação das ideais econômicas é pouco ressaltado como forma de enfatizar o caráter supostamente objetivo e “hard science” da Economia e que caracteriza a dominante ideologia “Modernista”.

No entanto, segundo McCloskey (1998) mesmo os mais famosos economistas já utilizaram a ironia, chamada de “the most sophisticated of the master tropes”<sup>319</sup> como instrumento de convencimento. Além dos já citados Bastiat e Keynes, a autora mostra que economistas famosos, como Robert Solow e George Stigler, utilizam a ironia como um importante elemento de persuasão. Para McCloskey, a ironia exige um nível de consciência da natureza problemática da própria linguagem, ela pressupõe uma conversa pré-existente à qual fazemos referência com algum “desdém” pela posição contrária.

Desse modo, quando os autores do debate utilizam o “(something) matters” (exceto talvez North, por ser justamente o precursor) estão sugerindo que o leitor conhece o “institutions matter” de North ou já ouviu a expressão (mais provavelmente o “history matters”, bastante corriqueiro), de modo que já imagina que a crítica no artigo vai mostrar que “as instituições não importam tanto assim”, ou que algo, como para os usuários da HG é a geografia, na realidade “importa bem mais”.

Um dos eventos do debate evidencia essa vontade reprimida dos autores do debate em utilizar estratégias de “ridicularização”. Como apresentamos na seção 3.6, o tom dos autores envolvidos no debate é muito mais ácido quando não estão escrevendo artigos acadêmicos, mas sim textos de blog ou resenhas para jornais, principais mecanismos de expressão utilizados quanto ao WNF.

---

<sup>318</sup> McCloskey (1990, p. 108) afirma que “irony and self-consciousness would fit any page of Keynes”.

<sup>319</sup> Os “master tropes”, isto é, as principais figuras de retórica, são: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia (McCloskey, 1998, p. 49).

As formas sutis de ironia presentes em “(something) matters ou rule” parecem manifestar de forma sutil a avidez por uma argumentação irônica e até “ad-hominem” que transborda quanto os autores em questão têm tal oportunidade. Segundo McCloskey (1983), os debates longos e amargos em Economia são fruto da ausência de uma “retórica oficial”, bem como o apego ao “modernismo metodológico”, que faz com que discordâncias sejam vistas como desonestidade intelectual. O debate sobre as causas fundamentais do desenvolvimento, principalmente no período discutido nesta dissertação, não parece fugir dessa regra.

#### **4.2 A questão da complexidade no debate.**

Uma das peculiaridades do debate HI-HG é o uso do termo “complexo” com diferentes interpretações e implicações entre os dois lados do debate. Dentre os adeptos da HG, Sachs (2005) afirma que “as economias, como os indivíduos, são sistemas complexos” e, portanto, os economistas deveriam analisar os países assim como os médicos diagnosticam seus pacientes. Desta analogia, Sachs (2005) retira duas implicações.

A primeira é que, por ser complexa, uma explicação unicausal não é adequada para que estudemos os países pobres. Desse modo, Sachs (2005) recusa, por exemplo, a HI, que vê na qualidade institucional a causa majoritária, quase única do subdesenvolvimento. Para Sachs (2005), as questões geográficas, ambientais e políticas devem ser levadas em consideração quando “dignosticamos” um país, ou seja, precisamos abandonar o “economicismo”. Já comentamos acima, a quantidade de variáveis de interesse para o desenvolvimento é um elemento de divergência entre Sachs e AR em torno de WNF. Sachs (2015, p. 114) afirma que:

parece haver um desejo insensato de explicações demasiado simplistas para dinâmicas econômicas complexas. Em muitos lugares podemos ler que o crescimento econômico depende da “liberdade econômica” ou de “instituições inclusivas” ou do “controle da corrupção”. Fatores como a liberdade econômica, as instituições políticas e a corrupção podem desempenhar um papel importante, mas não único, nem mesmo o papel principal, em muitos lugares e momentos na história. Estes fatores por si só nem explicam os padrões de desenvolvimento no mundo e ao longo do tempo, nem nos ajudam a prever o desenvolvimento futuro.

A segunda implicação é que, por não podermos nos pautar em explicações unicasais e extritamente econômicas, o desenvolvimento econômico precisa ser

entendido em uma perspectiva multidisciplinar e isto exige especialistas em diferentes áreas. Sachs (2005) propõe que o trabalho destes muitos *experts* deve ser integrado em um grande plano que incorpore todas as dimensões da pobreza e suas respectivas soluções. Esse plano é a versão do “Big Push” de Sachs, que se diferencia da ideia original de Paul Rosenstein-Rodan por considerar que o “grande empurrão” deve ser social, econômico e ambiental.

Dentre os adeptos da HI, os autores também reconhecem o desenvolvimento econômico como um fenômeno social complexo. AR (2012a, p. 332) afirmam que, ainda que não possamos reduzir fenômenos complexos a uma única causa, a teoria simples oferecida por eles permite “explicar os principais contornos do desenvolvimento econômico e político ao redor do mundo desde a Revolução Neolítica” e estabelecer paralelismos entre a trajetória econômica dos povos. Segundo os autores, eles preferem essa “teoria simples” a “uma série de explicações diferentes para resultados aparentemente similares que ocorrem em locais e tempos distintos”.

Nota-se que AR (2012a) seguem a “cartilha” de Friedman (1953) de preferir modelos mais simples, no entanto, quando acusados de sua teoria “não ter poder preditivo” por Sachs (2012a), AR (2012b) respondem que deixam explícita em AR (2012a) a dificuldade em fazer qualquer previsão envolvendo desenvolvimento econômico. Isto se deve, como comentado acima, que os “aspectos contingentes da história” desempenham papel decisivo na trajetória institucional dos países. AR (2012b) também ressaltam as consequências imprevistas dos pacotes de ajustamento na Bolívia, implantados por Sachs e o FMI durante os anos 80. Por outro lado, AR são entusiastas de grandes revoluções, como já comentamos acima.

Deste modo, a postura de AR é ambígua quanto à complexidade, mas nitidamente distinta de Sachs. AR reconhecem a complexidade e a multiplicidade das causas do desenvolvimento econômico a ponto de considerar indesejáveis “planos de intervenção”, como do FMI, mas ambigualmente apoiam movimentos revolucionários de mentalidade “construtivista” (nos termos de Hayek (1981)).

RST (2004, p.133) utilizam quase os mesmos termos de AR (2012): “long-term economic development is a complex phenomenon, the idea that any one (or even all) of the above deep determinants can provide an adequate accounting of centuries of economic history is (...) preposterous” e, do mesmo modo de AR, concluem que “institutions rule”. Hausmann e Rodrik (2003) e Rodrik (2000) afirmam que as vantagens comparativas ou instituições eficientes são imprevisíveis a priori, o que

dificulta o sucesso de planos detalhados, como o “big push” ou o CW, em contraposição ao experimentalismo.

Easterly (2006 e 2008) é enfático em afirmar que a economia de um país é um sistema complexo e qualquer tentativa “top-down” de intervenção ampla tende a fracassar. Dado que a informação completa é dispersa, tácita e, por conseguinte, impossível de obter e mesmo de processar, qualquer plano tem dificuldades e consequências imprevistas, que podem ser maléficas<sup>320</sup>. Como já comentamos acima, Easterly (2006) critica fortemente a ideia de “big push” de Sachs (2005). A sugestão de Easterly (2006), e em linha com North (1990 e 2005), é que sejam realizadas intervenções somente incrementais e que se dê abertura para que transformações do tipo “bottom-up” ocorram.

De modo geral, para os adeptos da HG, em especial Sachs, a complexidade do mundo real exige planos de intervenção econômica cada vez mais abrangentes e multidisciplinares. Já para os adeptos da HI, a complexidade faz com que grandes planos sejam ineficazes, de modo que as intervenções “top-bottom” devem ser pequenas e deve-se criar mecanismos, como a democracia (a meta-instituição de Rodrik (2000)), por exemplo, que permitam o surgimento de soluções locais.

#### **4.3 “Eu não vim aqui para explicar, eu vim aqui para confundir”.**

Como argumentamos na introdução, os debates em Economia não costumam ter um “final feliz”. A animosidade dos agentes tende a deixar cicatrizes que impedem que qualquer dos lados “baixe as armas” e aceite que o lado contrário estava correto. Além disso, as ideias em Economia não “morrem”, elas sempre sobrevivem em pequenos grupos de pensadores e, a qualquer momento, podem ser resgatadas.

O debate HI-HG não é diferente. A HI tem suas origens no final do século XIX com Veblen, mas só se torna “pop” quase cem anos depois com a NEI. A HG, apesar de sua antiguidade, vive na permanente ameaça do esquecimento, com autores espaçados mantendo-a viva. O enfrentamento entre os adeptos das duas hipóteses não gera uma “moral da história”, uma síntese no formato “receita de bolo” que deve ser aplicada para a salvação dos países pobres. Mais do que gerar respostas para a “pergunta” a qual nos referimos na introdução, o debate evidencia as limitações dos argumentos de lado a

---

<sup>320</sup> Munk (2013) relata as dificuldades inesperadas que a implantação do Millenium Village Program, comandado por Sachs, enfrentou.

lado. Por este motivo, o máximo que podemos fazer é elencar (ver quadro 2) as opiniões dos adeptos da HI e HG sobre temas que foram importantes no debate.

Quadro 2 - Quadro Sinóptico Debate HI-HG

Assunto	Hipótese Institucional	Hipótese Geográfica
Auxílio aos países pobres	Ajuda incremental (Easterly)	"Big Push"
Democracia	É causa do desenvolvimento econômico	Consequência do desenvolvimento econômico (TDM)
Educação	Meio pela qual a diferença institucional manifesta-se	Pré-requisito; clima desfavorável afeta a acumulação de capital humano
Instituições	Causa Autônoma e quase exclusiva do desenvolvimento econômico.	Importante mas não anula os efeitos diretos da geografia.
Pobreza dos países tropicais	Consequência do tipo de colonização AJR (2001).	Causada por condições geográficas desfavoráveis
Produtividade Agrícola	Causa próxima, consequência.	Impacto sobre a demografia; elemento importante para o sucesso dos países de clima temperado.
Recursos Naturais	Seu impacto depende das instituições (Botswana).	Visão ambígua: condição <i>sine qua non</i> para a revolução industrial, mas sujeita à maldição dos recursos naturais.
Saúde	Aumento da expectativa de vida reduz o crescimento da renda per capita (AJ (2007)).	Pré-requisito para o desenvolvimento econômico.

Fonte: Elaboração Própria

Mesmo que o final desta dissertação não contenha uma mensagem otimista do tipo “resolvemos o problema do desenvolvimento”, a conclusão deste trabalho não é “lúgubre” no sentido que “não há nada a se fazer”. Ela indica a riqueza de perspectivas e argumentos que a questão do desenvolvimento econômico enseja. Tal afluência não é sinal de uma “tibieza” da Economia como ciência, mas indicativo da ambição e criatividade de seus praticantes ao enfrentar problemas complexos e realmente importantes para a vida das pessoas.

A confiança de que novas “variáveis instrumentais” vão surgir, que outras hipóteses vão aparecer e que as circunstâncias que caracterizam os países pobres vão mudar trazem a convicção de que o debate sobre as causas fundamentais do desenvolvimento econômico não acabou. Continuar relatando os avanços da pesquisa na área parece ser a “possibilidade de pesquisa futura” óbvia.

Outro caminho de pesquisa que esta dissertação abre é a tentativa de posicionar o debate HI-HG na história das ideias econômicas. Como *insight*, sem muito desenvolvimento, diria que existem duas correntes de pensamento paralelas. A primeira

é a vertente construtivista (novamente nos termos de Hayek (1981)) que vê o desenvolvimento como um “problema técnico” que pode ser resolvido por engenharia social ou grandes planos “de cima para baixo” à la Big Push ou CW. Essa linha tem como representantes os fisiocratas (como Quesnay), passa por Myrdal e chega a Sachs.

A segunda vertente vê o desenvolvimento como uma espécie subproduto de uma “ordem espontânea” ou processo “de baixo para cima”. Os representantes desta tendência começariam em Smith, passariam pelos velhos institucionalistas e Hayek e desembocariam na HI moderna e encontra forte interseção com hipótese cultural. Aliás, o debate entre os adeptos da HI e HC também é um caminho de pesquisa.

Uma possibilidade futura adicional, que esboçamos brevemente, é explorar a questão da percepção da complexidade pelos participantes do debate. Especialmente como isto afeta o uso de experimentos naturais como argumento.

Talvez a melhor opção de pesquisa futura (...) mas pensando bem, eu quero escrever sobre isso, melhor acabar por aqui, “o que não se pode falar, deve-se calar”.

## 5. Referências Bibliográficas (entre parênteses o ano da publicação original)

ACEMOGLU, Daron. Root causes. *Finance & Development* 40 (2), 27-43, 2003.

ACEMOGLU, Daron; GALLEGO, Francisco; ROBINSON, James. Institutions, Human Capital, and Development. *Annual Review of Economics* 2014.

ACEMOGLU, Daron; GARCÍA-JIMENO; ROBINSON, James. Finding Eldorado: Slavery and long-run development in Colombia. *Journal of Comparative Economics* 40, 2012.

ACEMOGLU, Daron; JACKSON, Matthew. History, Expectations, and Leadership in the Evolution of Social Norms. *Review of Economic Studies*, 2015.

ACEMOGLU, Daron; JACKSON, Matthew. SOCIAL NORMS AND THE ENFORCEMENT OF LAWS. *Journal of the European Economic Association* April 2017.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon [AJ]. Unbundling institutions. *Journal of political Economy* 113 (5), 949-995, 2005.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon [AJ]. Disease and development: the effect of life expectancy on economic growth. *Journal of Political Economy*, 2007.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon [AJ]. Disease and Development: A Reply to Bloom, Canning, and Fink. *Journal of Political Economy*, Vol. 122, No. 6, December, 2014.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James [AJR]. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review* 91 (5), 1369-1401, 2001.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James [AJR]. Reversal of fortune: Geography and institutions in the making of the modern world income distribution. *The Quarterly journal of economics* 117 (4), 1231-1294, 2002.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James [AJR]. An african success story: Botswana. 2002. Disponível em <https://economics.mit.edu/files/284>; Acesso em 12/10/2018.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James [AJR]. Disease and development in historical perspective. *Journal of the European Economic Association* April–May 2003 1(2–3):397–405.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James [AJR]. The rise of Europe: Atlantic trade, institutional change, and economic growth. *American Economic Review* 95 (3), 546-579, 2005.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James [AJR]. Institutions as a fundamental cause of long-run growth. *Handbook of economic growth* 1, 385-472, 2005.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James [AJR]. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation: Reply. *American Economic Review* 102 (6), 3077-3110, 2012.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James; YARED, Pierre [AJRY]. From Education to Democracy? *The American Economic Review*, Vol. 95, No. 2, 2005.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, John; YARED, [AJRY]. Income and Democracy. *American Economic Review*, 2008.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James; YARED, Pierre [AJRY]. Reevaluating the modernization hypothesis. *Journal of Monetary Economics* 56, 2009.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR]. Why did the West extend the franchise? Democracy, inequality, and growth in historical perspective. *The Quarterly Journal of Economics* 115 (4), 1167-1199, 2000.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR]. Economic origins of dictatorship and democracy. Cambridge University Press, 2005.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] De facto political power and institutional persistence. *American Economic Review* 96 (2), 325-330, 2006.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR]. The persistence and change of institutions in the Americas. *Southern Economic Journal* 75 (2), 282, 2008.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR]. Why is Africa poor? *Economic history of developing regions* 25 (1), 21-50, 2010a.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR]. The Role of Institutions in Growth and Development. *Review of Economics and Institutions*, Vol. 1 – No. 2, Fall 2010b – Article 1

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] [2012a]. Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] [2012b]. Response to Jeffrey Sachs. Disponível <http://whynationsfail.com/blog/2012/11/21/response-to-jeffrey-sachs.html>, acesso 10/10/2019

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] [2012c]. China, India and all that. Disponível <http://whynationsfail.com/blog/2012/11/2/china-india-and-all-that.html>, acesso 10/10/2019

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] [2012d]. Response to Fukuyama's review. Disponível em <http://whynationsfail.com/blog/2012/4/30/response-to-fukuyamas-review.html>, acesso 10/10/2019

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] [2012f]. In response to: What Makes Countries Rich or Poor?. Disponível em <https://www.nybooks.com/articles/2012/08/16/why-nations-fail/>, acesso 10/10/2019

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] [2012g]. What does geography explain?. Disponível em <http://whynationsfail.com/blog/2012/5/7/what-does-geography-explain.html> acesso em 10/10/2019.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] [2012h]. What Really Happened During The Neolithic Revolution. Disponível em <http://whynationsfail.com/blog/2012/5/9/what-really-happened-during-the-neolithic-revolution.html> acesso em 11/10/2019

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] [2012i]. Beyond Modernization Theory. *Annals of Comparative Democratization*, Vol. 16, No. 3, september 2018.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR] [2013]. What Bill Gates Got Wrong About Why Nations Fail. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2013/03/12/what-bill-gates-got-wrong-about-why-nations-fail/>, acesso 10/10/2019

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR]. The Rise and Fall of the General Laws of Capitalism. *Journal of Economic Perspectives*—Volume 29, Number 1—Winter, 2015.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR]. Paths to inclusive Political Institutions. Working Paper, disponível em <https://economics.mit.edu/files/11338> , 2016, acesso em 21/10/2019

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR]. *The Narrow Corridor: States, Societies, and the Fate of Liberty*. Penguin Press, New York, 2019a.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James [AR]. Rents and Economic Development: The Perspective of Why Nations Fail . Working paper, 2019b, Disponível em <https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/voices.uchicago.edu/dist/f/1135/files/2019/01/Rents-and-Economic-Development-2gxihve.pdf> acesso em 24/11/2019b.

ALBOUY, David. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation: Comment. *American Economic Review*, 2012.

ARIDA, Pêrsio (1983). A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In Gala, Paulo e Rego, José Márcio, *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. São Paulo: Ed. 34. 2003.

AUER, Raphael. Geography, institutions, and the making of comparative development. *Journal Economic Growth*, 2013.

ATKINSON, Glen; OLESON Jr, Theodore. Commons and Keynes: Their Assault on Laissez Faire, *Journal of Economic Issues*, 32:4, 1019-1030, 1998.

BARBER, William. *Gunnar Myrdal: An Intellectual Biography*. Pallgrave MacMillan, 2008.

BARRO, Robert. Determinants of Democracy. *Journal of Political Economics*, vol. 107, no.6, pt.2, 1999

BARRO, Robert. Convergence and Modernization Revisited. Robert J. Barro. NBER Working Paper No. 18295, 2012. Disponível em <https://www.nber.org/papers/w18295> acesso em 17/12/2019.

BLAUG, Mark. Kuhn versus Lakatos, or paradigms versus research programmes in the history of economics. *HOPE*, 7 (4), 1975.

BLOOM, David; SACHS, Jeffrey. Geography, Demography, and Economic Growth in Africa. *Brookings Papers on Economic Activity*, 2:1998.

BLOOM, David; CANNING, David; FINK, Gunther. Disease and Development Revisited. *Journal of Political Economy*, Vol. 122, No. 6 (December 2014), pp. 1355-1366

CARLSON, Benny. Gunnar Myrdal. *ECON JOURNAL WATCH* 10(3) September, 2013.

CARSTENSEN, Kai; GUNDLACH, Erich. The Primacy of Institutions Reconsidered: Direct Income Effects of Malaria Prevalence. *The World Bank Review*, vol. 20, no.3, pp.309-339, 2006.

CAVALCANTE, Carolina. A ECONOMIA INSTITUCIONAL E AS TRÊS DIMENSÕES DAS INSTITUIÇÕES. *Revista de Economia Contemporânea* (2014) 18(3): p. 373-392.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. O que é um autor? : Revisão de uma genealogia. São Carlos: EduUFSCar, 2012.

COASE, Ronald. The New Institutional Economics. *The American Economic Review*, Vol. 88, No. 2, Papers and Proceedings of the Hundred and Tenth Annual Meeting of the American Economic Association, May, 1998.

COMIM, Diego; EASTERLY, William; GONG, Erick (2006). [Was the Wealth of Nations Determined in 1000 B.C.?](https://www.nber.org/papers/w12657), *NBER Working Paper*, disponível em <https://www.nber.org/papers/w12657>, acesso em 03/09/2019.

COMIM, Diego; EASTERLY, William; GONG, Erick. [Was the Wealth of Nations Determined in 1000 B.C.?](#), *American Economic Journal: Macroeconomics*, no. 2 (2010): 65-97.

COMMONS, John (1931). Economia Institucional In SALLES, Alexandre; PESSALI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón. *Economia Institucional*. São Paulo: UNESP, 2017.

CONCEIÇÃO, Octavio. O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO NAS MODERNAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, 6(2): 119-146, jul./dez. 2002.

Council of Foreign Relations [CFR]. <https://www.cfr.org/about> acesso em 05/09/2019

DEBATE. In: Michaelis: Dicionário Moderno da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Debate/>, acesso em 03/02/2020.

DIAMOND, Jared [1997]. *Armas, germes e aço*. 19<sup>a</sup> ed. (comemorativa de 20 anos de publicação). Rio de Janeiro: Record, 2017.

DIAMOND, Jared (2012). What Makes countries rich or poor?. Disponível em <https://www.nybooks.com/articles/2012/06/07/what-makes-countries-rich-or-poor/> acesso em 10/10/2019.

DJANKOV, Simoen; GLAESER, Edward; LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE- SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. The new comparative economics. *Journal of Comparative Economics*, 31, 595,-619, 2003.

EASTERLY, William [2001]. *O Espetáculo do Crescimento*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

EASTERLY, William. *The White man's burden*. New York: Penguin Books, 2006.

EASTERLY, William. Institutions: Top Down or Bottom Up?. *American Economic Review*, 98 (2): 95-99, 2008.

EASTERLY, William. Why Bill Gates Hates My Book. The Wall Street Journal, 07/02/2008. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/SB120235183917849631> acesso em 22/10/2019.

EASTERLY, William. The Tyranny of Experts: Economists, Dictators, and the forgotten rights of the poor. Basic Books, 2014.

EASTERLY, William; LEVINE, Ross [Tropics, germs, and crops: the role of endowments in economic development](#), *Journal of Monetary Economics*, 50, no. 1, January, 2003.

ESQUIERRO, Leon. "THE NORTH REMEMBERS": A TEORIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH In: II Seminário Instituições e Desenvolvimento - UFSC, 2019, Florianópolis. Anais do II Seminário Instituições e Desenvolvimento UFSC, 2019. Disponível em <https://www.even3.com.br/anais/semidufsc/163436-the-north-remembers--a-teoria-institucional-de-dougllass-north/>

FERNÁNDEZ, Ramón; PESSALI, Huáscar. Oliver Williamson e a construção retórica da economia dos custos de transação. In In Gala, Paulo e Rego, José Márcio, A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. São Paulo: Ed. 34. 2003.

FEYRER, James; SACERDOTE, Bruce. Colonialism and Modern Income: Islands as Natural Experiments. The Review of Economics and Statistics, MIT Press, vol. 91(2), pages 245-262, 2009.

FOUCAULT, Michel [1969]. O que é um autor? In: \_\_\_\_\_. Ditos e Escritos vol. III. Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FRANKEL, Jeffrey; ROMER, David. Does Trade Cause Growth?. The American Economic Review, June 1999.

FRIEDMAN, Milton. [1953]. "A Metodologia da Economia Positiva". Edições Multiplic, Vol. 1, Nº 3, 1981.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony. Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.

FUKUYAMA, Francis (2012). Acemoglu and Robinsos on Why Nations Fail. Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2012/03/26/acemoglu-and-robinson-on-why-nations-fail/> acesso em 10/10/2019.

FULGINITI, Lilyan. What comes first, agricultural growth or democracy? (2008). Disponível em <https://digitalcommons.unl.edu/ageconfulginiti/8/> acesso em 01/12/2019.

GALLUP, John; GAVIRIA, Alejandro; LORA, Eduardo (2003). Geografia é destino? Lições da América Latina. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

GALLUP, John; SACHS, Jeffrey; MELLINGER, Andrew. Geography and economic development. International regional science review 22 (2), 179-232, 1999.

GATES, William (Bill). Good ideas, but missing analysis. (2013) Disponível em <https://www.gatesnotes.com/Books/Why-Nations-Fail> acesso em 10/10/2019.

GALBRAITH, John Kenneth. Uma breve história da euforia financeira. São Paulo: Pioneira, 1992.

- GLAESER, Edward; LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE- SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. Do Institutions Cause Growth? *Journal of Economic Growth*, 9, 271-303, 2004.
- GLAESER, Edward; PONZETTO, Giacomo; SHLEIFER, Andrei. Why does democracy need education ? *Journal of Economic Growth*, 2007.
- GRASSI, Robson Antonio. Williamson e “formas híbridas”: uma proposta de redefinição do debate. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 43-64, jan./jun. 2003.
- HALL, Robert; JONES, Charles. Why do some countries produce so much more output per worker than other?, *The Quarterly Journal of Economics*, February, 1999.
- HAUSSMANN, Ricardo; RODRIK, Dani. Economic development as self-discovery. *Journal of Development Economics*. Volume 72, Issue 2, December, 2003.
- HAUSSMANN, Ricardo; PRITCHETT, Lant; RODRIK, Dani. [HPR] Growth Accelerations. *Journal of Economic Growth* 10, 303–329, 2005.
- HAYEK, Friedrich. HAYEK na UnB: conferências, comentários e debates de um Simpósio Internacional realizado de 11 a 12 de maio de 1981. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1981.
- HODGSON, Geoffrey. O que são Instituições? In SALLES, Alexandre; PESSALI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón. *Economia Institucional*. São Paulo: UNESP, 2017.
- JONES, Charles. *Introdução à Teoria do Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- KAMARCK, Andrew. *The Tropics and Economic Development: A Provocative Inquiry into the Poverty of Nations*. World Bank, 1976. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/775691468780881698/The-tropics-and-economic-development-a-provocative-inquiry-into-the-poverty-of-nations> acesso em 17/09/2019.
- KRUGMAN, Paul. *Geography and Trade*. The MIT Press, 1991.
- KRUGMAN, Paul. *Development, geography and economic theory*. The MIT Press, 1995.
- LANDES, David. *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.
- LEE, Douglas [1957]. *Clima e Desenvolvimento Econômico nos Trópicos*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967.
- LIMA, Gilberto Tadeu. *Em Busca do Tempo Perdido: A recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes*. Rio de Janeiro: 16º Prêmio BNDES de Economia, 1992.
- LIMA, Gilberto Tadeu. *Em algum lugar do passado: breves reflexões sobre a relevância da história da teoria econômica*. In Gala, Paulo e Rego, José Márcio, *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. São Paulo: Ed. 34. 2003.
- LIPSET, Seymour Martin (1959). Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 2, p. 198-250, 2012 (Tradução de “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”. *American Political Science Review*, vol. 53, n. 1, mar., 1959)

- LIPSET, Seymour Martin (1960). *O Homem Político (Political Man)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LIPSET, Seymour Martin. *The Social Requisites of Democracy Revisited*. *American Sociological Review*, Vol. 59 (february 1-22), 1994.
- LORENZ, Andreas; HEMMER, Hans-Rimbert; AHFELD, Sebastian. *The Economic Growth Debate - Geography versus Institutions: Is There Anything Really New? Discussion Papers in Development Economics*<sup>34</sup>, Justus Liebig University Giessen, Institute for Development Economics, 2005.
- MACHADO, Ida Lúcia. *A ironia, a retórica antiga e a retórica francesa*. *Clássica*, São Paulo, 718: 303-308, 1994/1995.
- MARIGUELA, Márcio. *Psicanálise e Surrealismo: Lacan, o passador de Politzer*. Piracicaba: Jacintha Editores, 2007.
- MASTERS, William; McMILLAN, Margaret. *Climate and Scale in Economic Growth*. *Journal of Economic Growth*, 6, 167-186, 2001.
- MARTHUR, J.; SACHS, Jeffrey. *Institutions and geography: comment on Acemoglu, Johnson and Robinson (2000)*. National bureau of economic research, 2001. Disponível em <http://www.nber.org/papers/w8114> acesso em 12/10/2018.
- MCCLOSKEY, Deirdre. *The Rethoric of Economics*. *Journal of Economic Literature*, 21(2), 481-517, 1983.
- MCCLOSKEY, Deirdre. *If you're so smart: the narrative of economic expertise*. The University of Chicago Press, 1990.
- MCCLOSKEY, Deirdre. *The Rethoric of Economics*. Second Edition. THE UNIVERSITY OF WISCONSIN PRESS, 1998.
- MCCLOSKEY, Deirdre. (2002) *Os Pecados Secretos da Economia*. São Paulo: Ubu, 2017.
- MCCLOSKEY, Deirdre. *Bourgeois Dignity: Why Economics can't explain the modern world*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- MOKYR, Joel. *A Culture of Growth*. New Jersey: Princeton University Press, 2017.
- MONASTÉRIO, Leonardo. *Guia para Veblen*. Pelotas: EdUFPEL, 1998.
- MONASTÉRIO, Leonardo; EHRL, Philipp. *Colônias de Povoamento versus Colônias de Exploração: de Heeren a Acemoglu*. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 37, n. 72, p. 213-239, mar. 2019.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de [1748]. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MUNK, Nina. *The Idealist: Jeffrey Sachs and the Quest for The End of Poverty*. New York, Anchor Books, 2013.
- MUKANK, Sharun; RODRIK, Dani. *In Search of the Holy Grail: Policy Convergence, Experimentation, and Economic Performance*. *The American Economic Review*. Vol. 95, No. 1 Mar., 2005.

MYRDAL, Gunnar [1957]. Teoria economica y regiones subdesarrolladas. México: Fondo de Cultura Economica, 1959.

MYRDAL, Gunnar. Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations – Volume iii. Penguin Books, 1968.

MYRDAL, Gunnar. Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations (Abridged in one volume by Seth King). Pelican Books, 1971.

NORTH, Douglass ; THOMAS, Robert Paul. El Nacimiento del mundo occidental: una nueva historia económica (1973). Madrid: Siglo Veintuno Editores, 1980.

NORTH, Douglass. Structure and Change in Economic History. New York: W.W. Norton & Company, Inc., 1981.

NORTH, Douglass (1990). Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NORTH, Douglass. Economic Performance through Time (Prize Lecture). Lecture to the memory of Alfred Nobel, December 9, 1993. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1993/north/lecture/> acesso em 07/12/2019

NORTH, Douglass. Institutions Matter. Working Paper, disponível em <https://econwpa.ub.uni-muenchen.de/econ-wp/eh/papers/9411/9411004.pdf>, 1994.

NORTH, Douglass. Understanding the Process of Economic Change. Princeton: Princeton University Press, 2005.

NORTH, Douglass; WALLIS, Jonh; WEINGAST, Barry. Violence and Social Norms. Cambridge University Press, 2009.

NUNN, Nathan; PUGA, D. Ruggedness: The Blessing of Bad Geography in Africa. Review of Economics and Statistics; 94 (1) : 20-36 2012.

OLSSON, Ola. Unbundling Ex-Colonies: A Comment on Acemoglu, Johnson and Robinson (2001). Working Papers in Economics 146, University of Gothenburg, Department of Economics (2004). Disponível em <https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/2771>, acesso 16/01/2020.

OLSSON, Ola. Geography and Institutions: Plausible and Implausible Linkages. Journal of Economics, 10, 167-194, 2005.

OLSSON, Ola; HANSSON, Gustav. Country size and the rule of law: Resuscitating Montesquieu. European Economic Review 55, 2011.

OLSSON, Ola; HIBBS JR., Douglas. “Geography, Biogeography, and Why Some Countries Are Rich and Others Are Poor”, Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA (PNAS), March 9, 101(10): 3715-3720, 2004.

OLSSON, Ola; HIBBS JR., Douglas. Biogeography and Long-run economic development. European Economic Review 49 909-938, 2005.

OLSSON, Ola; PAIK, Christopher. Long-run cultural divergence: Evidence from the Neolithic Revolution. Journal of Development Economics, 122, 197-213, 2016.

PRZEWORSKI, Adam. Geography vs. Institutions Revisited: Were fortunes reversed? 2004. Disponível em <https://international.ucla.edu/institute/article/15750> acesso 10/04/2019 . acesso em 27/11/2019.

PRZEWORSKI, Adam. Institutions Matter? Government and Opposition, 2004b.

PRZEWORSKI, Adam. A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 72, p. 59-77, July 2005.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Modernization: Theories and Facts. *World Politics*, Vol. 49, No. 2, pp. 155-183, 1997.

RADELET, Steven; SACHS, Jeffrey. Shipping Costs, Manufactured Exports and Economic Growth. Paper presented at the annual meetings of the American Economics Association, January 1998.

RAPPAPORT, Jordan; SACHS, Jeffrey. The United States as a Coastal Nation. *Journal of Economic Growth*, 8, 4-46, 2003.

RODRIK, Dani. Institutions for high-quality growth: What they are and how to acquire them. *St Comp Int Dev* 35, 3–31, 2000.

RODRIK, Dani. Institutions, Integration, and Geography: In Search of the Deep Determinants of Economic Growth. 2001. Disponível em <https://drodrik.scholar.harvard.edu/publications/institutions-integration-and-geography-search-deep-determinants-economic> acesso em 29/10/2018.

RODRIK, Dani. Getting Institutions Right. 2004. Disponível em <https://drodrik.scholar.harvard.edu/publications/getting-institutions-right> acesso em 17/12/2019.

RODRIK, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank's Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform. *Journal of Economic Literature* Vol. XLIV, December, 2006.

RODRIK, Dani. Second-best Institutions, in *American Economic Review: Papers & Proceedings*. 98:2, 100-114; 2008.

RODRIK, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the future of world economy*. New York: W.W. Norton & Company Inc., 2011.

RODRIK, Dani. When Ideas Trump Interests: Preferences, Worldviews, and Policy Innovations. *Journal of Economic Perspectives – Volume 28, Number 1 – Winter 2014*.

RODRIK, Dani; SUBRAMANIAN, Arwind; TREBBI, Francesco. (RST) Institutions Rule: The Primacy of Institutions Over Geography and Integration in Economic Development. *Journal of Economic Growth* 9, 131–165, 2004.

ROS, Jaime. *Rethinking Development, Growth & Institutions*. Oxford University Press, 2013.

SCHAFFFRANKA, Marcus; ERSOY, Erkal. *Decoding Development*. Academic Volume 1, Issue 1, sem data.

SACHS, Jeffrey. Curriculum Vitae. Sem data. Disponível em [https://asit-prod-web1.cc.columbia.edu/econdept/wp-content/uploads/sites/41/2017/11/sachs\\_cv.pdf](https://asit-prod-web1.cc.columbia.edu/econdept/wp-content/uploads/sites/41/2017/11/sachs_cv.pdf) acesso em 09/02/2019.

SACHS, Jeffrey. Shock Therapy in Poland: Perspectives of Five Years. The Tanner Lectures on Human Values, Vol. 16, University of Utah, 1994.

SACHS, Jeffrey. International Economics: Unlocking the Myesteries of Globalization. Foreign Policy, Nº 110, Special Edition: Frontiers of Knowledge, Spring, 1998.

SACHS, Jeffrey. Notes on a New Sociology of Economic Development in: Culture Matters: How Values Shape Human Progress. New York: Basic Books, 2000.

SACHS, Jeffrey; Tropical underdevelopment. National Bureau of Economic Research, 2001. Disponível em <http://www.nber.org/papers/w8119> acesso em 12/10/2018, acesso em 25/11/2019.

SACHS, Jeffrey. Institutions don't rule: DIRECT EFFECTS OF GEOGRAPHY ON PER CAPITA INCOME. NBER Working paper, 2003. Disponível em <https://www.nber.org/papers/w9490>, acesso em 25/11/2019.

SACHS, Jeffrey. O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SACHS, Jeffrey. (2008) A Riqueza de todos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SACHS, Jeffrey (2012<sup>a</sup>). Government, Geography and Growth: The true drivers of Economic Development (review essay). Foreign Affairs, volume 91, number 5, september/october 2012.

SACHS, Jeffrey (2012<sup>b</sup>). Reply to Acemoglu and Robinson's Response to my Book Review. Disponível em <https://www.jeffsachs.org/archive>, acesso em 10/10/2019.

SACHS, Jeffrey (2015). A Era do desenvolvimento sustentável. Lisboa: Actual, 2017.

SACHS, Jeffrey; MALANEY, Pia. The economic and social burden of malaria. Nature 415 (6872), 680, 2002.

SACHS, Jeffrey; MCARTHUR, John; SCHMIDT-TRAUB, Guido; KRUK, Margaret., BAHADUR, Chandrika; FAYE, Michael. Ending Africa's poverty trap. Brookings papers on economic activity, 2004 (1), 117-216, 2004.

SACHS, Jeffrey; WARNER, Andrew. Economic Reform and the Process of Global Integration. Brookings Papers on Economic Activity, 1:1995.

SACHS, Jeffrey; WARNER, Andrew. The Big Push, natural resource booms and growth. Journal of Development Economics, Vol. 59, 1999.

SACHS, Jeffrey; WARNER, Andrew. The curse of natural resources. European economic review 45 (4-6), 827-838, 2001.

SAHA, Bibhas. "Institutions or Geography: Which Matters Most for Economic Development?" *Journal of Interdisciplinary Economics* 25, no. 1-2, January, 2013.

SALLES, Alexandre; PESSALI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón. Apresentação In SALLES, Alexandre; PESSALI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón. Economia Institucional. São Paulo: Unesp, 2017.

SMITH, Adam (1776). *A Riqueza das Nações* (Volumes 1 e 2). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOKOLOFF, Kenneth; ENGERMAN, Stanley. Institutions, Factor Endowments, and Paths of development in the new world. *Journal of Economic Perspectives* – Volume 14, Number 3 – Summer 2000.

SPALAORE, Enrico; WACZIARG, Romain. How Deep Are the Roots of Economic Development? *Journal of Economic Literature*, 2013.

STIGLER, George. Nobel Lecture: The Process and Progress of Economics. *Journal of Political Economy*. Vol. 91, No. 4, Aug., 1983.

STREETEN, Paul. Foreword in: KAMARCK, Andrew. *The Tropics and Economic Development: A Provocative Inquiry into the Poverty of Nations*. World Bank, 1976. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/775691468780881698/The-tropics-and-economic-development-a-provocative-inquiry-into-the-poverty-of-nations> acesso em 17/09/2019.

SUBRAMANIAN, Arvind. Which Nations Failed?. Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2012/10/30/which-nations-failed/> acesso em 10/10/2019

SUTERMEISTER, Paul. Jeffrey Sachs contra a ciência geográfica: dicotomia versus fragmentação. Seminário de Pós-Graduação da UNESP Rio Claro, pp. 1241-1254, 2009.

UNITED NATIONS (UN). Millenium Goals. Sem data. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/> acesso em 24/02/2019.

VEBLEN, Thorstein (1898). Por que a Economia não é uma ciência evolucionária? In SALLES, Alexandre; PESSALI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón. *Economia Institucional*. São Paulo: Unesp, 2017.

WALL STREET JOURNAL (WSJ). Is Democracy the Best Setting For Strong Economic Growth?. 13/03/2007, disponível em <https://www.wsj.com/articles/SB117330214622129995> acesso em 17/11/2019.

WEBER, Max (1905). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2001.

WORLD BANK. Andrew Karmarck. Disponível em <https://oralhistory.worldbank.org/person/kamarck-andrew> , acesso em 02/10/2019.